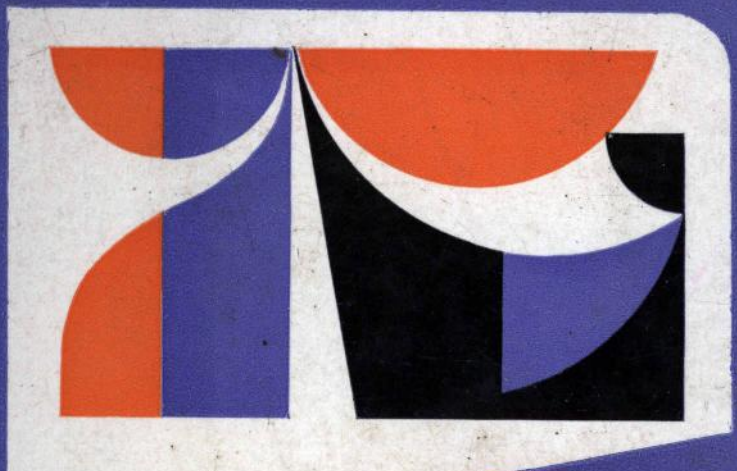
biblioteca de ciências sociais



C. Wright Mills

A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA

2ª Edição

ZAHAR
EDITORES

A IMAGINAÇÃO

SOCIOLÓGICA

(2.ª edição)

Durante uma série de conferências pronunciadas na Europa, **WRIGHT MILLS** confessou sua dificuldade em explicar por que os cientistas sociais norte-americanos se absorviam pelos levantamentos de opiniões e pelos estudos teóricos, numa época em que a liberdade e a razão do Homem estavam em perigo. Essa experiência levou-o a escrever este livro, que é uma crítica cultural das ciências sociais, onde faz observações ácidas sobre as correntes sociológicas predominantes nos Estados Unidos, fazendo ao mesmo tempo uma defesa inteligente da tradição da análise sociológica clássica.

Retratado por artistas e escritores como presa fácil e impotente de fôrças acima de seu controle, como a guerra, por exemplo, o homem moderno corre o perigo de perder também o controle de seu próprio destino. Acredita WRTGHT MILLS que o dever intelectual e político dos cientistas sociais é o de relacionar esses sentimentos perturbados .com as modificações de nossa sociedade, examinando, por exemplo, os problemas matrimoniais à luz das crises institucionais da família, descobrindo as possibilidades de enfrentar e solucionar tais problemas.

As escolas de Sociologia em voga, afirma o autor, perderam de vista tarefas desse tipo. Entre essas escolas, estão· a da Grande Teoria, representada por TALCOTT PARSONS; os empiristas abstratos, de PAUL LAZARSFELD, SAMUEL STOUFFER e outras ainda, às quais não poupa críticas contundentes, no estilo que lhe é característico.

C. WRIGHT MILLS, autor do presente livro, foi um dos mais brilhantes analistas sociais de nossa época, com seus principais livros já traduzidos para o português por esta editôra: A Elite do Poder, A Nova Classe Média (White Collar), Os Marxistas, A Verdade Sobre Cuba, Poder e Política e Causas da Terceira Guerra Mundial, além de Ensaios de Sociologia, de MAX WEBER, cuja organização, introdução e notas fêz de parceria com HANS GERTH. Foi professor na Universidade Columbia até 1962, ano em que ocorreu sua morte.

C. WRIGHT MILLS

A IMAGINAÇÃO SOCIOLÓGICA

Tradução de

WALTENSIR DUTRA

Segunda edição

ZAHAR EDITORES

RIO DE JANEIRO

Título original:

The Sociological Imagination

Publicado em 1959 pela Oxford University Press, Inc., Nova York

Copyright © 1959 by Oxford University Press, Inc.

1969

Direitos para a língua portuguesa adquiridos por

ZAHAR EDITORES

Rua México, 31 - Rio de Janeiro

que se reservam a propriedade desta tradução

Impresso nos Estados Unidos do Brasil

Printed in the United States of Brazil

A Harvey e Bette

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - A PROMESSA..... 9

O homem e o mundo moderno - A imaginação sociológica para a compreensão do mundo moderno - História e biografia - As características de nossa época - Os estilos de ciência social - Os denominadores comuns intelectuais - A ciência social, hoje - Conceitos de ciência social.

CAPÍTULO 2 - A GRANDE TEORIA..... 33

Exemplos de estilo grandiloquente, com traduções - Reação à Grande Teoria - O equilíbrio social - Diferenças entre pensamento e observação - A legitimação do poder - Os meios do poder - O poder e a Grande Teoria - O problema da ordem.

CAPÍTULO 3 - O EMPIRISSMO ABSTRATO..... 59

Caráter geral e estilo de trabalho - Público e massa - As pesquisas de opinião - Estudos de estratificação - Os resultados da escola - Suas características intelectuais Inibição metodológica - Filosofia e ciência - Problemas econômicos de pesquisa - A entrevista.

CAPÍTULO 4- TIPOS DE PRATICALISMO..... 86

Problemas de avaliação - Julgamentos de valor - A utilidade prática das pesquisas - Economia e ciência social. - A ciência social no século XIX - O liberalismo como denominador comum - O praticalismo liberal - A Sociologia prática - O retardamento cultural - Os conservadores práticos.

CAPÍTULO 5 - O ETHOS BUROCRÁTICO..... 112

O praticalismo iliberal - A ciência social aplicada - As instituições de pesquisa - As fundações - Os jovens técnicos - O contexto social das atividades cultural' e intelectual - O estadista acadêmico - Os grupos e os solitários - A engenharia humana - Burocratização do estudo social.

CAPÍTULO 6 - FILOSOFIAS DA CIÊNCIA..... 131

A confusão das Ciências Sociais - A reunião de processos - "Teoria" e "método" - O empirismo do bom senso Descer aos fatos - Teoria do progresso cientifico - O alinhamento dos problemas.

CAPÍTULO 7 - A VARIEDADE HUMANA.....144

O objeto da ciência social - Posição do cientista social frente à variedade humana - A unidade social: o Estado nação - Dependências internacionais - Estrutura social e Sociologia - Ciência social e Antropologia - Limites das disciplinas das Ciências Sociais.

CAPÍTULO 8 - USOS DA HISTÓRIA.....156

O estudo histórico - Problemas de método - Ciências Sociais: disciplinas históricas? - Pano de fundo histórico - História e Sociologia - Psicologia histórica e social Ciência social e Psicologia.

CAPÍTULO 9 - DA RAZÃO E LIBERDADE.....179

A história e o tempo presente - O papel da razão nas questões humanas - O homem e o robô - Ciência e razão e liberdade - Métodos de análise da razão e liberdade.

CAPÍTULO 10 - DA POLÍTICA.....192

O sentido político do trabalho do cientista social - A escolha de valores - Os meios de decisão - A posição do cientista social - O cientista social como professor - A tarefa política do cientista social.

Apêndice: DO ARTESANATO INTELECTUAL.....211
A ciência social como oficio - A obra e a vida - A questão dos arquivos - A coleta de material - Os estudos empíricos - Como estimular a imaginação sociológica Escrever claro.

AGRADECIMENTOS..... 245

CAPÍTULO 1

A Promessa

HOJE em dia, os homens sentem, frequentemente, suas vidas privadas· como uma série de armadilhas. Percebem que dentro dos mundos cotidianos, não podem superar suas preocupações, e quase sempre têm razão nesse sentimento: tudo aquilo de que os homens comuns têm consciência direta e tudo o que tentam fazer está limitado pelas órbitas privadas em que vivem. Sua visão, sua capacidade, está limitada pelo cenário próximo: o emprego, a família, os vizinhos; em outros ambientes, movimentam-se como estranhos, e permanecem espectadores. E quanto mais consciência tem, mesmo vagamente, das ambições e ameaças que transcendem seus cenários imediatos, mais encurralados parecem sentir-se.

Subjacentes a essa sensação de estar encurralados estão mudanças aparentemente impessoais na estrutura mesma de sociedades e que se estendem por continentes inteiros. As realidades da história contemporânea constituem também realidades para o êxito e o fracasso de homens e mulheres, individualmente. Quando uma sociedade se industrializa, o camponês se transforma em trabalhador; o senhor feudal desaparece, ou passa a ser homem de negócios. Quando as classes ascendem ou caem, o homem tem emprego ou fica desempregado; quando a taxa de investimento se eleva ou desce, o homem se entusiasma, ou se desanima. Quando há guerras, o corretor de seguros se transforma no lançador de foguetes; o caixeiro de loja, em homem do radar; a mulher vive só, a criança cresce sem pai. A vida do indivíduo e a

história da sociedade não podem ser compreendidas sem compreendermos essas alternativas.

E apesar disso, os homens não definem, habitualmente, suas ansiedades em termos de transformação histórica e contradição institucional. O bem-estar que desfrutam, não o atribuem habitualmente aos grandes altos e baixos das sociedades em que vivem. Raramente têm consciência da complexa ligação entre suas vidas e o curso da história mundial; por isso, os homens comuns não sabem, quase sempre, o que essa ligação significa para os tipos de ser em que se estão transformando e para o tipo de evolução histórica de que podem participar. Não dispõem da qualidade intelectual básica para sentir o jôgo que se processa entre os homens e a sociedade, a biografia e a história, o eu e o mundo. Não podem enfrentar suas preocupações pessoais de modo a controlar sempre as transformações estruturais que habitualmente estão atrás dêles.

Isto não causa surpresa. Em que período da história tantos homens estiveram tão expostos, e de forma tão total, a transformações tão rápidas e completas? O fato de não terem os americanos conhecido modificações tão catastróficas quanto homens e mulheres de outras sociedades se deve a fatos históricos que se estão tornando, ràpidamente, "apenas história". A história que atinge todo homem, hoje, é a história mundial. Dentro deste cenário e deste período, no curso de uma única geração, um sexto da humanidade passou de tudo o que era feudal e atrasado para tudo o que é moderno, avançado, terrível. As colônias políticas estão libertadas; instalaram-se novas formas de imperialismos, menos evidentes. Ocorrem revoluções; os homens sentem de perto a pressão de novos tipos de autoridade. Surgem sociedades totalitárias, e são esmagadas desfazendo-se em pedaços - ou obtêm êxito fabuloso. Depois de dois séculos de ascendência, o capitalismo é visto apenas como um processo de transformar a sociedade num aparato industrial. Depois de dois séculos de esperanças, até mesmo a democracia formal está limitada a uma pequena parcela da humanidade. Em todo o mundo subdesenvolvido, os velhos modos de vida se rompem e esperanças antes vagas se transformam em exigências prementes. Em todo o mundo superdesenvolvido, os meios de autoridade e violência tornam-se totais no alcance e burocráticos na forma. A própria humanidade se desdobra hoje à

nossa frente, concentrando cada supernção, em seu respectivo polo, seus esforços coordenados e maciços na preparação da Terceira Guerra Mundial.

A própria evolução da história ultrapassa, hoje, a capacidade que têm os homens de se orientarem de acordo com valores que amam. E quais são esses valores? Mesmo quando não são tomados de pânico, eles veem, com frequência, que as velhas maneiras de pensar e sentir entraram em colapso, e que as formas incipientes são ambíguas até o ponto da estase moral. Será de espantar que os homens comuns sintam sua incapacidade de enfrentar os horizontes mais extensos à frente dos quais foram tão subitamente colocados? Que não possam compreender o sentido de sua época e de suas próprias vidas? Que - em defesa do eu - se tomem moralmente insensíveis, tentando permanecer como seres totalmente particulares? Será de espantar que se tornem possuídos de uma sensação de encurralamento?

Não e apenas de informação que precisam - nesta Idade do fato, a informação lhes domina com frequência a atenção e esmaga a capacidade de assimila-la. Não e apenas da habilidade da razão que precisam – embora sua luta para conquista-la com frequência lhes esgote a limitada energia moral.

O que precisam, e o que sentem precisar, e uma qualidade de espírito que lhes ajude a usar a informação e a desenvolver a razão, a fim de perceber, com lucidez, o que esta ocorrendo no mundo e o que pode estar acontecendo dentro deles mesmo. E essa qualidade, afirmo, que jornalista e professores, artistas e publico, cientista e editores estão começando a esperar daquilo que podemos chamar de imaginação sociológica.

1.

A imaginação sociológica capacita seu possuidor seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para vida íntima e para carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade mo-

derna, e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres. Através disso, a ansiedade pessoal dos indivíduos é focalizada sobre fatos explícitos e a indiferença do público se transforma em participação nas questões públicas.

O primeiro fruto dessa imaginação - e a primeira lição da ciência social que a incorpora - é a ideia de que o indivíduo só pode compreender sua própria experiência e avaliar seu próprio destino localizando-se dentro de seu período; só pode conhecer suas possibilidades na vida tomando-se cônscio das possibilidades de todas as pessoas, nas mesmas circunstâncias em que ele. Sob muitos aspectos, é uma lição terrível; sob muitos outros, magnífica. Não conhecemos os limites da capacidade que tem o homem de realizar esforços supremos ou degradar-se voluntàriamente, de agonia ou exultação, de brutalidade que traz prazer ou de deleite da razão. Mas em nossa época chegamos, a saber, que os limites da "natureza humana" são assustadoramente amplos. Chegamos, a saber, que todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, f' que vive dentro de uma sequencia histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico.

A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa a sua tarefa e a sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas: é a característica de Herbert Spencer - grandiloquente, polissilábico, geral; de E. A. Ross - gracioso, estrito, reto; de Auguste Comte e Emile Durkheim: do complicado e sutil Karl Mannheim. É a qualidade de tudo o que é intelectualmente excelente em Karl Marx; é a chave da brilhante e irônica perfeição de Thorstein Veblen, das formulações multilaterais que Joseph Schumpeter dá à realidade; é à base da penetração psicológica de W. E. H. Lecky, tal como da profundidade e clareza de Max Weber. É a marca do que há de melhor nos estudos contemporâneos do homem e da sociedade.

Nenhum estudo social que não volte ao problema da biografia, da história e de suas interligações dentro de uma

sociedade completou a sua jornada intelectual. Quaisquer que sejam os problemas específicos dos analistas sociais clássicos, por mais limitadas ou amplas as características da realidade social que examinaram os que tiveram consciência imaginativa das possibilidades de seu trabalho formularam repetida e coerentemente três séries de perguntas:

1) Qual a estrutura dessa sociedade como um todo? Quais seus componentes essenciais, e como se correlacionam? Como difere de outras variedades de ordem social? Dentro dela, qual o sentido de qualquer característica particular para a sua continuação e para a sua transformação?

2) Qual a posição dessa sociedade na história humana? Qual a mecânica que a faz modificar-se? Qual é seu lugar no desenvolvimento da humanidade como um todo, e que sentido tem para esse desenvolvimento? Como qualquer característica particular que examinemos afeta o período histórico em que existe, e como é por ele afetada? E esse período - quais as suas características essenciais? Como difere de outros períodos? Quais seus processos característicos de fazer a história?

3) Que variedades de homens predominam nessa sociedade e nesse período? E que variedades irão predominar? De que formas são selecionadas, formadas, liberadas e reprimidas, tornadas sensíveis ou impermeáveis? Que tipos de "natureza humana" se revelam na conduta e caráter que observamos nessa sociedade, nesse período? E qual é o sentido que para a "natureza humana" tem cada uma das características da sociedade que examinamos?

Seja o objeto do exame uma grande potência, ou uma passageira moda literária, uma família, uma prisão, um credo - são essas as perguntas que os melhores analistas sociais formularam. São os centros intelectuais dos estudos clássicos do homem na sociedade - e são perguntas formuladas inevitàvelmente por qualquer espírito que possua uma imaginação sociológica. Pois essa imaginação é a capacidade de passar de uma perspectiva a outra - da política para a psicológica; do exame de uma única família para a análise comparativa dos orçamentos nacionais do mundo; da escola teológica para a estrutura militar; de considerações de uma indústria petrolífera para estudos da poesia contemporânea. É a capacidade de ir das mais impessoais e remotas transfor-

mações para as características mais íntimas do ser humano - e ver as relações entre as duas. Sua utilização se fundamenta sempre na necessidade de conhecer o sentido social e histórico do indivíduo na sociedade e no período no qual sua qualidade e seu ser se manifestam.

É por isso, em suma, que por meio da imaginação sociológica os homens esperam, hoje, perceber o que está acontecendo no mundo, e compreender o que está acontecendo com eles, como 'minúsculos pontos de cruzamento da biografia e da história, dentro da sociedade. Em grande parte, a visão autoconsciente que o homem contemporâneo tem de si, considerando-se pelo menos um forasteiro, quando não um estrangeiro permanente, baseia-se na compreensão da relatividade social e da capacidade transformadora da história. A imaginação sociológica é a forma mais frutífera dessa consciência. Usando-a, homens cujas mentalidades descreviam apenas uma série de órbitas limitadas passam a sentir-se como se subitamente acordassem numa casa que apenas aparentemente conheciam. Certo ou não, com frequência passam a sentir que não podem proporcionar-se súmulas adequadas, análises coesas, orientações gerais. As decisões anteriores, que pareciam sólidas, passam a ser, então, como produtos de uma mente inexplicàvelmente fechada. Sua capacidade de surpresa volta a existir. Adquirem uma nova forma de pensar, experimentam uma transavaliação de valores: numa palavra, pela sua reflexão e pela sua sensibilidade, compreendem o sentido cultural das Ciências Sociais.

2.

Talvez a distinção mais proveitosa usada pela imaginação sociológica seja a entre "as perturbações pessoais originadas no meio mais próximo" e "as questões públicas da estrutura social". Essa distinção é um instrumento essencial da imaginação sociológica e uma característica de todo trabalho clássico na ciência social.

As perturbações ocorrem dentro do caráter do indivíduo e dentro do âmbito de suas relações imediatas com os outros; estão relacionadas com o seu eu e com as áreas limitadas da vida social, de que ele tem consciência direta e pessoal. Assim, a formulação e a resolução das perturbações se enquadram, adequadamente, no âmbito do indivíduo como entida-

de biográfica e dentro do alcance de seu meio imediato o ambiente social que está aberto diretamente à sua experiência pessoal e, em certas proporções, à sua atividade consciente. Uma perturbação é um assunto privado: a pessoa sente que os valores por ela estimados estão ameaçados.

As questões relacionam-se com assuntos que transcendem esses ambientes locais do indivíduo e o alcance de sua vida íntima. Relacionam-se com a organização de muitos desses ambientes sob a forma de instituições de uma sociedade histórica como um todo, com as maneiras pelas quais os vários ambientes de pequena escala se confundem e se interpenetram; para formar a estrutura mais ampla da vida social e histórica. Uma questão é um assunto público: é um valor estimado pelo público que está ameaçado. Com frequência, há um debate sobre o que esse valor realmente representa e sobre o que realmente o ameaça. O debate frequentemente é impreciso, quando menos não seja porque é da própria natureza de uma questão que, ao contrário do que ocorre até mesmo com os problemas generalizados, não pode ser bem definida em termos dos ambientes imediatos e cotidianos do homem comum. A questão, na verdade, envolve quase sempre uma crise nas disposições institucionais, e com frequência também aquilo que os marxistas chamam de "contradições" ou "antagonismos".

Nessas condições, consideremos o desemprego. Quando, numa cidade de cem mil habitantes, somente um homem está desempregado, isso é seu problema pessoal, e para sua solução examinamos adequadamente o caráter do homem, suas habilidades e suas oportunidades imediatas. Mas' quando numa nação de 50 milhões de empregados, 15 milhões de homens não encontram trabalho, isso é uma questão pública, e não podemos esperar sua solução dentro da escala de oportunidades abertas às pessoas individualmente. A estrutura mesma das oportunidades entrou em colapso. Tanto a formulação exata do problema como a gama de soluções possíveis exigem que consideremos as instituições econômicas e políticas da sociedade e não apenas a situação pessoal e o caráter de um punhado de indivíduos.

Consideremos a guerra. O problema pessoal da guerra, quando ela ocorre, pode ser sobreviver ou morrer com hon-

ra; ganhar dinheiro com ela; elevar-se à alta segurança do aparato militar; ou contribuir para o seu término. Em suma, segundo os valôres de cada um, encontrar um ambiente e dentro dêle sobreviver à guerra, ou dotar de sentido a morte por ela provocada. Mas as questões estruturais da guerra relacionam-se com suas causas; com que tipos de homens ela eleva ao comando; com seus efeitos sôbre as instituições econômicas, políticas, familiares e religiosas; com a irresponsabilidade desorganizada de um mundo de Estados-nações.

Consideremos o casamento. No casamento, o homem e a mulher podem ter perturbações pessoais; mas quando a taxa de divórcios durante os primeiros quatro anos de casamento é de 250 para cada 1.000, isso mostra que existe uma questão estrutural relacionada com as instituições do casamento e família, e outras, correlatas.

Ou consideremos a metrópole - a horrível, bela, feia, magnífica cidade grande. Para muita gente da classe superior, a. solução pessoal para o "problema da cidade" é ter um apartamento com garagem, no centro da cidade, e a 60 quilômetros uma casa projetada por Henry Hill, com jardim de Garrett Eckbo, em cem acres de terras particulares. Nesses dois ambientes perfeitamente controlados - com uma pequena criadagem em cada e um helicóptero particular para fazer a ligação - a maioria das pessoas poderá resolver muitos dos problemas dos contextos pessoais, causados pelas condições da cidade. Mas tudo isso, por mais esplêndido, não resolve as questões públicas que a realidade estrutural da cidade cria. Que fazer com essa maravilhosa monstruosidade? Dividi-la em unidades esparsas, combinando residência e trabalho? Renová-la tal como se encontra? Ou, depois de evacuada, dinamitá-la e construir novas cidades de acôrdo com novos planos, em novos lugares? Quais deveriam ser êsses planos? E quem decide e quem põe em prática as decisões tomadas? São questões estruturais; para enfrentá-las e solucioná-las é necessário considerar as questões políticas e econômicas que afetam numerosos ambientes.

Quando a estrutura econômica é tal que provoca depressões, o problema do desemprego foge à solução pessoal. Na medida em que a guerra é inerente ao sistema do Estado-nação e à industrialização irregular do mundo, o indivíduo

em seu ambiente limitado é impotente - com ou sem ajuda psiquiátrica - para resolver os problemas que esse sistema, ou falta de sistema, lhe cria. Na medida em que a família, como instituição, transforma as mulheres em adoráveis escravas e os homens em seus principais mantenedores e ao mesmo tempo dependentes, o problema de um casamento satisfatório continua a fugir a uma solução exclusivamente pessoal. Na medida em que a superdesenvolvida megalópole e o superdesenvolvido automóvel são características intrínsecas da sociedade superdesenvolvida, as questões públicas da vida urbana não serão resolvidas pela engenhosidade pessoal e pela riqueza particular.

Aquilo que experimentamos em vários e específicos ambientes de pequena escala, já o observei, é com freqüência causado pelas modificações estruturais. Assim, para compreender as modificações de muitos ambientes pessoais, temos necessidade de olhar além deles. E o número e variedade dessas modificações estruturais aumentam à medida que as instituições dentro das quais vivemos se tornam mais gerais e mais complicadamente ligadas entre si. Ter consciência da ideia da estrutura social e utilizá-la com sensibilidade é ser capaz de identificar as ligações entre uma grande variedade de ambientes de pequena escala Ser capaz de usar isso é possuir a imaginação sociológica

3.

Quais as principais questões publica a coletividade e as preocupações-chaves dos indivíduos em nossa época? Para formular as questões e as preocupações, devemos indagar quais os valores aceitos e que estão ameaçados, e quais os valores aceitos e mantidos pelas tendências características de nosso período. Tanto no caso da ameaça como de apoio, devemos indagar que condições de estrutura mais destacadas podem existir na situação.

Quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem estar. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados, experimentam uma crise seja como problema pessoal ou

como questão pública. E se todos os seus valôres estiverem em jogo, sentem a ameaça total do pânico.

Mas suponhamos que as pessoas não tenham consciência de valôres aceitos nem de qualquer ameaça. Experimentam, então, a indiferença, que, se envolve-los a todos, se transforma na apatia.Suponhamos, finalmente, que não tenham consciência e quaisquer valôres estimados, mas ainda sintam agudamente uma ameaça. Experimentam, então, a inquietação, a ansiedade, que, se for bastante forte, torna-se uma doença mortal e não específica.

Nossa época é uma época de inquietação e indiferença - ainda não formuladas de modo a permitir que sôbre elas se exerçam a razão e a sensibilidade. Ao invés de problemas - definidos em termos de valôres e ameaças - há com freqüência a miséria da inquietação vaga; ao invés das questões explícitas, há com freqüência o sentimento desanimador de que algo não está certo. Nem os valôres ameaçados, nem aquilo que os ameaça, foram formulados. Em suma, não foram levados ao ponto de decisão. E muito menos foram formulados como problemas de ciência social.

Na década de 1930 eram poucas as dúvidas - exceto entre certos círculos econômicos iludidos de que havia uma questão econômica, constituindo também um conjunto de problemas pessoais. Nos argumentos sobre "a crise do capitalismo", as formulações de Marx e muitas das reformulações de seu trabalho, não aceitas, provàvelmente estabeleceram os principais termos da questão, e alguns homens chegaram a compreender seus problemas pessoais dentro desses termos. Os valores ameaçados eram vistos e estimados por todos; as contradições estruturais que os ameaçavam também pareciam evidentes, sendo experimentadas de modo geral e profundo. Era uma idade política. .

Mas os valôres ameaçados na era posterior à Segunda Guerra Mundial não são, com freqüência, reconhecidos por todos como valôres nem todos os julgam ameaçados. Muita inquietação pessoal deixa de encontrar formulação; e muito mal-estar público e decisões de enorme relevância estrutural jamais chegam a constituir-se em questões públicas. Para os que aceitam valôres herdados, como razão e liberdade, é a inquietação em si que constitui o problema; é a indiferença em si que constitui a questão. E essa condição de inquieta-

ção e indiferença é que constitui a característica marcante do nosso período.

Tudo isso é tão surpreendente que os observadores frequentemente interpretam tal conjuntura como uma transformação dos tipos mesmos de problemas que precisam, agora, ser formulados. Ouvimos dizer, com freqüência, que os problemas de nossa década, ou mesmo as crises de nosso período, passaram além do setor exterior da economia, e têm hoje relação com a qualidade da vida individual - na verdade, com a possibilidade de continuar havendo, dentro em breve, qualquer coisa a que se possa chamar adequadamente de vida individual. Não o trabalho infantil, mas as histórias em quadrinhos, não a pobreza, mas o ócio em massa são os centros de preocupação. Muitas das grandes questões públicas bem como muitos problemas privados são descritos em termos "de psiquiatria" - frequentemente, numa tentativa patética de evitar as grandes questões e problemas da sociedade moderna. Tal formulação se baseia, quase sempre, num estreitamento provinciano do interesse das sociedades ocidentais, ou mesmo dos Estados Unidos - que assim ignoram dois terços da humanidade, quase sempre, também, separa arbitràriamente a vida individual das grandes instituições dentro das quais ela se realiza, e que por vezes nela influem de forma mais prejudicial do que o ambiente íntimo da infância.

Os problemas do ócio, por exemplo, não podem nem mesmo ser formulados sem considerarmos os problemas do trabalho. As preocupações da família com as histórias em quadrinhos não podem ser formuladas como problemas, sem considerarmos a sorte da família contemporânea em suas novas relações com as instituições mais recentes da estrutura social. Nem o lazer, nem a sua utilização debilitante, podem ser compreendidos como problemas, sem o reconhecimento das proporções em que o mal-estar e a indiferença hoje formam o clima social e pessoal da sociedade americana contemporânea. Nesse clima, nenhum problema da "vida privada" pode ser formulado e resolvido sem reconhecimento da crise de ambição que é parte da carreira mesma dos homens que trabalham na economia incorporada.

É certo, como os psicanalistas afirmam constantemente, que as pessoas experimentam, "cada vez mais, o sentimento

de serem movidas por forcas obscuras dentro de si mesmas, e que são incapazes de definir". Mas não é verdade, como afirmou Ernest Jones, que "o principal inimigo do homem e seu principal perigo são sua própria natureza desordenada e as forcas sombrias comprimidas dentro dêle". Pelo contrário: "o principal perigo do homem" está nas forcas desregradas da própria sociedade contemporânea, com seus métodos de produção alienantes, suas técnicas envolventes de domínio político, sua anarquia internacional - numa palavra, suas transformações gerais da própria "natureza" do homem e das condições e objetivos de sua vida.

Hoje, a principal tarefa intelectual e política do cientista social, pois as duas aqui coincidem é deixar claros os elementos da inquietação e da indiferença contemporâneas. É a exigência central que lhe fazem outros trabalhadores culturais – os cientistas físicos, os artistas, a comunidade intelectual em geral. É devido a essa tarefa e a essas exigências, creio que as Ciências Sociais se estão transformando no denominador comum de nosso período cultural, e a imaginação sociológica na qualidade intelectual que mais necessitamos.

4.

Em toda idade intelectual, um estilo de reflexão tende a tornar-se o denominador da vida cultural. Hoje em dia, são certas, muitas modas intelectuais são aceitas amplamente, para serem pouco depois substituídas por outras, no curso de um ou dois anos. Esses entusiasmos podem acrescentar certo tempero ao jogo cultural, mas deixam pouco, ou nenhum, traço intelectual. Isso não ocorre com formas de pensamento como a "Física newtoniana", ou a "Biologia darwiniana". Cada um desses universos intelectuais se torna uma influência que alcança muito além de qualquer esfera especial de ideias e imagens. Em termos dessas formas, ou nos termos que delas derivam professores desconhecidos e comentaristas da moda reenquadram suas observações e reformulam suas preocupações.

Durante a era moderna, a ciência física e biológica foi o principal denominador comum da reflexão séria

e da metafísica popular nas sociedades ocidentais. "A técnica de laboratório" foi o modo de processo e a fonte de segurança intelectual. Esse é um dos significados da ideia de um denominador comum intelectual: os homens podem formular, em seus termos, suas convicções mais fortes; outros termos e outros estilos de reflexão parecem simples veículos de fuga e obscuridade.

A predominância de um denominador comum não significa, decerto, que não existam outros estilos de pensamento ou formas de sensibilidade. Mas significa isso sim, que os interesses intelectuais mais gerais tendem a penetrar nessa área, a serem formulados, ali, com mais agudeza, e quando assim formulados,· considera-se que chegaram se não a uma solução, pelo menos a uma forma proveitosa de serem levados à frente.

A imaginação sociológica se está tornando, creio o principal denominador da nossa vida cultural, e sua característica marcante. Essa qualidade da mente se encontra nas Ciências Sociais e Psicológicas, mas vai muito além desses estudos, tal como conhecemos. Sua aquisição pelos indivíduos e pela comunidade cultural em geral é lenta e por vezes hesitante; muitos cientistas sociais não têm consciência dela. Não parecem saber que o uso dessa imaginação é central ao melhor trabalho que possam realizar que deixando de desenvolvê-la e usá-la estão deixando de atender às expectativas culturais que se fazem deles e que as tradições clássicas de suas várias disciplinas colocam à sua disposição.

Não obstante, nas preocupações fatuais e morais, no trabalho literário e na análise política, as qualidades dessa imaginação são regularmente necessárias. Numa grande variedade de expressões, tornam-se características centrais das realizações intelectuais e da sensibilidade cultural. Os principais críticos exemplificam-nas, e o mesmo fazem os jornalistas sérios - na verdade, o trabalho de ambos é frequentemente julgado nestes termos. As categorias populares de crítica - as hiperintelectualizadas, as de nível médio e as de nível inferior - são hoje pelo menos tão sociológicas quanto estéticas. Os romancistas - cujas obras sérias representam as definições mais generalizadas da realidade humana possuem com freqüência essa imaginação e procuram atender à procura que dela existe. Por meio dela, busca-se a orien-

tação para o presente como história. À medida que as imagens da "natureza humana" se tornam mais problemáticas, experimenta-se uma crescente necessidade de dedicar uma atenção mais cuidadosa, e ao mesmo tempo mais imaginativa, às rotinas e catástrofes sociais que revelam (e que condicionam) a natureza do homem nesta época de intranquilidade civil e conflito ideológico. Embora a moda se revele por vezes através da tentativa de utilizá-la, a imaginação sociológica não é apenas uma moda. É uma qualidade que parece prometer mais dramàticamente um entendimento das realidades Íntimas de nós mesmos, em ligação com realidades sociais mais amplas. Não é apenas uma qualidade de espírito entre a variedade contemporânea de sensibilidades culturais - é a qualidade, cujo uso mais amplo e mais desembaraçado nos proporciona a perspectiva de que todas essas sensibilidades - e na verdade, a própria razão humana - virão a desempenhar um papel maior nas questões humanas.

o significado cultural da ciência física - o principal denominador comum antigo - se está tornando duvidoso. Como estilo intelectual, a ciência física está começando a ser considerada inadequada por muitos. A adequação dos estilos científicos, de pensamento e sentimento, imaginação e sensibilidade, esteve decerto, desde o início, sujeita a dúvidas religiosas e controvérsia teológica, mas nossos avós e pais científicos as eliminaram. As atuais são seculares, humanísticas - e, com frequência, bastante confusas. Fatos recentes na ciência física - com seu ponto culminante, tecnologicamente, na bomba H e nos meios de transportá-la - não foram sentidos como uma solução para qualquer dos problemas conhecidos e estudados profundamente pelas grandes' comunidades intelectuais e públicos culturais. Tais fatos foram corretamente considerados como resultado de uma pesquisa altamente especializada, e tidos, impropriamente, como muito misteriosos. Provocaram mais problemas - intelectuais e morais - do que resolveram, e os problemas assim criados estão mais na área das questões sociais do que físicas. A evidente conquista da natureza, a superação da escassez, é sentida pelos homens das sociedades superdesenvolvidas como virtualmente completa. E hoje, nessas sociedades, a ciência - o principal instrumento de tal conquista - está desorientada, sem objetivo e necessitando de uma reavaliação.

A valorização moderna da ciência há muito vem sendo apenas suposta, mas hoje o elemento moral na tecnologia e o tipo de imaginação engenheiral associada a 'essa' ciência muito mais provàvelmente serão ambíguas e aterrorizadoras do que esperançosas e progressistas. É claro que a ciência não se limita a isso, mas teme-se que tal limitação venha a ocorrer. A necessidade, que se experimenta, de reavaliar a ciência física reflete a necessidade de um novo denominador comum. É o sentido humano e o papel social da ciência, seus aspectos militar e comercial, sua significação política, que estão sendo objeto de uma revisão confusa. O desenvolvimento científico das armas bélicas pode levar à "necessidade" de uma redisposição política do mundo - mas tal "necessidade" não é ao que se pensa passível de solução apenas pela ciência física.

Muito do que se considerava como "ciência" passou a ser visto hoje como uma filosofia dúbia; muito do que se considerava como "verdadeira ciência" frequentemente nos proporciona apenas fragmentos confusos das realidades entre as quais vive o homem. Homens de ciência, pelo que se acredita geralmente, já não tentam retratar a realidade como um todo ou apresentar um esboço verdadeiro do destino humano. Além disso, a "ciência" parece a muitos menos um elemento moral criador e uma forma de orientação do que um grupo de Máquinas Científicas, operadas por técnicos e controladas por economistas e militares, que não a representam nem a compreendem como ética e orientação. Enquanto isso, os filósofos que falam em nome da ciência com frequência a transformam num "cientificismo", considerando sua experiência idêntica à experiência humana, e pretendendo que somente pelos seus métodos podem os problemas da vida ser resolvidos. Com tudo isso, muitos trabalhadores culturais passaram a considerar a "ciência" como um falso e pretensioso Messias, ou pelo menos um elemento altamente ambíguo na civilização moderna.

Mas há na frase de C. P. Snow, "duas culturas": a científica e a humanista. Seja como história ou drama, como biografia, poesia ou ficção, a essência da cultura humanista tem sido literária. Afirmam-se hoje, por vezes, que a literatura séria tornou-se, sob muitos aspectos, uma arte menor. Se assim for, não é· apenas devido ao desenvolvimento de pú-

blicos de massa e de meios de comunicação de massa, e tudo o que isso significa para a produção literária séria. É também devido à qualidade mesma da história de nossa época e dos tipos de necessidade que os homens de sensibilidade experimentam para apreender essa qualidade.

Que ficção, que jornalista, que atividade artística pode concorrer com a realidade histórica e os fatos políticos de nosso tempo? Que visão dramática do inferno pode concorrer com os acontecimentos da guerra do século XX? Que denúncias morais podem alcançar as proporções da insensibilidade moral dos homens, diante das agonias da acumulação primitiva? Os homens desejam conhecer a realidade social e histórica, e frequentemente não veem na literatura contemporânea um meio adequado de conhecê-la. Anseiam por fatos, buscam-lhe os sentidos, querem um "retrato maior" no qual possam acreditar e dentro do qual se possam compreender. Desejam também valores que os orientem, e formas de sentimento adequadas, estilos de emoção e vocabulários de motivos que sejam também adequados. E não os encontram fàcilmente na literatura de hoje. Não importa se essas qualidades deveriam ser encontradas ali - importa é que, com frequência, não o são.

No passado, os homens da literatura, os críticos e historiadores, tomavam notas sobre a Inglaterra e sobre viagens à América. Procuravam caracterizar cada uma das sociedades como um todo, e discernir-lhes os significados. Se Tocqueville ou Taine fossem vivos hoje, não seriam sociólogos? Fazendo essa pergunta sobre Taine, um comentarista do The Times (de Londres) sugere:

> Taine sempre viu o homem principalmente como um animal social e a sociedade como uma coleção de grupos; podia observar minuciosamente, era um incansável investigador de campo, e possuía uma qualidade particularmente valiosa para perceber as relações entre os fenômenos sociais - a qualidade da vivacidade. Estava demasiado interessado no presente para ser um bom historiador, era teórico demais para tentar o romance, e considerava a literatura demasiado como um documento na cultura de uma era ou um país, para atingir um lugar destacado como crítico... ... Seu trabalho sobre a literatura inglesa é menos sobre esta, propriamente dita, do que um comentário sobre a moralidade da sociedade inglesa, e um veiculo de seu positivismo. É acima de tudo um teórico social. [1]

---

[1] Suplemento Literário do Times, 5 de novembro de 1957.

o fato de que ele tenha permanecido antes um "homem literário" do que um "cientista social" talvez constitua um testemunho de domínio, em grande parte da ciência social do século XIX, da busca zelosa de "leis", presumidamente comparáveis às que se julgam terem sido descobertas pelos cientistas naturais. Na ausência de uma ciência social adequada, críticos e romancistas, dramaturgos e poetas foram os principais, e com frequência os únicos, formuladores dos problemas privados e até mesmo das questões públicas. A arte expressa tais sentimentos, e frequentemente os focaliza - e quando é boa, com agudeza dramática - mas mesmo assim não o faz com a clareza intelectual hoje exigida para seu entendimento, ou para sua solução. A arte não formula, e não pode formular, tais sentimentos como problemas encerrando as preocupações e as questões que os homens enfrentam, para que possam superar sua inquietação e sua indiferença, e as misérias insuportáveis a que estas levam. O artista, na realidade, não tenta com frequência tal formulação. Além disso, o artista sério está ele mesmo, em confusão, e muito necessitado de uma ajuda intelectual e cultural de uma ciência social que a imaginação sociológica tomou viva.

5.

É meu objetivo, aqui, definir o sentido das Ciências Sociais para as tarefas culturais de nossa época. Quero especificar os tipos de esforços que estão por trás do desenvolvimento da imaginação sociológica; indicar suas implicações para a vida cultural e política, e talvez sugerir parte do que é necessário para possuí-la. Dessa forma, quero deixar claro a natureza e os usos das Ciências Sociais, hoje, e apresentar uma descrição limitada de sua situação contemporânea, nos Estados Unidos. [2]

---

[2] Devo dizer que prefiro muito mais a expressão "estudos sociais" do que "ciências sociais" - não porque não me agradem os cientistas físicos (pelo contrário), mas porque a palavra "ciência" adquiriu grande prestigio e um sentido bastante impreciso. Não sinto qualquer necessidade de roubar esse prestigio ou tornar o sentido ainda menos precisa usando-a como uma metáfora filosófica. Suponho, entretanto, que se escrevesse sobre os "estudos sociais", os leitores pensariam apenas na educação cívica dos cursos secundários -- que, de todos os setores do conhecimento humano, é o que menos

A "ciência social" consiste, é claro, daquilo que os cientistas sociais, como tal reconhecidos, estiverem fazendo em determinado momento - mas nem todos estão fazendo a mesma coisa, na verdade, nem mesmo coisas parecidas. A ciência social é também o que os cientistas sociais do passado fizeram - mas diferentes estudiosos acolhem e usam diferentes tradições em suas disciplinas. Quando falo da "promessa da ciência social", espero estar claro que me refiro à promessa, tal como a entendo.

Atualmente, entre os cientistas sociais, há uma apreensão generalizada tanto intelectual como moral sobre a direção que seus estudos estão tomando. Essa apreensão, bem como as tendências infelizes que para ela contribuem, são,

_____

me atrai. "Ciências do comportamento" é uma expressão simplesmente impossível, criada, creio, como recurso de propaganda para obter dinheiro para a pesquisa social de Fundações e Congressistas que confundem "ciência social" com "socialismo". A melhor cxpressão incluiria história (e psicologia, na medida em que se ocupa dos seres humanos), e seria o menos controversa possível, pois deveríamos argumentar com palavras e não lutar por causa delas. Talvez "disciplinas hunanas" servisse. Mas não importa. Com a esperança de não ser mal compreendido por muitos, curvo-me à convenção e uso "ciências sociais", mais comum.

Um outro ponto: espero que meus colegas aceitem a expressão "imaginação sociológica". Os cientistas políticos que leram os originais deste livro sugerem "imaginação política"; os antropólogos, "imaginação antropológica" - e assim por diante. A expressão importa menos do que a ideia, que espero deixar clara no curso deste livro. Com ela, não desejo, decerto, sugerir apenas a disciplina acadêmica da Sociologia. Muito do que a frase significa para mim não encontra expressão nos sociólogos. Na Inglaterra, por exemplo, a Sociologia como disciplina acadêmica é ainda um pouco marginal, e não obstante em grande parte do jornalismo, ficção e, acima de tudo, na história, a imaginação sociológica é ali realmente muito desenvolvida. O mesmo ocorre na França: tanto a confusão como a audácia do pensamento francês desde a Segunda Guerra Mundial se baseiam no seu sentimento sobre as características sociológicas do destino do homem em nossa época, e não obstante essas tendências são manifestadas por homens de letras, e não pelos sociólogos profissionais. Não obstante, emprego "imaginação sociológica" por que: 1) todo sapateiro pensa que só existe o couro e eu, por bem ou por mal, sou um sociólogo; 2) creio que historicamente a qualidade de espírito tem sido evidenciada com mais frequência e intensidade pelos sociólogos clássicos do que por quaisquer outros cientistas sociais; 3) como vou examinar criticamente várias curiosas escolas sociológicas, preciso de uma contra-expressão sobre a qual me apoiar.

creio eu, parte de um mal-estar geral contemporâneo da vida intelectual. Não obstante, talvez a apreensão seja mais aguda entre os cientistas sociais, porque perspectivas mais amplas guiaram grande parte do trabalho anterior, em seus campos, e devido à natureza dos assuntos de que se ocupam e à necessidade urgente de um trabalho significativo.

Nem todos participam dessa apreensão, mas o fato de que isso ocorra é, em si, causa para maiores constrangimentos entre os que estão alertas às perspectivas e são bastante honestos para admitir a mediocridade pretensiosa de grande parte do atual esforço. Falando francamente, espero contribuir para essa apreensão, definir parte de suas fontes e ajudar a transformá-la numa necessidade específica de realizar a promessa da ciência social, abrir o caminho para novos começos; em suma, indicar algumas das tarefas à mão, e os meios disponíveis para realizar o trabalho que deve ser feito agora.

Ultimamente, o conceito de ciência social, que defendo, não vem predominando. Minha concepção se opõe à ciência social como um corpo de técnicas burocráticas que inibem a pesquisa social com suas pretensões "metodológicas", que congestionam esse trabalho com conceitos obscurantistas, ou que os vulgarizam pela preocupação com problemas insignificantes, sem relação com as questões de relevância pública. Essas inibições, obscuridades e vulgarizações criaram uma crise nos estudos sociais de hoje, sem sugerir, pelo menos, uma saída para a crise.

Certos cientistas sociais acentuam a necessidade de "grupos de pesquisa de técnicos", outros o primado do erudito individual. Alguns outros, ainda, gastam grandes energias com o refinamento dos métodos e técnicas de investigação; outros pensam que os processos eruditos do artesanato intelectual estão sendo abandonados e devem agora ser reabilitados. Outros realizam seu trabalho de acordo com um conjunto de processos mecânicos rígidos; alguns procuram desenvolver, estimular e usar a imaginação sociológica. Os que são partidários do alto formalismo da "teoria" associam conceitos de forma que parece aos demais curiosa, e estes, por sua vez, defendem a elaboração de termos sàmente quando se torna claro que isso amplia a escala da sensibili-

dade e estimula o raciocínio. Há os que estudam, limitadamente, apenas ambientes de pequena escala, na esperança de atingir os conceitos de estruturas mais amplas, com isso; outros examinam as estruturas sociais nas quais procuram "localizar" muitos ambientes menores. Alguns, desprezando totalmente os estudos comparativos, ocupam-se apenas de uma pequena comunidade de uma determinada sociedade de cada vez; outros, num trabalho plenamente comparativo, tratam diretamente das estruturas sociais nacionais do mundo. Outros limitam sua pesquisa exata às consequências, em curto prazo, das questões humanas; outros se ocupam de questões que só se tornam evidentes na perspectiva histórica mais longa. Alguns especializam seu trabalho segundo os departamentos acadêmicos; outros, valendo-se de todos os departamentos, especializam-se pelos tópicos ou problemas, a despeito de sua posição acadêmica. Alguns comparam a variedade da história, biografia, sociedade; outros não o fazem.

Tais contrastes, e muitos outros de tipo semelhante, não são necessàriamente alternativas autênticas, embora no calor da controvérsia ou na preguiçosa segurança da especialização frequentemente sejam considerados como tal. A esta altura, apenas os apresento em forma rudimentar, voltando a falar deles lá pelo fim dês te livro. Espero, decerto, revelar todas as minhas tendências, pois julgo que os julgamentos devem ser explícitos. Mas também estou procurando, a despeito de meus próprios juízos, formular os sentidos culturais e políticos da ciência social. Minhas tendências não são, evidentemente, nem mais nem menos tendenciosas que as examinadas neste livro. Que as pessoas a elas contrárias usem essa oposição para tornar suas tendências tão explícitas e reconhecidas quanto as minhas! Então os problemas morais do estudo social - o problema da ciência social como uma questão pública - serão identificados, e a discussão se tornará possível. Haverá maior autoconsciência generalizada - o que é, decerto, uma condição preliminar para a objetividade, no empreendimento da ciência social como um todo.

Em suma, creio ser o que se pode chamar hoje de análise clássica um conjunto estável e utilizável de tradições; que sua característica essencial é a preocupação com as estruturas sociais históricas; e que seus problemas são de relevância direta para as questões públicas urgentes e para os problemas humanos insistentes. Também acredito que há hoje

grandes obstáculos no caminho da continuação dessa tradição - tanto dentro das Ciências Sociais como de seus meios acadêmico e político - mas que, não obstante as qualidades de espírito que a constituem se estejam tornando um denominador comum de nossa vida cultural geral e que, por mais vaga e por mais confusa que seja a variedade de disfarces, a necessidade delas está começando a ser experimentada.

Muitos praticantes da ciência social, especialmente na América, parecem-me curiosamente relutantes em aceitar o desafio que está hoje à sua frente. Muitos, na verdade, abdicam das tarefas intelectuais e políticas da análise social; outros, sem dúvida, simplesmente não estão à altura do papel que, apesar disso, lhes foi atribuído. Por vezes, parecem ter, deliberadamente, utilizado velhos estratagemas e desenvolvido uma timidez nova. Mas apesar dessa relutância, a atenção intelectual e pública está agora focalizada de modo tão evidente sobre os mundos sociais, presumidamente estudados por esses praticantes da ciência social, que devemos concordar que eles têm uma oportunidade singular. Nessa oportunidade está revelada a promessa intelectual das Ciências Sociais, os usos culturais da imaginação sociológica, e o sentido político dos estudos do homem e da sociedade.

6.

Embora isso seja bastante constrangedor para um sociólogo, todas as tendências infelizes (com a possível exceção de uma) que examinarei nos capítulos seguintes se enquadram naquilo que habitualmente se considera como o "campo da Sociologia"; embora a abdicação cultural e política a elas implícita caracterize, sem dúvida, grande parte do trabalho diário de outras Ciências Sociais. Seja qual for à verdade em disciplinas como a Ciência Política e a Economia, a História e a Antropologia, é evidente que nos Estados Unidos de hoje o que se conhece como Sociologia tornou-se o centro de reflexão sobre a ciência social. Tornou-se o centro de interesse pelos métodos, e nele encontramos também o mais extremado interesse pela "teoria geral". Uma variedade realmente notável de trabalhos intelectuais participou do desenvolvimento da tradição sociológica. Interpretar essa variedade como Uma Tradição é, em si, uma audácia. Mas talvez haja concordância geral quanto ao fato de que a atividade

hoje reconhecida como trabalho sociológico vem tendendo a movimentar-se numa ou mais de três direções gerais, cada qual sujeita a deformação, e a esboroar-se no chão.

Tendência I: No sentido de uma teoria da história. Nas mãos de Comte, por exemplo, como nas de Marx, Spencer e Weber, a Sociologia é um empreendimento enciclopédico, ocupando-se da totalidade da vida social do homem. É ao mesmo tempo histórica e sistemática - histórica, porque trata de material do passado, e dele se utiliza; sistemática, porque o faz a fim de discernir "os estágios" do curso da história e as regularidades da vida social.

A teoria da história do homem pode deformar-se muito fàcilmente numa camisa de força trans-histórica, na qual os materiais da história humana são introduzidos à força, e da qual surgem visões proféticas (habitualmente sombrias) do futuro. As obras de Arnold Toynbee e de Oswald Spengler são exemplos bem conhecidos.

Tendência II: No sentido de uma teoria sistemática "da natureza do homem e da sociedade". Por exemplo, nos trabalhos dos formalistas, notadamente Simmel e Von Weise, a Sociologia passa a ocupar-se de conceitos criados para a classificação de todas as relações sociais e que proporcionam uma visão de suas características supostamente invariáveis. Ocupa-se, em suma, com uma visão bastante estática e abstrata dos componentes da estrutura social, num nível de generalidade bastante elevado.

Talvez em reação à deformação da Tendência I, a história possa ser totalmente abandonada: a teoria sistemática da natureza do homem e da sociedade passa a ser, com demasiada facilidade, um formalismo complicado e árido, no qual a divisão dos Conceitos e uma interminável redisposição torna-se a principal tarefa. Entre o que eu chamarei de Grandes Teóricos, as concepções tornaram-se, realmente, Conceitos. A obra de Ta1cott Parsons é o principal exemplo contemporâneo da Sociologia americana.

Tendência III: No sentido de estudos empíricos dos fatos e problemas sociais contemporâneos. Embora Comte e Spencer fossem os esteios principais da ciência social americana até 1914, aproximadamente, e fosse intensa a influên-

cia teórica alemã o levantamento empírico tornou-se central nos Estados Unidos, logo de início. Isso resultou, em parte, da existência acadêmica anterior da Economia: e da Ciência Política. Levando-se isso em conta, e na medida em que a Sociologia é definida como o estudo de uma área especial da sociedade, ela se torna fàcilmente uma espécie de tarefa excêntrica entre as Ciências Sociais, constituída de estudos miscelâneas e restos acadêmicos. Há os estudos das cidades e famílias, das relações raciais e étnicas, e naturalmente dos "pequenos grupos". Como iremos ver, a miscelânea resultante foi transformada num estilo de pensamento, que examinarei sob a denominação de "praticalismo liberal".

Os estudos da realidade contemporânea podem tornar-se fàcilmente uma série de fatos desconexos e com frequência insignificantes, se relacionados apenas com ambientes de pequena escala. Muitos cursos sobre a Sociologia americana ilustram isso, e talvez os livros didáticos no setor da desorganização social o revelem melhor ainda. Por outro lado, os sociólogos têm a tendência de se tornarem especialistas na técnica de pesquisa de quase tudo: entre eles, os métodos se transformaram na Metodologia. Grande parte do trabalho - e do ethos nele existente - de George Lundberg, Samuel Stouffer, Stuart Dodd, Paul F. Lazarsfeld são exemplos atuais. Essas tendências - de dispersar a atenção e cultivar o método pelo método - são dignas companheiras, embora não ocorram necessàriamente juntas.

As peculiaridades da Sociologia podem ser compreendidas como deformações de uma ou mais de suas tendências tradicionais. Mas suas promessas também podem ser compreendidas em termos dessas tendências. Nos Estados Unidos de hoje surgiu uma espécie de amálgama helenístico, incorporando vários elementos e finalidades das Sociologias de diversas sociedades ocidentais. O perigo é que em meio dessa abundância sociológica, outros cientistas sociais se tornem tão impacientes, e os sociólogos com tal ansiedade de "pesquisa", que percam o controle de um legado realmente valioso. Mas há também uma oportunidade, em nossa condição: a tradição sociológica encerra as melhores formulações da promessa cabal de Ciências Sociais como um todo, bem como certa realização parcial de tal promessa. A nuança e

a sugestão que os alunos de Sociologia possam encontrar em suas tradições não podem ser resumidas com brevidade, mas qualquer cientista social que as considerar se sentirá ricamente compensado. O domínio pode ser transformado, fàcilmente, em novas orientações para seu trabalho na ciência social.

Voltarei às promessas da ciência social (nos capítulos 7 a 10), depois de um exame de suas deformações mais comuns (capítulos 2 a 6).

CAPÍTULO 2

A Grande Teoria

COMECEMOS Com um exemplo da grande teoria, extraído de The Social System, de Talcott Parsons - considerado, geralmente, como um importantíssimo livro, por um dos mais eminentes representantes desse estilo.

Um elemento do sistema simbólico partilhado que serve como critério ou padrão para a seleção entre as alternativas de orientação que estão intrinsecamente abertas numa situação pode ser chamado de valor... ... Mas é necessário distinguir desse aspecto motivacional de orientação a totalidade da ação, em vista do papel dos sistemas simbólicos, um aspecto de "valor-orientação". Tal aspecto se relaciona não com o sentido do estado de coisas esperado do agente, em termos de seu equilíbrio de satisfação e privação, mas do conteúdo dos padrões seletivos em si. O conceito de valor-orientação, nesse sentido, é, portanto, um recurso lógico para a formulação de um aspecto central da articulação das tradições culturais no sistema de ação.

Segue-se da derivação da orientação normativa e do papel dos valores em ação, tal como dissemos acima, que todos os valores envolvem o que poderíamos chamar de referência social... É inerente a um sistema de ação que a ação seja, para usarmos a expressão, "orientada normativamente". Isso se segue como mostramos, do conceito de expectativas e seu lugar na teoria da ação, especialmente na fase "ativa", na qual o agente persegue metas. As expectativas, portanto, em combinação com a "dupla contingência" do processo de interação, como foi chamado, criam um problema crucia1mente imperativo de ordem. Dois aspectos desse problema de ordem podem, por sua vez, ser distinguida, ordem nos sistemas simbólicos que torna possível a comunicação, e ordem na mutualidade da orientação motivacional para o aspecto normativo das expectativas, o problema "hobbesiano" da ordem.

o problema da ordem, e, portanto, da natureza da integração dos sistemas estáveis da interação social, ou seja, de estrutura social, se focaliza, assim, na integração da motivação dos agentes com os padrões culturais normativos que integram o sistema de ação, em nosso contexto interpessoalmente. Essas configurações são nos termos usados no capitulo precedente, padrões de valor-orientação, e como tal são uma parte particularmente crucial da tradição cultural do sistema social. [3]

Talvez alguns leitores sintam, agora, desejo de passar ao capítulo seguinte; espero que não cedam a tal impulso. A Grande Teoria - a associação e dissociação de conceitos merece ser examinada. É verdade que não teve um efeito tão importante quanto à inibição metodológica, que examinaremos no próximo capítulo, pois como estilo de trabalho sua difusão foi limitada. O fato é que ela não se compreende com facilidade: suspeitamos que não seja totalmente inteligível. Trata-se, na verdade, de uma vantagem protetora, mas é uma desvantagem, na medida em que seus pronunciamentos pretendem influir nos hábitos de trabalho dos cientistas sociais. "Não para nos divertirmos, mas para informarmos objetivamente, devemos admitir que suas produções foram recebidas pelos cientistas sociais de uma ou mais das seguintes formas:

Pelo menos para alguns dos que pretendem compreendê-la, e gostam dela, é um dos maiores progressos de toda a história da ciência social.

Para muitos dos que afirmam compreendê-la, mas não gostam dela, é uma peça canhestra de irrelevância pesada. (São raros, talvez porque o desagrado e" a impaciência impeçam muitos de tentar soluciona-la.)

Para os que não afirmam compreendê-la, mas que gostam dela - e há muitos assim - é uma confusão maravilhosa, fascinante precisamente pela sua falta de inteligibilidade, frequentemente esplêndida.

Os que não afirmam compreendê-la e não gostam dela _ se mantêm a coragem de suas convicções - sentirão, na verdade, que o imperador está nu.

---

[3] Talcott Parsons, The Social System. Glencoe, Illinois, The Free Press, 1951, pp. 12, 36-7.

Há, decerto, muitos que qualificam suas opiniões, e muitos que permanecem pacientemente neutros, esperando para ver o resultado profissional, se houver. E embora seja, talvez, um pensamento terrível, muitos cientistas sociais nem mesmo a conhecem, a não ser de ouvir falar.

Ora, tudo isso nos suscita um ponto delicado - inteligibilidade. Esse ponto, decerto, ultrapassa a grande teoria,[4] mas os grandes teóricos estão de tal forma envolvida nela que receio termos de indagar, realmente: será a grande teoria apenas uma verborragia confusa, ou haverá, no final das contas, alguma coisa nela? A resposta, ao que me parece, é: há alguma coisa nela, profundamente enterrada, mas mesmo assim alguma coisa está sendo dita. A pergunta torna-se, então: depois de removidos todos os impedimentos para entender a grande teoria e quando surge o que é inteligível nela, o que está sendo dito?

1.

Há apenas uma forma de responder a tal pergunta: devemos "traduzir" um exemplo destacado desse estilo de pensamento, e então examinar a tradução. Já revelei qual o exemplo escolhido. Desejo deixar claro, agora, que não estão procurando julgar o valor do trabalho de Parsons como um todo. Se me refiro a outros de meus escritos, é apenas para esclarecer, de forma econômica, certos aspectos encerrados naquele volume. Ao traduzir o conteúdo de The Social System, não afirmo que minha tradução seja excelente, mas apenas que nela não se perde nenhum sentido explícito. Contém - e estou afirmando - tudo o que há de inteligível. Em particular, procurarei separar as afirmações sobre algo das definições de palavras e das suas relações semânticas. Ambas são importantes; confundi-las é fatal para a clareza. Para deixar evidente o que se faz necessário, traduzirei primeiro vários trechos, e em seguida darei duas traduções abreviadas do livro como um todo.

Traduzamos o exemplo citado no início dês te capítulo: As pessoas frequentemente partilham padrões e esperam que

---

[4] Ver Apêndice, seção 5.

outras sejam fiéis a eles. Na medida em que o fazem, sua sociedade pode ser ordenada. (Fim da tradução.)

Parsons escreveu:

Há, por sua vez, uma dupla estrutura nesse "encadeamento".

Em primeiro lugar, em virtude da internalização do padrão, a conformidade com ele tende a ser de significação pessoal, expressiva, e/ou instrumental para o ego. Em segundo lugar, a estruturação das reações do alter para as ações do ego, como sanções, é uma função dessa conformidade com o padrão. Portanto, a conformidade como modo direto de preenchimento e suas próprias necessidades-disposições tende a coincidir com a conformidade como condição de elidir as reações favoráveis e impedir as reações desfavoráveis de outros. Na medida em que, relativa às ações de uma pluralidade de agentes, a conformidade com um' padrão de valor-orientação atende a ambos esses critérios, ou seja, do ponto de vista de um dado agente no sistema, será tanto um modo de realização de suas próprias necessidades-disposições, e uma condição de "tornar ótimas" as reações de outros agentes significativos, tal padrão será considerado como "institucionalizado".

Uma configuração de valor, nesse sentido, é sempre institucionalizada como um contexto de interação. Há, portanto, sempre um duplo aspecto do sistema de expectativa que é integrado, em relação a ele. De uni lado, há as expectativas relacionadas com, e que em parte determinam, padrões para o comportamento do agente, ego, que é tomado como ponto de referencia; estas são suas "expectativas-papéis". Por outro lado, de seu ponto de vista há uma série de expectativas relativas às relações contingentemente prováveis dos outros (alters) - serão chamadas "sanções", que por sua vez podem ser subdivididas em positivas e negativas, segundo sejam experimentadas pelo ego como gratificação-promoção ou privação. A relação entre as expectativas-papéis e sanções se tornam, então, claramente recíprocas. O que são sanções para o ego são expectativas-papéis para o alter e vice-versa.

Um papel, portanto, é um setor do sistema total de orientação de um agente individual que é organizado sobre as expectativas em relação a um contexto de interação particular, integrado com um conjunto particular de padrões-valores, que governa a interação com um ou mais alters nos papéis complementares adequados. Esses alters não precisam ser um grupo definido de indivíduos, mas envolvem qualquer alter, se e quando ele se transforma numa relação particular complementar de interação com o ego, que envolve uma reciprocidade de expectativas com referência aos padrões comuns de valor-orientação.

A institucionalização de um conjunto de expectativas-papéis e das sanções correspondentes é, evidentemente, uma questão de grau. Esse grau é uma função de dois conjuntos de variáveis: por um lado, os que afetam a configuração real dos padrões de valor-orientação; por outro lado, os que determinam a orientação motivacional ou compromisso com a realização das expectativas relevantes. Como

poderemos ver, uma variedade de fatores pode influenciar esse grau de institucionalização através de cada um desses canais. A antítese polar da plena institucionalização é, porém, a anomia, ausência de complementaridade estruturada do processo de interação ou, o que é o mesmo, a decomposição completa da ordem normativa, em ambos os sentidos. Trata-se, porém, de um conceito limitador que jamais é descritivo de um sistema social concreto. Assim como hã graus de institucionalização, hã também graus de anomia. Uma coisa é o reverso da outra.

Uma instituição será considerada como um complexo dos papéis institucionalizados, integração essa que é de significação estrutural estratégica no sistema social em questão. A instituição deve ser considerada como uma ordem da unidade de estrutura social superior ao papel, e na verdade é constituída de uma pluralidade de padrões-papéis interdependentes, ou componentes deles.[5]

Ou, em outras palavras: Os homens agem uns com os outros e uns contra os outros. Cada qual leva em conta o que os outros esperam. Quando essas expectativas mútuas são suficientemente definidas e duráveis, damos-lhes o nome de padrões. Todo homem espera, também, que os outros reajam ao que ele faz. A isso chamamos reações-sanções esperadas. Algumas parecem muito satisfatórias, outras não. Quando os homens são guiados por padrões e sanções, podemos dizer que estão desempenhando papéis, conjuntamente. É uma metáfora conveniente. E, na realidade, o que chamamos de instituição talvez se defina melhor como um conjunto mais ou menos estável de Papéis Quando dentro de alguma instituição - ou de uma sociedade composta dessas instituições - os padrões e sanções já não dominam os homens, podemos falar, com Durkheim, de anomia. Num extremo, então, estão às instituições, com padrões e sanções claros e ordenados. No outro extremo, está a 'anomia; como diz Yeats, o centro do mundo não se mantém, ou, como digo eu, a ordem normativa se decompôs. (Fim da tradução.).

Nesta tradução, devo admitir, não fui integralmente fiel. Ajudei um pouco, porque essas ideias são muito boas. Na verdade, muitas das ideias dos grandes teóricos, quando traduzidas, são mais ou menos conceitos padrões, existentes em· muitos livros didáticos de Sociologia. Mas, em relação às "instituições", a definição dada acima não é bastante completa. Ao que se traduziu, devemos acrescentar que os pa-

---

[5] Parsons, op. cit., pp. 38-9.

péis que fazem uma instituição não são habitualmente apenas uma grande "complementaridade" de "expectativas partilhadas". O leitor já esteve no exército, numa fábrica ou mesmo numa família? Bem, são instituições. Dentro delas, as expectativas de certos homens parecem apenas um pouco mais prementes que as de outros. Isso ocorre porque, como dizemos, eles têm mais poder. Ou, mais sociologicamente, embora não totalmente: uma instituição é um conjunto de papéis com diferentes graduações de autoridade.

Parsons escreve:

O apego aos valores comuns significa, motivacionalmente falando, que os agentes têm "sentimentos" comuns, em apoio das configurações de valores, que podem ser definidos como significando que a conformidade com as expectativas relevantes é tratada como uma "coisa boa" relativamente independente de qualquer "vantagem" específica instrumental a ser ganha dessa conformidade, como por exemplo, evitar-se as sanções negativas. Além disso, o apego aos valores comuns, embora possa enquadrar-se nas necessidades de satisfação imediatas do agente, tem sempre também um aspecto "moral", porque em certas proporções essa conformidade define as "responsabilidades" do agente, nos sistemas mais amplos, ou seja, de ação social, do qual participa. Evidentemente, o foco específico da responsabilidade é a coletividade, que se constitui por um valor-orientação particular e comum.

Finalmente, é claro que os "sentimentos" que apoiam tais valôres comuns não são, habitualmente, em sua estrutura específica a manifestação de propensões constitucionalmente dadas do organismo. São, em geral, aprendidas ou adquiridas. Além disso, a parte que desempenham na orientação da ação não é predominantemente a dos objetos culturais que são conhecidos e "adaptados a", mas os padrões culturais que se tornaram internalizados. Constituem parte da estrutura do sistema de personalidade do próprio agente. Tais sentimentos, ou "valôres-atitudes" como podem ser chamados, são, portanto, autênticas necessidades-disposições da personalidade. É somente em virtude da internalização dos valores institucionalizados que uma autêntica integração motivacional do comportamento na estrutura social ocorre que as camadas "mais profundas" da motivação se tornam ligadas ao preenchimento dos papéis-expectativas. Somente quando isso ocorreu em alto grau é possível dizer que o sistema social é altamente integrado e que os interesses da coletividade e os interesses privados em seus membros constituintes podem ser considerados como próximos· da coincidência.

---

[*] A coincidência exata deve ser considerada como um caso limitador, como a famosa máquina sem atrito. Embora a integração completa de um sistema social de motivação com um conjunto

Essa integração de um conjunto de configurações de valor comum com a estrutura da necessidade-disposição internalizada das personalidades constituintes é o fenômeno básico da dinâmica do sistema social. Podemos dizer que a estabilidade de qualquer sistema social, exceto o mais evanescente processo de interação, depende até certo ponto dessa integração, e que esse é o teorema fundamental dinâmico da Sociologia. É o principal ponto de referência de todas as análises que pretendam ser uma análise dinâmica do processo social. [8]

Em outras palavras: Quando as pessoas partilham dos mesmos valores, tendem a comportar-se de acordo com o que esperam umas das outras. Além disso, com frequência tratam essa conformidade como algo de muito bom - mesmo quando parece ir contra seus interesses imediatos. Que esses valores partilhados são aprendidos, e não herdados, não os torna menos importantes na motivação humana. Pelo contrário, tornam-se parte da personalidade. Como tal, mantêm unida a sociedade, pois o que é socialmente esperado toma-se individualmente necessário. Isso é tão importante para a estabilidade de qualquer sistema social que vou utilizá-lo como meu principal ponto de partida, sempre que analisar uma sociedade Como uma estrutura em funcionamento. (Fim da tradução.)

De modo semelhante, suponho, poderíamos traduzir as 555 páginas do The Social System, fazendo delas umas 150 páginas de linguagem direta. O resultado não seria muito impressionante. Encerraria, porém, os termos nos quais o problema-chave do livro, e a solução que oferece a esse problema, são mais claramente formulados. Qualquer ideia, qualquer livro, podem, decerto, ser sugeridos numa frase ou expostos em vinte volumes. Tudo depende das proporções em que é necessário detalhar a afirmação para torná-la clara, e da importância que possa ter: quantas experiências torna compreensíveis, que gama de problemas nos permite resolver, ou pelo menos formular.

_____

plenamente coerente de padrões culturais seja empiricamente desconhecida, o conceito desse sistema social integrado é de alta significação teórica. [Nota de Parsons.]

[8] Ibid., pp. 41-2.

Vamos sugerir o livro de Parsons, por exemplo, em duas ou três frases: "Perguntam-nos: como é possível a ordem social? A resposta que nos dão parece ser: valores comumente aceitos." Isso é tudo? Claro que não, mas é o ponto principal. Mas não será uma injustiça? Pode qualquer livro ser tratado assim? Claro. Eis um livro meu, tratado da mesma forma: "Quem, no final de contas, governa a América? Ninguém a governa sozinho, mas na medida em que os grupos a governam é a elite do poder." E eis o livro que o leitor tem nas mãos: "De que tratam as Ciências Sociais? Devem tratar do homem e da sociedade e por vezes o fazem. São tentativas para nos ajudar a compreender a biografia e li história e as ligações das duas numa variedade de estruturas sociais. "

Eis uma tradução do livro de Parsons em quatro parágrafos:

Imaginemos algo a que possamos chamar de "sistema social", no qual os indivíduos ajam uns com referência aos outros. Essas ações serão quase sempre ordenadas, pois os indivíduos no sistema partilham padrões de valores e formas adequadas e práticas de se comportarem. Alguns desses padrões podem ser chamados de normas; os que agem de acordo com eles tendem a agir da mesma forma, em ocasiões semelhantes. Na medida em que assim é, há "regularidades sociais" que podemos observar e que são, com frequência, perfeitamente duráveis. Essas regularidades perduráveis e estáveis podem ser chamadas "estruturais". É possível pensar nelas dentro do sistema social como um grande e complexo equilíbrio. Esquecerei essa metáfora porque desejo que meu conceito seja tomado como muito real: o equilíbrio social.

Há duas formas principais pelas quais o equilíbrio social é mantido, e pelas quais - se ambas, ou uma delas falhar - haverá desequilíbrio. A primeira é a "socialização", todas as formas pelas quais o recém-nascido é transformado numa pessoa social. Parte dessa construção social das pessoas consiste em sua aquisição de motivos para realizar os atos sociais· exigidos, ou esperados, pelos outros. A segunda é o "controle social", pelo qual entendo todas as formas de manter as pessoas em linha, e pelas quais elas se mantêm em linha. Por "linha" entendo, naturalmente, os atos que são tipicamente esperados e aprovados no sistema social.

O primeiro problema de manter o equilíbrio social é fazer as pessoas desejarem o que delas se exige e se espera. Falhando isso, o segundo problema é adotar outros meios para mantê-las na linha. As melhores classificações e definições desses controles sociais foram dadas por Max Weber, e pouco tenho a acrescentar ao que ele, e alguns outros autores depois dele, disseram tão bem.

Um ponto me intriga um pouco: dado esse equilíbrio social, e toda a socialização e controle que a constituem, como é possível a alguém jamais sair da linha? Não posso explicar isto muito bem, ou seja, em termos de minha Teoria Sistemática e Geral do sistema social. E há outro ponto que não é tão claro como deveria ser: como devo explicar a transformação social - ou seja, a história? Sobre esses dois problemas, recomendo que, sempre que encontrados, sejam submetidos às investigações empíricas. (Fim da tradução.)

Talvez isto baste. É claro que poderíamos traduzir com mais detalhes, mas "mais detalhes" não significa necessàriamente "maior adequação", e convido o leitor a folhear The Social System e encontrar mais minúcias no livro. Enquanto isso, temos três tarefas: primeira, caracterizar o estilo lógico de pensamento representado pela grande teoria; segunda, tornar clara uma certa confusão genérica existente nesse exemplo particular; terceira, indicar como a maioria dos cientistas sociais ordenaram e resolveram o problema de ordem de Parsons. Minha finalidade em tudo isso é ajudar os grandes teóricos a descerem de suas alturas inúteis.

2.

As diferenças senas entre os cientistas Sociais ocorrem não entre os que observam e os que pensam sem observar; mas sim entre os tipos de pensamento, os tipos de observação e os tipos de elos, se existirem, entre os dois.

A causa básica da grande teoria é a escolha inicial de um nível de raciocínio tão geral que seus praticantes não podem, logicamente, descer até a observação. Jamais, como grandes teóricos, abandonam as altas generalidades para se ocuparem dos problemas em seus contextos histórico e estrutural. Essa ausência de um firme senso de problemas genuínos, por sua vez, é a responsável pela irrealidade tão per-

ceptível em suas paginas. Uma característica resultante é uma elaboração, aparentemente arbitrária e infindável de distinções, que não ampliam nossa compreensão nem tornam mais sensível a nossa experiência. Isso, por sua vez, se revela como uma abdicação, parcialmente organizada, do esforço de descrever e explicar a conduta humana e a sociedade, de forma clara.

Quando consideramos o que representa uma palavra, estamos tratando com seus aspectos semânticos; quando consideramos sua relação com outras palavras, estamos tratando de suas características sintáticas. [7] Adoto esses termos simplificados porque eles constituem uma forma econômica e precisa dizer isto: a grande teoria embebedou-se de sintaxe, e ficou surda à semântica. Seus praticantes não compreendem realmente que quando definimos uma palavra estamos apenas convidando outros a usá-la como gostaríamos que fosse usada; que o objetivo dessa definição é concentrar o raciocínio sobre o fato, e que o resultado adequado da boa definição é transformar o raciocínio sobre termos em desacordos sobre fatos, e assim franquear ao raciocínio uma nova pesquisa.

Os grandes teóricos estão tão preocupados pelos significados sintáticos e são tão pouco imaginativos em relação às referências semânticas, que se limitam rigidamente a altos níveis de abstração, a ponto de que as "tipologias" que elaboram - e o trabalho que têm para isso parece com frequência um jogo árido de Conceitos, ao invés de um esforço para definir sistemàticamente - ou seja, de forma clara e ordenada - os problemas em causa, e guiar nossos esforços para resolvê-los.

Uma grande lição que podemos aprender de sua ausência sistemática, na obra dos grandes teóricos, é que todo pensador autoconsciente deve, a todo o momento, ter cons-

---

[7] Podemos também considerá-la em relação aos seus utilizadores - o aspecto pragmático, sobre o qual não nos temos de preocupar, aqui. Estas são as três "dimensões do sentido" que Charles M. Morris sistematizou tão claramente em seu útil "Foundations of the Theory of Signs", Internacional Enciclopédia of United Science, Vol. 2, N.º 2, University of Chicago Press, 1938.

ciência dos níveis de abstração em que trabalhe, portanto, controlá-los. A capacidade de movimentar-se entre os níveis de abstração, com facilidade e com clareza, é um indício do pensamento imaginativo e sistemático.

Em torno de expressões como "capitalismo", ou "classe média", ou "burocracia", ou "elite do poder", ou "democracia totalitária", há conotações por vezes confusas e obscurecidas, e ao usar tais expressões, essas conotações devem ser observadas cuidadosamente, e controladas. Em torno desses termos há com frequência grupos "compostos" de fatos e relações, bem como simples fatores apenas supostos, e observações. Também estes devem ser cuidadosamente isolados e esclarecidos em nossa definição e emprego.

Para esclarecer as dimensões sintáticas e semânticas desses conceitos, devemos ter consciência da hierarquia dos sentidos específicos de cada um deles, e devemos poder considerar todos os níveis dessa hierarquia. Devemos indagar: entendemos como "capitalismo", tal como vamos empregá-lo, apenas o fato de que todos os meios de produção são de propriedade privada? Ou também desejamos incluir na expressão a ideia de um mercado livre como determinação do mecanismo dos preços, salários, lucros? E até que ponto temos o direito de supor que, por definição, a palavra inclui referências à ordem política, bem como às instituições econômicas?

Esses hábitos intelectuais parecem-me ser a chave do pensamento sistemático e sua ausência à explicação do fetichismo dos Conceitos. Talvez um resultado dessa ausência se torne mais claro ao analisarmos, agora mais especificamente, uma grande confusão do livro de Parsons.

3.

Pretendendo expor uma "teoria sociológica geral", o grande teórico na realidade expõe uma série de conceitos dos quais estão ausentes muitas características estruturais da sociedade humana, há muito reconhecidas, acertadamente, como fundamentais para a sua compreensão. Aparentemente, trata-se de uma atitude deliberada, para tornar a tarefa dos sociólogos uma empresa especializada, distinta dos objetivos dos economistas e cientistas políticos. A Sociologia, segundo Parsons, relaciona-se com "aquele aspecto da teoria dos sis-

temas sociais que se ocupa dos fenômenos da institucionalização dos padrões do valor-orientação nO sistema social, com as condições dessa institucionalização; e das modificações dos padrões, com condições de conformidade com e de desvios de uma série de tais padrões, e com processos motivacionais na medida em que estão nelas envolvidos." [8] Traduzida e expurgada das suposições, como deve ser qualquer definição, isso seria: os sociólogos de meu gênero gostariam de estudar o que o povo deseja e estima. Também gostaríamos de descobrir por que há uma variedade desses valores e por que eles se modificam. Quando encontramos um conjunto mais ou menos unitário de valores, gostaríamos de descobrir por que algumas pessoas se conformam a eles, e outras não. (Fim da tradução.)

Como David Lockwood observou, [9] tal afirmação liberta o sociólogo de qualquer preocupação com o "poder", com as instituições econômicas e políticas. Irei mais longe ainda. Essa afirmação, e na realidade todo o livro de Parsons, se ocupa muito mais do que vem sendo chamado tradicionalmente de "legitimações" do que com instituições de qualquer tipo. O resultado, creio, é transformar, por definição, todas as estruturas institucionais numa espécie de esfera moral - ou mais exatamente, naquilo que s.e chamou de "esfera-símbolo". [10] Para deixar claro esse ponto, gostaria primeiro de explicar algo sobre essa esfera; segundo, de discutir sua suposta autonomia; e terceiro, de indicar como os conceitos de Parsons tornam difícil até mesmo formular alguns dos mais importantes problemas de qualquer análise da estrutura social.

Os que têm autoridade procuram justificar seu predomínio sobre as instituições ligando-o, como se fossem uma consequência necessária, com símbolos morais amplamente aceitos, com emblemas sagrados, fórmulas legais. Esses con-

---

[8] Parsons, op. cit., p. 552.

[9] Cf. seu excelente "Some Remarks on The Social Systems", The British Journal of Sociology, Vol. VII, 2 de junho de 1956.

[10] H. H. Gerth e C. Wright Mills, Character and Social Structure, N. York, Harcourt Brace, 1953, pp. 274-7, que estou citando livremente neste tópico e no tópico 5, mais adiante.

ceitos centrais podem referir-se a deus ou deuses, ao "voto da maioria", à "vontade do povo", à "aristocracia do talento ou da riqueza", ao "direito divino dos reis", a um talento supostamente extraordinário do próprio governante. Os cientistas sociais, seguindo Weber, dão a tais concepções o nome de "legitimações", ou por vezes "símbolos de justificação".

Vários pensadores usaram expressões diferentes para se referirem a eles: a "fórmula política" ou "grandes superstições·' de Mosca, o "princípio de soberania" de Locke, o "mito dominante" de Sorel, o "folclore" de Thurman Arnold, as "legitimações" de Weber, as "representações coletivas" de Durkheim, as "ideias dominantes" de Marx, a "vontade geral" de Rousseau, os "símbolos da autoridade" de Lasswell, a "ideologia" de Mannheim, os "sentimentos públicos" de Herbert Spencer - estas expressões, e outras iguais a elas, testemunham o papel central que ocupam os símbolos mestres da análise social.

Também na análise psicológica, esses símbolos mestres, relevantes quando tomados privadamente, se tornam as razões e com frequência os motivos que levam as pessoas a papéis e sancionam a representação desses papéis. Se, por exemplo, as instituições econômicas se justificam publicamente em termos deles, então as referências ao auto-interesse podem ser uma justificação aceitável da conduta individual. Mas se há uma necessidade pública de justificar tais instituições em termos de "serviços e confiança pública", os velhos motivos do interesse próprio podem levar à culpa, ou pelo menos a um constrangimento entre os capitalistas. As legitimações que são publicamente efetivas se tornam com frequência, no devido tempo, efetivas como motivos pessoais.

Ora, o que Parsons e outros grandes teóricos chamam de “valor-orientação e “estrutura normativa” relaciona-se principalmente com os símbolos mestres da legitimação”. Trata-se, realmente, de assunto útil e importante. As relações desses símbolos com a estrutura das instituições estão entre os problemas mais importantes da ciência social. Tais símbolos, porém, não formam um reino autônomo dentro da sociedade; sua relevância social está em seu uso para justificar ou contrariar as disposições de poder e as posições dentro dela. Sua relevância psicológica está no fato de se terem tornado

a base para o apoio à estrutura do poder, ou para a oposição a ela.

Não podemos apenas supor que um desses quadros de valores, ou legitimações, deva predominar para que a estrutura social não se desintegre, nem podemos supor que uma estrutura social deva tornar-se coerente ou unificada por essa "estrutura normativa". Certamente, não podemos simplesmente supor que uma "estrutura normativa" que predomine seja, em qualquer sentido da palavra, autônoma. Na verdade, para as modernas sociedades ocidentais - e, em particular, os Estados Unidos - há muitos indícios de que o oposto dessas suposições é o exato. Com frequência - embora não nos Estados Unidos desde a Segunda Guerra Mundial - há símbolos de oposição muito bem organizados, que são usados para justificar movimentos insurgentes e desmascarar as autoridades dominantes. A continuidade do sistema político americano é excepcional, só tendo sido ameaçada pela violência interna uma vez em sua história. Tal fato pode estar entre os que confundiram Parsons na elaboração de sua imagem na Estrutura Normativa do Valor-Orientação.

Os "governos", como diria Emerson, não têm "necessàriamente sua origem na identidade moral dos homens". Acreditar que isso ocorre é confundir as legitimações do governo com as suas causas. Com a mesma, ou talvez maior, frequência, essas identidades morais e os homens de uma sociedade se podem ter baseado no fato de que os governantes institucionais monopolizam com êxito, e até mesmo impõem, seus símbolos mestres.

Há cerca de cem anos, essa questão foi proveitosamente discutida em termos de suposições que acreditavam serem as esferas símbolos autodeterminantes, e que tais "valores" possam realmente dominar a história: os símbolos que justificam uma autoridade estão separados das pessoas reais ou das camadas que exercem a autoridade. As "ideias", e não as camadas ou pessoas que usam as ideias são, então, vistas como dominantes. A fim de dar continuidade a sequencia desses símbolos, eles são apresentados como ligados entre si, de certa forma. Os símbolos são, portanto, considerados como "autodeterminantes". Para tornar mais plausível essa noção curiosa, os símbolos são frequentemente "personalizados", ou lhes é dada "autoconsciência". Podem, então, ser

concebidos como Os Conceitos da História ou como uma sequencia de "filósofos" cujo pensamento determina a dinâmica institucional. Ou, podemos acrescentar, o Conceito de "ordem normativa" transforma-se num fetiche. Estou apenas parafraseando Marx e Engels, falando de Hegel. [11]

A menos que justifiquem as instituições e motivem as pessoas a representar papéis institucionais, "os valores" de uma sociedade, por mais importantes que sejam nos vários ambientes privados, são histórica e sociologicamente irrelevantes. Há, decerto, uma influência mútua entre os símbolos justificantes, as autoridades institucionais e as pessoas obedientes. Por vezes, não devemos hesitar em atribuir um peso causal aos símbolos mestres - mas não podemos considerar a ideia como a teoria da ordem social ou da unidade da sociedade. Há sempre formas melhores de reconstruir uma "unidade" como iremos ver modos mais úteis de formulação dos problemas significativos da estrutura social e mais próximos dos materiais observáveis.

Na medida em que os "valores comuns" nos interessam, é melhor construir nossa concepção deles examinando as legitimações de cada ordem institucional numa determinada estrutura social, ao invés de começar tentando, primeiro, apreendê-los, e à sua luz "explicar" a composição e unidade da sociedade. [12] Podemos, suponho, falar de "valores comuns" quando uma grande proporção dos membros de uma ordem institucional assumiu as legitimações daquela ordem, quando essas legitimações são os termos nos quais a obediência é pretendida com êxito, ou pelo menos obtida pela complacência. Tais símbolos são então usados para "definir as situações" encontradas nos vários papéis e como medidas para as avaliações de líderes e adeptos. As estruturas sociais que os evidenciam, mostrando-os universais e centrais, são naturalmente tipos extremos e "puros".

No outro extremo da escala, há as sociedades nas quais um grupo dominante de instituições controla a sociedade

---

[11] Cf. Marx e Engels, The German Ideolofl1l, N. York, International Publishers, 1939, pp. 42 e ss.

[12] Para uma explicação detalhada e empírica dos "valores" que os homens de negócios norte-americanos, por exemplo, procuram promulgar, ver Sutton, Harris, Kaysen e Tobin, The American Business Creed, Harvard University press, 1956.

total e superimpõe seus valores pela violência e pela ameaça de violência. Isso não precisa envolver nenhuma desintegração da estrutura social, pois os homens podem ser condicionados efetivamente pela disciplina formal; e por vezes, a menos que aceitem as exigências institucionais de disciplina, talvez não tenham nem possibilidade de ganhar a vida.

Um tipógrafo habilitado, trabalhando num jornal reacionário, por exemplo, pode, para ganhar a vida e manter seu emprego, conformar-se às exigências da disciplina do empregador. Em seu coração, e fora do emprego, pode ser um agitador radical. Muitos socialistas alemães tornaram-se soldados perfeitamente disciplinados sob a bandeira do Kaiser - apesar de serem os seus valores subjetivos os do marxismo revolucionário. Há uma grande distância dos símbolos à conduta e de volta aos primeiros, e nem toda integração se baseia em símbolos. [13]

Acentuar esse conflito de valor não é negar "a força das coerências racionais". A discrepância entre a palavra e o ato é com frequência característica, mas isso também ocorre com a luta pela coerência. Não podemos decidir a priori qual predomina numa determinada sociedade, à base da "natureza humana" ou dos "princípios de Sociologia" - ou pela luz de uma grande teoria. Bem poderíamos imaginar um "tipo puro" de sociedade, uma estrutura social perfeitamente disciplinada, na qual os homens dominados, por várias razões, não podem abandonar os papéis que lhes foram determinados, mas não obstante não partilham de qualquer dos valores do dominador, e assim de forma alguma acreditam na legitimidade da ordem. Seria como um navio tripulado por escravos galés, no qual o movimento disciplinado dos remos reduz os remadores a engrenagens numa máquina, e a violência do capataz raramente se torna necessária. Os galés não precisam nem mesmo saber a direção do navio, embora qualquer modificação nas remadas provoque a ira do capitão, o único homem a bordo que pode ver à frente. Mas talvez eu esteja descrevendo ao invés de imaginar.

Entre esses dois tipos - um "sistema de valor comum" e uma disciplina superimposta - há numerosas formas de "integração social". A maioria das sociedades ocidentais incorporou muitos "valores-orientações" divergentes; suas uni-.

---

[13] Gerth e Mills, op. cit., p. 300.

dades envolvem varias combinações de legitimação e coação. E isso, decerto, pode ser válido para qualquer ordem institucional, e não apenas a política e a econômica. O pai pode impor exigências à sua família, ameaçando deserdá-la, ou pelo uso da violência que a ordem política lhe permitir. Até mesmo nos pequenos grupos sagrados como as famílias, a unidade dos "valores comuns" não é absolutamente necessária: a desconfiança e o ódio podem ser o estofo mesmo necessário para manter uma família junta. A sociedade pode, muito bem, florescer adequadamente sem "estrutura normativa" que os grandes teóricos consideram universal.

Não desejo, aqui, expor qualquer solução para o problema da ordem, mas simplesmente formular perguntas. Pois se não pudermos fazer isso, devemos como manda a luz da definição arbitrária, supor uma "estrutura normativa" que Parsons imagina ser o coração do "sistema social".

4.

O "poder", como a palavra é hoje usada geralmente na ciência social, relaciona-se com quaisquer decisões tomadas pelos homens em relação aos sistemas dê acomodações sob as quais vivem, e sobre os acontecimentos que constituem a história de seu período. Os acontecimentos que podem estar fora da decisão humana ocorrem; os arranjos sociais se modificam sem o benefício da decisão explícita. Mas na medida em que essas decisões são tomadas e (na medida em que o poderiam ser, mas não são) o problema de quem está envolvido em tomá-las (ou deixar de tomá-las) é o problema básico do poder.

Não podemos supor hoje que os homens devam, em última análise, ser governados pelo seu próprio consentimento. Entre os meios de poder que hoje predominam está o poder de influir e manipular no consentimento dos homens. Não conhecemos o limite desse poder e esperamos que tenha limites, mas isso não elimina o fato de que grande parte dele é hoje empregado com êxito, sem a sanção da razão ou a consciência do obediente.

Sem dúvida não precisamos, em nossa época, argumentar que em última análise a coação é a forma "final" de poder. Mas não estamos constantemente em última análise.

A autoridade (poder justificado pelas convicções dos que obedecem voluntàriamente) e a manipulação (poder desfrutado sem o conhecimento dos impotentes) também devem ser examinadas, juntamente com a coação. Na verdade, os três tipos devem ser constantemente isolados, quando pensamos na natureza do poder.

N o mundo moderno, creio que devemos ter isso em mente, o poder com frequência não se reveste tanto de autoridade quanto no período medieval; as justificativas dos governantes já não parecem ser tão necessárias ao seu exercício do poder. Pelo menos, em relação a muitas das grandes decisões de nossa época - especialmente as internacionais a "persuasão" em massa não tem sido "necessária"; o fato é simplesmente consumado. Além disso, as ideologias que existem à disposição dos poderosos não são, com frequência, utilizadas. As ideologias surgem habitualmente como uma reação a um desmascaramento efetivo do poder; nos Estados Unidos, essa oposição não teve, ultimamente, eficiência bastante para criar a necessidade, que se experimenta, de novas ideologias de governo.

Hoje, naturalmente, muitas pessoas que não partilham das convicções predominantes não adquirem novas convicções, e por isso não atentam para as preocupações políticas de nenhum tipo. Não são radicais nem reacionárias. São inacionárias. Se aceitarmos a definição grega do idiota como um homem totalmente privado, poderemos concluir então que muitos cidadãos de muitas sociedades são realmente idiotas. Esta condição espiritual - e emprego com cuidado a expressão - me parece ser a chave de muito mal-estar moderno entre os intelectuais políticos, bem como a chave de muita perplexidade na sociedade moderna. A "convicção" intelectual e a "crença" moral não são necessárias, nos governantes ou nos governados, para que se mantenha ou mesmo floresça uma estrutura do poder. No que se relaciona com o papel das ideologias, a frequente ausência de legitimação compromissada e a prevalência da apatia da massa são, sem dúvida, dois dos fatos políticos centrais das sociedades ocidentais de hoje.

No curso de qualquer pesquisa substantiva, muitos problemas são enfrentados pelos que defendem a ideia de poder

que venho sugerindo. Mas não nos ajudam em nada as suposições alheatórias de Parsons, que simplesmente julga haver, em toda sociedade, a "hierarquia de valores" que imagina. Além disso, essas implicações impedem sistemàticamente à formulação clara de problemas significativos:

Aceitar esse esquema exige que ignoremos, no quadro, a realidade do poder e na verdade de todas as estruturas institucionais, particularmente a econômica, a política e a militar. Nessa curiosa "teoria geral", tais estruturas de domínio não têm lugar.

Nesses termos, não podemos formular adequadamente a questão empírica das proporções em que, e de que modo, as instituições se legitimam, em qualquer caso dado. A ideia da ordem normativa apresentada pelos grandes teóricos, e a forma pela qual a tratam, nos levam a supor que virtualmente todo poder é legítimo. De fato: que no sistema social, "a manutenção da complementaridade dos papéis-expectativas, uma vez estabelecida, não é problemática... Nenhum mecanismo especial é necessário para a explicação da manutenção da interação-orientação complementar". [14]

Nesses termos, a ideia de conflito não pode ser formulada efetivamente. Os antagonismos estruturais, as revoltas em grande escala, as revoluções - não podem ser imaginadas. Na realidade, supõe-se que "o sistema", uma vez estabelecido, não só é estável como intrinsecamente harmonioso; nessa linguagem, as perturbações têm de ser "introduzidas no sistema". [15] A ideia da ordem normativa assim apresentada nos leva a supor uma espécie de harmonia de interesses como característica natural de qualquer Sociedade; tal como surge aqui, essa ideia é uma âncora metafísica, tal como o foi a ideia semelhante entre os filósofos da ordem natural, no século XVIII.[16]

A eliminação mágica do conflito, e a realização maravilhosa da harmonia, removem dessa teoria "sistemática" e "geral" as possibilidades de se ocupar da modificação so-

---

[14] Parsons, op. cit., p. 205.

[15] Ibid., p. 262.

[16] Cf. Carl Becker, The Heavenly City; e Lewis A. Coser, Conflict, Glencoe, Illinois. The Free Press, 1956.

cial, da história. Não só o "comportamento coletivo" das massas aterrorizadas e dos grupos excitados, das multidões e dos movimentos sociais - que tanto existem em nossa época - não encontram lugar nas estruturas sociais normativamente criadas pelos grandes teóricos. Mas qualquer ideia sistemática de como a própria história ocorre, de suas mecânicas e processos, não existe na grande teoria, e, portanto, como pensa Parsons, não existe para a ciência social:

"Quando essa teoria existir, o milênio das Ciências Sociais terá chegado. Isso não acontecerá em nossa época, e provàvelmente jamais acontecerá." [17] É, sem dúvida, uma afirmação extraordinàriamente vaga.

Quase todo problema de substância que é tomado nos termos da grande teoria não pode ser formulado claramente. Pior: essa formulação é frequentemente carregada de avaliações, e obscurecida por palavras-tampões. É, por exemplo, difícil de imaginar uma tentativa mais fútil do que analisar a sociedade americana em termos de "padrão valorativo" da "realização universalista", sem mencionar a natureza mutável, o sentido e as formas do êxito característico do capitalismo moderno, ou a estrutura do capitalismo em si, em seu processo de transformação. Ou, analisando a estratificação dos Estados Unidos em termos do "sistema de valores dominantes", sem levar em conta as estatísticas conhecidas de expectativas de vida, baseadas nos níveis de propriedade e renda. [18]

Não creio que seja demais dizer que quando são focalizados realisticamente pelos grandes teóricos, os problemas são tratados em termos que não encontram lugar na grande teoria, e com frequência a contrariam. "Realmente", observou Alvin Gouldner, "as proporções em que os esforços de Parsons para uma análise teórica e empírica da mudança o levam subitamente a repetir uma série de conceitos marxistas são nada menos do que espantosas..... Quase parece que se estão mantendo duas séries de livros, uma para a análise do equilíbrio, outra para a investigação da transfor-

---

[17] Parsons, extraído de Alvin W. Gouldner, "Some observations on Systematic Theory, 1945-1946", Sociology in the United States of America, Paris, UNESCO, 1956, p. 40.

[18] Lockwood, op. cit.) p. 138.

mação." [19] Gouldner continua, observando como no caso da Alemanha derrotada, Parsons recomendou o ataque aos Junkers em sua base, como "um caso de privilégio de classe, exclusivamente", e analisa o serviço público em termos de "recrutamento à base de classe". Em suma, toda a estrutura econômica e ocupacional - concebida em termos bastante marxistas, não em termos da estrutura normativa projetada pela grande teoria - surge subitamente. Faz com que tenhamos a esperança de que os grandes teóricos não tenham perdido todo o contato com a realidade histórica.

5.

Volto agora ao problema da ordem, que numa versão bastante hobbesiana parece ser o problema principal no livro de Parsons. É possível ser breve sobre isso, porque no desenvolvimento da ciência social, ela foi redefinida, e na sua exposição mais útil poderia ser agora chamada de problema da integração social; exige, naturalmente, um conceito operativo da estrutura social e da transformação histórica. Ao contrário dos grandes teóricos, creio que a maioria dos cientistas sociais daria respostas mais ou menos assim:

Em primeiro lugar, não há lima resposta para a pergunta: "O que mantém de pé a estrutura social?" Não há uma resposta porque as estruturas sociais diferem profundamente em seus graus e tipos de unidade. Na verdade, os tipos de estrutura social são concebidos, com utilidade, em termos de diferentes modos de integração. Quando baixamos do nível da grande teoria para as realidades históricas, compreendemos imediatamente a irrelevância de seus conceitos monolíticos. Com eles não podemos pensar sobre a variedade humana, sobre a Alemanha Nazista de 1936, Esparta no século VII a. C., nos Estados Unidos em 1836, o Japão em 1866, a Grã-Bretanha em 1950, Roma na época de Diocleciano. Mencionar, simplesmente, tal verdade é sugerir que o laço comum entre essas sociedades, qualquer que seja, deve ser descoberto pelo exame empírico. Nada afirmar além das formalidades mais ocas sobre o alcance histórico da estrutura social é equivocar-se quanto à capacidade própria

---

[19] Gouldner, op. cit., p. 41.

de falar de tudo o que significa o trabalho de investigação social.

Podemos conceber, com proveito, tipos de estrutura social em termos de ordens institucionais como a política e a de parentesco, a militar e econômica, e as religiões. Tendo definido cada uma delas de forma a sermos capazes de discernir seus delineamentos numa determinada sociedade histórica, indagamos como se relaciona ela com as outras, como, em suma, são compostas numa estrutura social. As respostas são convenientemente apresentadas como uma série de "modelos operativos", usados para nos dar mais consciência, ao examinarmos as sociedades específicas em momentos específicos, dos elos pelos quais estão ligadas.

Um desses modelos pode ser imaginado em termos da elaboração, em cada ordem institucional, de um princípio estrutural semelhante; como, por exemplo, a América de Tocqueville. Naquela sociedade clássica liberal, cada ordem de instituições é concebida como autônoma, e sua liberdade é exigida em qualquer coordenação pelas outras. Na economia, há o laissez-faire; na esfera religiosa, uma variedade de seitas e Igrejas competem abertamente no mercado da salvação; as instituições de parentesco são constituídas no mercado do casamento, no qual os indivíduos se escolhem mutuamente. Não um homem feito pela família, mas o homem feito por si mesmo, chega à ascendência na esfera do status. Na ordem política, há a concorrência entre os partidos pelos votos do indivíduo; até mesmo na zona militar há muita liberdade no recrutamento da milícia estadual, e num sentido amplo - e muito importante - cada homem significa um fuzil. O princípio da integração - que também é a legitimação básica dessa sociedade - é a ascendência dentro de cada ordem de instituições, da livre iniciativa de homens independentes em competição entre si. É nesse fato de correspondência que podemos compreender a forma pela qual uma sociedade liberal clássica é unificada.

Mas essa "correspondência" é apenas um tipo, uma resposta, ao "problema de ordem". Há outros tipos de unidade. A Alemanha nazista, por exemplo, foi integrada pela "coordenação". O modelo geral pode ser descrito da seguinte maneira: dentro da ordem econômica, as instituições são altamente centralizadas; umas poucas unidades grandes con-

trolam mais ou menos todas as operações. Dentro da ordem política, há maior fragmentação: muitos partidos competem para influenciar o Estado, mas nenhum deles é bastante poderoso para controlar os resultados da concentração econômica, um dos quais - juntamente com outros fatores é a depressão. O movimento nazista explora com êxito o desespero da massa, especialmente das classes média e pobre, na depressão econômica, e coloca em íntima correspondência as ordens política, militar e econômica. Um partido monopoliza e reformula a ordem política, abolindo ou fundindo todos os outros partidos que possam competir pelo poder. Isso exige que o Partido Nazista encontre pontos de interesse coincidentes com os monopólios na ordem econômica, e também com certas elites na ordem militar. Nessas ordens principais há primeira, uma concentração correspondente de poder; então, cada uma delas coincide e coopera na tomada do poder. O exército do Presidente Hindenburg não está interessado em defender a República de Weimar, ou em esmagar as colunas de um partido popular belicista. Os grandes círculos econômicos estão dispostos a ajudar a financiar o Partido Nazista que, entre outras coisas, promete esmagar o movimento trabalhista. E os três tipos de elite se unem numa coalizão, frequentemente constrangedora, para manter o poder em suas respectivas ordens e coordenar o resto da sociedade. Partidos políticos são suprimidos ou postos fora da lei, ou se dissolvem voluntàriamente. As instituições religiosas e as de parentesco, bem como as organizações dentro e entre todas as ordens, são infiltradas e coordenadas, ou pelo menos neutralizadas.

O partido estatal totalitário é o meio pelo qual os altos agentes de cada uma das três ordens dominantes coordenam suas próprias ordens institucionais, e outras. Torna-se a "estrutura orgânica" geral, que impõe suas metas a todas as ordens institucionais, ao invés de garantir simplesmente o "governo da lei". O partido se estende, rondando por toda parte em "auxiliares" e "associações". Desmembra-se ou se infiltra, e em qualquer caso passa a controlar todos os tipos de organizações, inclusive a família.

As esferas-símbolos de todas as instituições são controladas pelo partido. Com a exceção parcial da ordem religiosa, nenhuma pretensão rival de autonomia legítima é permitida. Há o monopólio partidário das comunicações for-

mais, inclusive as instituições educacionais. Todos os sim· bolos são refundidos para formar a legitimação básica da sociedade coordenada. O princípio da liderança absoluta e mágica (domínio carismático) numa hierarquia rigorosa é amplamente estabelecido numa estrutura social que, em proporções consideráveis, se mantém junta por uma rede de quadrilhas. [20]

Mas isso, sem dúvida, basta para deixar claro o que considero como ponto óbvio: não há uma "grande teoria", nenhum esquema universal em termos do qual possamos compreender a unidade da estrutura social, nenhuma resposta ao velho e cansado problema da ordem social, tomado überhaupt. O trabalho útil sobre tais problemas se processará em termos de uma variedade de modelos operativos, tal como delineei aqui, e tais modelos serão usados em conexão, Íntima e empírica, com uma variedade de estruturas sociais, tanto históricas quanto contemporâneas.

E importante compreender que esses "modos de integração" podem também ser concebidos como modelos operativos da modificação histórica. Se, por exemplo, observarmos a sociedade americana à época de Tocqueville, e outra vez em meados do século XX, veremos imediatamente que a forma pela qual a estrutura do século XIX se "mantém de pé" é bastante diferente de seus modos de integração atuais. Indagamos: como se modificou cada uma das suas ordens institucionais? Como se modificaram as suas relações mútuas? Quais foram os ritmos, as intensidades variáveis com que ocorreram essas mudanças estruturais? E, em cada caso, quais foram às causas necessárias e suficientes dessas mudanças? Habitualmente, decerto, a busca de causas adequadas exige pelo menos certo trabalho, tanto histórico como comparativo. De uma forma global, podemos resumir essa análise da mudança social, e assim formular mais economicamente uma variedade de problemas mais amplos, indicando que as mudanças resultaram numa passagem de um modo

---

[20] Franz Neumann, Behemoth, N. York, Oxford, 1942, que é um modê10 realmente esplêndido do que deveria ser a análise estrutural de uma sociedade histórica. Para a exposição acima, ver Gerth e Mills, op. cit., pp. 363 e SS.

de integração para outro. Por exemplo, o último século de história americana mostra uma transição de uma estrutura social, em grande parte integrada por correspondência, para uma muito mais sujeita à coordenação.

O problema geral de uma teoria da história não pode ser separado do problema geral de uma teoria da estrutura social. Creio ser evidente que em seus estudos atuais, os cientistas sociais não experimentam nenhuma grande dificuldade teórica em compreender as duas de forma unificada. Talvez por isso um Behemoth vale, para a ciência, vinte Social Systems.

Não pretendo, decerto, apresentar estes pontos como uma tentativa para uma apresentação definitiva dos problemas da ordem e da mudança - ou seja, da estrutura social e histórica. Faço-o apenas para sugerir as linhas mestras desses problemas, e para indicar o trabalho que se tem feito sobre eles. Talvez estas observações sejam úteis também para tornar mais específico um aspecto da promessa da ciência social. E, decerto, eu as fiz, aqui, para mostrar como os grandes teóricos trataram de um grande problema da ciência social. Em The Social System, Parsons não pôde descer ao trabalho da ciência social porque está tomado pela ideia de que o modelo da ordem social por ele construído é uma espécie de modelo universal; porque, na realidade, transformou seus Conceitos em fetiches. O que é "sistemático" nessa grande teoria é a forma pela qual deixa de lado qualquer problema específico e empírico. Não está habituada a formular de modo mais preciso, ou mais adequado, qualquer problema novo de significação reconhecível. Não se desenvolveu em consequência de nenhuma necessidade de voar alto durante algum tempo para ver um pouco do mundo social mais claramente, para resolver algum problema que possa ser formulado em termos da realidade histórica na qual os homens e instituições têm seu ser concreto. Seus problemas, seus rumos e suas soluções são grandiloquentes e teóricos.

A ênfase no trabalho sistemático de concepção deveria ser apenas um momento formal dentro do trabalho da ciência. É útil lembrar que na Alemanha os resultados desse trabalho

formal tiveram, logo, um uso enciclopédico e histórico. Esse uso, presidido pelo ethos de Max Weber, foi o clímax da tradição clássica alemã. Possibilitou-o, em parte considerável, um quadro de trabalho sociológico no qual as concepções gerais sobre a sociedade estavam intimamente ligadas à exposição histórica. O marxismo clássico tem sido central para o desenvolvimento da Sociologia moderna. Max Weber, como tantos outros sociólogos, desenvolveu muito de seu trabalho num diálogo com Karl Marx. Mas é preciso ter sempre em conta a amnésia do erudito americano. Na grande teoria, enfrentamos outra preocupação formalista, e ainda uma vez o que deveria ser apenas uma pausa para ter-se tornado permanente. Como dizem na Espanha, "muitos sabem baralhar cartas, sem saber jogar". [21]

_____

[21] É evidente que a Visão particular da sociedade, possível de se arrancar dos textos de Parsons, é de uso ideológico direto; tradicionalmente, essas opiniões têm sido ligadas aos estilos conservadores de pensamento. Os grandes teóricos não desceram com frequência à arena política; certamente, não colocaram com frequência seus problemas dentro do contexto político da sociedade moderna. Mas isso certamente não isenta seu trabalho de sentido ideológico. Não analisarei Parsons sob tal aspecto, pois o sentido político de The Social System está tão na sua superfície, quando adequadamente traduzido, que não sinto necessidade de deixá-lo mais evidente. A grande teoria não desempenha, agora, nenhum papel burocrático direto, e como observei, sua falta de inteligibilidade limita qualquer preferência pública que pudesse ter. Isso se poderia, decerto, tornar uma vantagem: sua obscuridade lhe dá um grande potencial ideológico.

O sentido ideológico da grande teoria tende fortemente a legitimar formas estáveis de dominação. Não obstante, se houver uma necessidade muito maior de legitimações complexas, entre os grupos conservadores, a grande teoria teria uma possibilidade de se tornar politicamente relevante. Comecei este capitulo com uma pergunta:

É a grande teoria, tal como representada em The Social System, simples verborragia, ou é também profunda? Minha resposta é: Tem apenas 50% de verborragia; 40% é Sociologia do manual didático. Os outros 10%, como Parsons poderia dizer, deixo abertos à investigação dos próprios leitores. Minhas investigações sugerem que os 10% restantes são de possível uso ideológico - embora bastante vago.

CAPÍTULO 3

O Empirismo Abstrato

Como a grande teoria, o empirismo abstrato se apossa de um aspecto do processo de trabalho, e permite que domine a mente. Ambos são alheamentos em relação às tarefas das Ciências Sociais. As considerações de método e teoria são decerto essenciais para a realização dessas tarefas, mas nesses dois estilos eles se tomaram empecilhos: a inibição metodológica corre paralela ao feitichismo do Conceito.

1.

Não estou tentando, evidentemente, resumir os resultados de todo o trabalho dos empiristas abstratos, mas apenas deixar claro o caráter geral de seu estilo de trabalho e algumas de suas suposições. Os estudos reputados nesse estilo tendem hoje a se enquadrar, regularmente, numa configuração mais ou menos padronizada. Na prática, a nova escola habitualmente toma como fonte básica de suas "informações" a entrevista, mais ou menos formal, com séries de pessoas escolhidas por um processo de amostragem. Suas respostas são classificadas e, por motivo de conveniência, transferidas para cartões Hollerith, em seguida usados para levantamentos estatísticos por meio dos quais se buscam relações. Sem dúvida, esse fato, e a consequente facilidade com que o processo é aprendido por qualquer pessoa medianamente inteligente, explica grande parte de sua atração. Os resultados são normalmente colocados sob a forma de informações estatís-

ticas: no nível mais simples, esses resultados específicos constituem afirmações de proporção; em níveis mais complexos, as respostas às várias indagações são combinadas em classificações entrecruzadas, que por sua vez são transformadas para formar escalas. Há várias formas complicadas de manipular essas informações, mas não será necessário nos ocuparmos delas, pois a despeito do grau de complicação, continuam ocorrendo as manipulações do tipo de material indicado.

À parte as pesquisas de publicidade e veículos de informação, talvez a "opinião pública" seja o assunto da maior parte dos trabalhos de tal estilo, embora nenhuma ideia que reformule os problemas da opinião pública e das comunicações como um campo de estudo inteligível lhe tenha sido associado. A estrutura desses estudos é a simples classificação de indagações: quem diz o que para quem em que veículo e com que resultados? As definições vigentes dos principais termos-chaves são as seguintes:

Por "público" pretendo referir-me à magnitude em questão _ ou seja, a sentimentos e reações não privados, não individualizados, de um grande número de pessoas. Essa característica da opinião pública requer o uso de levantamentos de amostras. Por 'opinião' pretendo incluir não só o sentido habitual de opinião em questões tópicas, efêmeras e tipicamente políticas, mas também atitudes, sentimentos, valores, informações e atos correlatos. Para a eles chegarmos de forma adequada, é necessário usar não só questionários e revistas, mas também recursos de projeção e de escala. [22]

Nessas afirmações há uma tendência acentuada a confundir o que deve ser estudado com o conjunto de métodos sugeridos para seu estudo. É isso, mais ou menos, o que devemos entender: a palavra público, como vou usá-la, refere-se a qualquer agregado e, portanto pode ser estatisticamente utilizada; como as opiniões são mantidas por pessoas, para encontrá-las temos de falar com as pessoas. Por vezes, porém, elas não querem ou não podem manifestá-las;

_____

[22] Bernard Berelson, "The Study of Public Opinion", The States of the Social Sciences, organizado por Leonard D. White, Chicago. University of Chicago Press, 1956, p. 299.

então, podemos tentar usar "recursos de projeção e graduamento" .

Os estudos da opinião pública têm sido feitos principalmente dentro da estrutura social nacional dos Estados Unidos e, naturalmente, só se ocupam da última década, ou pouco mais. Talvez seja por isso que não tenham aperfeiçoado o sentido de "opinião pública", ou reformulado os principais problemas dessa área. Não podem fazê-lo adequadamente, mesmo de forma preliminar, dentro da limitação histórica e estrutural que lhes foi selecionada.

O problema do "público" ·nas sociedades ocidentais surge da transformação do consenso tradicional e convencional da sociedade medieval; atinge seu clímax atual na ideia de uma sociedade de massas. O que se chamava de "públicos" nos séculos XVIII e XIX está sendo transformado numa sociedade de "massas". Além disso, a relevância estrutural dos públicos está declinando, à medida que os homens, em geral, se tornam "homens de massa", cada qual preso a um contexto pessoal bastante impotente. Isso, ou algo parecido com isso, sugere a estrutura necessária para a seleção e forma dos estudos de públicos, opinião pública e comunicação de massa. É necessário, também, uma exposição cabal das fases históricas das sociedades democráticas e em particular do que se chamou de "totalitarismo democrático", ou "democracia totalitária". Em suma, nesta área os problemas da ciência social não podem ser formulados dentro do âmbito e dos termos do empirismo abstrato, tal como praticado hoje.

Muitos problemas dos quais seus praticantes procuram ocupar-se - efeitos dos meios de comunicação em massa, por exemplo - não podem ser formulados adequadamente sem uma referência estrutural. Poderemos compreender os efeitos desses meios - e muito menos seu sentido conjunto para o desenvolvimento de uma sociedade de massas - se estudarmos, embora precisamente, apenas uma população que tenha sido "saturada" por esses meios, durante quase toda uma geração? A tentativa de isolar pessoas "menos expostas" das pessoas "mais expostas" a um ou outro meio de comunicação será de grande utilidade para os interesses publicitários, mas não constitui base adequada para o desenvolvimento de uma teoria do sentido social dos meios de comunicação de massa.

N o estudo da vida política realizada por essa escola, o "comportamento eleitoral" tem sido o principal tema, escolhido, suponho, porque parece fàcilmente condicionado à investigação estatística. A fragilidade de seus resultados só encontra correspondência na elaboração dos métodos e no cuidado empregado. Deve ser interessante para os cientistas políticos examinar um estudo exaustivo de votação, que não contenha referência à máquina partidária de "conquistar votos", ou na realidade a qualquer instituição política. Não obstante, é o que acontece em The Peoples' Choice, um estudo renomado e louvado das eleições de 1940 no Condado de Erie, Ohio. Nesse livro ficamos sabendo que as pessoas ricas, rurais e protestantes tendem a votar nos republicanos; que as pessoas de tipo oposto se inclinam para os democratas, e assim por diante. Mas pouco aprendemos sobre a dinâmica da política americana.

A ideia da legitimação é uma das concepções centrais da ciência política, particularmente quando os problemas dessa disciplina se relacionam com questões de opinião e ideologia. A pesquisa da "opinião política" é ainda mais curiosa em vista da suspeita de que a política eleitoral americana é uma espécie de política sem opinião - se levarmos a sério a palavra "opinião". E uma espécie de votação sem muito sentido político de qualquer profundidade psicológica - se levarmos a sério a expressão "sentido político". Mas tais indagações - e pretendo considerar essas observações apenas como indagações - não podem ser formuladas em relação a "pesquisas políticas" como estas. Como poderiam? Exigem um conhecimento histórico e um estilo de reflexão psicológica que não é bem visto pelos empiristas abstratos, ou na verdade que não está à disposição da maioria dos que o praticam.

Talvez o principal acontecimento nas duas últimas décadas seja a Segunda Guerra Mundial. Suas consequências históricas e psicológicas condicionam grande parte daquilo que estudamos nas duas últimas décadas. E curioso, creio, que ainda não tenhamos um trabalho definitivo sobre as causas dessa guerra, mas estamos tentando ainda, com algum êxito, caracterizá-la como uma forma historicamente específica de guerra, e localizá-la como um centro de nosso

período. À parte as histórias oficiais da Guerra, a pesquisa mais completa talvez seja o levantamento de sete anos, feito para o Exército Americano e sob a direção de Samuel Stouffer. Esses estudos, ao que me parece, provam ser possível à pesquisa social ser de uso administrativo sem estar relacionada com os problemas da ciência social. Os resultados devem, sem dúvida, ser decepcionantes para quem deseja compreender algo do soldado americano que esteve na guerra - em particular, para os que perguntam como foi possível ganhar tantas batalhas com homens de tão "baixo moral"? Mas as tentativas de responder a essas perguntas nos levam para fora do âmbito do estilo que analisamos e para o reino frágil da "especulação".

A History of Militarism, em um volume, de Alfred Vagts, e as maravilhosas técnicas de reportagem, usadas para se aproximar dos homens em combate, empregadas por S. I. A. Marshall, em seu Men Under Fire, são de maior valor substantivo do que os quatro volumes de Stouffer.

Na medida em que os estudos de estratificação foram feitos no novo estilo, nenhuma concepção nova surgiu. Na verdade, as concepções-chaves existentes em outros estilos de trabalho não foram "traduzidas"; habitualmente, "índices" bastante elásticos do "status socioeconômico" foram feitos. Os problemas, extremamente difíceis, de "consciência de classe" e de "falsa consciência"; das concepções de status, em contraposição à classe; e a ideia de Weber, estatisticamente desafiadora, de "classe social", não foram apresentadas pelos que se dedicam a este estilo. Além disso, e sob muitos aspectos de forma acentuadamente prejudicial, persiste a escolha das cidades menores como "área de amostragem" para os estudos, apesar do fato evidente de que não é possível somar qualquer agregado a esses estudos e obter uma visão adequada da estrutura nacional de classe, status e poder.

Analisando as modificações dos estudos de opinião pública, Bernard Berelson fez uma afirmação que me parece válido para a maioria dos estudos feitos à moda empírica abstrata:

Se confrontadas, essas diferenças [25 anos atrás versus hoje] revelam uma modificação revolucionária no campo dos estudos da opinião pública; o campo tornou-se técnico e quantitativo, ateórico, segmentalizado, e particularizado, especializado e institucionalizado, "modernizado" e "grupizado"- em suma, como uma ciência do comportamento característica, tornou-se americanizado. Há 25 anos, e mais, autores destacados, como parte de sua preocupação geral com a natureza e o funcionamento da sociedade, estudaram cultamente a opinião pública, não "em si", mas em amplos termos históricos, teóricos e filosóficos e escreveram tratados. Hoje, grupos de técnicos realizam projetos de pesquisa sobre temas específicos e relatam suas verificações. Há 20 anos, o estudo da opinião pública era parte da erudição. Hoje, é parte da ciência. [23]

Nesta breve tentativa de caracterizar os estudos do estilo abstrato empírico não me limitei a dizer apenas: "Essas pessoas não estudaram os problemas substantivos pelos quais me interesso", ou apenas "Não estudaram o que a maioria dos cientistas sociais considera como problemas importantes." O que disse foi o seguinte: estudam problemas do empirismo abstrato; mas sàmente dentro das limitações curiosamente auto-impostas de sua epistemologia arbitrária é que formularam suas perguntas e respostas. E não usei, creio frases sem o devido cuidado: estão possuídas de inibição metodológica. Tudo isso quer dizer, em termos de resultados, que nesses estudos os detalhes são amontoados sem suficiente atenção para com a forma; na verdade, com frequência, não há forma, exceto a que é dada pelos linotipistas e pelos encadernadores de livros. Os detalhes, por mais numerosos que sejam não nos convencem de coisa alguma sobre a qual valha a pena ter convicções.

2.

Como um estilo de ciência social, o empirismo abstrato não é caracterizado por qualquer proposição ou teoria substantiva. Não se baseia em qualquer concepção nova da natureza da sociedade ou do homem, ou sobre quaisquer fatos particulares com eles relacionados. É certo que pode ser reconhecido pelos tipos de problemas que seus praticantes selecionam, tipicamente, para estudo, e pela forma de realizar tipicamente esse estudo. Mas certamente tais estudos não são

_____

[23] Ibid., pp. 304-5.

razão para os elogios que esse estilo de pesquisa social possa merecer.

Em si, porém, o caráter dos resultados substantivos dessa escola não é base adequada para julgá-la. Como escola, é nova; como método, exige tempo; e como estilo de trabalho somente agora está começando a desenvolver-se numa escala maior de "áreas-problemas".

A mais destacada - embora não necessàriamente a mais importante - de suas características está relacionada com o aparato administrativo que emprega, e com os tipos de trabalhadores intelectuais que recrutou e treinou. Esse aparato tornou-se grande, e muitos indícios mostram que se está tornando ainda mais difundido e influente. O administrador intelectual e o técnico de pesquisa - tipos bastante novos de profissionais - competem hoje com os tipos mais comuns de professores e eruditos.

Mas tudo isso, embora de grande importância para o caráter da futura universidade, para a tradição das artes liberais, e para as qualidades de espírito que se podem tornar ascendentes na vida acadêmica americana, não constitui uma base suficiente sobre a qual julgar esse estilo de pesquisa social. Tais fatos vão mais além - muito mais além do que os partidários do empirismo abstrato admitiram - servindo para explicar a atração e o destaque de seu estilo de trabalho. Entre outras coisas, proporcionam emprego para os técnicos semi-habilitados e em escala e de forma antes não conhecidas. Frequentemente, oferecem-lhes carreiras que têm a segurança da velha vida acadêmica, mas não exigem as realizações individuais de antes. Esse estilo de pesquisa, em suma, é acompanhado por um demiurgo administrativo que tem relevância para o futuro do estudo social e para a sua possível burocratização.

Mas as características intelectuais do empirismo abstrato mais importantes são a filosofia da ciência adotada por seus praticantes, a forma pela qual a adotam, e como dela se utilizam. É essa filosofia que sublinha tanto o tipo de pesquisa empreendida como seu aparato pessoal e administrativo. Tanto a fragilidade substantiva dos estudos práticos como a necessidade que se experimenta desse aparato encontram suas principais justificações intelectuais nessa filosofia da ciência.

E importante deixar esse ponto bem claro, pois seria de supor que os preceitos filosóficos não tivessem importância central para o condicionamento de uma empresa que tão enfàticamente se considera como Ciência. f: importante, também, porque os praticantes do estilo não parecem ter consciência, habitualmente, de que é sobre uma filosofia que se instalam. Provàvelmente ninguém que esteja familiarizado com seus praticantes se daria ao trabalho de negar que muitos deles estão dominados pela preocupação com seu próprio status científico; a imagem profissional que mais gostam de fazer de si mesmos é a do cientista natural. Em seus argumentos sobre várias· questões filosóficas da ciência social, um de seus argumentos invariáveis é o de que são "cientistas naturais", ou pelo menos que "representam o ponto de vista da ciência natural". Nos discursos dos mais sofisticados, ou na presença de algum físico sorridente e exaltado, essa imagem provàvelmente será reduzida para apenas "cientista". [24]

Na prática, os empiristas abstratos parecem, quase sempre, mais preocupados com a filosofia da ciência do que com o próprio estudo social. O que têm feito, em suma, é abraçar uma filosofia da ciência que hoje acreditam ser o Método'· Científico. Esse modelo de pesquisa é em grande parte uma construção epistemológica. Dentro das Ciências Sociais, seu resultado mais decisivo foi uma espécie de inibição metodológica. Entendo, por isso, que os tipos de problemas a serem estudados e a forma pela qual são formulados sofrem severas

---

[24] Eis um exemplo: ao analisar várias questões filosóficas, em particular a natureza dos fenômenos "mentais" e a influência que sua visão deles tem sobre os problemas de epistemologia, George A. Lundberg observa: "Devido a essa incerteza da definição da "escola", e mais especialmente devido às muitas associações curiosas que a palavra "positivismo" tem em muitos espíritos, preferi sempre caracterizar meu ponto de vista como o da ciência natural, ao invés de procurar identificá-lo com qualquer das escolas convencionais da filosofia tradicional, das quais o positivismo tem sido uma, pelo menos desde Comte." E ainda: "Dodd e eu, em comum, acre· dito, com todos os outros cientistas naturais, prosseguimos realmente com o postulado de que os dados da ciência empírica consistem de reações simbolizadas através dos sentidos humanos (isto é, todas as nossas reações, inclusive as dos "órgãos sensoriais")." E ainda:

"Em comum com todos os cientistas naturais, rejeitamos a noção de que..." "The Natural Science Trend in Sociology", The American Journal of Sociology, Vol. LXI n.º 3, novembro, 1955.

limitações pelo Método Científico. A metodologia, em suma, parece determinar os problemas. E isso, no final das' contas, era de se esperar. O Método Científico que se projeta aqui não nasceu do que se considera, geral e corretamente, como as linhas clássicas da ciência social, nem constitui dela uma generalização. Nasceu, em grande parte e com modificações expedientes, da filosofia da ciência natural.

As filosofias das Ciências Sociais parecem de modo amplo, consistir de dois tipos de esforços. 1) Os filósofos podem tentar examinar o que realmente ocorre no processo do estudo social, em seguida generalizar e dar coerência aos processos de inquérito que parecem mais promissores. É um trabalho difícil e pode fàcilmente, resultar num absurdo, mas será muito menos difícil se todos os cientistas sociais o realizarem, e há um sentido no qual o devem fazer. Até agora, pouco se realizou nesse terreno, e o trabalho só foi aplicado a certos tipos de método. 2) O estilo de pesquisa social que chamei de empirismo abstrato parece, com frequência, consistir de esforços para reformular e adotar filosofias da ciência natural, de modo a formar um programa e um cânone para o trabalho na ciência social.

Os métodos são os procedimentos usados pelos homens na tentativa de compreender ou explicar alguma coisa. A metodologia é o estudo dos métodos; proporciona teorias sobre o que os homens estão fazendo quando trabalham em seus estudos. Como pode haver muitos métodos, a metodologia tende necessàriamente a ter caráter bastante geral, e por isso não ensina processos específicos de estudos - embora, naturalmente, possa fazê-lo. A epistemologia é ainda mais geral do que a metodologia, pois seus praticantes se ocupam com o terreno e os limites, em suma, com o caráter do "reconhecimento". Os epistemologistas contemporâneos tendem a se orientar pelo que acreditam serem os métodos da Física moderna. Formulando e tentando responder a perguntas gerais sobre o conhecimento em termos de sua compreensão dessa ciência, tornaram-se realidade filósofos da Física. Alguns cientistas naturais parecem interessados nesse trabalho filosófico, outros apenas divertidos. Alguns concordam com o modelo que a maioria dos filósofos atuais aceita, outros, não e é de suspeitar que muitos dos cientistas que trabalham não tenham consciência disso.

A Física, dizem, chegou a uma condição na qual podem surgir da teoria rigorosa e matemática problemas de experimentação rigorosa e exata. Não chegou a essa condição porque os epistemologistas criassem uma correlação dentro do modelo de pesquisa que construíram. A sequencia parece ter sido a inversa: a epistemologia da ciência é parasitária em relação aos métodos que os físicos, teóricos e experimentais, costumam praticar.

Polykarp Kusch, físico que ganhou o Prêmio Nobel, declarou não haver nenhum "método científico" e que o método assim batizado só pode ser delineado para problemas bastante simples. Percy Bridgman, outro físico do Prêmio Nobel, vai ainda mais longe: "Não há método científico como tal, mas a característica vital dos processos do cientista tem sido apenas fazer o seu máximo com sua mente, sem qualquer limitação." William S: Beck observa que "a mecânica da descoberta não é conhecida... ... Creio que o processo criador está Intimamente ligado à estrutura emocional de uma pessoa... ... que... ... é difícil submetê-lo à generalização ... " [25]

3.

Os especialistas do método tendem também a ser especialistas em algum outro tipo de filosofia social. O importante, sobre eles, na sociedade de hoje não é serem especialistas, mas sim que um dos resultados de sua atividade é estimular o processo de especialização dentro das Ciências Sociais como um todo. Além disso, estimulam-no de acordo com a inibição metodológica e em termos do instituto de pesquisa a que se podem ter associado. Não propõem um esquema de especialização tópica de acordo com "campos de estudo inteligíveis", ou uma concepção de problemas da estrutura social. É uma especialização baseada exclusivamente no uso do Método, a despeito do conteúdo, problema ou área. Estas não são impressões fortuitas; são fàcilmente documentadas.

———————

[25] William S. Beck, Modem Science and the Nature of Life,

N. York, Harcourt, Brace, 1957.

A afirmação mais explícita e direta do empirismo abstrato como estilo de trabalho, e de seu papel dentro da ciência social, foi feita por Paul F. Lazarsfeld, um dos mais sofisticados representantes dessa escola. 26

Lazarsfeld define "Sociologia" como uma especialidade, não em termos de qualquer método peculiar a ela, mas em termos de especialidade metodológica. De acordo com essa opinião, o sociólogo se torna o metodologista de todas as Ciências Sócias:

> É essa, então, a primeira função do sociólogo, que podemos deixar bastante explícita. Ele é, por assim dizer, o abridor de caminho do exército de cientistas sociais que avança, quando um novo setor da!' questões humanas está na iminência de tornar-se um objeto de investigações científicas empíricas. É o sociólogo que dá os primeiros passos. Ele é a ponte entre o filósofo social, o observador e comentarista individual, de um lado, e o grupo de trabalho organizado dos investigadores e analistas empíricos, do outro. . ... historicamente falando, temos então de distinguir três formas principais de ver os temas sociais: a análise social tal como a pratica o observador individual; as ciências cabalmente organizadas; e uma fase transitória a que chamamos de sociologia de qualquer área especial de comportamento social... ... Deve ser útil, a esta altura, fazer alguns comentários sobre o que está ocorrendo no momento dessa transição da filosofia social para a sociologia empírica. [27]

O "observador individual" note-se, é curiosamente equiparado ao "filósofo social". Note-se também que se trata de uma afirmação não só de um programa intelectual, mas também de um plano administrativo: "certas áreas do comportamento humano tomaram-se objeto das Ciências Sociais organizadas, que têm nomes, instintos, orçamentos, dados, pessoal etc. Outras áreas permaneceram subdesenvolvidas, sob esse aspecto". Qualquer área pode ser desenvolvida ou

---

[26] "What is Sociology?", Universitets Studentkontor Skrivemaskinstua, Oslo, setembro de 1948 (mimeografado). Este trabalho foi escrito e apresentado especialmente a um grupo de pessoas que procurava orientação geral para a instalação de uma instituição de pesquisa. Assim, presta-se bem aos meus objetivos, sendo breve, clara e autorizada. Exposições mais elegantes e mais desenvolvidas podem, naturalmente, ser encontradas, por exemplo, em The Language of Social Research, preparado por Lazarsfeld e Rosenberg, Glencoe, Illinois, The Free Press, 1955.

[27] Ibid., pp. 4-5.

"sociologizada". Por exemplo: "Na realidade, não temos nem mesmo um nome para uma ciência social que se ocupasse da felicidade da população. Mas nada há que tome impossível essa ciência. Não seria mais difícil nem mesmo mais caro coligir taxas de felicidade do que coligir dados sobre renda, poupança e preços."

A Sociologia, portanto, como parteira de uma serie de "Ciências Sociais" especializadas, permanece entre qualquer área tópica que ainda não se tenha tomado objeto do Método e "as Ciências Sociais plenamente desenvolvidas". Não está bem claro o que se considera como "Ciências Sociais plenamente desenvolvidas", mas nessa expressão estão implícitas apenas a Demografia e a Economia: "Ninguém duvidará mais ser necessário e possível tratar as questões humanas de forma científica. Durante cem anos ou mais, desenvolveram-se plenamente ciências como a Economia e a Demografia, que tratam de vários setores do comportamento humano." Não encontro nenhuma outra especificação do que são "Ciências Sociais plenamente desenvolvidas" nas vinte páginas desse ensaio.

Quando a Sociologia recebe a tarefa de converter a Filosofia em ciências, supõe-se implicitamente que o gênio do Método é tal que não exige o conhecimento erudito tradicional da área a ser transformada. Sem dúvida esse conhecimento exigirá um pouco mais de tempo do que se deduz por essa exposição. Talvez o seu sentido se tome claro através de uma observação ocasional sobre a ciência política: "... Os gregos tinham uma ciência da política, os alemães falam de Staatslehr e os anglo-saxônicos de ciência política. Ninguém ainda fez uma boa análise de conteúdo, de modo que se pudesse realmente saber de que se ocupam os livros desse campo... " [28]

Aí estão, então, os grupos organizados de cientistas sociais plenamente desenvolvidos; aí estão os filósofos sociais

---

[28] Ibid., p. 5. "Uma análise de conteúdo de uma série de materiais consiste essencialmente da classificação de pequenas unidades de documentos (palavras, frases, temas) de acordo com algumas categorias a priori." Peter H. Rossi, "Methods of Social Research, 1945-55", Sociology in the United States of America, organizado por Hans L. zetterberg, Paris, UNESCO, 1956, p. 33.

individuais e desorganizados. Como Metodologista, o sociólogo transforma os segundos nos primeiros. Ele é, em suma, o fazedor da ciência, ao mesmo tempo intelectual, ou antes, científico, e administrativo.

"A transição [das "filosofias sociais" e "observador individual" para a "ciência empírica plenamente organizada"] é habitualmente caracterizada por quatro fases no trabalho dos que se ocupam do assunto."

1) "Há, primeiro, a transferência da ênfase que passa da história das instituições e ideias para o comportamento concreto dos povos." Isso não é assim tão simples; o empirismo abstrato, como poderemos ver no capítulo 6, não é o empirismo cotidiano. "O comportamento concreto dos povos" não é sua unidade de estudo. No momento, mostrarei que na prática a escolha que isso-representa revela, com frequência, uma tendência distinta no sentido do que se chama de "psicologismo", e, mais, uma fuga persistente aos problemas da estrutura, em favor dos problemas do contexto pessoal.

2) "Há, em segundo lugar", continua Lazarsfeld, "uma tendência não para estudar um setor apenas das questões humanas, mas para relacioná-lo com outros setores." , Não creio que isso seja exato; para ver que não é, basta comparar as produções de Marx ou Spencer ou Weber com as de qualquer empirista abstrato. O que provàvelmente se quer dizer, porém, está num sentido especial de "relacionar": limita-se ao estatístico.

3) "Há uma terceira preferência pelo estudo de situações sociais e problemas que se repetem, e não dos problemas que ocorrem apenas uma vez." Poderíamos considerar isso como uma tentativa de identificar considerações estruturais, pois "repetições" ou "regularidades" da vida social estão, decerto, ancoradas nas estruturas vigentes. 11: por isso que para compreender, por exemplo, as campanhas políticas americanas é necessário compreender a estrutura dos partidos, seus papéis dentro da economia etc. Mas não é isso que Lazarsfeld quer dizer; e sim que as eleições exigem que muitas pessoas participem de um ato igual, e que se repitam: portanto, o comportamento eleitoral dos indivíduos pode ser estudado estatisticamente, e reestudado numerosas vezes.

4) "E finalmente há uma ênfase maior sobre os acontecimentos contemporâneos do que sobre os acontecimentos

sociais históricos ... " E uma ênfase não histórica provocada por uma preferência epistemológica: "O sociólogo terá, portanto, a tendência de tratar principalmente dos acontecimentos contemporâneos, em relação aos quais obterá com mais facilidade o tipo de informações de que precisa ... " Essa tendenciosidade epistemológica contrasta com a formulação de problemas substantivos como ponto de orientação do trabalho na ciência social. [29]

Antes de examinar melhor esses pontos, devo completar meu relatório sobre tal apresentação da Sociologia, concebida como responsável ainda por duas tarefas:

... a pesquisa sociológica consiste de aplicar processos científicos a novas áreas. Elas [as observações de Lazarsfeld] destinam-se exatamente a caracterizar rudimentarmente a atmosfera que pode predominar durante a transição da filosofia social para a pesquisa social empírica ... Quando o sociólogo começa a estudar novos setores das questões humanas, tem de coligir sozinho os dados que deseja. . ... É em conexão com essa situação que a segunda das principais funções do sociólogo se desenvolveu. Ele é, no momento, algo assim como um inventor de ferramentas para as outras Ciências Sociais. Permitam-me lembrar alguns dos muitos problemas que o cientista social enfrenta quando tem de coligir seus próprios dados. Com frequência tem de perguntar às próprias pessoas o que fizeram, viram, ou desejaram. Essas pessoas com frequência não se lembram de pronto; ou hesitam em falar; ou não compreendem exatamente o que desejamos saber. Assim, desenvolveu-se a importante e difícil arte da entrevista... .

... . . Mas [o sociólogo] teve, historicamente, ainda uma terceira função como intérprete... ... É útil distinguir entre a descrição e a interpretação das relações sociais. No nível interpretativo, formularíamos principalmente as perguntas que a linguagem cotidiana cobre com as palavras "por que". Por que as pessoas têm hoje menos filhos do que antes? Por que têm a tendência de passar do interior para a cidade? Por que são ganhas ou perdidas as eleições? ...

As técnicas básicas para encontrar essas explicações são estatísticas. Temos de comparar famílias com muitos filhos e famílias com poucos; trabalhadores que se ausentam com frequência do trabalho com os que comparecem regularmente. Mas o que vamos comparar, em relação a eles? [30]

_____

[29] Todas as citações dos parágrafos acima são de Lazarsfeld, op. cit., pp. 5-6.

[30] Ibid., pp. 7-8, 12-13.

O sociólogo parece assumir, subitamente, uma posição realmente enciclopédica: toda divisão da ciência social encerra interpretações e teorias, mas aqui ficamos sabendo que "interpretação" e "teoria" é domínio do sociólogo. O que se quer dizer toma-se claro quando compreendemos que essas outras interpretações não são ainda científicas. Os tipos de "interpretações" com os quais o sociólogo deve trabalhar, ao transformar as filosofias em ciências, são "variáveis interpretativas", úteis na pesquisa estatística. Além disso, note-se a tendência para reduzir as realidades sociológicas a variáveis psicológicas, na continuação imediata da citação acima: "Temos de supor a existência de algo na personalidade, experiência e atitude das pessoas que as faz agirem diversamente em situações que, de fora, parecem ser as mesmas situações. O que se necessita são ideias explanatórias e concepções que possam ser provadas pela pesquisa empírica..."

A "teoria social" como um todo se toma uma coleção sistemática desses conceitos, ou seja, de variáveis úteis nos achados estatísticos:

Chamamos a esses conceitos de sociólogos porque eles se aplicam a muitas variedades do comportamento social. ... Atribuímos ao sociólogo à tarefa de coligir e analisar os conceitos que são úteis à interpretação dos resultados empíricos encontrados em áreas específicas como a análise das estatísticas do preço ou do crime, ou do suicídio ou de eleições. Por vezes a expressão teoria social é usada para a apresentação sistemática de tais conceitos e suas inter-relações. [31]

Devo notar, de passagem, que não está bem claro se esta apresentação, em seu todo, é uma teoria do papel histórico que os sociólogos realmente desempenharam - e nesse caso seria bastante inadequada - ou se é apenas uma sugestão de que os sociólogos deveriam ser uma espécie de técnicos-parteiros e guardiães da interpretação de tudo - e nesse caso, decerto, qualquer sociólogo estaria livre para declinar do convite, no interesse de seus próprios problemas substantivos. Mas será essa exposição um fato ou preceito, afirmação ou programa?

---

[31] Ibid., p. 17.

Talvez seja propaganda de uma filosofia da técnica e uma admiração pela energia administrativa, disfarçada como parte da história natural da ciência.

Essa concepção do sociólogo, bem arraigada nos institutos de pesquisas, como cientista, inventor de ferramentas e guardião das interpretações - bem como todo o estilo de trabalho, dos quais este é a exposição mais clara que conheço - envolve vários problemas que passarei a examinar mais sistemàticamente.

4.

Há duas apologias do empirismo abstrato que, se aceitas, significariam que a fragilidade de seus resultados é provocada menos por qualquer característica inerente ao Método do que a causas de "natureza acidental", ou seja, dinheiro e tempo.

Poderíamos dizer primeiro, que como tais estudos são habitualmente muito caros, têm de ser relacionados com alguma preocupação pelos problemas dos interesses que os financiaram. E mais ainda, que o conjunto desses interesse teve, até agora, problemas muito dispersos. Assim, os pesquisadores não puderam selecionar os problemas de forma a permitir uma autêntica acumulação de resultados - ou seja, que se fizesse de forma significativa. Procuraram fazer o melhor possível; como não se podiam ocupar de uma série proveitosa de problemas substantivos, tiveram de especializar-se no desenvolvimento de métodos que pudessem funcionar a despeito das questões substantivas.

Em suma, a economia da verdade - o custo da pesquisa - parece estar em choque com a política da verdade _. O uso da pesquisa para esclarecer questões significativas e colocar a controvérsia política mais perto das realidades. A conclusão é que se as instituições de pesquisa social tivessem, digamos 25% dos fundos científicos totais de um país, e tivessem liberdade de fazer com o dinheiro o que desejassem, as coisas seriam muito melhores. Devo admitir que não sei se essa explicação é razoável ou não. N em ninguém o sabe, embora deva ser a convicção dos intelectuais administrativos entre nós, que abandonaram francamente o trabalho das Ciências Sociais em troca das atividades promocionais.

Mas considerar isso como a questão seria eliminar a relevância de qualquer crítica intelectual. Uma coisa, porém, é, sem dúvida, clara: como o Método é caro, seus praticantes frequentemente se envolveram na utilização comercial e burocrática de seu trabalho, e isso afetou-lhes realmente o estilo.

Poderíamos pensar, em segundo lugar, que os críticos estão apenas impacientes, e conheço o discurso magisterial sobre "as necessidades da ciência" que se fazem sentir antes na ordem dos séculos que das décadas. Poder-se-ia dizer que "no devido tempo" esses estudos se acumularão de forma a permitir resultados significativos sobre a sociedade a ser generalizada a partir deles. Essa justificação tem ao que me parece, uma ideia do desenvolvimento da ciência social como uma empresa de construções de casas. Supõe que estudos como esses possam ser, pela sua natureza, capazes de se constituírem em "unidades" que, a certa altura do futuro, poderão ser "somadas" ou "reunidas" para "construir" uma imagem comprovada e fidedigna do todo. Não é apenas uma suposição, é uma política explícita. "As ciências empíricas", afirma Lazarsfeld, "trabalham em problemas específicos e constroem um conhecimento maior juntando os resultados de muitas investigações minuciosas, cuidadosas e que consumiram tempo. É certamente desejável que mais estudantes se ocupem das Ciências Sociais. Mas não porque isso venha salvar o mundo da noite para o dia; e sim porque acelerará de alguma forma, a tarefa árdua de desenvolver finalmente uma ciência social integrada, que nos possa ajudar a compreender e controlar as questões sociais." [32]

Ignorando no momento suas ambiguidades políticas, o problema sugerido é o de limitar o trabalho às investigações "minuciosas", com a suposição de que suas verificações poderão ser "reunidas" e que isso, por sua vez, será uma "ciência social integrada". Para explicar por que essa opinião é inexata, devo ir além das razões extrínsecas da fragilidade do resultado obtido por essas pesquisas, e passar às razões inerentes ao seu estilo e programa.

Meu primeiro ponto é a relação entre a teoria e a pesquisa, é a política que os cientistas sociais deveriam adotar

_____

[32] Op. cit., p. 20.

quanto à prioridade das concepções mais amplas e das áreas de exposição detalhada.

Há, naturalmente, muitos comentários generosos em todas as escolas de ciência social sobre a cegueira dos dados empíricos, sem a teoria, e o vazio da teoria, sem os dados. Mas seria melhor examinar a prática e seus resultados, como estou procurando fazer aqui, do que as filigranas filosóficas. N as exposições mais diretas, como a de Lazarsfeld, os conceitos operativos de "teoria" e "dados empíricos" são apresentados com simplicidade: "teoria" torna-se as variáveis úteis na interpretação das verificações estatísticas; "dados empíricos" (como a prática sugere fortemente e torna evidente) limitam-se aos fatos e relações estatisticamente determinados que são numerosos, repetíveis e mensurávis. Assim limitados tanto a teoria como os dados, a generosidade do comentário sobre sua influência mútua parece reduzir-se a um miserável reconhecimento, ou na verdade a nenhum reconhecimento. Não há bases filosóficas, e certamente não há nem bases no trabalho da ciência social, como já indiquei, para restringir assim esses termos.

Para comprovar e remodelar um conceito amplo são necessárias exposições detalhadas, mas estas não podem necessàriamente ser reunidas para constituir uma ampla concepção. O que deveremos selecionar para a exposição detalhada? Quais os critérios para a seleção? E o que significa “reunido”? Não é uma tarefa tão mecânica quanto à frase fácil deixa parecer. Falamos da interação de conceitos amplos e informação detalhada (teoria e pesquisa), mas devemos também falar de problemas. Os problemas da ciência social são apresentados em termos de concepções que habitualmente se relacionam com estruturas sócio-históricas. Se considerarmos esses problemas como reais, então parece tolice empreender qualquer estudo detalhado das áreas em menor escala, antes de termos boa razão para acreditar que, a despeito dos resultados, nos permitirão tirar deduções úteis para a solução ou esclarecimento de problemas de significação estrutural. Não estamos "traduzindo" esses problemas, quando apenas supomos uma perspectiva na qual todos os problemas são vistos como uma diversidade de solicitações de informações esparsas, estatísticas ou outras, sobre uma diversidade de indivíduos e seus ambientes dispersos.

No que se relaciona com as ideias, dificilmente conseguimos obter, de alguma pesquisa detalhada, mais do que nela colocamos. O que obtemos da pesquisa empírica, como tal, são as informações, e o que podemos fazer com a informação depende muito de termos selecionado ou não, no curso de nosso trabalho, estudos específicos empíricos como ponto de comprovação de construções mais amplas. À medida que o fazedor de ciência vai transformando as filosofias sociais em ciências empíricas, e levantando instituições de pesquisas nas quais abrigá-las, resulta disso um grande número de estudos. Não há, na verdade, nenhum princípio ou teoria que guie a seleção do que devem ser os assuntos desses estudos. A "felicidade", como já vimos, poderia ser um desses assuntos, ou temas; o comportamento dos mercados poderia ser outro. Supõe-se, simplesmente, que se o Método for usado, resultam estudos tais - dispersos de Elmira até Zagrebe e Xangai - que somados finalmente constituirão uma ciência do homem e da sociedade "plenamente organizada". A prática, nesse meio tempo, será continuar com o próximo estudo.

Ao afirmar que tais estudos provàvelmente não podem ser "reunidos" para proporcionar resultados mais significativos, levo em conta a teoria da sociedade para que tende o empirismo abstrato. Qualquer estilo de empirismo envolve uma escolha metafísica - uma escolha do que é mais real - e devemos examinar, agora, a escolha exigida por este estilo particular. Creio ser possível desenvolver uma argumentação convincente no sentido de que tais estudos são, com frequência, exemplos do que se conhece como psicologismo. [33] O argumento poderia basear-se no fato de que

---

[33] “Psicologismos” referem-se à tentativa de explicar os fenômenos sociais em termos de Tatos e teorias sobre a constituição dos indivíduos. "Historicamente, como doutrina, baseia-se numa negativa metafísica explicita da realidade da estrutura social. Por outras vezes, seus partidários podem apresentar uma concepção da estrutura que o reduz, no que se relaciona com as explicações, a um conjunto de ambientes pessoais. De forma ainda mais geral, e de interesse mais direto para nossa preocupação com as políticas atuais de pesquisa na ciência social, o psicologismo se baseia na ideia de que se estudarmos uma série de pessoas e seus ambientes, os resultados de certa forma podem ser somados, dando o conhecimento da estrutura social.

sua fonte de informação fundamental é uma amostra de indivíduos. As questões formuladas nestes estudos são colocadas em termos de reações psicológicas dos indivíduos. Assim, é necessária a suposição de que a estrutura institucional da sociedade, na medida em que será estudada dessa forma, pode ser compreendida por meio de tais informações sobre o indivíduo.

Para adquirir consciência dos problemas da estrutura, e de sua significação explicativa até mesmo para o comportamento individual, é necessário um estilo muito mais amplo de empirismo. Até mesmo dentro da estrutura da sociedade americana, por exemplo - e especialmente de cada cidade americana, tomada de cada vez, e que constitui habitualmente a "área de amostras" - há tantos denominadores comuns, sociais e psicológicos, que a variedade da conduta que os cientistas sociais devem levar em conta simplesmente não existe. Essa variedade, e, portanto a formulação mesma dos problemas, só passa a existir quando nossa visão é ampliada, de forma a incluir estruturas sociais comparativas e históricas. Não obstante, devido ao dogma epistemológico, os empiristas abstratos são sistemàticamente a-históricos e não-comparativos. Tratam de áreas de pequena escala e inclinam-se ao psicologismo. Nem na definição de seus problemas, nem na explicação de seus próprios achados microscópicos, utilizam-se realmente da ideia básica da estrutura social histórica.

Mesmo como estudos de ambientes pessoais, tal pesquisa não pode ser muito perceptiva. Por definição, bem como à base de nossos estudos, sabemos que as causas de muitas modificações nos ambientes são, com frequência, desconhecidas das pessoas (as entrevistadas) de ambientes específicos, e tais modificações só podem ser compreendidas em termos de transformações estruturais. Essa ideia geral é, sem dúvida, o oposto do psicologismo. Suas implicações para nossos métodos parecem claras e simples: a seleção dos ambientes para o estudo detalhado deve ser feita de acordo com os problemas de significação estrutural. Os tipos de "variáveis" a serem isolados e observados dentro dos ambientes devem ser os considerados importantes pelo nosso exame da estrutura. Deve, naturalmente, haver uma influência em ambos os sentidos, entre os estudos de ambientes e os estudos de estrutura. O desenvolvimento da ciência social

não pode ser visualizado como resultante do trabalho de um grupo de mulheres dispersas, cada qual fazendo uma parte de um grande bordado: as pequenas peças, por 'melhor definidas que sejam, não se encaixam assim mecanicamente, nem se ligam externamente.

Mas na prática do empirismo abstrato não é raro "obter os dados" e "processá-los" através de uma análise estatística mais ou menos padronizada, usualmente conduzida por analistas semi-habilitados. Contrata-se, então, um sociólogo, ou uma série deles, para, "realmente analisá-la". Isso me leva ao aspecto seguinte.

Entre os empiristas abstratos há uma tendência recente a prefaciar os estudos empíricos com um capítulo ou dois, nos ·quais resumem a "literatura do problema". t, sem dúvida, um bom indício e, creio em parte uma reação às críticas feitas pelas disciplinas sociais vigentes. Mas na prática esse trabalho com frequência é feito depois de recolhidos os dados e" elaborados" Além disso, como exige tempo e paciência consideráveis, nas instituições de pesquisa, sempre muito ocupadas, ele é transferido para o assistente, também muito ocupado. O memorando que ele produz é então reformulado, num esforço de dotar o estudo empírico com uma "teoria" e "dar-lhe um sentido" ou - como se diz frequentemente - "extrair dele uma história melhor". Até mesmo isso, talvez, seja melhor do que nada. Mas com frequência ilude o leigo que apressadamente supõe ter sido esse estudo empírico particular selecionado, planejado e executado de modo a comprovar, empiricamente, conceitos ou suposições mais amplas.

Não creio ser essa a prática habitual. Na verdade, só se poderia tomar habitual nas mãos de homens que levassem a sério "a literatura" da ciência social - em seus próprios termos e por tempo bastante para apreender as concepções, teorias e problemas que ela encerra. Somente então seria concebível que, sem o abandono dos problemas e conceitos, seus sentidos pudessem ser traduzidos em problemas mais específicos e de menor escala, fàcilmente submersíveis ao Método. Essa tradução, decerto, é o que fazem todos os cientistas sociais, embora não limitem a palavra "empírico" às informações abstratas, estatísticas, sobre uma série de indivíduos

contemporâneos, ou "teoria" a uma coleção de "variáveis interpretativas" .

Truques interessantes são usados nessa discussão. Os estudos do tipo que venho examinando, se analisados do ponto de vista lógico, revelam que os "conceitos interessantes" usados para interpretar e explicar "os dados "sempre indicam: 1) "fatores" estruturais e históricos acima do nível revelado pela entrevista; 2) fatores psicológicos abaixo da profundidade aberta ao entrevistador. Mas o importante é que conceitos, sejam de estrutura ou de profundidade psicológica, estão, tipicamente, dentro dos termos nos quais a pesquisa foi formulada e "os dados" coligidos. Esses termos podem apontar, de forma geral, numa ou noutra dessas direções, mas não estão entre as variáveis específicas e "claras", utilizadas por este estilo de trabalho.

A principal razão disso parece clara: na prática, a entrevista mais ou menos fixa - a fonte básica de informação '- habitualmente exige uma espécie de comportamento social. Dados e fatos administrativos e financeiros da pesquisa, isso é quase inevitável. Pois não é evidente que os entrevistadores (semi-habilitados, na melhor hipótese) não podem obter - na verdade, ninguém pode obter qualquer que seja a habilitação - em vinte minutos ou mesmo num dia inteiro de entrevista, os materiais em profundidade que, sabemos pelas entrevistas mais bem conduzidas e prolongadas, existem?[34] Nem é possível obter pelo tipo habitual de amostragem o tipo de informação sobre a estrutura que sabemos existir, através de estudos devidamente orientados para a história.

Não obstante, concepções de estruturas e de psicologia profunda são arrastadas para os estudos realizados no estilo empírico abstrato. Observações particulares são explicadas

---

[34] Devo notar, de passagem, que uma razão para a frágil formalidade ou mesmo para o vazio desses estudos cheios de fatos é o de encerrarem pouca, ou nenhuma, observação direta, feita pelos que se encarregam deles. Os "fatos empíricos" são fatos recolhidos por um grupo, burocràticamente guiado, de pessoas habitualmente semi-habilitadas. Esqueceu-se que a observação social exige uma alta habilidade e uma sensibilidade aguda; que a descoberta ocorre precisamente quando um espírito imaginativo se coloca em meio das realidades sociais.

pelo recurso ad hoc a concepções gerais. Estas são usadas para formular problemas estruturais ou psicológicos para a "fachada" ou o "elogio" de um estudo.

A palavra "brilhante" é por vezes usada em certas pesquisas, quando fatos ou relações detalhados são "explicados" de modo persuasivo pelas suposições mais amplas. Quando as variáveis minuciosas, cujos sentidos são forçados, são usadas para explicar questões gerais, o resultado pode ser considerado como "curioso". Menciono isso para indicar que está surgindo uma "linguagem do ofício", para cobrir os processos que descrevi.

Tudo isso nada mais é do que o uso de estatísticas para ilustrar pontos gerais e o uso de pontos gerais para ilustrar estatísticas. Os pontos gerais não são comprovados nem especificados. São adaptados aos números, tal como a disposição dos números é adaptada a eles. Os pontos gerais e explicações podem ser usados com outros números também; e os números podem ser usados com outros pontos gerais. Essas manobras lógicas são usadas para dar um aparente sentido estrutural, histórico e psicológico aos estudos que, pelo seu estilo de abstração, eliminaram tais sentidos. Nas formas indicadas, bem como em outras, é possível apegar-se ao Método e não obstante tentar disfarçar a trivialidade de seus resultados.

Exemplos desses processos encontram-se habitualmente nos primeiros parágrafos de determinados capítulos, nas "introduções gerais" e por vezes num capítulo "interpretativo" ou numa seção que é "introduzida". Minha finalidade aqui não pode ser o exame detalhado de estudos; desejo apenas alertar o leitor de forma que torne mais aguçado o seu exame desses estudos.

A questão é simplesmente esta: a pesquisa social de qualquer tipo é apresentada pelas ideias; é apenas disciplinada pelo fato. Isso é tão certo para os levantamentos empíricos abstratos de "por que o povo vota como vota" quanto para a explicação que o historiador dá da posição e perspectiva da inteligência russa no século XIX. O ritual do primeiro é habitualmente mais complicado e sem dúvida mais pretensioso. A situação lógica do resultado não é diferente.

Há, finalmente, uma explicação da habitual fragilidade de resultados do empirismo abstrato que será melhor apresentada como indagação: haverá qualquer tensão necessária entre o que é certo, mas sem importância, e o que é importante, mas não necessàriamente certo? Uma forma melhor de fazer essa pergunta seria: Em que nível de verificação devem os trabalhadores da ciência social agir? Poderíamos, é certo, ser tão precisos em nossas exigências que necessàriamente nada teríamos exceto uma exposição· muito detalhada; poderíamos também ser tão inexatos que teríamos apenas as realmente grandes concepções.

Os que sofrem de inibição metodológica frequentemente se recusam a dizer qualquer coisa sobre a sociedade moderna, a menos que tenha sido submetida ao pequeno moinho do Ritual Estatístico. E comum dizer que suas produções são certas, mesmo que sem importância. Não concordo com isso, e cada vez mais indago até que ponto são certas. Pergunto que grau de exatidão, ou mesmo de pseudoprecisão, é confundido aqui com "verdade"; e que grau de empirismo abstrato é tomado como a única forma "empírica" de trabalho. Quem já estudou seriamente, por um ou dois anos, cerca de milhares de entrevistas de uma hora, cuidadosamente codificadas, terá começado a ver como é maleável o reino do "fato", na realidade. Além disso, no que se relaciona com a "importância", sem dúvida é importante quando alguns dos espíritos mais enérgicos entre nós se consomem no estudo dos detalhes, porque o Método a que estão dogmàticamente comprometidos não lhes permite estudar nada mais. Grande parte desse trabalho estou agora convencido, tornou-se o simples cumprimento de um ritual - que adquiriu valor comercial e valor junto às fundações - e não aquilo que um de seus representantes chamou de "um compromisso com as duras exigências da ciência".

A precisão não é o único critério para a escolha do método, e não deve ser confundida, como ocorre com frequência, com o "empírico" ou o "verdadeiro". Deveríamos ser tão precisos quanto formos capazes em nosso trabalho sobre os problemas objetos da nossa atenção. Mas nenhum método como tal, deveria ser usado para delimitar os problemas que tomamos, quando menos não fosse pelo fato de que as questões mais interessantes e difíceis de método começam, habitualmente, quando não são aplicáveis as técnicas consagradas.

Se tivermos um senso dos verdadeiros problemas, tal como surgem da história, a questão da verdade e significação tende a responder-se a si mesma: deveríamos trabalhar nos problemas com a maior precisão e cuidado possíveis. O trabalho importante na ciência social tem sido habitualmente, e é apenas uma série de hipóteses cuidadosamente elaboradas, documentadas em pontos-chaves por uma informação mais detalhada. Não há, na verdade, nenhuma outra forma, pelo menos ainda, de comparar tópicos e temas geralmente reconhecidos como importantes.

Como devemos entender a exigência de que nossos estudos se ocupem de problemas importantes, ou como se diz mais habitualmente, mais significativos? Significativos para o quê? A essa altura, esclarecemos que queremos dizer simplesmente que devam ter um sentido político, ou prático ou moral - em qualquer dos significados que possam ser dados a esses termos. Esclareçamos, em primeiro lugar, que eles devem ter relevância autêntica para a nossa concepção de uma estrutura social e para o que está ocorrendo nela. Por "relevância autêntica" entendo que nossos estudos devam ser logicamente relacionados com essas concepções. E por "logicamente relacionados" entendo que há uma ligação clara e evidente entre as exposições mais amplas e a informação mais detalhada, dentro de cada fase do problema, e dentro da fase explanatória de nosso trabalho. O sentido político de "significativo" será analisado mais adiante. Enquanto isso, é evidente sem dúvida que o empirismo cauteloso e rígido, como o abstrato, elimina da pesquisa os grandes problemas sociais e questões humanas de nosso tempo. Os homens que compreenderiam esses problemas e se ocupariam dessas questões voltam-se, então, em busca de esclarecimentos, para outras formulações de convicções.

5.

Os métodos específicos - em distinção da filosofia do empirismo são claramente adequados e convenientes para o trabalho em muitos problemas, e não vejo como se possa fazer qualquer objeção razoável à sua utilização. Podemos, através da abstração adequada, ser exatos sobre qualquer coisa. Nada é inerentemente imune à mensuração.

Se os problemas de que nos ocupamos são passíveis, fàcilmente, de processos estatísticos, deveremos sempre tentar usá-los. Se, por exemplo, ao elaborar uma teoria de elites, precisamos conhecer as origens sociais de um grupo de generais, naturalmente tentamos conhecer as proporções que vêm de cada camada social. Se precisarmos saber as proporções em que a renda real dos empregados de "colarinho branco" subiu ou desceu desde 1900, percorremos uma tabela das rendas por ocupação, controlada em termos de um índice de preços qualquer. Ninguém, porém, precisa aceitar tais procedimentos, quando generalizados, com os únicos existentes. Certamente ninguém precisa aceitar esse modelo como um cânone absoluto. Não constitui ele a única maneira empírica.

Devemos escolher características particulares e minuciosas para o estudo intensivo e exato de acordo com nossa ideia menos exata do todo, e para resolver questões que tenham relação com os todos estruturais. É: uma escolha feita de acordo com as exigências de nossos problemas, não uma "necessidade" que resulte de um dogma epistemológico.

Não suponho que ninguém tenha o direito de fazer objeção aos estudos detalhados de problemas menores. O estreitamento do foco que estes exigem poderia ser parte de uma busca admirável de perfeição e certeza. Poderia ser também parte de uma divisão do trabalho intelectual, de urna especialização que ninguém deve praticar. Mas podemos, sem dúvida, perguntar: se tais estudos são considerados partes de uma divisão do trabalho que, como um todo, constitui a meta de ciência social, onde estão às outras divisões das quais eles são parte? E onde está à divisão em que esses estudos são colocados corno parte de um quadro maior?

Devemos notar que os praticantes de quase todos os estilos de trabalho tendem a usar vocabulário semelhante. Todos os que hoje enumeram coisas estão bem cônscios de suas implicações conceptuais; todos os que elaboram distinções (e muitos fazem apenas isso) têm plena consciência do "paradigma da verificação empírica". Admite-se comumente que qualquer tentativa sistemática de compreensão envolve alguma forma de alternação entre o intake (empírico) e a assimilação (teórica), que conceitos e ideias devem

guiar a investigação fatual, e que as investigações detalhadas devem ser usadas para comprovar e remodelar as ideias.

O que ocorreu na inibição metolodógica foi que os homens se apegaram não tanto ao intake empírico, mas aos problemas essencialmente epistemológicos do método. Como muitos desses homens, especialmente os mais jovens, não sabem muito de epistemologia, tendem a ser dogmáticos sobre o grupo de cânones que os domina.

O que ocorreu no fetichismo do Conceito é que os homens se apegaram a um nível de generalização muito alto, habitualmente de natureza sintática, e não podem descer ao fato. Ambas as tendências ou escolas existem e florescem dentro do que devem ser pausas no processo de trabalho da ciência social. Mas nelas o que deveria ser uma pequena pausa se transforma se assim podemos dizer num início de inutilidade.

Intelectualmente, essas escolas representam abdicações da ciência social clássica. O veículo de sua abdicação é a superelaboração pretensiosa do "método" e "teoria"; a principal razão disso é a falta de ligação firme com problemas substantivos. Se a ascensão e' a queda de doutrinas e métodos fossem devidas apenas a uma concorrência puramente iritelectual entre elas (vencendo a mais proveitosa e adequada, tombando à margem a menos adequada e menos proveitosa), a grande teoria e o empirismo abstrato não teriam adquirido a ascendência que têm. A grande teoria seria uma tendência menor entre filósofos - e talvez alguma coisa que os jovens acadêmicos têm de conhecer. O empirismo abstrato seria uma teoria para os filósofos da ciência, bem como um acessório útil entre os diversos métodos de pesquisa social.

Se não houvesse senão essas duas, existindo supremas de lado a lado, nossa condição seria realmente triste: como práticas, porém, podem ser compreendidas como uma garantia de que não aprendemos muito sobre o homem e a sociedade - a primeira pelo obscurantismo formal e enevoado, a segunda pela ingenuidade formal e vazia.

CAPITULO 4

Tipos de Praticalísmo

A confusão nas Ciências Sociais é ao mesmo tempo moral e "científica", política e intelectual. As tentativas de ignorar esse fato estão entre as· razões da permanência dessa confusão. Para julgar os problemas e métodos das varias escolas de ciência social, devemos tomar uma decisão em relação a muitos valores políticos e intelectuais, pois não podemos formular bem qualquer problema antes de saber de quem ele é. O que é problema para um homem, pode não ser para outro; depende do que interessa a cada pessoa, e da forma pela qual tem consciência de seus interesses. Além disso, surge um problema ético infeliz: os homens nem sempre se interessam pelo que é de seu interesse. Nem todos são tão racionais quanto os cientistas sociais acreditam. Isso quer dizer que pelo seu trabalho os estudiosos do homem e da sociedade assumem e adotam decisões morais e políticas.

1.

O trabalho nas Ciências Sociais foi sempre acompanhado de problemas de avaliação. As tradições dessas ciências encerram uma longa sequencia de resoluções quase sempre dogmáticas, muita tentativa de romper cercas, e também certo número de opiniões bem racionais e sensatas. Frequentemente, o problema não tem sido enfrentado diretamente, propondo-se apenas respostas esparsas - ou adotando-se tais respostas - como na Sociologia aplicada do técni-

co de pesquisa que trabalha sob contrato. Esse técnico não foge, pela suposta neutralidade de suas práticas, ao problema - na realidade, permite que outros homens o solucionem por ele. Mas sem dúvida o artesão intelectual procurará realizar seu trabalho na consciência das suposições e implicações do problema, e entre as quais as menores não são os sentidos moral e político delas para a sociedade na qual trabalha, e para seu papel dentro dessa sociedade.

Há hoje bastante acordo para que se considere um lugar-comum à noção de que ninguém pode deduzir julgamentos de valor de exposições de fato, ou de definições de concepções. Mas isso não significa que tais exposições e definições sejam irrelevantes para o julgamento. E fácil ver que as questões morais envolvem um emaranhado de erros fatuais e concepções pouco claras, bem como uma predisposição avaliativa. Somente depois de terem sido logicamente desemaranhados é possível saber quais as questões que realmente envolvem um conflito de valores.

Determinar se esse conflito existe ou não, e se existe, isolar o fato do valor, é evidentemente uma das principais tarefas que o cientista social assume com frequência. Esse desemaranhar por vezes leva ràpidamente a uma reformulação da questão, de modo a abrir caminho para a solução, pois pode revelar uma incoerência de valores provocada pelo mesmo interesse: um valor em emergência não pode ser realizado se um valor mais antigo não for sacrificado, e assim, para agir, o interessado deve deixar bastante claro qual o seu principal valor.

Mas quando há valores sustentados com firmeza e coerência por interesses realmente antagônicos, de modo que o conflito não pode ser resolvido pela análise lógica e pela investigação fatual, então o papel da razão naquela questão humana parece ter chegado ao fim. Podemos esclarecer o sentido e as consequências dos valores, podemos torná-los coerentes entre si e determinar suas prioridades reais, podemos cercá-los de fatos - mas no fim, poderemos estar reduzidos à mera afirmação e contra-afirmação. Nesse caso, só poderemos agradar ou persuadir. E no fim mesmo, se for atingido o fim, os problemas morais se transformam em problemas de poder, e em última instância, se for alcançada a última instância, a forma final do poder é a coação.

Não podemos deduzir - é a célebre afirmação de Hume - como devemos agir pelo que acreditamos. Nem podemos deduzir como qualquer outra pessoa deve agir guiando-nos pelo que consideramos que seria a nossa forma de agir. No fim, se este for alcançado, temos apenas que dar uma pancada na cabeça dos que discordam de nós; esperemos que o fim raramente ocorra. Enquanto isso, sendo razoáveis como podemos ser, devemos argumentar todos.

Os valores estão envolvidos na relação dos problemas que estudamos; estão também envolvidos em alguns dos conceitos-chaves que usamos em nossa formulação desses problemas e os valores afetam-lhes o curso da solução. No que se relaciona com os conceitos, a finalidade deve ser usar o máximo dos termos "neutros de valores" possível e ter consciência das implicações de valores que perduram, e torná-las explícitas. No que se relaciona com os problemas, o objetivo deveria ser, novamente, a clareza sobre os valores, em termos dos quais são selecionados, evitando-se, em seguida, da melhor forma, as predisposições avaliativas em sua solução, não importando quais possam ser suas implicações ou políticas.

Certos tipos de críticos, porém, julgam o trabalho nas Ciências Sociais segundo sejam ou não as suas conclusões sombrias ou alegres, negativas ou construtivas. Esses moralistas da claridade desejam um ressurgimento lírico, pelo menos no fim: sentem-se felizes com um espírito de otimismo ansioso, do qual saímos frescos e brilhantes. Mas o mundo que estamos procurando compreender não nos torna sempre politicamente esperançosos e moralmente complacentes, o que equivale a dizer que os cientistas sociais por vezes encontram dificuldades em desempenhar o papel de idiota risonho. Pessoalmente, não sou um tipo muito otimista, mas devo confessar que jamais pude decidir-me se uma coisa é otimista ou não em termos de sua capacidade de nos levar a um estado de alegria. Primeiro, procura-se torná-la clara, para fazer uma afirmação adequada - se for sombria, muito mal; se levar à esperança, bem. Nesse meio tempo, clamar por um "programa construtivo" e "uma nota esperançosa" são, com frequência, indício de incapacidade para enfrentar os fatos, tais como são, mesmo quando são decididamente desagradáveis - e é irrelevante para a verdade

ou falsidade e para os julgamentos do trabalho adequado na ciência social.

O cientista social que gasta sua força intelectual nos detalhes de ambientes em pequena escala não está afastando seu trabalho dos conflitos e forças políticas de sua época. Ele está, pelo menos indiretamente e na prática, "aceitando" a estrutura de sua sociedade. Mas ninguém que aceite plenamente as tarefas intelectuais da ciência social, pode simplesmente adotar essa estrutura. Na verdade, é tarefa sua torná-la explícita e estudá-la como um todo. Aceitar esse empreendimento é seu principal julgamento. E como há tantas falsificações da sociedade americana, descrevê-la de forma neutra é considerado, quase sempre, um "naturalismo selvagem". Evidentemente, não é muito difícil ocultar os valores que o cientista social pode supor ou aceitar ou considerar implícitos. Como sabemos todos, um aparato pouco compensador existe para isso: grande parte do jargão da ciência social, especialmente da Sociologia, resulta da paixão curiosa pelo maneirismo, que os não-compromissados evidenciam.

Quer ele queira ou não, quer tenha consciência ou não, quem gasta sua vida estudando a sociedade e divulgando os resultados de 'Seu estudo está agindo moralmente e quase sempre também politicamente. A questão é se enfrenta essa condição e toma sua própria decisão, ou se a oculta de si mesmo e dos outros, e permanece moralmente indeciso. Muitos cientistas sociais na América são hoje liberais seja de boa vontade, seja constrangidamente. Conformam-se ao medo predominante a qualquer compromisso apaixonado. Isso, e não a "objetividade científica" é o que realmente desejam esses homens, quando se queixam da "formulação de julgamentos de valor".

Incidentalmente, não considero que a tarefa de ensinar se enquadre na mesma situação da tarefa de escrever. Quando alguém publica um livro, este se torna propriedade pública; a única responsabilidade do autor para com seu público leitor, se existir alguma, é fazer o melhor livro que puder, e ele é o juiz final disso. Mas o professor tem outras responsabilidades. De certa-forma, os alunos são uma audiência cativa, dependem do professor, que para eles é algo como

um modelo. Sua tarefa mais importante é revelar-lhes, da forma mais completa possível, como funciona a.mente supostamente autodisciplinada. A arte do ensino é, em considerável parte, a arte de pensar em voz alta, mas inteligivelmente. Num livro, o autor tenta, com frequência, convencer outros do resultado de seu pensamento; na sala de aula, o professor deve tentar mostrar aos alunos como pensa um homem - e ao mesmo tempo, revelar o belo sentimento que experimenta quando pensa bem. Parece-me que o intelectual deve, portanto, fazer juízos bastante explícitos sobre suposições, fatos, métodos, julgamentos. Não deve guardar nada, mas expor bem lentamente, e repetidamente deixar claro o pleno alcance das alternativas morais, antes de fazer sua escolha. Escrever dessa forma seria extremamente monótono, e impossível fazê-lo conscientemente. E por isso que as conferências de êxito habitualmente não têm bom efeito quando impressas.

E difícil ser tão otimista quanto Kenneth Boulding, que diz: "Apesar de todas as tentativas de nossos positivistas para desumanizar as ciências do homem, elas continuam sendo uma ciência moral." E ainda mais difícil, porém, não concordar com Lionel Robbins, que diz: "Não é um exagero dizer que, hoje em dia, um dos principais perigos da civilização surge da incapacidade de mentes treinadas nas Ciências Naturais perceber a diferença entre o econômico e o técnico." [35]

2.

Nada disso, em si, constitui motivo de perturbação; são coisas sabidas, mesmo quando não conhecidas. Hoje em dia, a pesquisa social é, frequentemente, de utilidade direta para os generais do exército e os assistentes sociais, gerentes de empresas e diretores de prisão. Esses usos burocráticos vêm aumentando; sem dúvida, continuarão a aumentar. Os estudos são também usados - pelos cientistas sociais e outras pessoas - de forma ideológica. N a verdade, a relevância

---

[35] Essas duas citações são de Barzun e Graff, The Modem Researcher. N. York, Harcourt, Brace, 1957. p. 217.

ideológica das Ciências Sociais é inerente à sua existência mesma como fato social. Toda sociedade guarda uma 'imagem de sua própria natureza - em particular, imagens e slogans que justificam seu sistema de poder e os processos dos poderosos. As imagens e ideias produzidas pelos cientistas sociais podem ou não ser coerentes com essas imagens predominantes, mas guardam sempre certas implicações, em relação a elas. Na medida em que tais implicações são conhecidas, há habitualmente discussão sobre elas - e são usadas:

Justificando a disposição do poder e a ascendência dos poderosos, as imagens e ideias transformam o poder em autoridade.

Criticando ou desmascarando as disposições e os governantes predominantes, despem-nos da autoridade.

Distraindo a atenção das questões de poder e autoridade, distraem-na também das realidades estruturais da própria sociedade.

Essas utilizações não são necessàriamente, dependentes das intenções dos cientistas sociais. Não obstante, é bastante comum que os cientistas sociais adquiram consciência dos sentidos políticos de seu trabalho. Se algum deles não a adquire, nesta era da ideologia, outros provàvelmente a terão.

A exigência de justificações ideológicas explícitas se tem ampliado muito, entre outras coisas porque novas instituições de grande poder surgiram, mas não se legitimaram, e porque as velhas forças desgastaram suas velhas sanções. O poder da moderna empresa, por exemplo, não se' justifica automàticamente em termos das doutrinas liberais herdadas do século XVIII, que são a linha principal da autoridade legítima nos Estados Unidos. Todo interesse e todo poder, toda paixão e tendenciosidade, todo ódio e esperança tende a adquirir um aparato ideológico com o qual compete com os slogans e símbolos, as doutrinas e atrativos de outros interesses. À medida que as comunicações públicas se expandem, e se intensificam, sua efetividade é desgastada pela repetição; assim, há uma busca contínua de novos slogans e crenças e ideologias. Nessa situação de comunicação em massa e relações públicas intensivas, seria realmente estranho se os estudos sociais ficassem imunes da exigência de

munição ideológica, e mais estranho ainda se os pesquisadores sociais deixassem de atender a essa exigência.

Mas tenha o cientista social consciência disso ou não, pelo simples fato de trabalhar como cientista social, está de certa forma desempenhando um papel burocrático ou ideológico. E ainda, qualquer um desses papéis leva ràpidamente, ao outro. O uso das técnicas de pesquisas mais formais para finalidades burocráticas leva a justificativas de decisões presumidamente tomadas à base de tal pesquisa. Por sua vez, os usos ideológicos das descobertas da ciência social tornam-se prontamente parte das operações burocráticas: hoje em dia as tentativas de legitimar o poder, e de tornar aceitáveis determinadas políticas especificas, são com frequência parte da "administração do pessoal" e das "relações públicas”

Historicamente, a ciência social tem sido usada mais ideologicamente do que burocràticamente; isso provàvelmente ainda ocorre hoje, embora o equilíbrio pareça estar-se modificando. De certa forma, os usos ideológicos têm sido provocados pelo fato de que parte da ciência social moderna tem sido frequentemente, um debate, não reconhecido, com a obra de Marx, e um reflexo e um desafio dos movimentos socialistas e dos partidos comunistas.

A Economia clássica foi a principal ideologia do capitalismo como sistema de poder. Nisso, tem sido com frequência "proveitosamente mal compreendida" - até mesmo na utilização do trabalho de Marx pelos publicistas soviéticos, hoje. Os economistas se apegaram tenazmente à metafísica do direito natural e à filosofia moral do utilitarismo, o que se verifica pelas críticas feitas pela doutrina clássica e neoclássica formuladas nas escolas de Economia histórica e institucional. Mas essas escolas só podem ser compreendidas em referência às "filosofias sociais" conservadora, liberal ou radical. Especialmente a partir da década de 1930, os economistas - que se tornaram conselheiros de governos e empresas - estabeleceram técnicas administrativas, pronunciaram-se sobre política, e estabeleceram rotinas para os relatórios econômicos detalhados. De forma ativa, embora nem sempre explícita, tudo isso envolve uma utilização burocrática e ideológica.

A confusão existente hoje na Economia é uma confusão que envolve tanto questões de política quanto de métodos e opiniões. Economistas da mesma importância fazem pronunciamentos bastante contraditórios. Gardiner C. Means, por exemplo, ataca seus colegas por se apegarem às imagens do "século XVIII", de empreendimentos atomistas, e exige um novo modelo da economia, no qual as grandes empresas fazem e controlam os preços. Wassily Leontief, por sua vez, ataca a divisão entre seus colegas - teóricos puros e colecionadores de fatos - e pede esquemas intrincados de input e output. Mas Colin Clark considera tais esquemas como "detalhados e sem finalidades, e análises esperdiçadoras de tempo", pedindo que os economistas pensem numa forma de melhorar "o bem-estar material da humanidade" - e exige que os impostos sejam reduzidos. John K. Galbraith afirma que os economistas devem deixar de preocupar-se tanto com o bem-estar material, que a América já é muito rica e que sustentar a produção ainda mais é tolice. Pede a seus colegas que exijam a intensificação das obras públicas, e que os impostos (na verdade os impostos sobre vendas) sejam aumentados. [36]

Até mesmo a Demografia, uma especialidade bastante estatística, se tem envolvido profundamente com os conflitos de política e as controvérsias práticas iniciadas por Thomas Malthus. Muitas dessas questões centralizam-se hoje nas antigas áreas coloniais nas quais, sob vários aspectos, a Antropologia se tem ocupado profundamente com os fatos e os elementos éticos' do colonialismo. De um ponto de vista radical ou liberal, os problemas econômicos e políticos desses países são geralmente definidos como a necessidade de progresso econômico rápido - em particular, a industrialização e tudo o que representa. Os antropólogos participaram da discussão com reservas que, como as das velhas potências coloniais, pareceram evitar as agitações e tensões que hoje, inevitàvelmente, acompanham as transformações nos países subdesenvolvidos. O conteúdo e história da Antropologia Cultural não se "explicam", decerto, por quaisquer fatos de colonialismo, embora esses fatos não sejam irrelevantes para

---

[36] Compare-se o relatório sobre os economistas em Business Week, 2 de agosto de 1958, p. 48.

ele. Serviu também a finalidades liberais, e até mesmo radicais, especialmente por sua insistência na integridade das pessoas de sociedades mais simples, sobre a relatividade social do caráter do homem, e pela sua propaganda antiparoquial entre os ocidentais.

Certos historiadores parecem ansiosos, de reescrever o passado a fim de servir apenas ao que só pode ser reconhecido como propósitos ideológicos do presente. Um exemplo atual é a "reanálise" americana, da era posterior à Guerra Civil, da vida de empresas e outros tipos de vida comercial. Examinando cuidadosamente grande parte da história americana das últimas décadas, compreendemos que, seja a história o que for ou deva ser, torna-se fàcilmente também uma reformulação dos mitos nacionais e dos mitos de classe. À medida que surgiam novos usos burocráticos da ciência social, surgiu também, especialmente desde a Segunda Guerra Mundial, uma tentativa de celebrar o "sentido histórico da América",e nessa celebração alguns historiadores tornaram a história útil ao espírito conservador, e aos seus beneficiários espirituais materiais.

Os cientistas políticos, ao tratarem das relações internacionais desde a Segunda Guerra Mundial, certamente não podem ser acusados de ter examinado a política dos Estados Unidos com qualquer vigor oposicionista. Talvez o Professor Neal Houghton vá muito longe, quando afirma que "muito do que vem passando por erudição da ciência política pouco mais é do que racionalização em notas de pé de página e publicidade dessas políticas". [37] A argumentação que desenvolve, porém, não pode ser posta de lado sem um exame completo. Nem pode a indagação do Professor Arnold Rogow: "O que aconteceu às Grandes Questões?", [38] ser respondida sem compreendermos que grande parte da ciência política tem, ultimamente, sido irrelevante para a compreensão das realidades políticas importantes, mas não irrelevante para o aplauso científico de políticas e omissões oficiais.

---

[37] Discurso na Associação Ocidental de Ciência Política, 12 de abril de 1958.

[38] American Political Science Review, setembro de 1957.

Menciono esses usos e implicações não como uma crítica nem uma tentativa para provar tendenciosidade. Faço-o apenas para lembrar ao leitor que a ciência social é, inevitàvelmente, relevante para as rotinas burocráticas e as questões ideológicas, que essa relevância é envolvida na variedade e confusão das Ciências Sociais de hoje, e que seria melhor tornar mais explícitos seus sentidos políticos do que deixá-los ocultos.

3.

N a última metade do século XIX, a ciência social nos Estados Unidos ligou-se diretamente aos movimentos de reforma e às atividades de melhoramentos. O que _ se conhece como "movimento da ciência social" - organizado em 1865 como "Associação Americana de Ciência Social" - foi uma das últimas tentativas do século XIX de "aplicar a ciência" aos problemas sociais, sem recurso às táticas políticas explícitas. Seus membros, em suma, procuraram transformar os problemas das pessoas das classes pobres em questões para os públicos de classe média. N as primeiras décadas do século XX, esse movimento já se havia exaurido. Não continuou como o portador de nenhuma ideologia radical de classe média, preocupada com reformas; sua maior pressão no sentido do bem-estar se transformou nas preocupações limitadas do trabalho social, das associações de caridade, do bem-estar infantil, e da reforma das prisões. Mas da "Associação Americana de Ciência Social" surgiram também várias associações profissionais, e no devido tempo às várias disciplinas acadêmicas, das Ciências Sociais.

Assim, o que aconteceu no início da Sociologia de reforma da classe média foi a sua divisão, de um lado, em especialidades acadêmicas e, do outro, em atividades de bem-estar mais específicas e institucionais. Essa divisão, porém, não significa que as especialidades acadêmicas se tenham tornado moralmente neutras, e cientificamente antissépticas.

Nos Estados Unidos, o liberalismo tem sido o denominador comum político de pràticamente todos os estudos sociais, bem como a fonte de quase toda a retórica e ideologia públicas. Isso se deve a. condições históricas bem conhecidas,

como todos sabem, e talvez principalmente à ausência do feudalismo C', assim, de lima base aristocrática para as elites e intelectuais anticapitalistas. O liberalismo da Economia clássica, que ainda influi na configuração de importantes setores da elite econômica, tem sido de permanente utilidade política; mesmo entre os mais sofisticados retratos econômicos, a noção do balanço, ou equilíbrio, perdura fortemente.

De forma um pouco mais difusa, o liberalismo também informou a Sociologia e a ciência política. Em contraste com seus antepassados europeus, os sociólogos americanos tenderam fortemente a tomar um detalhe empírico, um problema de ambiente, de cada vez. Numa palavra, tenderam a difundir sua atenção. De acordo com a "teoria democrática do conhecimento" supuseram que todos os fatos são criados iguais. Além disso, insistiram em que para qualquer fenômeno social deve certamente haver um grande número de pequenas causas. Essa "cassação pluralista", corno é chamada, é bastante útil à urna política liberal de reformas "esparsas". Na verdade, a ideia de que as causas dos acontecimentos sociais são necessàriamente numerosas, esparsas e pequenas, se enquadra prontamente na perspectiva do que podemos chamar de praticalismo liberal. [39]

Se existir urna linha de orientação historicamente implícita na ciência social americana, sem dúvida será a predisposição para os estudos dispersos, para os levantamentos fatuais e o dogma consequente de uma confusão pluralista de causas. Essas são características essenciais do praticalismo liberal corno estilo de estudo social. Pois se tudo é causado por "fatores" inumeráveis, então será melhor termos muito cuidado em quaisquer atos práticos que empreendamos. Devemos tratar de muitos detalhes, e por isso é aconselhável proceder à reforma deste fragmento e ver o que acontece, antes de reformarmos aquele outro, também. E certamente será melhor não sermos dogmáticos e não estabelecermos um plano de ação demasiado amplo: devemos entrar nesse fluxo de influências múltiplas e mútuas com uma consciência tolerante de que bem podemos não conhecer ainda, e talvez jamais conheçamos, todas as múltiplas cau-

---

[39] Cf. MilIs, “The Professional Ideology of Social Pathologists’, American Journal of Sociology, setembro de 1943.

sas em ação. Como cientistas sociais do ambiente, devemos ter consciência de muitas causas pequenas; para agir inteligentemente, como homens práticos, devemos ser reformadores esparsos do ambiente, realizando uma modificação aqui e outra ali.

Vamos com cuidado - deve ter dito alguém, outrora; as coisas não são assim simples. Se decompusermos uma sociedade em pequenos "fatores", naturalmente necessitaremos de vários deles para explicar alguma coisa, e jamais podemos ter certeza de que estamos no controle de todos eles. Uma simples ênfase formal sobre o "todo orgânico", mais o -fracasso em considerar as causas adequadas - que são habitualmente estruturais - mais uma compulsão para examinar apenas uma situação de cada vez - tais ideias tornam difícil compreender a estrutura do status que. Por amor ao equilíbrio, talvez devamos lembrar-nos de outras opiniões:

Em primeiro lugar, não é evidente que o "pluralismo de princípios" possa ser tão dogmático quanto o '"monismo de princípios"? Segundo, não é possível estudar as causas sem nos deixarmos esmagar? Na verdade, não será isso exatamente o que os cientistas sociais devem estar fazendo quando examinam a estrutura social? Com esses estudos, sem dúvida estamos tentando descobrir as causas adequadas de alguma coisa, e tendo encontrado, adquirir uma visão dos fatores estratégicos que, como objetos de ação política e administrativa, oferecem aos homens ·uma possibilidade de colocar a razão na configuração das questões humanas.

Mas na metafísica "orgânica" do praticalismo liberal, tudo o que tende para o equilíbrio harmonioso provàvelmente adquire relevância. Vendo tudo como um "processo contínuo", súbitas modificações de ritmo e deslocamentos revolucionários - tão característicos do nosso tempo - são ignorados, ou se não ignorados, simplesmente tomados como indícios do que é "patológico", "desajustado". A forma e a unidade suposta, implícitas em frases inocentes como os '"mores" ou "a sociedade", diminuem a possibilidade de se ver o que constitui uma estrutura social moderna.

Quais as razões para o caráter fragmentário do praticalismo liberal? Por que essa Sociologia de ambientes dispersos? A curiosa divisão acadêmica dos departamentos

pode ter ajudado os cientistas sociais a fragmentar seus problemas. Os sociólogos, em particular, sentem que os representantes das velhas Ciências Sociais não se dispõem a admitir que exista um lugar para a Sociologia. Talvez, como Augusto Com te - e os grandes teóricos como Talcott Parsons - os sociólogos tenham desejado algo próprio, totalmente distinto da Economia e da ciência política. Mas não creio que as restrições dos departamentos na luta acadêmica - uma falta geral de capacidade - seja uma explicação suficiente para o baixo nível de abstração do praticalismo liberal, e a consequente falha de seus partidários, e que não consideram os problemas da estrutura social.

Vejamos os públicos para os quais tantos livros de Sociologia foram escritos: a maioria do trabalho "sistemático" ou "teórico" dessa disciplina foi feito por professores em livros didáticos a serem usados em aula. O fato, que observamos acima, de que a Sociologia frequentemente conquistou seu direito acadêmico à existência em oposição a outros departamentos, pode ter aumentado à necessidade de livros didáticos. Ora, os livros didáticos organizam os fatos para colocá-los à disposição dos jovens, e não com referência aos crescentes problemas de pesquisa e descoberta. Assim, constituem uma reunião mecânica de fatos para ilustrar conceitos mais ou menos cristalizados. As possibilidades de pesquisa de novas ideias, e inter-relação das ideias e fatos, não são· habitualmente consideradas muito importantes na colocação do acúmulo de detalhes em alguma ordem, num livro didático. As velhas ideias e os novos fatos são com frequência mais importantes do que as novas ideias - que podem restringir perigosamente o número de "adoções" de um livro para uso em aula. Ao adotarem ou não um trabalho, os professores julgam-no, e com isso determinam o que se considera seu êxito. No final das contas, devemos lembrar preparar novas notas para aulas exige tempo.

Mas quem são os estudantes para os quais tais livros são escritos? São, principalmente, jovens de classe média, muitos dos quais - principalmente nas escolas do Centro-Oeste - vindos das fazendas ou dos pequenos negócios, e que estão a caminho de se tornarem profissionais e diretores menores. Escrever para eles é escrever para um tipo específico de público de classe média, em ascensão. Autor e público, professor e aluno, tiveram uma experiência

social semelhante. Partilham das origens e dos destinos, das dificuldades que podem existir em seu caminho.

Na antiga Sociologia prática dos ambientes, os problemas de política raramente são considerados com radicalismo. O praticalismo liberal tende a ser apolítico, ou aspirar a uma espécie de oportunismo democrático. Quando seus partidários encontram algo de político, suas características patológicas são habitualmente apresentadas em termos como o de "anti-social", ou "corrupção". Em outros contextos, o "político" parece identificar-se com o funcionamento adequado do status quo político, e se identifica prontamente com o direito ou a administração. A própria ordem política só raramente é examinada; é apenas considerada como uma moldura perfeitamente fixa e distante.

O praticalismo liberal é congênito às pessoas que, em virtude de suas posições sociais, se ocupam, habitualmente com grande grau de autoridade, de uma série de casos individuais. Juízes, assistentes sociais, higienistas mentais, professores e reformadores locais tendem a pensar em termos de "situações". Sua visão tende a limitar-se aos padrões existentes, e seu trabalho profissional tende a prepará-los para uma incapacidade ocupacional de elevar-se acima de uma série de "casos". Sua experiência e os pontos de vista de onde consideram a sociedade são demasiado semelhantes, demasiado homogêneos, para permitir a competição de ideias e a controvérsia de opiniões que poderia levar a uma tentativa de construir o todo. O praticalismo liberal é uma Sociologia moralizante dos ambientes.

A noção de "atraso" cultural é, em grau intenso, parte dês se estilo de pensamento "utópico" e progressista. A ideia sugere a necessidade de modificar alguma coisa a fim de "colocá-la em linha" com o estado da tecnologia progressista. Qualquer que seja o elemento do "atraso" no presente, suas razões de ser estão no passado. Os julgamentos disfarçam-se, assim, como exposições sobre uma sequencia temporal. Como uma asserção avaliativa do "progresso" desigual, o atraso cultural é de grande utilidade para os homens de espírito liberal e optativo: diz-lhes quais as modificações "necessárias", e quais as modificações que "deve-

riam" ter ocorrido e não ocorreram. Diz-lhes quando fizeram progressos e· quais os aspectos em que não se saíram tão bem. A percepção de um "atraso" patológico é, decerto, um pouco mais complicada pela aparência histórica em que se apresenta, e pelos reduzidos programas, introduzidos de forma grosseira em frases pseudo-objetivas, como "necessários" .

Apresentar os problemas em termos de atraso cultural é disfarçar avaliações, mas a questão mais importante é: quais os tipos de avaliação prontamente usados pelos que são liberalmente práticos? A ideia de que as instituições em geral estão atrasadas em relação à "tecnologia e ciência" em geral é muito popular. Envolve uma avaliação positiva da ciência e da transformação progressista orientada; em suma, é uma continuação liberal do Iluminismo, com todo o seu racionalismo, sua admiração messiânica e hoje politicamente ingênua da ciência física como modelo de pensamento e ação, e da concepção do tempo como progresso. Essa noção de progresso foi levada às escolas americanas pela filosofia moral escocesa que predominou outrora. Desde o término da Guerra Civil até aproximadamente uma geração passada, a classe média urbana da América era, em parte, composta de homens com negócios em expansão, que se apossavam dos instrumentos de produção e ganhava poder político bem' como prestígio social. Muitos dos homens de cultura da geração antiga de sociólogos foram recrutados entre essa camada ascendente ou tinham ligações íntimas com ela. Seus alunos - o público de seu pensamento - haviam sido produtos de tais camadas. As noções de progresso como já se observou frequentemente, são quase sempre congênitas aos que ascendem na escala da renda e da posição.

Os que usam a noção do atraso cultural não examinam, habitualmente, as posições dos grupos de interesse e dos que tomam decisões, e que poderiam estar atrás das variações nas "taxas de mudança" nas diferentes áreas de uma sociedade. Poderíamos dizer que em termos dessas taxas de mudança em que os setores da cultura se poderiam mover, são com frequência a tecnologia que está "atrasada". Foi sem dúvida o que ocorreu na década de 1930 e ainda ocorre, por exemplo, na tecnologia da vida doméstica e do transporte pessoal.

Em contraste com o uso que muitos sociólogos fazem de "atraso", a frase de Thorstein Veblen "atraso, dispersão e atrito" levou-o a uma análise estrutural da "indústria versus comércio". Indagou ele: onde é premente o atraso? E procurou revelar como a incapacidade treinada dos homens de negócios, agindo de acordo com os cânones empresariais, resultou numa sabotagem eficiente da produção e- da produtividade. Tinha, também, um pouco de consciência do papel do lucro num sistema da propriedade privada, e não se preocupava· especialmente com os resultados. Mas o ponto essencial é que revelou a mecânica estrutural do "atraso". Muitos cientistas sociais, porém, usam a noção de "atraso cultural" já desgastada politicamente, e que perdeu qualquer substância específica e estrutural: generalizaram a ideia de aplicá-la a tudo, sempre de forma fragmentária.

4.

Perceber os problemas práticos é fazer julgamento,_ Com frequência, o que os liberais práticos consideram um "problema" é tudo o que 1) se desvia dos modos de vida da classe média e das cidades pequenas, 2) não está de acordo com os princípios rurais da estabilidade e da ordem, 3) não está de acordo com os slogans otimistas e progressistas do "atraso cultural", e 4) não se conforma ao progresso social" adequado. Mas sob muitas formas a essência do praticalismo liberal é revelada 5) pela noção de "adaptação" e seu oposto; o "desajustamento".

Quase sempre essa noção não tem conteúdo específico, mas também com frequência seu conteúdo é, na realidade, uma propaganda de conformidade às normas e traços idealmente ligados à classe média das pequenas cidades. Não obstante, esses elementos sociais e morais são mascarados pela metáfora biológica implícita no termo "adaptação"; na verdade, tal palavra é acompanhada de um grupo de outras, socialmente ocas, como "existência" e "sobrevivência". O Conceito de "adaptação", pela metáfora biológica, torna-se formal e universal. Mas o uso prático da palavra deixa clara a aceitação dos fins e meios dos ambientes de comunidade menores. Muitos autores sugerem técnicas que se acreditam sejam menos fragmentadoras do que outras, para atingir metas previstas; não consideram, habitualmente, se certos grupos

ou pessoas, colocados em situação desprivilegiada, podem ou não atingir tais metas sem modificação da estrutura institucional como um todo.

A ideia de adaptação parece mais diretamente aplicável a uma ciência social na qual há, de um lado, "a sociedade" e, do outro, "o imigrante individual". O imigrante deve, então, adaptar-se à sociedade. O "problema do imigrante" foi, desde logo, centro de atenção dos sociólogos, e as noções usadas para formulá-lo podem bem se ter tornado parte do modelo geral para a formulação de todos os "problemas".

Do exame detalhado das ilustrações específicas de desajustamento é fácil deduzir-se o tipo de pessoa considerada como idealmente "ajustada":

O homem' ideal da geração anterior de sociólogos, e dos liberais práticos em geral, é "socializado". Isso significa, com frequência, ser ele o oposto ético do "egoísta". Sendo socializado, pensa-nos outros e é bom para com eles; não é taciturno nem apático, pelo contrário, é extrovertido, participa com animação das rotinas de sua comunidade, ajudando-a a "progredir" num ritmo perfeitamente ajustável. Participa, com intimidade, de várias organizações de comunidade. Se não "está em todas", pelo menos participa de muitas atividades. Conforma-se, felizmente, à moral e aos motivos convencionais; participa do progresso gradual das instituições respeitáveis. Seu pai e sua mãe não se divorciaram; seu lar nunca foi cruelmente desfeito. E um homem de êxito, pelo menos dentro de limites modestos, já que suas ambições são modestas; não se detém em assuntos demasiado acima de seus meios, para que não se torne um "imaginoso". Como homem médio, não se angustia pensando em fortunas. Algumas de suas virtudes são muito gerais, e por isso não podemos dizer o que significam. Mas outras são muito específicas, e por elas ficamos sabendo que as qualidades desse homem ajustado ao meio local correspondem às normas esperadas da pequena classe média independente, que vive, aparentemente, de acordo com os ideais protestantes, nas pequenas cidades da América.

Esse agradável pequeno mundo do praticalismo liberal - concordo - deve ter existido nalguma parte, ou teria de ser inventado. E para inventá-lo, nenhum grupo de homens

parece mais idealmente adequado do que a maioria da última geração de sociólogos americanos, e nenhuma concepção é mais útil à tarefa do que as do praticalismo liberal.

5.

Durante as últimas décadas, juntamente com o velho praticalismo, surgiu um novo tipo - na verdade, vários tipos novos. O liberalismo torna-se menos um movimento de reforma do que a administração de serviços sociais num Estado do bem-estar social; a Sociologia perdera seu impulso reformista: suas tendências para os problemas fragmentados e para a cassação dispersa haviam sido transformadas, conservadoramente, em instrumentos úteis às empresas, exército e Estado. Como tais, as burocracias tornaram-se mais dominantes nas ordens econômica, política e militar, alterando-se o significado de "prático": o que se considera como útil aos objetivos dessas grandes instituições é considerado como "prático". [40]

Talvez a escola de "relações humanas na indústria" sirva de exemplo resumido do novo praticalismo iliberal.[41] Quando experimentamos todos os termos na "literatura" desse estilo, relacionados com diretores e trabalhadores, verificamos que os primeiros são considerados frequentemente dentro de condicionamentos como "inteligente e não-inteligente", "racional e não-racional'", "conhecimento e ignorância"; ao passo que os segundos são focalizados dentro de linhas como

---

[40] Até mesmo a especialidade dos "problemas sociais" - um dos maiores abrigos acadêmicos do praticalismo liberal - refletiu essa transformação do praticalismo antigo para o novo. O curso de "desorganização social" não continuou o que era. Em 1958 já havia uma consciência mais sofisticada, da parte de seus praticantes, quanto aos valores de que se ocupavam. Politicamente, o campo tornou-se, até certo ponto, parte da ideologia geral e um dos grupos de pressão crítica e adjuntos administrativos do Estado do bem-estar social.

[41] Para uma exposição detalhada da "The Mayo School", ver Mills, "The Contributions of Sociology to Studies of Industrial Relations " , em Proceedings of First Annual Meeting of Industrial Relations Association, Cleveland, Ohio, 1948.

"satisfeitos, e insatisfeitos", "eficientes e ineficientes", "boa moral e ma moral".

Grande parte dos conselhos desses professores - explícitos e tácitos - pode ser resumida claramente numa fórmula simples: para tornar o trabalhador satisfeito, eficiente, cooperador, basta apenas tornar os diretores inteligentes, racionais, conhecedores. Será essa a fórmula política das relações humanas na indústria? Se não, que outra fórmula haverá? Caso positivo, não constitui ela, pràticamente falando, uma "psicologização" dos problemas das relações industriais? Não se baseia nas fórmulas clássicas de uma harmonia de interesse natural, com que interfere hoje, infelizmente, a fragilidade das relações humanas, revelada pela falta de inteligência dos diretores e pela irracionalidade infeliz dos trabalhadores? Até que ponto os conselhos, uma vez resumidos desses estudos, dizem ao diretor de pessoal para reduzir seu ar autoritário e ampliar a manipulação dos empregados, compreendendo-os melhor e neutralizando sua solidariedade informal contra as empresas, a fim de conseguir uma maior eficiência administrativa, com menos problemas e agitações? Tudo isso é agudamente focalizado pelo Conceito de moral.

O trabalho na indústria moderna se faz dentro de uma hierarquia: há uma linha de autoridade e, portanto, do outro 1ado, uma linha de obediência. Grande parte do trabalho é semi-rotina - o que significa que, para maior produção, as operações de cada trabalhador são fragmentadas e padronizadas. Se combinarmos esses dois fatos - a natureza hierárquica da estrutura industrial e o caráter semi-rotineiro de grande parte do trabalho - torna-se evidente que o trabalho, numa fábrica moderna exige uma disciplina: a obediência rápida e padronizada à autoridade. O elemento de poder, tão timidamente tratado pelos peritos em relações humanas, é, portanto, essencial para a compreensão adequada dos problemas do moral.

Já que as fábricas, no final das contas, são locais onde se realiza trabalho, bem como se formam relações sociais, para definir o moral devemos considerar tanto os critérios objetivos como subjetivos. Subjetivamente, o moral significaria a disposição de fazer o trabalho existente, fazê-lo com bom ânimo e até mesmo com prazer. Objetivamente, o moral

parece significar que o trabalho é executado com eficiência, que maior volume é feito em menor tem o com um mínimo de problemas e por um mínimo de dinheiro.Assim, o moral na moderna fábrica americana está relacionado com a obediência, com boa vontade, da arte dó trabalhador, resultando isso na realização eficiente do trabalho, pelos critérios da administração.

Qualquer noção clara do "moral" exige que os valores usados como critérios sejam formulados. Dois valores relevantes parecem ser a satisfação do trabalhador e as proporções de sua capacidade de determinar o curso de sua vida de trabalho. Se ampliarmos um pouco a nossa análise, lembraremos que há um tipo do "moral" característico do artesão, que é auto-administrado e que participa das decisões sobre o seu trabalho, e sente-se feliz com isso. É o homem in alienado de Adam Smith e Jefferson, ou como Whitman o chamou, "o homem do ar livre". Também nos lembraremos de que todas as suposições necessárias para imaginar-se esse homem tornaram-se absurdas pela introdução de uma organização do trabalho hierárquica e em grande escala. O socialismo clássico, na realidade, pode ser deduzido, numa lógica bastante rigorosa, do liberalismo clássico, pela introdução desse fator. Um segundo tipo do "moral", portanto, pode ser projetado, e na verdade já o foi, nas noções clássicas de "controle dos trabalhadores". É a forma imaginada para o homem inalienado, sob as condições objetivas de um trabalho coletivo em grande escala.

Em contraste com ambos esses tipos, o "moral" do perito de relações humanas é o moral de um trabalhador impotente, mas alegre. É claro que grande número de pessoas se enquadra nessa categoria, mas o importante é que, sem uma modificação na estrutura do poder, nenhum artesanato coletivo, ou autodireção, é possível. O moral projetado pejos peritos de "relações humanas" é o moral de homens alienados, mas que se conformaram às previsões de "moral", impostas pela administração ou pelas convenções. Supondo que não se altera a estrutura existente na indústria, e que os objetivos dos diretores são os objetivos de todos, os peritos em "relações humanas" não examinam a estrutura autoritária da indústria moderna e o papel que nela tem o trabalhador. Definem o problema do moral em termos muito limi-

tados e pelas suas técnicas buscam revelar aos seus clientes como melhorar o moral do empregado sem modificar a estrutura do poder existente.Seus esforços são manipulativos. Permitem que o empregado "perca pressão" sem modificar a estrutura dentro da qual tem de desenvolver sua vida de trabalho. Descobriram o seguinte: 1) que dentro da estrutura autoritária da indústria moderna ("organização formal") há formações de status ("organizações informais"); 2) que com frequência estas últimas resistem à autoridade e funcionam para proteger os trabalhadores contra o exercício da t autoridade; 3) que, portanto, em prol da eficiência e para evitar tendências "anticolaboradoras" (solidariedade sindical e entre trabalhadores), os diretores não devem tentar romper essas formações, mas sim explorá-las para seus próprios objetivos ("para os objetivos coletivos da organização total"); 4) que isso se poderia fazer reconhecendo-se e estudando-se o operário, a fim de manipulá-lo, ao invés de lhe dar, simplesmente, ordens. Numa palavra, os peritos de relações humanas estendem a tendência geral da sociedade moderna, de racionalizar-se de forma inteligente, colocando-a a serviço de uma elite empresarial. [42]

---

[42] Não devemos supor, evidentemente, que os cientistas sociais não se tenham saído melhor, nessa área de investigação, do que a escola de relações humanas na indústria. Pelo contrário, um trabalho excelente já foi feito, e continua sendo realizado. Por exemplo, as obras de Charles E. Lindblom, John T. Dunlap, William Form, Delbert Miller, Wilbert Moore, V. A. Allen, Seymour Lipset, Ross Stagner, Arthur Kornhauser, William F. Whyte, Robert Dubin, Arthur M. Ross - para mencionar apenas alguns.

Uma das grandes teses da ciência social do século XIX é a de que, na evolução do capitalismo moderno, as pessoas são levadas pelas modificações estruturais até uma condição de impotência, e que simultaneamente se tornam insurgentes e exigentes, de formas psicológicas. A linha central do desenvolvimento histórico se projeta assim: com a difusão da consciência e do conhecimento racional, a trabalhador passará, numa nova síntese coletiva, da alienação para o moral do proletariado triunfante. Karl Marx tinha razão sobre muito da modificação estrutural, enganando-se, porém, quanto às suas consequências psicológicas.

O problema teórico da Sociologia industrial, em seu clímax intelectual e político na concepção do moral, é um problema de explanação dos vários tipos de alienação e moral que encontramos ao considerarmos sistemàticamente a estrutura do poder e seus sentidos para as vidas individuais dos trabalhadores. Exige que examinemos

6.

O novo praticalismo leva a novas imagens da ciência social - e dos clientes sociais. Surgiram novas instituições nas quais o praticalismo iliberal se instalou: centros de relações industriais, departamentos de pesquisas das universidades, novos departamentos de pesquisa nas empresas, força aérea e governo. Não se ocupam dos sofredores seres humanos que vivem na última camada da sociedade - o rapaz transviado, a mulher fácil, o trabalhador migrante, o imigrante não-americanizado. Pelo contrário, ocupam-se, na realidade e na fantasia, com os níveis mais elevados da sociedade, em particular com os círculos esclarecidos dos diretores e dos generais, que dispõem de bons orçamentos. Pela primeira vez na história de suas disciplinas, os cientistas sociais entraram em relações profissionais com os poderes privados e públicos, bem acima da repartição encarregada do bem-estar social e do agente municipal.

Suas posições se modificam - passam de acadêmicas para burocráticas; seus públicos se modificam: passam dos movimentos dos reformadores para círculos dos que tomam decisões; e seus problemas se modificam - deixam de ser de sua livre escolha, e passam a ser escolhidos pelos seus novos clientes. Os próprios cientistas sociais tendem a tornar-se menos insurgentes intelectualmente e mais práticos administrativamente. Aceitando de forma geral o status quo, tendem a formular os problemas com as dificuldades e as questões que os administradores julgam enfrentar. Estudam como já vimos os trabalhadores inquietos e sem moral, e os diretores que "não compreendem" a arte de administrar as relações humanas. Também servem, diligentemente, às finalidades comerciais e empresariais das indústrias de comunicações e publicidade.

O novo praticalismo é uma reação acadêmica a uma intensificação da procura de técnicos administrativos que se

---

a extensão em que as transformações psicológicas acompanharam as transformações estruturais; e em cada caso, por quê. É nessas direções que está o futuro de uma ciência social da vida de trabalho do homem moderno.

ocupam de "relações humanas" e de novas justificações das atividades das empresas como sistema de poder. Essas novas procuras, tanto de pessoal e de ideologia, resultam de modificações na sociedade americana, como o aparecimento dos sindicatos como centros competidores em demanda da lealdade dos trabalhadores e a hostilidade pública para com os, grandes negócios, durante a depressão; de modificações como a. enorme escala e concentração de poder das empresas modernas; da ampliação do Estado do bem-estar social, sua aceitação pública, e sua maior intervenção nas questões econômicas. Tais fatos participam da transformação, dentro do mundo dos altos negócios, daquilo que podemos chamar de conservantismo economicamente prático para conservantismo politicamente sofisticado.

Os conservadores práticos, com sua imagem de laissez-faire do capitalismo utópico, jamais aceitaram realmente os sindicatos como características necessárias ou úteis da economia política. Sempre que possível, defenderam a aniquilação ou a limitação dos sindicatos. O objetivo público dos conservadores práticos tem sido a liberdade para o lucro privado, aqui e imediatamente. Essa opinião clara ainda domina muitos círculos de negócios menores - especialmente os varejistas - bem como também os grandes negócios. A General Motors e a U. S. Steel, entre as maiores empresas, destacam-se pelo "praticalismo" de suas afirmações conservadoras. Historicamente, o conservadorismo prático repousa no fato de que os homens de negócios não experimentaram necessidade de nenhuma ideologia recém-criada ou mais sofisticada: o conteúdo de sua ideologia coincidiu, de perto, com o conteúdo de ideias públicas generalizadas e indisputadas.

É quando surgem os novos centros de poder, não legitimados e incapazes de se revestirem dos símbolos aceitos da autoridade, que surge também a necessidade de novas ideologias de justificação. Os conservadores sofisticados caracterizados pelo uso de símbolos liberais para finalidades conservadoras - remontam, pelo menos, à passagem do século, quando o mundo dos negócios estava sendo atacado pelos caçadores de escândalos e pelos jornalistas interessados em campanhas. Na atmosfera da grande depressão, e com a aprovação da **lei Wagner** surgiram novamente; du-

rante e depois da Segunda Guerra Mundial, tornaram-se ascendentes.

Em contraste com a grande maioria da direita, os conservadores sofisticados estão muito alertas para as condições políticas do lucro numa economia em que sindicatos poderosos enfrentam combinações poderosas de empresas, dentro da estrutura administrativa de um Estado liberal ampliado. Estão alerta para a necessidade de novos símbolos de justificação de seu poder, numa época em que os sindicatos e o governo competem pela lealdade dos trabalhadores e dos cidadãos.

O interesse dos homens de negócios pelo novo praticalismo habitualmente parece claro. Mas o dos professores? Quais são seus interesses? Em contraste com os porta-vozes do mundo econômico, não se interessam principalmente pelos sentidos pecuniários, gerenciais ou políticos do praticalismo. Para eles, tais resultados são principalmente meios para outros fins, que se centralizam, creio, em suas próprias "carreiras". É verdade que os professores sem dúvida recebem satisfeitos os pequenos aumentos de ordenados que possam vir das novas atividades de pesquisa e de suas funções de consultores. Podem sentir-se ou não satisfeitos em ajudar os diretores a administrar suas fábricas com mais lucro e menos problemas; podem ou não sentir que aumenta seu poder ao formularem novas ideologias, mais aceitáveis, para justificar o poder econômico. Mas na medida em que permanecem intelectuais, suas finalidades extra-intelectuais não têm como centro, necessàriamente, tais gratificações. .

Sua participação é, em parte, uma resposta a novas oportunidades de emprego, por sua vez parte de um aumento geral na escala e no caráter burocrático do mundo econômico e do governo, e das novas relações institucionais entre as empresas, o governo e o sindicato. Tais fatos significam um aumento na procura de peritos e, por isso, da abertura de carreiras fora e dentro das universidades. Em resposta à procura fora das universidades, os centros de instrução superior tendem, cada vez mais, a produzir técnicos aparentemente apolíticos.

Para os que continuam a vida acadêmica, passou a haver uma nova forma de carreira, diferente daquela que existia

para o professor de estilo antigo. Podemos chamá-la de carreira do "novo empreendedor". Esse tipo ambicioso de consultor pode melhorar sua carreira na universidade, conseguindo fora dela prestígio e até mesmo poder em pequena escala. Acima de tudo, pode criar no campus uma instituição de pesquisa e ensino respeitàvelmente financiada, que coloque a comunidade acadêmica em contato vivo com os homens de negócios. Entre os seus colegas mais isolados, esse novo empreendedor pode tomar-se um líder das questões da universidade, o que frequentemente ocorre.

A profissão acadêmica na América - creio que devemos reconhecer - tem deixado os homens ambiciosos insatisfeitos com a carreira meramente acadêmica. O prestígio da profissão não tem sido proporcional aos sacrifícios econômicos que exige; o salário, e, portanto o estilo de vida, tem sido frequentemente miserável, e o descontentamento de muitos professores é aumentado pela consciência de serem homens mais capazes do que outros, que alcançaram poder e prestígio em outros campos. Para esses professores descontentes, as novas oportunidades nos usos administrativos da ciência social oferecem oportunidades compensadoras para se tomarem, por assim dizer, diretores sem terem de se tomar deães.

Não obstante, há indícios, aqui e ali, mesmo entre os jovens mais apressados, de que essas novas carreiras, embora elevando o professor acima da rotina acadêmica, pode levá-los a alguma coisa pelo menos tão insatisfatória quanto ela. De qualquer forma, há preocupação em torno de tudo isso, e os novos empreendedores acadêmicos com frequência parecem não ter consciência de quais são, exatamente, suas novas metas. Não parecem ter em mente, com firmeza, nem mesmo os termos em que o êxito na consecução desses objetivos imprecisos podem ser definidos. Não será essa a causa de seu ansioso estado de distração animada?

A comunidade acadêmica na América, como um todo, está moralmente aberta ao praticalismo novo, com os quais estabeleceu ligações. Tanto na universidade como fora dela, os homens dos centros de ensino se tomam peritos dentro das máquinas administrativas. Isso, sem dúvida, limita sua atenção e o âmbito do pensamento político que poderiam ter. Como grupo, os cientistas sociais americanos raramente se comprometeram politicamente de alguma forma séria; a ten-

dencia no sentido de um papel técnico intensificou-lhes a (posição apolítica, reduziu (se isso é possível) sua participação política, e com frequência, por falta de uso, sua capacidade mesmo de perceber os problemas políticos. Essa é uma das razões pelas quais com frequência encontramos jornalistas mais alertas e mais conhecedores, politicamente, do que sociólogos, economistas e especialmente - sinto dizê-lo - cientistas políticos. O sistema universitário americano raramente proporciona educação política, raramente ensina como avaliar o que está ocorrendo na luta geral pelo poder, na sociedade moderna. A maioria dos cientistas sociais tiveram poucos, ou breves, contatos com os setores insurgentes da comunidade; não há uma imprensa de esquerda que o acadêmico médio, no curso de sua carreira, venha a conhecer e com ela estabeleça uma relação mutuamente educativa. Não há movimento que apoie ou dê prestígio, para não falar de empregos, aos intelectuais políticos, e a comunidade acadêmica tem poucas, se chegar a tê-las, raízes nos círculos trabalhistas.

Tudo isso significa que a situação do professor americano lhe permite aceitar o praticalismo novo sem qualquer modificação ideológica e sem qualquer culpa política. Assim, seria ingenuidade, e seria inadequado, sugerir que eles se "estão vendendo", pois, sem dúvida, essa expressão contundente só pode ser usada, com adequação, quando há alguma coisa a ser vendida.

CAPÍTULO 5

O Ethos Burocrático

DURANTE o último quarto de século, houve uma modificação decisiva na utilização administrativa e nos sentidos políticos da ciência social. O velho praticalismo liberal dos "problemas sociais" ainda perdura, mas foi obscurecido pelos usos conservadores mais novos, do tipo empresarial e manipulativo. Esse praticalismo novo e iliberal assumem várias formas, mas constitui uma tendência geral que afeta as disciplinas humanas como um todo. Posso iniciar a discussão de seu elemento moral com um exemplo de sua racionalização: "uma palavra final de cautela é necessária para o estudante que pretenda tornar-se sociólogo", disse Paul Lazarsfeld.

Provàvelmente, ele se preocupará com o estado do mundo. O perigo de uma nova guerra, o conflito entre os sistemas sociais, as rápidas modificações sociais que observou em seu país provàvelmente lhe fizeram sentir que o estudo das questões sociais é de grande urgência. O perigo é de que venha a ter esperanças de resolver todos os problemas correntes, se estudar Sociologia por alguns anos. Isso, infelizmente, não ocorrerá. Aprenderá a conhecer melhor o que acontece à sua volta. Poderá encontrar orientação para uma ação social bem sucedida. Mas a Sociologia não alcançou ainda um estágio em que possa proporcionar uma base segura para a engenharia social... ... As Ciências Naturais precisaram de cêrca de 250 anos entre Galileu e o início da revolução industrial, antes que tivessem um efeito na história do mundo. A pesquisa social empírica tem uma história de três ou quatro décadas. Se esperarmos dela soluções rápidas para os maiores problemas do mundo, se exi-

girmos dela nada senão resultados Imediatamente práticos, estaremos corrompendo-lhe o curso natural. [43]

Aquilo que, nos últimos anos, recebeu o nome de Nova Ciência Social não se refere apenas ao empirismo abstrato, mas também ao praticalismo novo e liberal. A expressão se refere tanto ao método como ao uso, e o faz corretamente: pois a técnica do empirismo abstrato e seu uso burocrático já se uniram regularmente. É minha opinião que, assim unidos, estão promovendo o desenvolvimento de uma ciência social burocrática.

Em todas as características de sua existência e sua influência, o empirismo abstrato, tal como habitualmente é praticado, representa um desenvolvimento "burocrático". 1) Num esforço para padronizar e racionalizar todas as fases da pesquisa social, as próprias operações intelectuais do estilo empírico abstrato se estão tomando "burocráticas". 2) Essas operações são de molde a tomar os estudos do homem, habitualmente, coletivos e sistematizados; nos tipos de instituições de pesquisa, agências e departamentos em que o empirismo abstrato instalou-se adequadamente, há o desenvolvimento - quando menos não seja, por motivos de eficiência - de rotinas tão racionalizadas quanto às de qualquer departamento contábil de uma empresa. 3) Esses dois fatos novos, por sua vez, têm muita relação com a seleção e o condicionamento de novas qualidades mentais entre o pessoal da escola, qualidades tanto intelectuais como políticas. 4) Tal como praticada no mundo econômico - especialmente nos setores da publicidade que se ocupam de comunicações - nas forças armadas e, cada vez mais, nas universidades também, a "nova ciência social" passou a servir a quaisquer finalidades que seus clientes burocráticos possam ter em mente. Os que promovem e praticam esse estilo de pesquisa adotam prontamente a perspectiva política de seus clientes e chefes burocráticos. Adotar uma perspectiva é, com frequência, aceitá-la. 5) Na medida em que tais esforços de pesquisa sejam eficientes em seus objetivos práticos declarados, servem para aumentar a eficiência e a reputação e com isso, o predomínio - das formas burocráticas de domínio na sociedade moderna. Mas sejam ou não eficientes em

---

[43] Paul Lazarsfeld, op. cit. pp. 19-20. O grifo é meu.

seus objetivos explícitos (a questão fica em aberto), servem para difundir o elemento moral da burocracia em outras esferas da vida cultural, moral e intelectual.

1.

Poderia parecer irônico que precisamente as pessoas mais urgentemente interessadas em desenvolver métodos moralmente antissépticos estejam entre as que mais profundamente se empenham na "ciência social aplicada" e na "engenharia humana". Como o trabalho ao modo empírico abstrato é caro, sàmente as grandes instituições podem realizá-lo. Entre elas estão às empresas, o exército, o Estado e também seus adjuntos, especialmente a publicidade, promoção e relações públicas. Há também as fundações, mas o pessoal encarregado destas tende a agir de acordo com os novos cânones do que é prático, ou seja, burocràticamente relevante. Em consequência, esse estilo tornou-se parte de certos centros institucionais: a partir da década de 1920, nas grandes empresas e agências de levantamento de opinião pública; desde a década de 1940, na vida acadêmica, em vários departamentos; e durante a Segunda Guerra Mundial, nas repartições do governo federal dedicada às pesquisas. O padrão institucional se está difundindo, mas tais entidades continuam sendo seus baluartes.

O formalismo dessas técnicas onerosas as tornam especialmente úteis para proporcionar o tipo de informação de que necessitam os que são capazes de pagar por ela, e estão dispostos a isso. O novo foco aplicou-se, tipicamente, sobre problemas específicos, com o objetivo de esclarecer alternativas para a ação prática - ou seja, administrativa e pecuniária. Não é verdade que sàmente com a descoberta de "princípios gerais" pode a ciência social oferecer uma "orientação prática firme"; frequentemente, o administrador deve conhecer certos fatos e relações detalhados, e isso é tudo o que precisa ou deseja saber. Como os praticantes do empirismo abstrato pouco se preocupam em resolver seus próprios problemas substantivos, mais prontos estão a abdicar a escolha de problemas específicos, deixando-a aos outros.

O sociólogo da pesquisa social aplicada habitualmente não se dirige "ao público·'; tem clientes específicos, com in-

teresses particulares e perplexidades próprias. Essa transferência do público para o cliente solapa claramente a ideia da objetividade como produto da isenção, e que provàvelmente se baseava em reações e pressões vagas e diluídas e assim, mais sobre os interesses individuais do pesquisador, que, de certa forma, podia dividir, e com isso não ser dominado.

Todas as "escolas de pensamento" têm sentido para a carreira do acadêmico. "Bom trabalho" é definido em termos lisonjeiros a determinadas escolas, e assim o êxito acadêmico passa a depender da aceitação ativa dos preceitos de uma escola dominante. Enquanto houver muitas, ou pelo menos várias diferentes "escolas", e especialmente num mercado profissional em expansão, essa exigência não deve preocupar ninguém.

Pouquíssimos foram os obstáculos - com exceção de suas próprias limitações, individuais - que se interpuseram entre o artesão individual da ciência social e o trabalho de ordem mais elevada. Mas esses homens desligados não podem empreender uma pesquisa empírica abstrata em escala adequada, porque esse trabalho não pode ser realizado enquanto não se tiver desenvolvido suficientemente uma agência de pesquisas, para proporcionar o material apropriado, ou talvez eu deva dizer o fluxo de trabalho. A prática do empirismo abstrato exige uma instituição de pesquisa e, academicamente falando, muitos recursos. À medida que aumentam os custos da pesquisa, com a criação de grupos de pesquisadores, e à medida que o próprio estilo de trabalho se torna caro, surge o controle empresarial da divisão do trabalho. A ideia de uma universidade como um círculo de pares profissionais, cada qual com aprendizes e cada qual praticando um ofício, tende a ser substituído pela ideia de uma universidade como um grupo de pesquisas burocratizadas, cada qual encerrando uma divisão complicada de trabalho, e, portanto de técnicos intelectuais. Para o uso eficiente desses técnicos, quando não por outra razão, aumenta a necessidade de codificar processos para que possam ser aprendidos com facilidade.

A instituição de pesquisa é também um centro de treinamento. Como outras instituições, seleciona certos tipos de mente e, em virtude das recompensas que oferece colo-

ca um premio sobre o desenvolvimento de certas qualidades mentais. Dois tipos de homens, bastante novos no cenário acadêmico, surgiram dessas instituições, juntamente com professores e pesquisadores mais antiquados.

Há, primeiramente, os administradores intelectuais, e os promotores de pesquisas - sobre os quais nada poderei dizer que não seja conhecido, acredito, nos círculos acadêmicos. Suas reputações baseiam-se em seu poder acadêmico: são membros do Comitê, fazem parte da Junta de Diretores; p0dem conseguir-nos o emprego, a viagem, a bolsa para pesquisas. São um tipo novo e estranho de burocratas. São os "executivos" da inteligência, os homens de relações públicas especializados em fundações. Para eles, como para os diretores de outras organizações, o memorando está substituindo o livro. Podem criar outros projetos ou institutos de pesquisa da forma mais eficiente, e administram a produção de "livros". O espaço de tempo em que dizem trabalhar é de "um bilhão de homens-horas de trabalho técnico". Nesse meio tempo, não devemos esperar muito conhecimento substantivo: primeiro, deve haver muitas pesquisas metodológicas - em relação aos métodos e à pesquisa e em seguida deve haver todos os "estudos pilotos". Muitos administradores de fundações gostam de dar dinheiro para projetos que são de grande escala, e, portanto mais fáceis de "administrar" do que projetos artesanais mais numerosos. E para os projetos que são Científicos - com C maiúsculo - o que significa, por vezes, apenas um projeto garantido por ser um projeto trivial - pois não desejam tornarem-se passíveis de atenção política. Assim, as fundações maiores tendem a estimular a pesquisa burocrática de problemas de pequena escala, e a procurar para a tarefa administradores intelectuais.

Segundo, há os recrutas mais jovens, melhor classificados como técnicos de pesquisa do que cientistas sociais. Trata-se, eu sei de uma afirmação ampla, mas o faço com o devido cuidado. Para compreender o sentido social de um estilo de pagamento, devemos distinguir sempre os líderes dos seguidores, os inovadores dos trabalhadores de rotina, a primeira geração que o institui, das segunda e terceira gerações que o empreendem. Todas as escalas se tiverem êxito, encerram ambos os tipos de homens; o fato de que assim seja constitui, na verdade, um critério da escola

"bem sucedida". t também uma chave importante para as consequências intelectuais do êxito.

Há, com frequência, uma diferença entre as qualidades de espírito características da rotina dos seguidores e dos inovadores e fundadores. Sob esse aspecto, as escolas de pensamento diferem profundamente. Em proporções consideráveis, as diferenças dependem do tipo de organização social que o estilo de trabalho de cada escola permite ou estimula. Pelo menos vários dos inventores e administradores do estilo que estamos examinando têm espírito altamente cultivado. Em sua juventude, antes que florescesse este estilo, absorveram os principais modelos da sociedade ocidental; tiveram anos de experiência cultural e intelectual. São, na verdade, homens educados; têm consciência imaginativa de suas próprias sensibilidades e capacidade de autocultivo permanente.

Mas a segunda geração, os jovens que vêm (creio que todos concordarão) do meio intelectualmente empobrecido da Escola Secundária Americana, não teve uma experiência comparável. Com frequência, não tiveram instrução adequada; há, pelo menos, razões para suspeitar - embora não para saber - que não são os melhores que vão para os institutos de pesquisas.

Raramente vi um desses jovens manifestar uma surpresa intelectual autêntica. E jamais vi qualquer curiosidade apaixonada sobre um grande problema, o tipo de curiosidade que obriga a mente a viajar a qualquer lugar e por todos os meios, e refazer-se, se necessário, para descobrir. 1tsses jovens são menos inquietos do que metódicos; menos imaginativos do que pacientes; e acima de tudo, são dogmáticos - em todos os sentidos históricos e teológicos da palavra. Parte disso é, decerto, apenas um reflexo da lamentável condição intelectual de tantos estudantes, hoje, nos colégios e universidades americanos, mas não acredito ser mais evidente entre os técnicos de pesquisa do empirismo abstrato.

Fizeram da pesquisa social uma carreira chegaram, cedo a uma especialização extrema, e adquiriram uma indiferença ou desprezo pela filosofia social - o que para eles significa “escrever livros extraídos de outros livros" ou "simplesmente especular". Ouvindo suas conversas tentando calcular a qualidade de sua curiosidade encontramos uma

limitação mortal. Os mundos saciais a respeito dos quais tantos estudiosos manifestam sua ignorância não os suspendeu.

Muito da força propagandística da ciência social burocrática se deve às suas pretensões filosóficas ao Método Científico; muito de sua capacidade de recrutamento se deve à relativa facilidade de preparar pessoas e colocá-las em atividade numa carreira com futuro. Em ambos os casos, métodos explicitamente codificados, prontamente disponíveis aos técnicos, constituem as principais chaves do êxito. Em alguns de seus fundadores, as técnicas empíricas estão a serviço de uma imaginação que, é certo, sofreu com frequência uma supressão curiosa, mas que continua existindo. Quando falamos com um dos fundadores, tratamos sempre com uma mente desperta. Mas depois que o jovem passa três ou quatro anos nessa atividade, não podemos conversar realmente com ele sobre os problemas do estudo da sociedade moderna. Sua posição e carreira, sua ambição e sua auto-estima, baseiam-se em grande parte numa determinada perspectiva, num determinado vocabulário, num determinado conjunto de técnicas. Na verdade, ele não sabe mais nada.

Em alguns desses alunos, a própria inteligência se dissocia da personalidade, e é vista por eles como uma espécie de instrumento obtido por habilidade, que esperam vender com êxito. Estão entre os empobrecidos humanisticamente, vivendo em referência aos valores que excluem qualquer influência de uma razão humana respeitada. Estão entre os técnicos enérgicos e ambiciosos aos qual uma rotina educacional deficiente e uma exigência corruptora tornaram incapazes de adquirir imaginação sociológica. Só podemos esperar que quando um número suficiente desses jovens atingir o nível de professor-assistente, em suas carreiras, tornem-se, por alguma mutação intelectual, cônscios do fato de que já não dependem de imperadores nus.

O modo empírico abstrato, a inibição metodológica que sustém o foco de seu praticalismo, as qualidades de espírito que suas instituições tendem a selecionar e treinar - tais fatos tornaram as questões sobre as Ciências Sociais ainda mais prementes. Esse estilo burocrático e sua representação institucional estão de acordo com as tendências dominantes da

moderna estrutura social, e seus tipos de pensamentos característicos. Não creio que possa ser explicada, ou mesmo plenamente compreendida, sem o reconhecimento disto. Estas mesmas tendências sociais, na verdade, não afetam apenas as Ciências Sociais, mas a totalidade da vida intelectual dos Estados Unidos, e o próprio papel da razão nas questões humanas, hoje.

O que está em causa é evidente: se a ciência social não for autônoma, não poderá ser um empreendimento responsável perante o público. Como os meios de pesquisa se tornam mais amplos e mais caros, tendem a ser "expropriados", e assim, somente quando os cientistas sociais, de alguma forma coletiva, exercerem pleno controle desses meios de pesquisa, poderá a ciência social, neste estilo, ser realmente autônoma. Na medida em que o cientista social, individualmente, depende em seu trabalho das burocracias, tende a perder sua autonomia individual; na medida em que a ciência social consistir de trabalho burocrático, tende a perder sua autonomia social e política. Quero dar ênfase à expressão "na medida em que". Pois é evidente que venho discutindo uma tendência, embora grande, e não a situação completa.

2.

Para compreendermos o que se está passando em qual. quer área da atividade cultural e intelectual, devemos compreender seu contexto social imediato. Assim, devo agora fazer uma breve incursão pelos círculos acadêmicos. E certo que na medida em que uma ideia é durável e significativa, qualquer personalidade ou grupo só poderá ser seu símbolo temporário. Não obstante, toda a questão dos "grupos" e "personalidades" e "escolas" é mais complicadas do que isso. Sua importância no condicionamento da evolução da ciência social merece melhor conhecimento de nossa parte. Devemos enfrentá-las, quando menos não seja, porque qualquer atividade cultural exige alguma forma de apoio financeiro, e também algum público, para dar-lhe a ajuda da crítica. Nem dinheiro nem crítica são dados apenas à base dos julgamentos objetivos de valor, e, além disso, há habitualmente debate sobre a objetividade dos próprios julgamentos, bem como do valor.

A função do grupo acadêmico não é apenas regulamentar a competição, mas estabelecer seus termos e destinar recompensas pelo trabalho feito de acordo com eles, num determinado tempo. É o cânone pelos quais os homens são julgados e o trabalho criticado que constitui a característica intelectual mais importante do grupo. À minha observação anterior sobre "o ethos dos técnicos" da ciência social burocrática - suas qualidades de espírito e sua influência sobre o nascimento das reputações e, portanto sobre as modas dominantes na ciência social e sobre os cânones do juízo crítico que predominam - devo apenas acrescentar que os meios pelos quais as tarefas internas do grupo são realizadas incluem: proporcionar orientação cordial aos jovens; criar empregos e recomendar promoções; distribuir livros e comentaristas administradores; aceitar artigos e livros para publicação; distribuir fundos de pesquisa; conseguir ou politicar para conseguir posições honoríficas dentro de associações profissionais e em juntas editoriais de publicações especializadas. Na medida em que tais meios constituem distribuição de prestígio, que por sua vez constitui um determinante nas carreiras acadêmicas afetam as expectativas econômicas do professor, individualmente, bem como sua reputação profissional.

Outrora, as reputações acadêmicas baseavam-se geralmente na produção de livros, estudos, monografias - em suma, na produção de ideias e trabalhos de erudição, e sobre os julgamentos que tais trabalhos provocaram dos colegas acadêmicos e dos leigos inteligentes. Uma razão disso na ciência social e nas humanidades é a de que a competência ou incompetência do homem estava em julgamento, já que o velho mundo acadêmico não encerrava posições privilegiadas, quanto a isso. E difícil saber, se a suposta competência de um presidente de empresa, por exemplo, se deve as suas habilitações pessoas ou poderes e facilidades de que dispõe, em virtude de sua posição. Mas não avia motivo de dúvidas sobre os intelectuais que trabalhavam, Como os antigos professores, como artesãos.

Por seu prestígio, porém, o novo estadista acadêmico, como o diretor de empresa e o chefe militar, adquiriu meios de competência que devem ser distinguidos de Sua compe-

tência pessoal - mas que em sua reputação não sofrem essa distinção muito precisa. Um secretário profissional permanente, um funcionário para tomar conta da biblioteca, uma máquina de escrever elétrica, equipamento para tomar ditado, e um mimeógrafo e talvez um pequeno orçamento de três ou quatro mil dólares por ano para a compra de livros e revistas - até mesmo esse reduzido equipamento pessoal de escritório aumenta enormemente a aparência de competência de qualquer intelectual. Qualquer diretor de empresa achará graça da modéstia desses meios; os professores, não -- poucos deles, até mesmo os mais produtivos, dispõem dessas facilidades em bases seguras. Não obstante, tal equipamento é um meio de competência e de carreira - que a participação num grupo torna muito mais provável do que a erudição sem ligações. O prestígio do grupo aumenta a possibilidade de obter tal equipamento, e sua posse, por sua vez, aumenta a possibilidade de conquistar uma reputação.

Creio ser esse, portanto, o tipo de situação que ajuda a explicar como os homens podem adquirir reputação considerável sem ter, na realidade, produzido muito. Um colega interessado na posteridade observou recentemente a propósito de um desses homens: "Enquanto viver, ele será o homem mais eminente em seu setor; duas semanas depois de sua morte, ninguém se lembrará dele." A impiedade da observação talvez evidencie o sofrimento da ansiedade que frequentemente assalta os estadistas em seu mundo de grupos acadêmicos.

Quando há concorrência entre vários grupos num campo de estudo, as posições relativas dos vários concorrentes tendem a determinar a estratégia de cada uma. Os grupos pequenos e considerados como sem importância podem, no devido tempo, afastar-se - como o esperam os grupos maiores. Seus membros serão ignorados, conquistados ou rejeitados, e no fim correrão sem ter treinado a próxima geração. Devemos ter sempre em mente que uma das funções importantes do grupo é a formação da geração acadêmica seguinte. Dizer que um grupo não tem importância é dizer que não terá muita influência nessa formação. Mas se houver, por exemplo, duas escolas importantes, cada uma com líderes poderosos e de prestígio, então as relações entre as duas frequentemente tendem a se transformar em problemas de fusão, problemas de formação de um grande cartel.

E, naturalmente, se uma escola sofre ataque efetivo de estranhos, ou de outros grupos, uma das primeiras estratégias de defesa é negar que exista na realidade um grupo ou mesmo uma escola. É nessas ocasiões que os estadistas têm sua responsabilidade.

As tarefas de importância para o grupo são confundidas com tarefas de importância para o trabalho prático de uma escola. Entre os mais jovens, isso afeta as oportunidades de suas carreiras; entre os mais velhos, há um prêmio dado pelo grupo, para a capacidade administrativa e promocional, política e de amizade. Especialmente entre esses homens mais velhos, as reputações podem, assim, nascer de uma base bastante ambígua. Será a alta reputação desse homem - podem indagar os que estão de fora - fruto do valor intelectual do trabalho realmente realizado, ou de sua posição no grupo?

Quando consideramos as relações entre os grupos, encontramos imediatamente os que não são representantes de um grupo, mas do" "ramo" como um todo. Não são simples diretores de uma firma, são os porta-vozes industriais. Quem aspire desempenhar o papel de estadista para todo um ramo deve, habitualmente, negar que na realidade existam diferenças intelectuais entre, digamos, os dois principais grupos daquele campo. De fato, como porta-voz de ambos, é sua principal tarefa intelectual mostrar que eles "estão realmente trabalhando para o mesmo objetivo". Chega a ser um símbolo de prestígio daquilo que cada grupo considera ser sua especialidade própria, bem como um símbolo de sua unidade "real", ou pelo menos eventual. Tomando o prestígio de cada um dos grupos, ele também dá prestígio a cada um deles. É uma espécie de corretor, trabalhando com a distribuição de prestígio para ambos os grupos.

Suponhamos, por exemplo, que há em determinado ramo de estudo duas escolas principais, uma chamada Teoria e a outra, Pesquisa. O estadista de êxito empreende um tráfico animado com ambas; é visto como membro de ambas, e não obstante, também como situado entre elas. Pelo seu prestígio, parece prometer que a Teoria e a Pesquisa não só são compatíveis como também partes de um modelo de trabalho integrado na ciência social como um todo. É um símbolo dessa promessa, que não se baseia em livros ou

estudos reais que tenha feito. O que ocorre é o seguinte: em qualquer trabalho de pesquisa realizado, o estadista procura a Teoria - e a encontra, invariàvelmente, de forma optativa. Em qualquer trabalho de Teoria, devidamente celebrado, o estadista procura a Pesquisa - e novamente, de modo optativo, a encontra lá. Tais "descobertas" são muito parecidas com um comentário de livro ampliado, sendo tanto uma distribuição de prestígio a homens quanto um exame dos estudos em si mesmo. O estudo realizado, no qual a Teoria e a Pesquisa são reveladas realmente como unas, é já assinalei, uma promessa, um símbolo. Nesse meio tempo, o prestígio do estadista não se baseia em nenhum de tais estudos, e na verdade raramente se baseia em qual. quer estudo.

Há, parece-me, um fato trágico, inerente a todos esses papéis de estadista. Frequentemente, os que os desempenham têm intelectos de primeira classe - na verdade, as mediocridades não podem desempenhá-lo realmente, embora muitas o imitem de forma meramente verbal. O papel que o estadista desempenha o afasta do trabalho mesmo. O prestígio acumulado é tão desproporcional ao que ele realmente realizou, a promessa que representou é tão grande, que ele fica inibido de dedicar-se realmente "ao Estado". E quando tem uma parte importante em algum estudo ou livro, sente-se relutante em concluí-lo ou publicá-lo, mesmo quando outros o consideram acabado. Queixa-se, então, das comissões e de outras atividades semelhantes a que é obrigado, mas ao mesmo tempo aceita - na verdade, procura - novas atividades. Seu papel mesmo de estadista é ao mesmo tempo a causa e a desculpa pela sua dificuldade de trabalhar. Está encurralado, como diz frequentemente; mas realmente tem de continuar a encurralar-se - ou seu papel de estadista será visto pelos outros, e por si mesmo, como uma simples desculpa.

O mundo dos grupos não é a única coisa que existe no mundo acadêmico. Há também os cientistas isolados, que são realmente de tipos muito variados, e cujo trabalho também é variado. Do ponto de vista de um grupo dominante, o isolado pode ser considerado como amigo, ou pelo menos como neutro, em relação à escola desse grupo. Talvez se-

Jam "ecléticos" em seu trabalho, ou apenas não tenham "inclinações sociais". Na medida em que seu trabalho atrai atenção favorável, ou são considerados como meritórios, os membros do grupo podem tentar atraí-los, mostrar-lhes o caminho e finalmente recrutá-los. O elogio que é apenas mútuo - pelo, de e para os membros do grupo - não basta.

Mas entre os desligados também há os que não se prestam ao jogo, que não respondem às pretensões de prestígio. Alguns deles são simplesmente indiferentes, absortos em seu trabalho, e outros são totalmente hostis. São críticos do trabalho realizado pela escola. Se for possível, o grupo ignora a ambos e ao seu trabalho. Mas essa estratégia só será adequada e garantida se o grupo desfrutar realmente grande prestígio. Só pode ser realmente praticada de forma senhorial se os interessados do grupo coincidirem com os do ramo de estudos, e ela estejam TIO controle monolítico desse ramo. Isso, naturalmente, não ocorre sempre; há habitualmente muitas pessoas neutras e trabalhadores ecléticos, bem como outros grupos, dentro do mesmo campo. Há também setores de estudo associados; e, além disso, uma variedade de públicos não-acadêmicos, e públicos cujo interesse ou aprovação perturba, pelo menos ainda, o controle monolítico do prestígio, da reputação e da carreira dos grupos.

Assim, se os críticos não puderem ser ignorados, outras estratégias terão de ser adotadas. Todos os meios usados para a administração interna dos membros da escola são, decerto, usados também para tratar os elementos hostis, externos. Basta examinar ràpidamente um deles: comentários de livros, o meio mais comum de distribuir prestígio. Suponhamos que um intelectual isolado produza um livro que desperte atenção bastante para tornar desaconselhável o desconhecê-lo. O recurso é entregá-lo a um dos membros destacados do grupo, especialmente a alguém conhecido como concorrente, ou mesmo diretamente hostil às opiniões do autor, ou pelo menos ligado a opiniões contrárias. É mais sutil, porém, entregá-lo a membro menos destacado, mas que se esteja projetando, e que não tenha publicado muita coisa e cujas opiniões não são, por isso, muito conhecidas. Isso tem muitas vantagens. Para o jovem, é uma recompensa pela sua lealdade e uma oportunidade para ser

conhecido por suas críticas a um homem mais velho e mais destacado. Por implicação, isso coloca o livro numa posição de menor importância do que se tivesse sido entregue a um professor eminente. É também um papel mais seguro, para o jovem: o homem mais conhecido, por certo esnobismo, poderá não desejar "responder" à crítica; não é habitual ao autor de um livro responder críticas feitas por comentaristas profissionais, sendo mesmo a política de algumas publicações cultas contrária a isso. Mesmo que o comentário seja respondido, isso na realidade não importa muito. Quem não só tenha escrito comentários, como também livros, sabe que uma das mais fáceis tarefas intelectuais é "desancar" um livro - qualquer livro - num comentário de duas ou três colunas, sendo pràticamente impossível responder a esse comentário no mesmo espaço. Não seria impossível se o livro tivesse sido lido com cuidado por todos os que acompanhem a discussão; o fato de que não se pode supor isso dá ao comentarista uma vantagem esmagadora.

Se, porém, o livro em questão despertar muita atenção dentro ou fora do ramo do conhecimento, ou em ambos, então a única solução será entregá-lo a um dos membros destacados do grupo, de preferência um estadista que o elogiará sem muita atenção ao seu conteúdo, e também mostrará como contribui, a seu modo, para as tendências predominantes e promissoras no ramo, como um todo. A única coisa que um grupo sério e dedicado deve evitar é destinar o livro a outro professor desligado que, primeiro, diria precisamente e claramente o que ele encerra e, segundo, o criticaria em termos totalmente independentes de escolas e grupos e modas.

3.

Entre os slogans usados por numerosas escolas de Ciência social, nenhum é tão frequente quanto "o propósito da ciência social é a previsão e controle do comportamento humano". Hoje em dia, em certos círculos, ouvimos também falar muito da "engenharia humana" - uma expressão indefinida, tomada erroneamente como uma meta clara e evidente. Acredita-se que é clara e evidente porque se baseia numa analogia indiscutida entre "o domínio da natureza"

e "o domínio da sociedade". Os que habitualmente usam essas mesmas frases provàvelmente estarão entre os que mais apaixonadamente se preocupam "em fazer dos estudos sociais verdadeiras ciências", e concebem seu trabalho como politicamente neutro e moralmente irrelevante. Habitualmente, a ideia básica é apresentada como "o atraso" da ciência social em relação à ciência física, e a consequente necessidade de diminuir a distância. 1tsses slogans tecnocráticos são um substituto da filosofia política entre muitos dos Cientistas dos quais falei. Empenham-se, ao que acreditam, em fazer com a sociedade o que acham que os físicos fizeram com a natureza. Sua filosofia política está encerrada na opinião simples de que se os Métodos da Ciência, pelos quais o homem hoje domina o átomo, fossem empregados para "controlar o comportamento social", os problemas da humanidade estariam resolvidos dentro em pouco, assegurando-se a todos a paz e a abundância.

Atrás dessas frases há curiosas noções de poder, de razão, de história - todas pouco claras e todas em deplorável estado de confusão. O uso dessas expressões revela um otimismo racionalista e vazio que se baseia numa ignorância dos vários papéis possíveis da razão nas questões humanas, a natureza do poder e suas relações com o conhecimento, o sentido da ação moral e o lugar do conhecimento dentro dela, a natureza da história e o fato de que os homens não são apenas criaturas da história, mas por· vezes criadores dentro dela, e mesmo criadores dela. Antes de me ocupar desses problemas, em sua relação com os sentidos políticos das ciências, desejo examinar ràpidamente o principal slogan dos filósofos tecnocráticos - sobre a previsão e controle.

Falar com tanto desembaraço sobre previsão e controle é adotar a perspectiva do burocrata para quem, como observou Marx, o mundo é um objeto a ser manipulado. Para deixar claro o assunto, tomemos um exemplo extremo: se um homem dispõe de um aparato de controle, ao mesmo tempo sutil e poderoso, sobre uma divisão do exército ou sobre uma linha sem inimigos está, teremos de concordar, numa posição de controle. Se empregar seus poderes plenamente e se tiver planos definidos, poderá prever, dentro de margens bastante rigorosas, o que cada homem estará

fazendo em determinada hora de determinado dia em determinado ano. Pode prever bem até mesmo assentimentos de vários desses homens, pois os manipula como objetos inertes. Tem o poder de neutralizar muitos dos planos que possam ter, e ocasionalmente poderá considerar-se como um déspota todo-poderoso. Pode-se controlar, pode prever. Está no comando das "regularidades".

Mas nós, como cientistas sociais, não podemos supor que entre os homens somos déspotas esclarecidos. Fazer qualquer dessas suposições será, pelo menos, tomar posição política que para professores parece bastante curiosa. Nenhuma sociedade histórica é construída dentro de uma estrutura tão rígida quanto a que encerra minha hipotética divisão do exército. Nem são os cientistas sociais - e sejamos gratos por isso - generais da história. Não obstante, falar de "previsão e controle" no mesmo fôlego, como fazem muitos, é supor habitualmente alguma forma de controle' unilateral, como o do meu general imaginário, cujos poderes exageraram um pouco para deixar claro o assunto.

E desejo torná-lo claro para revelar o sentido político do ethos da burocracia. Sua utilização se tem feito principalmente nas áreas não-democráticas da sociedade, e para elas - na organização militar, nas empresas, nas agências de publicidade, nas divisões administrativas do governo. E nessas organizações burocráticas, e para elas, que muitos cientistas sociais têm sido convidados a trabalhar, e os problemas de que ali se ocupam são os mesmos que ocupam os membros mais eficientes dessas máquinas administrativas.

Não vejo como se possa discordar, razoàvelmente, do comentário do Professor Robert S. Lynd sobre The American Soldier:

Esses volumes mostram a ciência usada, com grande habilidade, para selecionar e controlar os homens com objetivos que não são os de sua própria vontade. É um indicio significativo da impotência da democracia liberal, o ter de usar, cada vez mais, suas Ciências Sociais não diretamente sobre os problemas da democracia, mas tangencialmente e indiretamente. Deve colher as migalhas da pesquisa privada sobre problemas como a estimativa da reação do público de forma a organizar programas de radio sintéticos, ou, como no caso presente, a pesquisa do Exército sobre o processo de transformar recrutas atemorizados em soldados fortes, que travarão uma guerra cujas finalidades pão compreendem. Com propósitos tão

socialmente estranhos controlando o uso da ciência social, cada progresso em seu uso tende a fazer dela um instrumento do controle em massa, e portanto uma nova ameaça à democracia. [44]

Os slogans dos engenheiros humanos servem para levar o ethos burocrático além do uso real deste estilo de pensamento e método de pesquisa. Usar esse slogan como lima exposição "do que se pretende" é aceitar um papel burocrático, mesmo quando não o desempenhamos. Esse papel, em suma, é muito aceito na base condicional. Adotar a posição tecnocrática, e tentar agir dentro dela como cientista social, é agir como se fôssemos realmente um engenheiro humano. É dentro dessa perspectiva burocrática que o papel público do cientista social é hoje frequentemente colocado. Agir dessa forma, como-se-eu-fôsse-um-engenheiro-humano, poderia ser simplesmente divertido numa sociedade em que a razão humana estivesse ampla e democràticamente instalada, mas os Estados Unidos não são essa sociedade. Podem ser outras coisas, mas um» é evidente: são uma sociedade na qual burocracias funcionalmente racionais estão sendo cada vez mais usadas nas questões humanas e nas decisões que fazem história. Nem todos os períodos são iguais na intensidade em que as modificações históricas, nelas compreendidas, independem do controle da vontade, e se processam atrás das costas dos homens. O nosso parece ser um período no qual as decisões-chaves, ou sua ausência, pelas elites burocràticamente instituídas são, cada vez mais, fontes de modificações históricas. Além do mais, é um período e uma sociedade em que a ampliação e a centralização dos meios de controle, de poder, incluem um uso bastante generalizado da ciência social para todos os fins que os homens no controle de tais meios possam atribuir-lhe. Falar de "previsão e controle" sem enfrentar as questões que tais situações provocam é abandonar a autonomia moral e política de que possamos dispor.

Será possível falar de "controle" sob outra perspectiva que não a burocrática? Sim, claro que sim. Já foram con-

---

[44] "The Science of Inhuman Relations", The New Republic, 27 de agôsto de 1949.

cebidos vários tipos de autocontrole. A exposição adequada de qualquer uma dessas ideias inclui todas as questões de liberdade e racionalidade, como ideias e como valores. Também inclui a ideia de "democracia" - como um tipo de estrutura social e um conjunto de expectativas políticas. A democracia significa o poder e a liberdade, dos que são controlados pela lei, de modificar essa lei segundo regras acordadas - e mesmo de modificar tais regras. E mais do que isso, significa certa forma de autocontrole coletivo sobre a mecânica estrutural da própria história. É uma ideia difícil e complicada, que discutirei mais adiante, detalhadamente. Agora, desejo apenas sugerir que se os cientistas sociais, numa sociedade que encerra aspirações democráticas, desejarem discutir seriamente as questões de "previsão e controle", terão de considerá-las cuidadosamente.

Será possível falar de "previsão" sob qualquer perspectiva que não seja a burocrática? Sim, claro que é. As previsões podem basear-se em "regularidades não intencionais", ao invés de controles prescritivos. Sem ter controle, podemos prever melhor em relação às áreas da vida social sobre as quais ninguém exerce grande controle, as áreas em que as atividades "voluntárias" e não rotineiras são mínimas. Os usos da linguagem, por exemplo, modificam-se e persistem "por trás das costas dos homens"; talvez essas regularidades também ocorram em relação à mecânica estrutural da história. Se pudermos perceber o que Tohn Stuart Mill chamou de principia media de uma sociedade, se pudermos perceber-lhe as principais tendências, em suma, se pudermos compreender a transformação estrutural de nossa época, podemos ter uma "base para previsão".

Devemos lembrar, porém, que dentro dos ambientes específicos, os homens com frequência controlam as formas pelas quais agem; as proporções em que podem fazê-lo constituem um dos objetivos de nosso estudo. Devemos lembrar que há generais autênticos e generais hipotéticos, bem como diretores de empresas e chefes de Estados. Além disso, como assinalamos repetidamente, o fato de que os homens não são objetos inertes significa que podem tornar-se cônscios de previsões feitas sobre suas atividades, e que por isso podem redirigir-se (o que ocorre com frequência); podem tornar falsas ou exatas as previsões. O que farão não é, ainda, passível de previsão muito boa. Na medida em que os ho-

mens dispõem de algum grau de liberdade, o que podem fazer não será fàcilmente previsível.

Mas a questão é: dizer que "o objetivo real e final da engenharia humana" ou da "ciência social" é "prever", é colocar um slogan tecnocrático no lugar do que deveria ser uma escolha moral racional. Também isso é adotar a perspectiva burocrática, dentro da qual - uma vez plenamente adotada - é muito menor a escolha moral possível.

A burocratização do estudo social é uma tendência bastante geral; talvez, com o tempo, surja em qualquer sociedade na qual as rotinas burocráticas se estão tornando predominantes. E naturalmente, acompanhada por uma teoria bastante jesuítica, e grandiloquente, que não interage como tal com a pesquisa administrativa. As pesquisas particulares, geralmente estatísticas e limitadas aos usos administrativos, não afetam a grande elaboração dos Conceitos; essa elaboração, por sua vez, nada tem com os resultados pesquisas particular, mas antes com a legitimação do regime e de suas características em transformação. Para o burocrata, o mundo e um mundo de fatos a serem tratados de acordo com regras firmes. Para o teórico, o mundo e um mundo de concepções a serem manipuladas, e frequentemente sem quaisquer regras discerníveis. A teoria serve de formas variadas, como justificação ideológica da autoridade. A pesquisa com finalidades burocráticas serve para tornar a autoridade mais efetiva e mais eficiente, proporcionando informação para uso de planificadores autorizados.

O empirismo abstrato é usado burocràticamente, embora tenha, decerto, sentidos ideológicos claros, que são por vezes usados corno tal. A grande teoria, como mostrei, não tem utilidade burocrática direta: seu sentido político é ideológico, e as utilizações que possa ter estão aÍ. Se esses dois estilos de trabalho - empirismo abstrato e grande teoria _ chegassem a desfrutar "duopólio" intelectual, ou mesmo tornarem-se os estilos predominantes de trabalho, constituiriam uma séria ameaça à promessa intelectual da ciência social, bem como à promessa política do papel da razão nas questões humanas - tal Como foi concebido clàssicamente na civilização das sociedades ocidentais.

CAPÍTULO 6

Filosofias da Ciência

A CONFUSÃO nas Ciências Sociais - que se deve ter toro nado evidente, já agora -- está envolvida pela controvérsia, há muito travada, sobre a natureza da Ciência. A maioria dos estudiosos da sociedade concordará, sem dúvida, em que a aceitação agradecida da "Ciência" é habitualmente tão ambígua quanto formal. "Empirismo científico" significa muitas coisas, e não há nenhuma versão aceita, muito menos qualquer uso sistemático de qualquer das versões. As expectativas profissionais são bastante confusas e o senso de artesanato pode ser compreendido em termos de modelos perfeitamente diferentes de inquéritos. E em parte devido a essa situação que os modelos epistemológicos dos filósofos da ciência natural têm a atração que revelam. [45]

Reconhecendo a existência de vários estilos de trabalho nas Ciências Sociais, muitos alunos concordaram, ansiosamente, que "devemos reuni-los". Por vezes, este programa é apresentado de forma bastante persuasiva: a tarefa durante as próximas décadas, afirma-se, é unir os problemas e a obra teórica mais importante do século XIX, especialmente a dos alemães, com as técnicas de pesquisa que predominam no século XX, especialmente a dos americanos. Dentro dessa grande dialética, supõe-se que serão realizados progressos

---

[45] Cf. capítulo 3, tópico 1.

significativos e permanentes, para uma concepção geral e para um processo rigoroso.

Como problema de filosofia, não é muito difícil "reúne-los". [46] Mas a questão pertinente é: suponhamos que os "reunimos" num ou noutro grande modelo de pesquisa que utilidade teria esse modelo para o trabalho da ciência social, para o trato de suas principais questões?

Esse trabalho filosófico é, acredito de certa utilidade para os cientistas sociais de campo. A consciência de que ele existe nos permite maior consciência de nossas concepções e processos, e esclarecê-los. Proporciona a linguagem com a qual podemos fazer isso. Mas tal utilização deve ser de natureza geral; nenhum cientista social precisa levar tal modelo muito a sério. E acima de tudo, devemos considerá-lo como uma liberação de nossa imaginação e uma fonte de sugestões para nossos processos, ao invés de um limite aos nossos problemas. Limitar, em nome da "ciência natural", os problemas sobre os quais trabalhamos, parece-me uma timidez curiosa. É claro que se pesquisadores semi-habilitados desejarem limitar-se a tais problemas, isso poderá ser uma autocontenção prudente; além disso, tal limitação não tem base significativa.

1.

O analista social clássico evitou qualquer esquema rígido de procedimentos; buscou desenvolver e usar, em seu trabalho, a imaginação sociológica. Repelido pela associação e dissociação de Conceitos, só empregou expressões mais complicadas quando tinha boa razão para acreditar que pelo seu uso ampliaria o alcance de suas sensibilidades, a precisão ele suas referências, a profundidade de seu raciocínio. Não é inibido pelo método e pela técnica; o modo clássico é o modo do artesão intelectual.

As discussões úteis sobre o método, bem como sobre a teoria, habitualmente surgem como notas marginais num trabalho em execução, ou no trabalho a ser iniciado. O "mé

---

[46] Cf., por exemplo, "Two Styles of Research in Current Social Studies", Philosophy of Science, Val. 20, N.º 4, outubro de 1955, pp. 266-75.

todo" relaciona-se, em primeiro lugar, com a forma de perguntar e responder, com alguma segurança de que as respostas serão mais ou menos duráveis. A "teoria" relaciona-se, em primeiro lugar, com a atenção rigorosa quanto às palavras empregadas, especialmente seu grau de generalidade e suas relações lógicas. A finalidade essencial de ambas é a clareza de concepção e economia de procedimentos, e o que é mais importante no momento, a liberação, e não a restrição, da imaginação sociológica.

Dominar o método e a teoria é tomar-se um pensador consciente de si, um homem que trabalha e tem consciência das suposições e implicações do que pretende fazer. Ser dominado pelo método ou teoria é simplesmente ser impedido de trabalhar, de tentar, ou seja, de descobrir alguma coisa que esteja acontecendo no mundo. Sem a percepção da forma pela qual o oficio é realizado, os resultados do estudo são inseguros; sem uma determinação de que o estudo tenha resultados significativos, todo método é uma farsa sem sentido.

Para o cientista social clássico, nem o método nem a teoria e um setor autônomo. Os métodos aplicam-se a determinados problemas as teorias a determinados: fenômenos. São como a língua do país em que vivemos: não ha porque se orgulha de falá-la, mas será uma desgraça e um inconveniente se não a conhecermos.

O cientista social deve manter sempre, com destaque, um pleno senso do problema em causa. Isso significa evidentemente que deve ser bem relacionado, de forma substantiva, com o estado de conhecimento na área dos estudos sob exame. Significa também, em proporções que não me parecem seja possível deixar explícitas, que esse trabalho será feito melhor quando os vários estudos examinados relacionam-se com áreas de conhecimento semelhantes. Finalmente, tal trabalho não se fará da melhor forma possível com a única especialidade de uma pessoa, muito menos de um jovem que na realidade tenha realizado um reduzido trabalho prático, ou que só tenha participado em estudos feitos dentro de um estilo particular.

Quando fazemos uma pausa em nossos estudos para refletir sobre a teoria e método, nosso maior proveito é uma re-

formulação dos nossos problemas. Talvez seja por isso que, na prática, todo cientista social deve ser seu próprio metodologista e seu próprio teórico, o que significa apenas que deve ser um artesão intelectual. Todo artesão pode, decerto, aprender alguma coisa das tentativas gerais de codificar métodos, mas com frequência isso não passa de uma forma muito geral de consciência. É por isso que os programas "de choque" na metodologia provàvelmente não contribuem para o desenvolvimento das Ciências Sociais. Exposições úteis de métodos não podem ser impostas dessa forma, se não estiverem muito firmemente relacionadas com o estudo social em andamento com um senso de problema significativo, e a paixão para resolvê-lo - hoje em dia tão rara - não se fará sentir plenamente no cientista social prático.

O processo dos métodos, portanto, ocorrerá mais provàvelmente com as generalizações modestas oriundas do trabalho em realização. Assim, devemos manter em nossa prática individual, e na organização de nossa disciplina, uma interação bastante íntima entre o método e o trabalho em realização. Só devemos dedicar séria atenção às discussões gerais da metodologia quando tiverem relação direta com o trabalho prático. Tais discussões sobre método ocorrem entre os cientistas sociais, e mais adiante, em apêndice, procurarei demonstrar a forma pela qual pode ser realizada.

As exposições de método e os argumentos sobre ele, as distinções de teoria e outras -- por mais estimulantes e divertidas - são apenas promessas. As exposições de método prometem guiar-nos a formas melhores de estudar alguma coisa, na verdade frequentemente de estudar tudo. A elaboração de teorias, sistemática ou não, promete alertar-nos para distinções no que podemos ver, ou do que podemos fazer com o que vemos, quando chega o momento de interpretá-lo. Mas nem o Método nem a Teoria sozinhos podem ser tomados como parte do trabalho real dos estudos sociais. Na verdade, ambos são com frequência considerados como o oposto: são alheamentos, semelhantes aos dos estadistas, em relação aos problemas da ciência social. Habitualmente, como já vimos, baseiam-se em algum grande modelo de pesquisa, com os quais visam atingir outras pessoas. O fato de que esse grande modelo não seja capaz de um uso pleno talvez não tenha maior importância, pois ainda pode ser usado ritualisticamente. Quase sempre é constituí-

do, como expliquei, de uma filosofia da ciência natural, e habitualmente de uma glosa da Física, talvez um pouco antiquada. Esse pequeno jogo, como outros de regras semelhantes, leva menos a um novo trabalho do que a uma espécie de desenvolvimento científico, sobre o qual Max Horkheimer escreveu: "A advertência constante contra as conclusões prematuras e as generalizações obscuras provoca a menos que devidamente condicionada, um possível tabu contra o raciocínio. Se todo pensamento tiver de ser Guardado ate obter completa colaboração nenhuma abordagem básica parece possível, e nos limitaríamos ao nível de simples sintomas."[47]

Já se observou que os jovens são, com frequência, corompíveis, mas não é curioso ver os velhos professores de ciência social se constrangerem também com as pretensões dos filósofos da ciência, entre nós? Muito mais sensato e esclarecedor do que os gritos de alguns sociólogos americanos é a exposição coloquial de um economista suíço ou inglês, que ilustra bem a opinião clássica sobre o lugar do método:

"Muitos autores instintivamente começam atacando esses problemas de forma acertada. Mas depois de estudarem a metodologia, eles se tornam conscientes das numerosas armadilhas e outros perigos que os esperam. O resultado é que perdem sua segurança anterior, e são desviados ou tomam direções inadequadas. Os estudiosos desse tipo devem afastar-se da metodologia." [48]

Os slogans que deveríamos adotar são os seguintes, sem dúvida:

> Cada qual seja seu próprio metodologista!
>
> Metodologistas! Ao trabalho!

Embora não aceitando esses slogans muito literalmente, como cientistas sociais práticos, precisamos defender-nos; e dado o zelo curioso e· pouco erudito de alguns de nossos colegas, talvez sejamos perdoados pelos nossos exageros.

---

[41] Tensions That Cause Wars, org. por Hadley Cantril, University of Illinois Press, 1950, p. 297.

[48] W. A. Johr e H. W. Singer, The Role of the Economist as Official Adviser, Londres, 1955, pp. 3-4. Este livro, incidentalmente, é um modelo de como debater o método na ciência social. Significativamente, foi escrito em consequência de uma conversação entre dois artesãos experientes;

2.

O empirismo cotidiano do bom senso está cheio de suposições e estereótipos de uma ou outra sociedade; pois o bom senso determina o que é visto e como explicá-lo. Se tentarmos escapar a essa condição pelo empirismo abstrato, acabaremos no nível microscópico ou sub-histórico, e tentando amontoar, lentamente, os detalhes abstratos de que nos ocupamos. Se tentarmos escapar do empirismo do bom senso pela grande teoria, esvaziaremos os conceitos de que nos ocupamos de qualquer referência empírica clara e presente, e, se não tivermos cuidado, ficaremos sozinhos no mundo trans-histórico que estamos construindo.

Uma concepção é uma ideia de conteúdo empírico. Se a ideia é demasiado grande para o conteúdo, tendemos para a armadilha da grande teoria; se o conteúdo engole a ideia, tendemos para a cilada do empirismo abstrato. O problema geral em jogo é apresentado como "a necessidade de índices", e constitui um dos principais desafios técnicos do trabalho prático na ciência social, atualmente. Membros de todas as escolas sabem disso. Os empiristas abstratos resolvem, com frequência, o problema de índices eliminando o âmbito e os sentidos do que está sendo, supostamente, classificado. A grande teoria não enfrenta os problemas com utilidade, apenas continua elaborando o Conceito em termos de outros conceitos igualmente abstratos:

O que os empiristas abstratos chamam de "dado" empírico representa uma visão muito abstrata da vida cotidiana dos mundos sociais. Normalmente tratam, por exemplo, com um nível e idade de uma categoria de sexo dentro de uma faixa de rendas de cidades de tamanho médio. Há aí quatro variáveis, muito mais do que muitos empiristas abstratos conseguem incluir numa de suas fotos do mundo. E naturalmente há ainda outra variável: essas pessoas vivem nos Estados Unidos. Mas isso não está como "dado", entre as variáveis precisas, minuciosas, abstratas que constituem o mundo empírico do empirismo abstrato. Para colocar os "Estados Unidos" no quadro, seria necessária uma concepção de estrutura social, bem como uma ideia menos rígida de empirismo.

A maioria dos trabalhos clássicos (por vezes chamados de macroscópicos, com relação a isto) permanece entre o

empirismo abstrato e a grande teoria. Esse trabalho também envolve uma abstração do que se poderia observar nos ambientes cotidianos, mas a direção dessa abstração é no sentido das estruturas sociais e históricas. Fica no nível da realidade histórica - que equivale a dizer que é em termos de estruturas sociais e históricas específicas que os problemas clássicos da ciência social foram formulados, e nesses termos oferecidas as soluções.

Esse trabalho não é menos empírico do que o empirismo abstrai o: na verdade, com frequência, é mais empírico, e está mais perto do mundo das experiências e sentidos cotidianos. A questão é muito simples: a exposição que Franz Neumann faz da estrutura social nazista é pelo menos tão "empírica" - e "sistemática" - quanto à exposição que Samuel Stouffer faz do moral da unidade do exército número 10.079; a exposição de Max Weber sobre o mandarim chinês ou o estudo de Eugene Staley sobre os países subdesenvolvidos, ou a análise de Barrington Moore sobre a Rússia Soviética são tão "empíricos" quanto os estudos de Paul Lazarsfeld sobre a opinião no Condado de Erie, ou na pequena cidade de Elmira.

Foi dos trabalhos clássicos, além disso, que surgiu a maioria das ideias que são hoje usadas nos níveis sub-histórico e trans-histórico de trabalho. Que ideia realmente frutífera, que concepção do homem e da sociedade e de suas relações resultou do empirismo abstrato ou da grande teoria? No que se relacionam com as ideias, ambas as escolas são parasitas vivendo da tradição da ciência social clássica.

3.

O problema da verificação empírica é "como descer até os fatos" sem se deixar esmagar por eles; como ancorar as ideias aos fatos, mas sem afundá-las. O problema é primeiro o que verificar e segundo como verificá-lo.

Na grande teoria, a verificação é dedutiva; nem o que verificar, nem como verificar, parece, ainda, um problema muito definido.

No empirismo abstrato, o que verificar frequentemente não parece ser considerado como uma questão séria. Como verificar é quase automàticamente resolvido pelos termos nos

quais o problema é formulado: eles se enquadram nos processos correlatos e estatísticos. Na verdade, a exigência de tal verificação parece à única preocupação, e, portanto limita ou mesmo determina os Conceitos usados e os problemas tomados pelos que se ocupam desse estilo microscópico.

Na prática clássica, o que verificar é considerado habitualmente tão importante, ou talvez, mais, do que como verificar. As ideias são elaboradas em ligação íntima com um grupo de problemas substantivos; a escolha do que verificar é determinada de acordo com regras como a seguinte: tentar verificar quais as características da ideia elaborada que parecem prometer as maiores deduções de relevância para a elaboração. A tais características chamamos de "centrais" - e se assim é, segue-se que isto e isto e isto também devem ser. Se não é, então - segue-se outra série de inferências. U ma razão desse processo é a necessidade experimentada de economia de trabalho: verificação empírica prova documentação, a determinação do fato - tudo isso consome tempo e é tedioso, quase sempre. Assim, desejamos que tal trabalho faça a maior diferença para as ideias e teorias com as quais trabalhamos.

O artesão clássico não elabora, habitualmente, um grande plano para um grande estudo empírico. Sua política é deixar estimular a oscilação constante entre as concepções macroscópicas e as exposições detalhadas. Assim age planejando seu trabalho como uma série de estudos empíricos de menor escala (o que pode, naturalmente, incluir o trabalho microscópico e estatístico), cada qual parecendo central a uma parte ou outra da solução que está criando. Essa solução é confirmada, modificada ou refutada, segundo os resultados desses estudos empíricos.

A verificação de exposições, proposições, fatos putativos, não parece ao cientista clássico tão difícil como o pretendem os trabalhadores microscópicos. O clássico verifica uma afirmação pela exposição detalhada dos materiais empíricos relevantes e, decerto, repito, se sentirmos a necessidade de escolher e tratar nossas concepções em conexão com nossos problemas de determinada forma, seremos capazes de realizar a exposição detalhada ao modo abstrato e mais preciso da pesquisa estatística. Para outros problemas e concepções, nossa verificação será como a do historiador; é o problema

da prova. Naturalmente, é claro que jamais temos certeza; de fato, quase sempre "supomos", mas não é verdade que todas as suposiçõe5 tenham as mesmas possibilidades de estarem certas. A ciência social clássica, podemos dizer em seu tributo, é, entre outras coisas, uma tentativa de melhorar as possibilidades de que nossas suposições sobre assuntos importantes estejam certas.

A verificação consiste de convencer racionalmente aos outros, bem como a nós mesmos. Mas para isso devemos seguir as regras existentes, principalmente a de que o trabalho seja apresentado de forma a prestarem-se, em todas as fases, à comprovação pelos demais. Não existe Uma Forma de fazer isso, embora seja necessária extrema cautela e atenção para com o detalhe, o hábito da clareza, a análise cética dos fatos alegados, e uma incansável curiosidade sobre seus possíveis sentidos, suas correlações com outros fatos e noções. Exige ordem e sistema. Numa palavra, exige a prática firme e coerente da ética da erudição. Se esta não estiver presente, nenhuma técnica, nenhum método, servirá.

4.

Cada modo de trabalhar nos estudos Sociais, cada escola de estudos e de métodos de realizá-los, implica uma "teoria do progresso científico". Suponho que todos concordarão em que o progresso científico é cumulativo: que não é criação de um homem, mas o trabalho de muitos, revendo e criticando, acrescentando e subtraindo da totalidade dos esforços. Para que nosso trabalho conte, devemos relacioná-lo com o que foi feito antes e para o que está sendo feito no momento. Isso é necessário a fim de haver comunicação e "objetividade". Devemos apresentar o que fizemos de forma que os outros possam comprová-lo.

A política de progresso dos empiristas abstratos é muito específica e esperançosa: acumulemos muitos estudos micros-cópicos; lenta e minuciosamente, como formigas arrastando muitas migalhas para uma grande milha, "construiremos a ciência.

A política dos grandes teóricos parece ser: nalguma parte, algum dia, entraremos em contato vivo com materiais empíricos; quando chegar esse dia, estaremos preparados

para examiná-los sistemàticamente e saberemos o que significa colocar a teoria sistemática logicamente ao alcance da forma científica de verificação empírica.

A teoria do progresso científico sustentada pelos que cumprem a promessa da ciência social clássica não lhes permite supor que uma série de estudos microscópicos se acumule necessàriamente, fazendo uma ciência social "plenamente desenvolvida". Não se dispõem a supor que esse material se tornará necessàriamente útil para qualquer outro objetivo que não o do momento. Em suma, não aceitam a teoria da construção de um bloco (ou das velhas senhoras bordando uma toa1ha em conjunto) para o desenvolvimento da ciência social. Não acreditam que desse trabalho surja um Newton ou um Darwin para reuni-lo. Nem acreditam que Darwin e Newton tenham apenas "reunidos" fatos microscópicos como os que estão sendo amontoados pela ciência social de hoje. O cientista social clássico também não se dispõe a supor, como os grandes teóricos, que a elaboração judiciosa e a distinção dos Conceitos venham a tomar-se, com o tempo, de alguma forma relevantes para os materiais empíricos, de modo sistemático. Não há razão, afirmam eles, para acreditar que essas elaborações conceptuais venham a ser mais do que hoje são.

A ciência social clássica, em suma, não "se constrói" do estudo microscópico nem "se deduz" da elaboração conceptual. Seus praticantes tentam construir e deduzir ao mesmo tempo, no mesmo processo de estudo, e isso por meio de formulação e reformulação adequada dos problemas e de suas soluções adequadas. Praticar essa política - e sinto a repetição, mas trata-se de um ponto-chave - é tomar problemas substantivos no nível histórico de realidade; formular esses problemas em termos adequados a eles; e então, por mais alto que seja o voo da teoria, por mais penoso que seja o arrastar-se entre os detalhes, no fim de cada estudo completo, apresentar a solução nos termos macroscópicos do problema. O foco clássico, em suma, se concentra nos problemas substantivos. O caráter desses problemas limita e sugere métodos e concepções que são usados, e como são usados. A controvérsia sobre questões diferentes da "metodologia" e da "teoria" é realizada adequadamente em relação íntima e contínua com problemas substantivos.

5.

Saiba o homem disso ou não, o alinhamento de seus problemas - como os formula e que prioridade atribui a cada um deles - depende dos métodos, teorias e valores.

Não obstante, devemos admitir que alguns homens, trabalhando em ciência social, não têm nenhuma resposta pronta para a questão significativa do alinhamento dos problemas. Não sentem a necessidade dessa resposta, pois na realidade não determinam os problemas sobre os quais trabalham. Alguns permitem que os problemas imediatos, de que os homens comuns, em seus ambientes cotidianos, têm consciência, se constituem nos seus motivos de trabalho; outros aceitam como pontos de orientação as questões definidas, oficial ou não-oficialmente, pelas autoridades e interesses. Sobre isso, nossos colegas da Europa oriental e Rússia saberão muito mais do que nós, que nunca vivemos sob uma organização política que controle oficialmente a esfera intelectual e cultural. Mas o fenômeno não está ausente do Ocidente, e certamente não da América. A orientação política, e ainda mais especialmente a orientação comercial dos problemas do cientista social, pode ser provocada pela sua autocoordenação espontânea, e até mesmo ansiosa.

Entre os velhos sociólogos liberalmente práticos, os problemas foram tratados, demasiado, em seus próprios níveis; os valores em termos dos quais seus problemas foram apreendidos não tiveram esclarecimento. E as condições estruturais nas quais possam ser realizados não foram desenvolvidas nem enfrentadas. O trabalho foi perturbado por fatos não-digeridos; os professores não tiveram as técnicas intelectuais para assimilar e ordenar tais fatos, e isso levou à ideia de um pluralismo de causas romântico. De qualquer forma, os valores, esposados ou não, que foram aceitos pelos cientistas sociais liberalmente práticos estão hoje em grande parte incorporados ao liberalismo administrativo do Estado do bem-estar social.

Na ciência social burocrática - da qual o empirismo abstrato é o instrumento mais adequado e a grande teoria constitui a falta de teoria consequente - todo o esforço foi atado aos serviços das autoridades predominantes. Nem o velho praticalismo liberal nem a ciência social burocrática trata

das questões públicas e dos problemas privados de forma a incorporar ambos aos problemas da ciência social. O caráter intelectual e os usos políticos dessas escolas (ou de qualquer escola de ciência social) não podem ser separados com facilidade: são seus usos políticos, bem como seu caráter intelectual (e sua organização acadêmica), que levaram à posição que ocupam na ciência social contemporânea.

Na tradição clássica da ciência social, os problemas são formulados de modo que sua simples exposição incorpora um número de ambientes específicos e os problemas privados ali encontrados por uma variedade de pessoas; esses ambientes, por sua vez, são localizados em termos de estruturas históricas e sociais mais amplas.

Nenhum problema pode ser adequadamente formulado a menos que os valores envolvidos e a aparente ameaça a eles sejam expostos. Esses valores e o risco que correm constituem os termos do próprio problema. Os valores que têm sido o fio condutor da análise social clássica, creio, são a liberdade e a razão; as forças que os ameaçam hoje parecem por vezes coextensivas com as principais tendências da sociedade contemporânea, se não constituírem mesmo as características marcantes do período contemporâneo. Os principais problemas dos estudos sociais, hoje, têm isso em comum: ocupam-se de condições e tendências que parecem ameaçar aqueles dois valores e as consequências dessa ameaça para a natureza do homem e o curso da história.

Mas interesso-me menos, aqui, por qualquer grupo particular de problemas, inclusive minha própria escolha, do que com a necessidade que têm os cientistas sociais de refletir sobre as questões reais que de fato enfrentam em seu trabalho e em seus planos. Somente em vista dessa reflexão podem eles considerar seus problemas, bem como as possíveis alternativas, explícita e cuidadosamente. Somente dessa forma podem proceder objetivamente. Pois a objetividade no trabalho da ciência social exige a tentativa continuada da consciência explícita de tudo o que está envolvido no empreendimento. Exige amplo intercâmbio crítico dessas tentativas. Não é pelos modelos dogmáticos do Método Científico, nem pelas proclamações pretensiosas dos Problemas da Ciência Social, que os cientistas sociais podem esperar

desenvolver suas disciplinas de forma proveitosamente cumulativa.

A formulação dos problemas, portanto, deve incluir atenção explícita de uma variedade de questões públicas e preocupações pessoais; eles devem estar abertos à pesquisa das ligações causais entre ambientes e a estrutura social. Em nossa formulação de problemas, devemos deixar claros os valores que estão realmente ameaçados pelos problemas e questões em jogo, quem os aceita como valores, e por quem ou por que estão ameaçados. Tais formulações são, com frequência, muito complicadas pelo fato de que os valores ameaçados não são sempre os que os indivíduos e os públicos acreditam ameaçados, ou de qualquer modo não são os únicos. Assim, devemos também fazer indagações como as seguintes: quais os valores que os agentes consideram ameaçados? Por quem ou por que acreditam eles estarem os valores ameaçados? Se tivessem plena consciência dos valores em causa, seriam perturbados pela ameaça? E bastante necessário incluir esses valores e sentimentos, argumentos e temores, em nossa formulação dos problemas, pois tais crenças e expectativas, por mais inadequadas e errôneas, são o estofo mesmo dessas questões. Além disso, a resposta, se existir, deve ser comprovada em parte pela sua utilidade em explicá-las, tal como são experimentadas.

O "problema básico", incidentalmente, e sua resposta, habitualmente exigem atenção tanto em relação à dificuldade provocada pela "profundidade" da biografia, como pela indiferença oriunda da estrutura mesma de uma sociedade histórica. Pela nossa escolha e exposição dos problemas, deve· mos primeiro traduzir a indiferença em questões, a dificuldade em preocupação, e segundo, devemos admitir a preocupação como questão na formulação de nossos problemas. Em ambos os estágios, devemos formular, do modo mais simples e preciso possível, os vários valores e ameaças em causa, e tentar relacioná-los.

Qualquer "resposta" adequada, por sua vez, encerrará uma visão dos pontos estratégicos de intervenção - das "alavancas" pelas quais a estrutura pode ser mantida ou modificada, e uma avaliação dos que estão em condições de intervir, mas não o fazem. Há ainda muito - muito mais - em jogo na formulação dos problemas, mas eu quis indicar aqui apenas um esbôç9.

CAPITULO 7

A Variedade Humana

TENDO criticado, detalhadamente, algumas das tendências predominantes na ciência social, desejo agora voltar-me para ideias mais positivas - e até mesmo programáticas - da promessa da ciência social. Esta pode estar confusa, mas sua confusão deve antes ser explorada do que lamentada. Pode estar enferma, mas o reconhecimento desse fato pode e deve ser tomado como um pedido de diagnóstico, e talvez até mesmo um indício de saúde próxima.

1.

O objetivo da ciência social é, propriamente, a variedade humana, que consiste de todos os mundos sociais nos quais os homens viveram, vivem e poderão viver. Esses mundos encerram comunidades primitivas que, na medida em que o sabemos, pouco se modificaram num milhar de anos; mas também grandes potências que, como poderíamos dizer, começaram a existir violentamente e de modo súbito. Bizâncio e Europa, a China clássica e a Roma antiga, a cidade de Los Angeles e o pequeno império do velho Peru - todos os mundos que os homens conheceram estão agora à nossa frente, abertos ao nosso exame.

Dentro desses mundos existem aldeamentos em plena selva, grupos de pressão, quadrilhas de rapazes e índios navajos que são donos de petróleo; forças aéreas capazes de destruir áreas metropolitanas de 150 quilômetros de largura;

numa sala; sindicatos de criminosos; massas, lançadas nalguma noite nas esquinas e praças das cidades do mundo; crianças Hopi e comerciantes de escravos na Arábia, partidos alemães e classes polonesas, e escolas menonitas e os mentalmente perturbados no Tibete, redes de rádios que vão a todo o mundo. Raças e grupos étnicos juntam-se em cinemas ou são segregados; casam-se e são felizes, ou se odeiam sistemàticamente; milhares de ocupações minuciosas existem no comércio e na indústria, no governo e nas municipalidades, em países que são quase continentes. Um milhão de pequenas transações é realizado todos os dias, e em toda parte há mais "grupos pequenos" do que jamais poderíamos contar.

A variedade humana inclui a variedade de seres humanos individuais, que também a imaginação sociológica deve apreender e compreender. Nessa imaginação, um brâmane de 1850 está lado a lado com o agricultor pioneiro de Illinois; um gentleman inglês do século XVIII lado a lado com um aborígine australiano, juntamente com um camponês chinês de há cem anos, urna política na Bolívia de hoje, um cavaleiro feudal na França, uma sufragista inglesa em greve de fome em 1914, urna estrelinha de Hollywood, um patrício romano. Escrever sobre "o homem' é escrever sobre todos esses homens e mulheres - e também sobre Goethe, e sobre a moça que mora ao lado".

O cientista social procura compreender a variedade humana de forma ordenada, mas considerando o alcance e profundidade dessa variedade, poderíamos indagar-lhe: E ela realmente possível? Não será a confusão das Ciências Sociais um reflexo inevitável daquilo que os seus praticantes estão procurando estudar? Minha resposta é que talvez a variedade não seja tão desordenada quanto a simples relação de uma parte dela faz parecer; talvez nem mesmo tão desordenada quanto frequentemente parece, pelos cursos de estudos oferecidos nos colégios e universidades. A ordem, bem como a desordem, está relacionada com o ponto de vista: para chegar a um entendimento ordenado dos homens e sociedades, é necessária uma série de pontos de vista bastante simples para tomar possível o entendimento, e não obstante

bastante geral para nos permitir incluir em nossas opiniões e alcance a profundidade da variedade humana. A luta por esses pontos de vista é a principal e permanente luta da ciência social.

Qualquer ponto de vista, naturalmente, baseia-se numa série de questões, e as questões gerais das Ciências Sociais (e sugeridas no capítulo 1) ocorrem fàcilmente à mente que tenha conhecimento firme da concepção orientadora da ciência social como estudo da biografia, da história e dos problemas de seus cruzamentos dentro da estrutura social. Para estudar esses problemas, compreender a variedade humana, é necessário que nosso trabalho esteja sempre, e intimamente, relacionado com o nível da realidade histórica - e os sentidos dessa realidade para o homem e a mulher, individualmente. Nosso objetivo é definir essa realidade e discernir esses sentidos; é em termos deles que os problemas da ciência social clássica são formulados, e assim as questões e preocupações que esses problemas representam, são enfrentadas. É necessário procurarmos uma compreensão plenamente comparativa das estruturas sociais que surgiram e hoje existem na história mundial. É necessário que os ambientes de pequena escala sejam selecionados e estudados em termos das estruturas históricas em grande escala. É necessário evitarmos a especialização arbitrária dos departamentos acadêmicos, que especializemos nosso trabalho variadamente, segundo o tópico e acima de tudo segundo o problema, e que com isso tenhamos recurso às perspectivas e ideias, materiais e métodos, de qualquer e de todos os estudos do homem como agente histórico, que nos interessem.

Historicamente, os cientistas sociais dedicaram grande atenção às instituições políticas e econômicas, mas as militares e de parentesco, as religiosas e educacionais também foram muito estudadas. Essa classificação segundo as funções objetivas das instituições é enganosamente simples, mas ainda é prática. Se compreendermos como essas ordens institucionais se relacionam, compreendemos a estrutura social da sociedade. Pois a "estrutura social", como a concepção é mais usada, refere-se exatamente a isso - às combinações de instituições classificadas segundo as funções que cada uma delas executa. Como tal, é a unidade de trabalho mais inclusiva entre todas as que o cientista social conhece. Sua finalidade mais ampla, portanto, é compreender cada uma das

variedades na estrutura social, em seus componentes e na sua totalidade. A expressão "estrutura social" é, em si, definida de forma variada, e outras expressões são também usadas para o conceito, mas se tivermos em mente a distinção entre o ambiente e a estrutura, juntamente com a noção de instituição, ninguém deixará de reconhecer a ideia da estrutura social quando a encontrar.

2.

Em nossa época, as estruturas sociais são habitualmente organizadas sob um Estado político. Em termos de poder, e também em outros termos igualmente interessantes, a unidade social mais geral é o Estado-nação, que constitui hoje a forma predominante na história mundial e, como tal, uma realidade importante na vida de todos os homens. O Estado-nação dividiu e organizou, em graus variados, e modos diferentes, as "civilizações" e os continentes do mundo. A extensão de sua difusão e as fases de seu desenvolvimento são chaves principais para a história moderna e, hoje, para a história mundial. Dentro do Estado-nação, os meios de decisão e poder políticos e militares, culturais e econômicos, estão hoje organizados; todas as instituições e ambientes específicos em que vive a maioria dos homens as suas vidas públicas e privadas estão hoje organizados num ou noutro dos Estados-nações.

Os cientistas sociais, decerto, nem sempre estudam apenas as estruturas sociais nacionais. O importante é que o Estado-nação constitui a moldura dentro da qual ele sente a necessidade de formular os problemas de unidades menores ou maiores. Outras "unidades" são melhor compreendidas como "pré-nacionais" - ou como "pós-nacionais", pois as unidades nacionais podem, naturalmente, "pertencer" a uma das "civilizações", o que significa habitualmente que suas instituições religiosas são as existentes numa ou noutra das "religiões mundiais". Esses fatos da "civilização", bem como muitos outros, podem sugerir formas de comparar a variedade atual dos Estados-nações. Mas usada, por exemplo, por autores como Arnold Toynbee, as "civilizações", ao que me parece, tornam-se demasiado difundidas e imprecisas para serem unidades básicas, ou os "campos de estudo inteligíveis" das Ciências Sociais.

Ao escolher a estrutura social nacional como nossa unidade de trabalho genérica, adotamos um nível de generalidade, que nos permite evitar o abandono dos nossos problemas, e não obstante incluir as forças estruturais obviamente envolvidas em muitos detalhes e aflições da conduta humana de nossos dias. Além disso, a escolha de estruturas sociais nacionais nos permite tomar fàcilmente às questões de interesse público mais destacadas, pois é dentro e entre os Estados-nações, do mundo que os meios efetivos de poder, e portanto em consideráveis proporções o curso da história, estão hoje rigorosamente organizados, para melhor ou pior.

É certo, sem dúvida, que nem todos os Estados-nações são idênticas em seu poder de fazer história. Alguns são tão pequenos e dependentes de outros que suas ocorrências internas só podem ser compreendidas através do estudo das Grandes Potências. Mas isso é apenas um outro problema na classificação útil de nossas unidades - as nações e em seu estudo necessàriamente comparativo. É certo também que todos os Estados-nações interagem, e grupos deles derivam dos contextos de tradição semelhantes. Mas isso é válido para qualquer unidade de certas proporções, que possamos escolher para o estudo social. Além disso, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial, todo Estado-nação capaz disso tornou-se, cada vez mais, auto-suficiente.

A maioria dos economistas e cientistas políticos consideram evidente que sua unidade principal seja o Estado-nação; mesmo quando se ocupam da "economia internacional" e das "relações internacionais", têm de trabalhar em íntima ligação com os termos dos vários e específicos Estados-nações. A condição e a prática continuada dos antropólogos têm sido o estudo do "todo" de uma sociedade ou "cultura", e na medida em que estudam as sociedades modernas, procuram prontamente, com êxito variado, compreender as nações como unidades totais. Mas os sociólogos ou mais exatamente os técnicos de pesquisas - que não têm um domínio firme da concepção da estrutura social, frequentemente consideram as nações como de grande escala, mas de uma forma dúbia. Aparentemente, isso se deve a uma tendência ligada à "coleta de dados" que pode ser realizada com menos despesas apenas nas unidades de escala menor. Isso significa, naturalmente, que sua escolha de unidades não está de acordo com o que é necessário,

para quaisquer problemas que tenham escolhido. Ao invés disso, tanto o problema como a unidade são determinados pela sua escolha do método.

Nesse sentido, este livro, em seu todo, é uma argumentação contra tal tendência. Creio que quando a maioria dos cientistas sociais examinam seriamente um problema significativo, experimentam grande dificuldade em formulá-lo em termos de qualquer unidade menor do que o Estado-nação. Isso se aplica ao estudo da estratificação e da política econômica, da opinião pública e da natureza do poder político, do trabalho e do ócio. Até mesmo os problemas de governo municipal não podem ser formulados adequadamente sem uma referência plena à sua moldura nacional. A unidade do Estado-nação recomenda-se, portanto, por um bom volume de provas empíricas, ao alcance de qualquer pessoa que tenha experiência no trabalho dos problemas da ciência social.

3.

A ideia da estrutura social, juntamente com a afirmação de que ela constitui a unidade genérica da ciência, está historicamente associada de perto à Sociologia, e os sociólogos têm sido seus expoentes clássicos. A matéria tradicional, tanto da Sociologia como da Antropologia, tem sido a sociedade total; ou, como os antropólogos dizem "a cultura". O que é especificamente "sociológico" no estudo de qualquer característica particular de uma sociedade total é o esforço permanente para relacionar essa característica com outras, para se chegar a uma concepção do todo. A imaginação sociológica, já observei, é em parte considerável resultado do treinamento nesse tipo de esforço. Mas hoje tal opinião e tal prática não estão absolutamente limitadas aos sociólogos e antropólogos. O que foi outrora uma promessa nessas disciplinas tornou-se pelo menos um hábito tímido, bem como uma intenção, nas Ciências Sociais em geral.

A Antropologia Cultural, em sua tradição clássica e em sua evolução atual, não se parece distinguível, em nenhum aspecto fundamental, do estudo sociológico. Outrora, quando eram poucos, ou não havia os levantamentos das sociedades contemporâneas, os antropólogos tinham de recolher materiais sobre povos pré-alfabetizados em locais remotos. Outras Ciências Sociais - notadamente a História, a Demografia

e a Ciência Política - desde seu início dependeram de material documentário acumulado nas sociedades alfabetizadas. E esse fato tendia a separar as disciplinas. Mas hoje, os "levantamentos empíricos" de vários tipos são usados em todas as Ciências Sociais, e de fato a técnica foi bastante desenvolvida pelos psicólogos e sociólogos, em conexão com as sociedades históricas. Em anos recentes, também, os antropólogos estudaram, naturalmente, as comunidades adiantadas e até mesmo Estados-nações, e quase sempre a considerável distância. Os sociólogos e economistas, por sua vez, estudaram os "povos subdesenvolvidos". Não há nem uma diferença de métodos nem um limite de assunto que realmente distinga a Antropologia da Economia e da Sociologia, hoje em dia.

A maior parte da Economia e da Ciência Política se tem ocupado de áreas institucionais especiais da estrutura social. Sobre a "economia" e sobre "o Estado", os cientistas políticos, em proporções menores, e os economistas, com maior intensidade, desenvolveram "teorias clássicas" que perduraram durante gerações de estudiosos. Em suma, construíram mode10s, embora os cientistas políticos (juntamente com os sociólogos) tenham sido tradicionalmente menos cônscios dessa construção de modelos do que os economistas. A teoria clássica consiste em formular concepções e suposições, das quais se tiram deduções e generalizações, que por sua vez são consideradas com várias proposições empíricas. N essas tarefas, concepções e processos e até mesmo questões são, pelo menos implicitamente, codificados.

Tudo isso pode estar certo, mas para a Economia certamente, e para a Ciência Política e para a Sociologia, no devido tempo, dois fatos tendem a tornar menos relevantes os modelos formais de Estado e economia que têm limites claros, ou seja, formais - e em grande parte mutuamente exclusivos: 1) o desenvolvimento econômico e político das chamadas áreas subdesenvolvidas, e 2) tendências das formas de "Economia Política" do século XX - totalitárias ou formalmente democráticas. Os resultados da Segunda Guerra Mundial foram ao mesmo tempo erosivos e frutíferos para os teóricos da Economia que estavam atentos aos fatos, e na realidade para todos os cientistas sociais dignos do título.

Uma "teoria de preços" que seja meramente econômica pode ser logicamente clara, mas não empiricamente ade-

quada. Essa teoria exige consideração da administração das instituições econômicas e o papel dos homens que toma decisão dentro e entre elas; exige atenção para a psicologia das previsões de custos, em particular os salários; para a fixação de preços pelos cartéis dos pequenos negócios, cujos líderes têm de ser compreendidos. Da mesma forma, para compreender "a taxa de juros" com frequência é necessário o conhecimento do tráfico oficial e pessoal entre banqueiros e autoridades governamentais bem como da mecânica impessoal da economia.

Creio que não resta a cada cientista social senão ingressar na ciência social, e assim fazendo, adotar plenamente a comparação - e creio que isso constitui hoje uma forte tendência. O trabalho comparativo, teórico ou empírico, é o aspecto mais promissor para o desenvolvimento da ciência social hoje. E esse trabalho se realizará melhor dentro de uma ciência social unificada.

4.

À medida que cada ciência social progride, sua interação com as outras é intensificada. A matéria da Economia está começando a voltar a ser o que era no início - a "Economia Política", vista cada vez mais dentro de uma estrutura total. Um economista como John Galbraith é um cientista político tanto quanto Robert Dahl ou David Truman; na verdade, seu trabalho sobre a estrutura atual do capitalismo americano o é tanto uma teoria sociológica de uma Economia Política quanto à análise do capitalismo e democracia feita por Schumpeter, ou Earl Latham sobre a política de grupos. Harold D. Lasswell, David Riesman ou Gabriel Almond são ao mesmo tempo sociólogos, psicólogos e cientistas políticos. Entram e saem das Ciências Sociais; e, na medida em que alguém domina qualquer um desses "campos", é obrigado a penetrar nas cercanias dos outros, o que equivale a dizer, na esfera de todos esses setores que pertence à tradição clássica. Podem, decerto, especializar-se numa ordem institucional, mas na medida em que apreendem o que lhe é essen-

_____

[*] Publicado por esta editora na coleção Divulgação Cultural, sob o título Capitalismo. (N. dos E.)

cial, também compreendem seu lugar dentro da estrutura social total, e portanto suas relações com outros domínios institucionais. Pois em proporções consideráveis, sua realidade mesma consiste dessas relações, o que se está tornando claro.

Não devemos, decerto, supor que, frente à grande variedade da vida social, os cientistas sociais tenham racionalmente dividido o trabalho a ser feito. Em primeiro lugar, cada uma das disciplinas em questão cresceu sozinha e em resposta a exigências e condições bastante específicas; nenhuma desenvolveu-se como parte de algum plano geral. Em segundo lugar, há decerto muitos desacordos sobre as relações dessas várias disciplinas e também sobre o grau adequado de especificação. Mas o fato que hoje se impõe é o de que tais desacordos podem ser vistos mais como existentes na vida acadêmica do que como dificuldades intelectuais, e até mesmo academicamente creio que tendem, com frequência, a se resolverem, a serem superados.

Intelectualmente, o fato central hoje é a crescente fluidez das linhas de limites; as concepções se movem com crescente facilidade de uma disciplina para outra. Há vários casos notáveis de carreiras baseadas exclusivamente no domínio do vocabulário de um campo, e seu emprego direto na área tradicional de outro. Há e haverá especialização, mas não se deve fazer em termos das disciplinas mais ou menos academicamente construídas, tais como as conhecemos. Deveria ocorrer dentro das linhas de problemas cuja solução exige um equipamento intelectual que tradicionalmente pertence a essas várias disciplinas. Concepções semelhantes, e métodos, estão sendo cada vez mais usados por todos os cientistas sociais.

Toda ciência social vem sendo modelada pela evolução interna de tipo intelectual; todas também foram decisivamente influenciadas por "acidentes" institucionais - fato claramente revelado pelas formas diferentes que cada uma delas tomou em cada um dos principais países ocidentais. A tolerância ou a indiferença pelas disciplinas já estabelecidas, inclusive a Filosofia, História e Humanidades, condicionou, com frequência, os campos da Sociologia, Economia, Antropologia, Ciência Política e Psicologia. Na verdade, em al-

gumas instituições de estudos superiores essa tolerância, ou sua ausência, determinou a presença ou ausência das Ciências Sociais como departamento acadêmico. Em Oxford e Cambridge, por exemplo, não há departamentos de Sociologia.

O perigo de levar demasiadamente a sério a departamentalização da ciência social está na suposição correlata de que as instituições econômica, política, e outras instituições sociais, sejam, cada uma delas, um sistema autônomo. Como já disse, essa suposição tem sido e é usada para construir "modelos analíticos" que com frequência são realmente muito úteis. Generalizados e congelados em departamentos de uma escola, os modelos clássicos da "constituição política" e da "economia" provàvelmente se aproximam da estrutura que tinham no século XIX a Inglaterra e especialmente os Estados Unidos. De fato, historicamente, a Economia e a Ciência Política como especialidades devem, em parte, ser interpretadas em termos da fase histórica do Ocidente moderno, durante a qual cada ordem institucional foi considerada como um reino autônomo. Mas está claro que um modelo da sociedade como composta de ordens institucionais autônomas não é certamente o único modelo em termos do qual trabalhar em ciência social. Não podemos tomar aquele único tipo como base adequada para a totalidade de nossa divisão do trabalho intelectual. A compreensão disso é um dos impulsos que agem hoje para unificar as Ciências Sociais. Uma fusão muito ativa das várias disciplinas da Ciência Política e Economia, Antropologia Cultural e História, Sociologia, e pelo menos uma das principais divisões da Psicologia, vem ocorrendo na planificação dos cursos acadêmicos, bem como na planificação ideal dos estudos.

Os problemas intelectuais provocados pela unidade das Ciências Sociais estão ligados principalmente às relações das ordens institucionais - a política e a econômica, a militar e a religiosa, a família e a educação - em determinadas sociedades e períodos; constituem como já disse problemas importantes. As muitas dificuldades práticas criadas pelas relações funcionais das várias Ciências Sociais estão ligadas ao planejamento dos currículos e das carreiras acadêmicas, à confusão linguística e aos mercados de empregos existentes para os diplomados de cada setor. Um grande obstáculo ao trabalho unificado na ciência social é o livro didático intro-

dutório e mono disciplinar. E, com mais frequência, em termos de livros didáticos do que de qualquer outras produções intelectuais que a integração e as limitações dos campos ocorrem. E difícil imaginar local menos adequado. Mas os vendedores de livros didáticos por atacado têm um interesse muito real nas suas produções, mesmo que os produtores e consumidores sejam logrados. Juntamente com a integração no livro didático a tentativa de integrar as Ciências Sociais se processa em termos de concepções e métodos, e não em termos de problemas e temas. Assim, a ideia de "campos" distintos se baseia menos em áreas-problemas férreas do que em Conceitos frágeis. Esses são, não obstante, difíceis de superar, e não sei se o serão. Mas há uma possibilidade, creio, de que dentro da sociedade de disciplinas acadêmicas certas tendências estruturais poderão no devido tempo, superar as que - quase sempre entrincheiradas e obstinadas - estão ainda isoladas em seus ambientes especializados.

Enquanto isso, sem dúvida muitos cientistas sociais individuais compreendem que em "suas próprias disciplinas" podem alcançar melhor suas finalidades reconhecendo mais explicitamente as tarefas comuns orientadoras da ciência social. E hoje totalmente possível para o praticante individual ignorar o desenvolvimento "acidental" de departamentos, e escolher e modelar sua própria especialidade sem ser muito prejudicado por eles. Ao adquirir um senso autêntico dos problemas significativos, e preocupar-se apaixonadamente com a sua solução, com frequência é forçado a dominar ideias e métodos que surgiram dentro de uma ou várias dessas disciplinas. Para ele, nenhuma especialidade da ciência da sociedade parecerá, em qualquer sentido intelectualmente significativo, um mundo fechado. Também chega a compreender que está na verdade praticando a ciência social, e não lima das Ciências Sociais, e que isto ocorre a despeito da área particular da viela social cujo estudo mais lhe interessa.

Afirma-se, com frequência, que ninguém pode ter um espírito totalmente enciclopédico, sem ser diletante. Não sei se assim é, mas se for, não poderemos apesar disso pelo menos ganhar alguma coisa com o senso enciclopédico? f: impossível dominar realmente todo o material, concepções, métodos de cada uma dessas disciplinas. Além disso, as tentativas de "integrar as Ciências Sociais" pela "tradução conceptual" ou exposição detalhada de materiais são habitualmente toli-

ces bizantinas. O mesmo ocorre com grande parte do que acontece nos cursos sobre "ciência social geral". Mas esse domínio, essa tradução, essa exposição e esses cursos - não são o que entendemos por "unidade das Ciências Sociais".

O que entendemos é isso: para formular e resolver qualquer um dos problemas significativos de nossa época é necessária uma seleção de materiais, concepções e métodos de mais do que qualquer uma dessas várias disciplinas. O cientista social não precisa "dominar o campo" para estar familiarizado com seus materiais e perspectivas, a fim de usá-los para o esclarecimento dos problemas que lhe interessam. E em termos desses "problemas" tópicos, e não de acordo com os limites acadêmicos, que a especialização deve ocorrer. E parece-me ser isso o que está acontecendo hoje.

CAPITULO 8

Usos da História

A CIÊNCIA social trata de problemas de biografia, de história e de seus contatos dentro das estruturas sociais. São estes os três - biografia, história, sociedade - pontos coordenados do estudo adequado do homem, eis a tese que defendi ao criticar as várias escolas atuais de Sociologia, cujos adeptos abandonaram essa tradição clássica. Os problemas do nosso tempo - que incluem o problema de natureza mesma do homem - não podem ser formulados adequadamente sem aceitarmos na prática a opinião de que a história é a medula do estudo social, e reconhecermos a necessidade de desenvolver mais uma psicologia do homem que seja sociologicamente fundamentada e historicamente relevante. Sem o uso da história e sem o sentido histórico das questões psicológicas, o cientista social não pode, adequadamente, formular os tipos de problemas que devem ser, agora, os pontos cardeais de seus estudos.

1.

O cansativo debate sobre se o estudo histórico é ou deve ser considerado como uma ciência social não é importante nem interessante. A conclusão depende claramente dos tipos de historiadores e dos tipos de cientistas sociais em causa. Alguns historiadores são apenas compiladores de fatos supostos, que procuram não "interpretar"; ocupam-se, por vezes proveitosamente, com algl1m fragmento da história, e parecem relutantes em localizá-lo dentro de qualquer sequencia

de acontecimentos mais ampla. Alguns estão além da história, perdidos - por vezes, proveitosamente - em visões trans-históricas de tragédias ou de glória iminentes. A história como disciplina convida à busca do detalhe, m1;\s também estimula um alargamento de visão, capaz de abarcar acontecimentos que fizeram época no desenvolvimento das estruturas sociais.

Talvez a maioria dos historiadores se preocupe com a "comprovação dos fatos" necessária à compreensão da transformação histórica das instituições sociais, e com a interpretação desses fatos, habitualmente por meio de narrativas. Muitos historiadores, além disso, não hesitam em tomar, para seus estudos, qualquer área da vida social. Seu alcance identifica-se, assim, com a amplitude da ciência social, embora, como outros cientistas sociais, possam especializar-se em história política ou econômica, ou em história das ideias. Na medida em que os historiadores estudam tipos de instituições, tendem a dar ênfase às modificações ocorridas dentro de certo período de tempo, e a trabalhar de forma não-comparada. O trabalho de muitos cientistas sociais que se ocupam de tipos de instituições tem sido, ao contrário, mais comparado do que histórico. Mas sem dúvida essa diferença é apenas de ênfase e especialização, dentro de uma mesma tarefa comum.

Muitos historiadores americanos estão, hoje, influenciados pelas concepções, problemas e métodos das várias Ciências Sociais. Barzun e Graff sugeriram recentemente que talvez os "cientistas sociais estejam pressionando os historiadores para modernizarem sua técnica", porque "os cientistas sociais estão demasiado ocupados para ler a história", e "não reconhecem seus próprios materiais, quando apresentados em configuração diferente". [49]

Há, decerto, mais problemas de método em qualquer trabalho de história do que muitos historiadores habitualmente imaginam. Mas hoje em dia, muitos imaginam não tanto os métodos, mas a epistemologia - e de uma forma que só pode resultar num afastamento curioso em relação à realidade histórica. A influência que sobre certos historia-

---

[49] Jacques Barzun e Henry Graff, The Modern Researcher, Nova York, 1957, p. 221.

dores têm determinados tipos de "ciência social"' é quase sempre negativa, mas ainda não é bastante ampla para exigir uma análise minuciosa, aqui.

A principal tarefa do historiador é manter ininterrupto o registro humano - mas tal descrição é enganosamente simples. O historiador representa a memória organizada da humanidade e essa memória, como história escrita, é grandemente maleável. Modifica-se quase sempre de forma drástica, de uma geração de historiadores para a outra - e não apenas porque novas pesquisas, mais detalhadas, introduzam novos fatos e documentos no registro. Modifica-se também devido às alterações nos pontos de interesse e na moldura existente e dentro da qual o registro é encaixado. Tais são os critérios de seleção dos numerosos fatos à disposição do historiador, e ao mesmo tempo as principais interpretações de seus sentidos. O historiador não pode evitar uma seleção dos fatos, embora possa tentar negá-la, mantendo sua interpretação em limites reduzidos e circunspectos. Não precisamos da projeção imaginativa de George Orwell para saber como a história pode ser deformada fàcilmente no processo de sua representação contínua, embora seu 1984 torne esse aspecto enfàticamente dramático e, esperemos, tenha atemorizado devidamente alguns de nossos colegas historiadores.

Todos esses perigos da empresa do historiador fazem dela uma das disciplinas humanas mais teóricas, o que torna a calma inconsciência de muitos dos seus praticantes ainda mais impressionante. Impressionante, sim, mas bastante instável. Suponho ter havido períodos nos quais as perspectivas fossem rígidas e monolíticas, e nos quais os historiadores podiam permanecer inconscientes dos temas tomados como solucionados. Mas o nosso período não é assim; se os historiadores não têm "teoria", podem proporcionar material para escrever-se a história, mas não podem, eles mesmos, escrevê-la. Podem alimentar o registro, mas não podem mantê-lo ininterrupto. Essa tarefa, hoje, exige uma atenção explícita a muita coisa além dos "fatos".

As produções dos historiadores podem ser consideradas como um grande arquivo, indispensável a todas as Ciências Sociais - creio ser esta uma opinião verdadeira e proveitosa. A História, como disciplina, também é por vezes considerada

como capaz de encerar toda a ciência social -- mas somente por alguns "humanistas" mal orientados. Mais fundamental que qualquer dessas opiniões é a ideia de que todo cientista social - ou melhor, todo estudo social bem considerado - exige uma amplitude de concepção histórica e um uso pleno de materiais históricos. Essa noção simples é a ideia principal da minha argumentação.

Inicialmente, talvez tenhamos de enfrentar uma objeção frequente ao uso de material histórico pelos cientistas sociais: afirma-se que esse material não é preciso, nem bastante conhecido, para permitir sua utilização em comparações com os materiais contemporâneos melhor confirmados e mais exatos. Essa objeção relaciona-se, decerto, com o sério problema da pesquisa social, mas só têm força se limitarmos os tipos de informação admitidos. Como eu já disse as exigências do problema, e não as limitações de algum método rígido devem ser, e têm sido a preocupação mais destacada do analista social clássico. “A objeção;”, além disso, só é relevante para certos problemas e pode, na verdade, ser contornada frequentemente: para muitos problemas, só podemos obter informação adequada em relação ao passado. O sigilo oficial e não-oficial, a difusão generalizada das relações públicas, são realidades contemporâneas que devem, certamente, ser levadas em conta, ao julgarmos a exatidão da informação sobre o passado e sobre o presente. Essa objeção, numa palavra, é apenas outra versão da inibição metodológica, e com frequência uma característica da ideologia do "saber nada" dos que são politicamente cordatos.

2.

Mais importante do que as proporções nas quais os historiadores são cientistas sociais, ou de como se devem comportar, é o ponto, ainda mais controverso, de que as Ciências Sociais são, em si, disciplinas históricas. Para realizar suas tarefas, ou mesmo para apresentá-las bem, os cientistas sociais devem usar o material da história. Exceto supondo alguma teoria trans-histórica da natureza da história, ou que o homem na sociedade é uma entidade não-histórica, nenhuma ciência poderá transcender a história. Toda Sociologia digna do nome é "Sociologia Histórica". É, na excelente expressão de Paul Sweezy, uma tentativa de escrever "o presente como

História". Há várias razões para essa relação íntima da História e Sociologia:

1) Em nossa formulação mesma do que deve ser explanado, precisamos de um alcance maior, que só pode ser proporcionado pelo conhecimento das verdades históricas da sociedade humana. O fato de que uma determinada questão - por exemplo, as relações de formas do nacionalismo com os tipos de militarismo - tenha respostas diferentes quando apresentada em relação a diferentes sociedades e períodos, significa que ela própria necessita, com frequência, de ser reformulada. Necessitamos da variedade proporcionada pela história a fim de fazer as perguntas sociológicas adequadas, e de respondê-las. As respostas ou explicações que oferecemos são quase sempre em termos de comparações. Então são necessárias para entendermos as condições essenciais do que estivermos tentando compreender - seja as formas de escravidão ou os sentidos específicos do crime, tipos de família ou de comunidades camponesas ou fazendas coletivas. Devemos observar aquilo que nos interessa sob circunstâncias variadas, pois do contrário nos estaremos limitando a uma descrição sem profundidade.

Para irmos, além disso, ternos de estudar as estruturas sociais que são do nosso conhecimento, tanto as históricas quanto as contemporâneas. Se não levarmos em conta essa variedade, que naturalmente não pretende incluir todos os tipos existentes, nossa formulação não pode ser empiricamente adequada. Tais regularidades, ou relações, que existam entre as várias características da sociedade não podem ser discernidas claramente. Os tipos históricos, em suma, são urna parte muito importante daquilo que estudamos: são também indispensáveis para nossas explicações. Eliminar tal material - o registro de tudo o que o homem fez e em que se transformou - de nossos estudos seria como pretender estudar o processo do nascimento, ignorando o da maternidade.

Se nos limitarmos a uma unidade nacional de uma sociedade contemporânea (habitualmente ocidental), não teremos esperanças de perceber muitas diferenças realmente fundamentais entre os tipos humanos e instituições sociais. Essa verdade geral tem um sentido bastante específico para a ciência social: no momento de entrecruzamento de qualquer sociedade, há com frequência tantos denominadores

comuns de crenças, valores, formas institucionais, que por mais detalhado e preciso que seja nosso estudo, não encontraremos diferenças realmente significativas entre os povos e instituições naquele momento preciso e naquela sociedade determinada. N a verdade, os estudos sobre determinado momento e determinado local assumem com frequência, mesmo implicitamente, uma homogeneidade que, se real, deveria ser considerada como um problema. Não pode ser reduzida com proveito, como ocorre muitas vezes na prática atual da pesquisa, a um problema de processo de amostragem. Não pode ser formulada como problema dentro dos termos de um momento e um local.

As sociedades parecem diferir com relação ao alcance da variação dos fenômenos específicos dentro delas, bem como, de forma mais geral, em relação ao seu grau de homogeneidade social. Como observou Morris Grinsberg, se o objeto de nosso estudo "exibe variações individuais suficientes dentro da mesma sociedade, ou no mesmo período de tempo, será possível estabelecer ligações reais sem sair daquela sociedade ou período" [50] Isso às vezes ocorre, mas habitualmente não podemos supô-lo com certeza. Para saber se ocorre ou não, devemos formular nossos estudos como comparações de estruturas sociais. Para isso, é necessário utilizarmos a variedade proporcionada pela história. O problema da homogeneidade social - como na moderna sociedade de massas ou, em contraste, como na sociedade tradicional - não pode nem mesmo ser formulado adequadamente - e muito menos solucionado - sem considerarmos, de forma comparada, a gama das sociedades contemporâneas e históricas.

O sentido, por exemplo, de temas-chaves da ciência política, como "público" e "opinião pública", não pode ficar claro sem esse trabalho. Se não usarmos, em nosso estudo, uma gama ampliada, nos estaremos condenando a resultados rasos e desorientadores. Não suponho, por exemplo, que alguém argumente, por exemplo, com a afirmação de que a indiferença política é um dos principais fatos do cenário político contemporâneo das sociedades ocidentais. Não obstante,

---

[50] Morris Ginsberg, Essays in Sociology and Social Philosophy, Vol. II, 39, Londres, 1956.

nos estudos da "psicologia política dos eleitores", não-comparados e não-históricos, não encontramos nem mesmo uma classificação dos "eleitores" - ou dos "homens políticos" que leve realmente em conta tal indiferença. De fato, a ideia historicamente específica dessa indiferença política, e muito menos seu sentido, não podem ser formuladas nos termos habituais desses estudos sobre votação.

Dizer dos camponeses do mundo pré-industrial que são "politicamente indiferentes" não tem o mesmo sentido que dizê-lo do homem da moderna sociedade de massas. Entre outras coisas, a importância das instituições políticas para os modos de vida e suas condições são totalmente diferente nos dois tipos de sociedade. E ainda: a oportunidade formal de participação política difere; a expectativa de participação política provocada por todo o curso da democracia burguesa no Ocidente moderno nem sempre existiu no mundo pré-industrial Para compreender a "indiferença política", explicá-la, para apreender seu sentido nas massas modernas, temos de examinar os vários tipos e condições de indiferença, e para isso é necessário empregar materiais históricos· e comparados.

2) Os estudos não-históricos tendem a ser estáticos ou curtos, limitados a ambientes. Isso é de esperar, pois adquirimos consciência, mais fàcilmente, das estruturas maiores quando elas se estão modificando, e em geral só adquirimos consciência dessas modificações quando ampliamos nossa visão, de modo a incluir uma gama histórica adequada. Nossa oportunidade de compreender como os ambientes menores e as estruturas mais amplas interagem, e nossa oportunidade de compreender as causas mais amplas em ação nesses meios limitados requerem, assim, que tratemos com materiais históricos. A consciência da estrutura, em todas as acepções desse termo central, bem como a formulação adequada das preocupações e problemas dos ambientes limitados, exigem o reconhecimento e a prática das Ciências Sociais como disciplinas históricas.

Não só nossas possibilidades de ter consciência da estrutura são ampliadas pelo trabalho histórico, como também não podemos esperar compreender qualquer sociedade isolada, até mesmo como estática, sem o uso de materiais históricos. A imagem de qualquer sociedade é uma imagem his-

toricamente específica. O que Marx chamou de “princípio do especifismo histórico” refere-se, primeiro, a um a linha orientadora: qualquer sociedade deve ser compreendida em termos do período específico no qual existe. Qualquer que seja a definição de "período O" as instituições, ideologias, tipos de homens e mulheres nele predominantes constituem uma configuração singular. Isso não significa que esse tipo l; 1istórico não possa ser comparado a outros, e certamente não significa que o padrão só possa ser compreendido intuitivamente. Mas quer dizer - e esta a segunda referência do princípio - que dentro desse tipo histórico, vários mecanismos de transformação atingem a um determinado tipo específico de cruzamento. Esses mecanismos, que Karl Mannheim - seguindo John Stuart Mill- chamou de principia media, são os mecanismos mesmos que o cientista social, preocupado com a estrutura social, deseja apreender.

Os primeiros, teóricos sociais quiseram formular leis invariáveis da sociedade - leis que seriam válidas para todas as sociedades, tal como os processos abstratos da ciência física levaram a leis que iam além da riqueza qualitativa da "natureza". Não há, creio nenhuma "lei" trans-histórica formulada por nenhum cientista social que não deva ser compreendida como relacionada com a estrutura específica de algum período. Outras "leis" são apenas abstrações ocas, ou tautologias confusas. O único sentido de "leis sociais" ou mesmo de "regularidades sociais" são os principia media que possamos descobrir, ou se o desejarmos, construir, numa estrutura social, dentro de uma era especificamente histórica. Não conhecemos princípios universais de transformação histórica; os mecanismos de transformação que conhecemos variam com a estrutura social que estudamos. Isso porque a transformação histórica é uma transformação as estruturas sociais, das relações entre suas partes componentes. Tal como há uma variedade de estruturas sociais, há uma variedade de princípios de transformação histórica.

3) O conhecimento da história de uma sociedade é quase sempre indispensável para sua compreensão, o que se toma perfeitamente claro a qualquer economista, cientista político ou sociólogo que deixe seu país industrialmente adiantado para examinar as instituições de alguma estrutura

social diferente - no Oriente Médio, na Ásia ou na África. No estudo de "seu próprio país" ele com frequência se valeram da história; o conhecimento desta está incorporado às concepções mesmas com que trabalha. Quando adota uma gama maior, quando compara, adquire consciência melhor do elemento histórico como intrínseco ao que deseja compreender, e não meramente como um "pano-de-fundo geral".

Na mesma época, os problemas das sociedades ocidentais são problemas inevitáveis do mundo. Nosso período talvez tenha, como característica bem definidora, o fato de ser uma época em que, pela primeira vez, as variedades de mundos sociais que encerra têm uma interinfluência séria, rápida e evidente. O estudo de nossa época deve ser um exame comparado desses mundos e de suas interações. Talvez por isso o terreno outrora reservado ao antropólogo se tenha transformado nos "países subdesenvolvidos" do mundo, que os economistas, tal como os cientistas políticos e sociólogos, incluem regularmente entre seus objetos de estudo. É por isso que parte da melhor Sociologia que hoje se faz tem como objeto áreas e regiões mundiais.

O estudo comparado e o estudo histórico têm mútuas relações profundas. Impossível compreender as economias políticas subdesenvolvidas, comunista e capitalista, tal como existem no mundo de hoje, através de comparações rasas e in temporais. Devemos expandir o alcance temporal da análise. Para compreender e explicar os fatos comparados, tal como estão à nossa frente, temos de conhecer as fases históricas e as razões históricas dos vários índices e as várias direções do desenvolvimento e da falta de desenvolvimento. Temos de saber, por exemplo, por que as colônias fundadas pelos ocidentais na América do Norte e Austrália, nos séculos XVI e XVII tornaram-se, no devido tempo, sociedades capitalistas industrialmente florescentes, mas as colônias na 1ndia, América Latina e África continuaram empobrecidas, camponesas e subdesenvolvidas, até o século XX.

Assim, o ponto de vista histórico leva ao estudo comparado das sociedades: não podemos compreender ou explicar as principais fases pelas quais passou qualquer nação ocidental moderna, ou a forma que tem hoje, exclusivamente em termos de sua própria história nacional. Não quero dizer

apenas que na realidade histórica ela tenha interagido no desenvolvimento de outras sociedades; quero dizer também que a mente não pode nem mesmo formular os problemas históricos e sociológicos desta estrutura, sem compreendê-los em contraste e em comparação com outras sociedades.

4) Mesmo que nosso trabalho não seja explicitamente comparado - mesmo que nos preocupemos com alguma área limitada de uma estrutura social nacional - precisaremos de materiais históricos. Somente por um ato de abstração, que viola desnecessàriamente a realidade social, podemos tentar congelar um momento reduzidíssimo. É possível, decerto, construir breves visões ou mesmo panoramas estáticos, mas não concluir um trabalho com essas construções. Sabendo que o objeto de nosso estudo é passível de transformação, nos níveis descritivos mais simples, devemos indagar: quais são as tendências salientes? Para responder a essa pergunta, devemos esclarecer, pelo menos, "de que" e "para que".

Nossa formulação de tendência pode ser em curto prazo, ou da extensão de uma época; isso dependerá, naturalmente, de nosso objetivo. Habitualmente, porém, num trabalho de certas proporções, necessitamos de tendências de considerável extensão. As tendências de maior termo são habitualmente necessárias, mas apenas para superar o provincialismo histórico: a suposição de que o presente é uma espécie de criação autônoma.

Se quisermos compreender as transformações dinâmicas de uma estrutura social contemporânea, teremos de distinguir sua evolução a longo prazo, e em termos desta indagar: qual a mecânica da ocorrência dessas tendências, que transformam a estrutura da sociedade? É com essas indagações que nossa preocupação chega ao auge, relacionando-se este com a transição histórica de uma época para outra, e com o que podemos chamar de estrutura de uma época.

O cientista social deseja compreender a natureza da época presente, delinear-lhe a estrutura e discernir as principais forças que nela atuam. Cada época, quando devidamente definida, é um "campo de estudo inteligível", que revela a mecânica do processo histórico a ela peculiar. O papel das elites do poder, por exemplo, no processo histórico, varia de acordo com a extensão em que os meios institucionais de decisão são centralizados.

A noção da estrutura e dinâmica do "período moderno", e das características essenciais e singulares que possa ter, é importante para as Ciências Sociais, embora isso nem sempre seja reconhecido. Os cientistas políticos estudam o Estado moderno; os economistas, o capitalismo moderno. Os sociólogos - especialmente em sua dialética com o marxismo -expõem muito de seus problemas, em termos das "características dos tempos modernos", e os antropólogos usam suas sensibilidades em relação ao mundo moderno nos exames das sociedades analfabetas. Talvez os problemas mais clássicos da moderna ciência social - tanto da Ciência Política e Econômica quanto da Psicologia - foram, na verdade, relacionados com uma interpretação histórica bastante específica: a interpretação da ascensão, dos componentes e da forma que tomaram as sociedades urbanas industriais do Ocidente Moderno - habitualmente em contraste com a Era Feudal.

Muitas das concepções habitualmente usadas na ciência social relacionam-se com a transição histórica da comunidade rural dos tempos feudais para a sociedade urbana da era moderna: o status e "contrato", de Maine, a "comunidade" e "sociedade" de Tonnies, o status e "classe" de Weber, os "três estágios" de St. Simon, o "militar" e "industrial" de Spencer, a "circulação das elites" de Pareto, os "grupos secundários e primários" de Cooley, o "mecânico" e "orgânico" de Durkheim, o "folk" e "urbano" de Redfield, o "sagrado e secular" de Becker, a "sociedade capaz de negociar" e o "Estado-quartel" de Lasswell - todas essas concepções, por mais generalizadas que estejam, têm raízes históricas. Até mesmo quando acreditam não trabalhar historicamente, os cientistas em geral revelam, pelo uso dessas expressões, certa noção das tendências históricas e até mesmo um senso de período.

E em termos dessa sensibilidade à forma e à dinâmica do "período moderno", e à natureza de suas crises, que a preocupação-padrão do cientista social com as "tendências" deve ser compreendida. Elas são estudadas numa tentativa de ir além dos acontecimentos e dar-lhes um sentido ordenado. Frequentemente, tentamos focalizar cada tendência um pouco além da posição que ocupa no momento, e o que é mais importante, ver todas elas ao mesmo tempo, como partes móveis da estrutura total do período. E decerto, intelectualmente mais fácil (e politicamente mais aconselhá-

el) reconhecer uma tendência de cada vez, mantendo-as dispersas, do que procurar vê-las todas em conjunto. Para o empirista literário, escrevendo pequenos ensaios equilibrados, primeiro sobre isto e em seguida sobre aquilo, qualquer tentativa de "ver o todo" parece um "exagero extremista".

Há, sem dúvida, muitos perigos intelectuais nessa tentativa. O que um homem vê como um todo é visto por outro apenas em parte, e por vezes, por falta de visão sinótica, a tentativa é esmagada pela necessidade de descrição. Ela pode, ainda, ser tendenciosa, mas não creio que a tendenciosidade se revele mais do que na seleção de detalhes passíveis de exame preciso, sem referência a qualquer noção do todo, pois essa seleção será arbitrária. Num trabalho historicamente orientado, estamos sujeitos também a confundir "predição" com "descrição". Estas duas, porém, não devem ser superadas com demasiada precisão, e não constituem as únicas formas de examinar as tendências. Há também a possibilidade de fazê-lo procurando responder à pergunta "para onde vamos?" - e é isso o que os cientistas sociais tentam frequentemente. Procuram, então, estudar a história, e não retirar-se para ela; dar atenção às tendências contemporâneas, sem ser "apenas jornalísticos", avaliar o futuro dessas tendências sem ser meramente proféticos. Tudo isso é difícil. Devemos lembrar que estamos tratando de material histórico, suscetível de rápida modificação, e que há contra-tendências. E temos sempre que equilibrar a imediação do estreito presente com a generalidade necessária para revelar o sentido das tendências específicas do período como um todo. Mas acima de tudo, o cientista social está procurando ver juntas as principais tendências - estruturalmente, e não apenas os acontecimentos numa variedade de ambientes dispersos, que nada representam de novo se somados, e que na realidade nem chegam mesmo a somar-se. Essa a meta que dá ao estudo das tendências sua relevância para a compreensão de um período, e que exige o uso pleno e desembaraçado do material da história.

3.

Há um "uso da história", bastante comum na ciência social de hoje, que na verdade é mais um ritual do que um uso autêntico. Refiro·me às pequenas peças monótonas co-

nhecidas como "delineamento do pano-de-fundo histórico", que prefaciam com frequência os estudos da sociedade contemporânea, e ao processo ad hoc, conhecido como "proporcionar uma explicação histórica". Essas explicações, baseadas no passado de uma única sociedade, são frequentemente inadequadas. Ha três observações a serem feitas sobre elas:

Primeiro, acho necessário aceitar a afirmação de que temos de estudar a história para nos livrarmos dela. Por isso entendo que as peças tomadas habitualmente como explicações históricas deveriam ser vistas como parte da formulação do que deve ser explicado. Ao invés de "explicar" alguma coisa como "uma persistência do passado", devemos perguntar "por que persistir?" Habitualmente, veremos que a resposta varia de acordo com as fases atravessadas pelo objeto de nosso estudo. Para cada uma delas, podemos tentar identificar o papel que desempenhou, e como e por que passou à fase seguinte.

Segundo, no trabalho sobre uma sociedade contemporânea, creio ser boa regra tentar, primeiro, explicar suas características contemporâneas em termos de sua função também contemporânea. Isso significa localizá-las, vê-las como partes de, e mesmo como consequência de, outras características de seu ambiente contemporâneo. Mesmo que seja apenas para defini-los, para delimitá-los claramente, para tornar mais específicos os seus componentes, é melhor começar com um período de tempo - embora ainda histórico, evidentemente - mais ou menos limitado.

Em seu trabalho sobre os problemas adultos dos indivíduos, alguns neofreudianos - destacando-se, talvez, Karen Horney - parecem ter adotado um processo semelhante. Só voltamos às causas genéticas e biográficas depois de ter esgotado as características contemporâneas e o cenário do caráter. E, naturalmente, um debate clássico sobre o assunto ocorreu entre as escolas funcional e histórica de Antropologia. Uma razão disso, creio, é o fato de que as "explicações históricas" frequentemente se transformam em ideologias conservadoras: as instituições exigiram longo tempo para evoluir, e assim não devem ser tratadas com pressa. Outra razão é que a consciência histórica com frequência se torna a raiz de um tipo de ideologia radical: as instituições são, no final das contas, transitórias; assim, essas instituições par-

ticulares não são eternas ou "naturais" para o homem. Ambas as opiniões baseiam-se quase sempre num determinismo histórico, ou mesmo na inevitabilidade que pode fàcilmente, levar a uma posição de aquiescência - e a um conceito errôneo de como a história tem sido feita e pode ser feita. Não desejo abafar o senso histórico que adquiri com dificuldade, mas também não desejo impregnar minhas explicações de usos conservadores ou radicais da noção do destino histórico. Não aceito "destino" como uma categoria histórica universal, como mais adiante explicarei.

Minha afirmação final é ainda mais controversa, mas se for exata, é de importância considerável: acredito que os períodos e sociedades diferem em relação ao fato de exigirem ou não, para sua compreensão, referências diretas aos "fatores históricos". A natureza histórica de uma sociedade, num determinado período, pode ser tal que o "passado histórico" só indiretamente tem relevância para seu entendimento.

É, evidentemente, bastante claro que para compreender uma sociedade que se movimenta lentamente, presa por séculos num ciclo de pobreza e tradição e moléstias e ignorância, temos de estudar o terreno histórico, e os mecanismos históricos persistentes de sua terrível limitação pela sua própria história. A explicação desse ciclo, e da mecânica ele cada uma de suas fases, exige uma análise histórica profunda. O que se deve explicar, acima de tudo, é o mecanismo da totalidade do ciclo.

Mas os Estados Unidos, por exemplo, ou as nações do noroeste da Europa, ou Austrália, em sua atual condição não estão encurralados em nenhum ciclo da história. Esse tipo de ciclo - como no mundo deserto de Ibn Khaldoun [51] _ não os afeta. Todas as tentativas para compreendê-los nesses termos, parecem-me, fracassaram, e tendem na verdade a se tornarem uma insensatez trans-histórica.

A relevância da história, em suma, é ela mesma, sujeita ao princípio da especificidade histórica. "Tudo", na verdade, pode ser considerado como "vindo do passado", mas o

_____

[51] Ver Muhsin Mahdi, Ibn Khaldoun's Philosophy of History, Londres, 1957; e Historical Essays, Londres, 1957, que encerra o esclarecedor comentário de H. R. Trevor-Roper sobre o assunto.

sentido dessa frase - "vindo do passado" - é o que está em jogo. Por vezes, há coisas totalmente novas no mundo, o que vale dizer que a "história" se repete e não se repete: depende da estrutura social e do período de cuja história nos ocupamos. [52]

O fato de que este princípio sociológico seja aplicável aos Estados Unidos de hoje, de que a nossa sociedade esteja num período para o qual as explicações históricas sejam menos relevantes do que para muitas outras sociedades e épocas, contribui para explicar, creio eu, várias características importantes da ciência social americana: 1) porque muitos cientistas sociais, preocupados apenas com sociedades ocidentais contemporâneas ou, ainda mais limitadamente, apenas com os Estados Unidos, consideram o estudo histórico irrelevantes para seu trabalho; 2) porque alguns historiadores falam hoje, de forma bastante desordenada, ao que me parece, sobre a História Científica, e procuram, em seu trabalho, usar técnicas altamente formalistas, e até mesmo explicitamente não-históricas; 3) porque outros historiadores dão-nos, com frequência, a impressão, especialmente nos suplementos dominicais, que a história é, realmente, uma trapaça, uma fabricação de mitos sobre o passado para usos ideológicos atuais, tanto liberais como conservadores. O passado

---

[52] Assinalo um raciocínio de apoio numa excelente exposição sobre os tipos de história do trabalho, por exemplo, em Walter Galenson: "... a renda proporcionada pelo cultivo de terras velhas tende a ser pequena na ausência de novos materiais importantes... ... Mas esta não é a única justificação para concentrar-se em acontecimentos mais recentes. O movimento trabalhista contemporâneo difere não só quantitativamente, mas também qualitativamente. de há trinta anos. Antes da década· de 1930, tinha o caráter sectário; suas decisões não eram um fator econômico importante, e ele se preocupava mais com os limitados problemas internos do que com a política nacional." (Walter Galenson, "Reflections on the Writing of Labor History", Industrial and Labor Relations Review, outu1;lro de 1957). Em relação à Antropologia, naturalmente, o debate entre explicação· "funcional" e "histórica" há muito vem ocorrendo. Os an1lropólogos necessitam, com frequência, ser funcionais, porque não podem descobrir nada sobre a história das "culturas" que examinam. Realmente, devem tentar explicar o presente pelo presente, através das inter-relações das várias características contemporâneas de uma sociedade. Para um exame do assunto, ver Ernest Gellner, "Time and History in Social Anthropology", Mind, abril de 1958.

dos Estados Unidos é, na verdade, uma fonte maravilhosa de imagens felizes; e - se estou certo em relação à irrelevância contemporânea de grande parte da história - esse fato mesmo torna ainda mais fácil tal uso ideológico da história.

A relevância do trabalho histórico para as tarefas e a promessa da ciência social não é, decerto, limitada às "explicações históricas" desse "tipo americano" de estrutura social. Além disso, esta noção da relevância variável da explicação histórica é, em si, uma ideia histórica, que deve ser debatida e provada em terreno histórico. Até mesmo para esse tipo de sociedade contemporânea, a irrelevância da história pode, com facilidade, ser levada demasiado longe. Somente pelos estudos comparados podemos ter consciência da ausência de certas fases históricas de uma sociedade, que com frequência é essencial para a compreensão de sua forma contemporânea. A ausência de uma Era Feudal é condição essencial de muitas características da sociedade americana, entre as quais o caráter de sua elite e sua extrema flexibilidade de status, que tem sido confundida com falta de estrutura de classe e "falta de consciência de classe". Os cientistas sociais podem - na verdade, muitos tentam - afastar-se da história por meio de uma indevida formalidade do Conceito e técnica. Mas essas tentativas exigem-lhes suposições sobre a natureza da história e da sociedade que não são proveitosas nem exatas. Esse abandono da história torna impossível - e escolho com cuidado a palavra - compreender precisamente as características mais contemporâneas dessa sociedade, que é uma estrutura histórica que só podemos compreender guiados pelo princípio do especifismo histórico.

4.

Os problemas da Psicologia Social e Histórica são de muitas formas, os mais intrigantes que podemos estudar hoje. E nessa área que as principais tradições intelectuais de nossa época, na verdade da civilização ocidental, chegam a uma confluência emocionante. E nesta área que "a natureza da natureza humana" - a imagem genérica do homem, herdada pelo Iluminismo -- foi, em nossos dias, posta em discussão pelo aparecimento de governos totalitários, pelo relativismo

etnográfico, pela descoberta do grande potencial de irracionalidade do homem e pela rapidez com que ele pode ser transformado historicamente.

Chegamos a ver que as biografias dos homens e mulheres, dos tipos de indivíduos em que variadamente se transformam, não podem ser compreendidas sem referência às estruturas históricas nas quais o ambiente de sua vida diária está organizado. As transformações históricas encerram sentidos não só para os modos de vida individuais, mas para o caráter mesmo - e os limites e possibilidades do ser humano. Como unidade do processo histórico, o Estado-nação dinâmico é também a unidade dentro da qual a variedade dos homens é selecionada e formada, libertada e reprimida - é a unidade de formação do homem. É uma das razões pelas quais as lutas entre nações e blocos de nações são também lutas sobre os tipos de seres humanos que acabarão predominando no Oriente Médio, na índia, na China, nos Estados Unidos; é por isso que a cultura e a política estão hoje em relação tão íntima, e é por isso que há tamanha procura e necessidade de imaginação sociológica. Pois não podemos compreender adequadamente o "homem" como uma criatura biológica isolada, como um feixe de reflexos ou um conjunto de instintos, como um "campo inteligível"' ou um sistema em e de si mesmo. O que quer que seja o homem é um agente social e histórico que deve ser compreendido, se for compreendido, em íntima e complexa correlação com as estruturas social e histórica.

Não há, decerto, nenhuma argumentação conclusiva sobre as relações entre "Psicologia" e "Ciências Sociais". A maioria dos argumentos constituíram tentativas formais de integrar uma variedade de ideias sobre o "indivíduo" e o "grupo". Sem dúvida, são todos úteis, de certa forma, para alguém. Felizmente, em nossa tentativa de formular aqui o alcance da ciência social, não teremos de procupar-nos com eles. Como quer que os psicólogos definam seu campo de trabalho, o economista, o sociólogo, o cientista político, o antropólogo, e o historiador, em seus estudos da sociedade humana, devem formular suposições sobre a "natureza humana". Tais suposições se enquadram habitualmente na disciplina intermediária da "Psicologia Social".

O interesse nessa área aumentou porque a Psicologia, como a História, é tão fundamental para o trabalho das Ciên-

cias Sociais que quando os psicólogos não se ocuparam dos problemas em jogo, os cientistas sociais se tornaram seus próprios psicólogos. Os economistas há muito os cientistas sociais mais formalizados, têm consciência de que o velho "homem econômico", hedonista e calculista, já não pode ser tomado como a base psicológica de um estudo adequado das instituições econômicas. Dentro da Antropologia, cresceu um forte interesse na "personalidade e cultura"; dentro da Sociologia, bem como da Psicologia, a "Psicologia Social" é hoje um movimentado campo de estudo.

Em reação a essa evolução intelectual, certos psicólogos tomaram uma variedade do trabalho na "Psicologia Social", enquanto outros procuravam de várias formas, redefinir a Psicologia de forma a conservar um campo de estudos à parte dos fatores obviamente sociais, e outros ainda limitaram suas atividades ao trabalho da Psicologia humana. Não desejo examinar, aqui, as especialidades acadêmicas dentro da Psicologia - campo hoje tão dividido - e muito menos julgá-las.

Há um estilo de reflexão psicológica que não vem sendo tomado, explicitamente, pelos psicólogos, ' mas que, não obstante, tem exercido influência sobre eles - bem como sobre toda a nossa vida intelectual. Na Psicanálise, e especialmente no trabalho do próprio Freud, o problema da natureza humana é formulado em seus termos mais amplos. Durante a última geração, dois passos foram dados à frente pelos psicanalistas menos rígidos e os por eles influenciados:

Primeiro, a fisiologia do organismo individual foi transcendida, e começou o estudo dos pequenos círculos de família nos quais ocorrem melodramas tão terríveis. Podemos dizer que Freud descobriu de um ponto de vista inesperado - o médico - a análise do indivíduo em sua família sanguínea. É claro que a "influência" da família sobre o homem havia sido percebida; o novo era que, como instituição social, ela se tornou, na opinião de Freud, intrínseca para o caráter íntimo e o destino vital do indivíduo.

Segundo, o elemento social nas lentes da Psicanálise ampliou-se muito, especialmente pelo que podemos chamar de trabalho sociológico no superego. Na América, à tradição psicanalítica juntou-se uma outra, de fontes totalmente dife-

rentes, que floresceu inicialmente no behaviorismo de George H. Mead. Mas ocorreu, em seguida, uma limitação, ou uma hesitação. O ambiente pequena-escala das "relações interpessoais" é hoje claramente visto; o contexto mais amplo, no qual essas relações mesmas, e, portanto, o próprio individuo, estão situados, não o é. Há, decerto, exceções, notadamente Erich Fromm, que relacionou as instituições econômicas e religiosas, estabeleceu-lhes os sentidos para os tipos de indivíduos. U ma razão da hesitação geral é o papel social limitado do analista: seu trabalho e sua perspectiva estão, profissionalmente, ligados ao paciente individual; os problemas dos quais ele pode adquirir rápida consciência, sob as condições especializadas de sua clínica, são limitados. Infelizmente, a Psicanálise não se tornou parte firme e integral da pesquisa acadêmica. [53]

O passo à frente seguinte, nos estudos psicanalíticos, é estender a outras áreas o que Freud começou a fazer, de forma tão magnífica, para as instituições de parentesco de determinado tipo. O necessário é a ideia de estrutura social com a composição de ordens institucionais, cada uma das quais devemos estudar psicologicamente, como Freud estudou certas instituições de parentesco. Na Psiquiatria - a terapia prática das relações "interpessoais" - já começamos a levantar perguntas sobre um ponto central perturbado: a tendência de relacionar os valores e normas com as supostas necessidades dos indivíduos per se. Mas se a natureza mesma do indivíduo não puder ser compreendida sem íntima referência à realidade social, devemos então analisá-la nessa referência. Tal análise inclui não só a localização do indivíduo, como entidade biográfica, dentro dos vários ambientes interpessoais - mas a localização também desses ambientes dentro das estruturas sociais que eles formam.

———

[53] Outra razão destacada para a tendência de glorificar as "relações interpessoais" é a qualidade e as limitações da palavra "cultura", em termos da qual grande parte do que é social na essência profunda· do homem é reconhecido e afirmado. Em contraste com a estrutura social, o conceito "cultura" é uma das palavras mais flexíveis da ciência social, embora, talvez por sua razão, nas mãos de um perito, seja enormemente útil. Na prática, a concepção de "cultura" é, com frequência, mais uma referência frouxa ao meio social acrescido da "tradição" do que uma ideia adequada da estrutura social.

5.

À base da evolução 'da Psicanálise, bem como da Psicologia Social como um todo, é hoje possível resumir as preocupações psicológicas das Ciências Sociais. Relaciono aqui, no mais simples dos sumários, apenas as proposições que considero como as ideias mais proveitosas, ou pelo menos como suposições legítimas da parte do cientista social prático. [54]

A vida do individuo não pode ser compreendida adequadamente sem referencia as instituições dentro das quais sua biografia se desenrola. Pois esta biografia registra a aquisição, abandono, modificação e, de forma muito íntima, a passagem de um papel para outro. Os papéis variam: o da criança de certa família, o de companheiro de jogos num certo grupo de crianças, o estudante, o trabalhador, o capataz, o general, a mãe. Grande parte da vida humana consiste em desempenhar tais papéis dentro de instituições específicas. Para compreender a biografia de um indivíduo, devemos compreender a significação e o sentido dos papéis que desempenhou e desempenha; para compreendê-los, devemos compreender as instituições de que são parte.

Mas a visão do homem como uma criatura social nos permite ir muito mais fundo do que a simples biografia externa, como sequencia de papéis sociais. Essa opinião exige de nós compreensão das características mais internas e "psicológicas" do homem: em particular, de sua auto-imagem e de sua consciência e, na verdade, do crescimento mesmo de sua mente. Bem pode ser que a mais radical descoberta dentro da Psicologia e ciência social recente seja a de que· tantas das características mais Íntimas da pessoa são socialmente determinadas e até mesmo implantadas. Dentro dos amplos limites do aparelho glandular e nervoso, as emoções de medo e ódio, e amor e ira, em todas as suas variedades, devem ser compreendidas sem Íntima e permanente referência à biografia social e ao contexto social no qual são experimentadas e expressas. Dentro dos amplos limites da Psico-

---

[54] Para exame mais detalhado do ponto aqui expresso, ver Gerth e Mills, Character and Social Structure, N. York, 1953.

logia, dos órgãos sensorias, nossa percepção mesma do mundo físico, as cores que percebemos, os odores de que temos consciência, os ruídos que ouvimos, são socialmente configurados e socialmente circunscritos. As motivações dos homens, e mesmo as proporções variáveis nas quais os vários tipos de homens estão tipicamente conscientes delas, devem ser compreendidas em termos dos vocabulários de motivo que predominam numa sociedade e de modificações sociais e confusões entre esses vocabulários.

A biografia e o caráter do indivíduo não podem ser compreendidos apenas em termos do ambiente, e sem dúvida não podem ser compreendidos totalmente em termos d primeiros ambientes - os da criança nova e do menino. A compreensão adequada exige que apreendamos a inter-relação desses cenários íntimos com sua moldura institucional mais ampla, e que levemos em conta as transformações dessa moldura, e os efeitos consequentes sobre o ambiente. Quando compreendemos as estruturas sociais e as modificações estruturais que influem sobre os cenários e as experiências mais íntimas, podemos compreender as causas da conduta e sentimentos individuais, dos quais os homens, nos ambientes específicos, têm consciência. A prova de uma concepção adequada de qualquer tipo de homem não pode basear-se no que os indivíduos desse tipo julgam estar agradàvelmente de acordo com suas auto-imagens. Como vivem em ambientes restritos, os homens não conhecem, e não podem conhecer todas as causas de sua condição e os limites de seu egoísmo. Os grupos de homens que têm opiniões realmente adequadas de si mesmos, e de suas posições sociais, são realmente raros. Supor o contrário, como se faz com frequência em virtude mesmo dos métodos usados por alguns cientistas sociais, é supor um grau de autoconsciência racional e auto conhecimento que nem mesmo os psicólogos do século XVIII aceitariam. A ideia do "Homem Puritano" de Max Weber, de seus motivos e de sua função dentro das instituições religiosas e econômicas, nos permite compreendê-lo melhor do que ele se compreendia: o uso que Weber faz da noção de estrutura permitiu-lhe transcender a consciência que o próprio indivíduo tem de si e de seu meio.

A relevância da experiência inicial, "o peso" da infância na psicologia do caráter adulto, é ela mesma, relativa ao tipo de infância e ao tipo de biografia social que predo-

minam nas várias sociedades. E, por exemplo, evidente hoje que o papel do "pai" na formação de uma personalidade deve ser formulado dentro dos limites dos tipos específicos de famílias, e em termos do local que tais famílias ocupam dentro da estrutura social de que são parte.

A ideia de estrutura social não pode ser construída apenas com as ideias ou fatos sobre uma série específica de indivíduos e suas reações aos seus meios. As tentativas de explicar os acontecimentos sociais e históricos à base de teorias psicológicas sobre "o indivíduo" frequentemente se baseiam na suposição de que a sociedade é apenas uma grande quantidade de indivíduos dispersos e que, assim sendo, se conhecermos tudo sobre esses "átomos", podemos de alguma forma, somar a informação e assim conhecer a sociedade. Não é uma suposição frutífera. Na verdade, não podemos mesmo saber o que é mais elementar sobre "o indivíduo", por nenhum estudo psicológico dele, como criatura socialmente isolada. Exceto na construção abstrata de modelos, o que naturalmente pode ser útil, o economista não pode supor o Homem Econômico; nem pode o psiquiatra da vida familiar (e pràticamente todos os psiquiatras são, na verdade, especialistas dessa área social) supor o clássico Homem Edípico. Pois tal como as relações estruturais dos· papéis econômico e político são hoje com frequência decisivas para a compreensão da conduta econômica dos indivíduos, assim o são as grandes modificações sofridas, desde a paternidade vitoriana, pelos papéis dentro da localização da família como uma instituição das sociedades modernas.

O princípio do especifismo histórico aplica-se à Psicologia e às Ciências Sociais. Até mesmo características bastante íntimas da vida interior do homem são melhor formuladas como problemas dentro de contextos históricos específicos. Para compreender que se trata de uma suposição perfeitamente razoável, basta apenas refletir por um momento sobre a ampla variedade de homens e mulheres que se evidencia no curso da história humana. Os psicólogos, bem como os cientistas sociais, deveriam, na verdade, pensar bem antes de concluir qualquer frase cujo sujeito seja o "homem".

A variedade humana é tal que nenhuma Psicologia "elementar", nenhuma teoria dos "instintos", nenhum princípio da "natureza básica" que conheçamos nos permite explicar a enorme variedade humana de tipos e indivíduos. Qualquer

coisa que possa ser afirmada sobre o homem, à parte o que é inerente às realidades sócio-históricas da vida humana, refere-se meramente aos amplos limites biológicos e às potencialidades da espécie humana. Mas dentro desses limites e nascendo dessas potencialidades, temos à frente um panorama de tipos humanos. Procurar explicá-lo em termos de uma teoria da "natureza humana básica" é limitar a própria história humana a uma pequena gaiola árida de Conceitos sobre a "natureza humana" - quase sempre não construída de trivialidades precisas e irrelevantes sobre o camundongo no labirinto.

Barzun e Graff observaram que "o título do famoso livro do Dr. Kinsey, Sexual Behavior in the Human Male, é um exemplo notável de uma suposição oculta - e, neste caso, falsa: o livro não é sobre o macho na espécie humana, mas sobre os homens nos Estados Unidos, em meados do século XX... ... A ideia mesma da natureza humana é uma suposição de ciência social, e dizer que forma o objeto de suas informações é fugir à questão fundamental. Pode não haver ali nada a não ser a' cultura humana, uma questão altamente mutável".[55]

A ideia de uma "natureza humana" comum ao homem como homem é uma violação do especifismo social e histórico que o trabalho cuidadoso sobre os estudos humanos exige; é, no mínimo, uma abstração que os estu8iosos sociais não adquiriram o direito de fazer. Sem dúvida, podemos ocasionalmente lembrar que na verdade não conhecemos muito sobre o homem, e que todo o conhecimento que tenhamos não elimina totalmente o elemento de mistério que cerca sua variedade, tal como revelada pela história e biografia. Por vezes, desejamos chafurdar nesse mistério, sentir que somos, no final das contas, parte dele, e que talvez devemos mergulhar nele. Mas sendo homens do Ocidente, estudaremos também, inevitàvelmente, a variedade humana, que para nós significa remover o mistério da visão que dela temos. Com isso, não esqueçamos o que estamos estudando e como conhecemos pouco o homem, a história, a biografia e as sociedades das quais Somos ao mesmo tempo criaturas e criadores.

_____

[55] Barzun e Graff, The Modern Researcher, N. York, 1957, pp. 222-3.

CAPÍTULO 9

Da Razão e Liberdade

O AUGE da preocupação do cientista social com a história é a ideia que chega a ter da época em que vive. O auge de sua preocupação com a biografia é a ideia que chega a ter da natureza básica do homem, e dos limites que ela pode impor à sua transformação pelo curso da história.

Todos os cientistas sociais clássicos se preocuparam com as características salientes de sua época - e o problema de como a história está sendo feita dentro dessa época; com "a natureza da natureza humana" - e a variedade de indivíduos que chegam a predominar dentro de seus períodos. Marx, Sombart e Weber, Comte e Spencer, Durkheim e Veblen, Mannheim, Schumpeter e Michel - cada qual ao seu modo enfrentaram esses problemas. Em nossa época imediata, porém, muitos cientistas sociais não fizeram o mesmo. Não obstante é precisamente hoje, na segunda metade do século XX, que essas preocupações se tornam questões prementes, persistentes como preocupações, e vitais para a orientação cultural dos estudos humanos.

1.

Hoje em dia os homens buscam, em toda parte, saber onde estão, para onde vão, e o que - se houver alguma coisa - podem fazer sobre o presente como história e o futuro como responsabilidade. Tais questões não podem ser respondidas de uma vez por todas. Cada período proporciona

suas próprias respostas. Mas agora, para nós, há uma dificuldade. Estamos no término de uma época, e temos de encontrar nossas próprias respostas.

Estamos no fim do que se chama Idade Moderna. Tal como a Antiguidade foi seguida de vários séculos de ascendência oriental, que os ocidentais provincianamente chamam de período de trevas*, assim a Idade Moderna está sendo seguida de um período pós-moderno, ao qual talvez possamos dar o nome de Quarta Época.

O fim de uma época e o começo de outra é, na verdade, uma questão de definição. Mas as definições, como tudo que é social, são historicamente específicas. E nossas definições básicas da sociedade e do eu estão sendo superadas pelas realidades novas. Não quero dizer apenas que jamais, antes, dentro dos limites de uma única geração, o homem esteve de tal modo exposto a um ritmo tão rápido de transformações calamitosas. Não quero dizer apenas que sentimos estar numa época de transição fundamental, e que- lutamos para apreender o delineamento da nova época em que supomos estar ingressando. Quero dizer que quando tentamos orientar-nos - se tentamos - verificamos que um número excessivo de nossas expectativas e imagens antigas está, no final das contas, atado historicamente: que um número demasiado grande de categorias-padrões de pensamento e sentimento nos ajudam ou desorientam, com a mesma frequência, na explicação do que está ocorrendo à nossa volta; que um número demasiado de nossas explicações vem da grande transição histórica da Era Medieval para a Era Moderna, e que quando são generalizadas para uso, hoje, tornam-se pesadas, irrelevantes, inconvenientes. Também quero dizer que nossas orientações principais - liberalismo e socialismo - se decompuseram virtualmente como explicações adequadas do mundo e de nós mesmos.

Essas duas ideologias vieram do Iluminismo, e tiveram em comum muitas suposições e valores. Em ambas a: maior racionalidade é considerada como a principal condição da maior liberdade. A noção liberadora do progresso pela razão, a fé na ciência como um bem puro, a busca de educação po-

———

*Ou seja, a Idade Média, que em inglês se chama Dark Ages (Idade das Trevas). (N. do T.)

pular e a fé no seu sentido político para a democracia todos esses ideais do Iluminismo basearam-se sobre a suposição feliz da relação inerente da razão e liberdade. Os pensadores que fizeram mais para modelar nossas formas de pensamento agiram com essa suposição. Ela está sob todo movimento e nuança da obra de Freud: para ser livre, o indivíduo deve tornar-se mais racionalmente consciente; a terapia é uma ajuda para dar à razão sua oportunidade de funcionar livremente no curso da vida do indivíduo. A mesma suposição sublinha a linha principal do marxismo: os homens, colhidos na anarquia irracional da produção, devem tomar-se racionalmente conscientes de sua posição na sociedade; devem tornar-se "conscientes de classe" - cujo sentido marxista é tão racionalista quanto qualquer termo exposto por Bentham.

O liberalismo se tem preocupado com. a liberdade e razão como realidades supremas do indivíduo; o marxismo, como realidades supremas sobre o papel do homem no processo histórico. Os liberais e radicais do Período Moderno têm sido, geralmente, homens que acreditaram no processo de criação racional da história e de sua própria biografia, pelo indivíduo livre.

Mas o que vem ocorrendo no mundo deixa claro, acredito, porque as ideias de liberdade e razão com frequência parecem ambíguas tanto na nova sociedade capitalista como na sociedade comunista de nossa época; porque o marxismo tornou-se com frequência uma retórica cansativa de defesa e abuso burocráticos. E o liberalismo, uma forma trivial e irrelevante de mascarar a realidade social. O principal fato de nossa época acredita, não podem ser corretamente compreendidos em termos da interpretação liberal nem da interpretação marxista da política e cultura. Essas formas de pensamento surgiram como linhas mestras para a reflexão sobre sociedades que não existem hoje. John Stuart Mill jamais examinou os tipos de Economia Política que surgiram no mundo capitalista. Karl Marx jamais analisou os tipos de sociedades que surgem agora no bloco comunista. E nenhum deles jamais pensou nos problemas dos chamados países subdesenvolvidos, nos quais sete em cada dez homens estão tentando viver, hoje. Enfrentamos agora novas formas de estrutura social que, em termos dos "ideais" modernos, resistem à análise nos termos liberais e socialistas que herdamos.

A marca ideológica da Quarta Época - e que a distingue da Idade Moderna - é se terem as ideias de liberdade e razão tornado discutíveis, não podendo a maior racionalidade ser considerada como um elemento em favor da maior liberdade.

2.

O papel da razão nas questões humanas e a ideia do indivíduo livre como o centro da razão são os temas mais importantes que os cientistas sociais do século XX herdaram dos filósofos do Iluminismo. Para que permaneçam como os valôres-chaves, nos termos dos quais as perturbações são especificadas e as questões focalizadas, então os ideais da razão e liberdade devem ser reformulados como problemas de modos mais preciosos e solúveis do que os existentes ao alcance dos pensadores e investigadores mais antigos. Pois em nossa época, esses dois valores, razão e liberdade, estão em perigo, que embora evidente é, mesmo assim, sutil.

As tendências subjacentes são bem conhecidas. Organizações grandes e racionais - em suma, burocracias - aumentaram, realmente, mas a razão substantiva do indivíduo como tal não aumentou. Presos aos ambientes limitados de suas vidas diárias, os homens comuns com frequência não podem raciocinar sobre as grandes estruturas - racionais ou irracionais - de que seu ambiente é parte subordinada. Assim, frequentemente realizam uma série de atos aparentemente racionais sem qualquer ideia dos fins a que servem, e há a crescente suspeita de que os do alto também - como os generais de Tolstói - apenas fingem saber. O crescimento dessas organizações, dentro de uma crescente divisão do trabalho, cria mais e mais esferas de vida, trabalho e ócio nas quais o raciocínio é difícil ou impossível. O soldado, por exemplo, "realiza sequencias inteiras de atos funcionalmente racionais sem ter precisamente qualquer ideia da finalidade de sua ação" ou da função de cada ato dentro do todo.[56] Até mesmo homens· de inteligência tecnicamente suprema podem, eficientemente, executar o trabalho que lhes é deter-

_____

[36] Cf. Karl Mannheim, Homem e Sociedade. [Publicado por esta editora, nesta mesma coleção.]

minado, e não obstante não saber que ele resultará na primeira bomba atômica.

A ciência, no final de contas, não é um Segundo Advento tecnológico. O fato de que suas técnicas e sua racionalidade tenham um lugar central numa sociedade não significa que os homens vivam razoàvelmente e sem mito, fraude ou superstição. A educação universal pode levar ao idiotismo tecnológico, e ao provincialismo nacionalista, ao invés de promover a inteligência informada e independente. A distribuição em massa da cultura histórica pode não elevar o nível da sensibilidade cultural, mas simplesmente banalizá-la- e competir poderosamente com a oportunidade e inovação criadora. Um alto nível de racionalidade burocrática e de tecnologia não significa um alto nível de inteligência individual ou social. Da primeira não é possível deduzir a segunda. Pois a racionalidade social, tecnológica ou, burocrática não é meramente uma soma geral da vontade individual e da capacidade de raciocinar. A possibilidade mesma de adquirir tal vontade e tal capacidade parecem, na verdade, reduzir-se com ela. As disposições sociais racionalmente organizadas não são necessàriamente, um meio de maior liberdade - para o indivíduo ou para a sociedade. Na verdade, são meios de tirania e manipulação, meios de expropriar a possibilidade mesma da razão, a capacidade mesma de agir como homem livre.

Somente de algumas posições de comando ou - conforme o caso - meros pontos de observação, é possível compreender ràpidamente, na estrutura racionalizada, as forcas estruturais que funcionam no todo, e assim afetam cada parte limitada do que os homens comuns têm consciência.

As forças que condicionam esses ambientes não se originam dentro deles, nem são controláveis pelos que neles estão imersos. Além do mais, esses ambientes são em si mesmos cada vez mais racionalizados. As famílias, bem como as fábricas, o ócio, bem como o trabalho, as vizinhanças, bem como os Estados - também eles tendem a tornar-se parte de uma totalidade funcionalmente racional - ou estão sujeitos a forças incontroladas e irracionais.

A crescente racionalização da sociedade, a contradição entre essa racionalidade e a razão, o colapso da suposta coincidência da razão e liberdade - esses fatos estão por trás

da ascensão, à evidência, do homem dotado de racionalidade, mas sem razão, e cada vez mais auto-racionalizado e também cada vez mais constrangido. É em termos desse tipo de homem que o problema contemporâneo da liberdade se formula melhor. Não obstante, essas tendências e suspeitas quase sempre não são formuladas como problemas, nem são amplamente reconhecidas Como questões, nem sentidas como um grupo de preocupações. Na verdade, é o seu caráter não-reconhecido, sua falta de formulação, que constitui a característica mais importante do problema contemporâneo da liberdade e razão.

3.

Do ponto de vista individual, muito do que ocorre parece ser o resultado da manipulação, da administração, do acaso cego; a autoridade não é, com frequência, explícita; os que têm poder não sentem necessidade de torná-lo explícito e justificá-lo. É essa uma das razões pelas quais o homem comum, quando está com uma preocupação ou quando sente que enfrenta grandes questões, não pode conseguir alvos claros para o pensamento e ação; não pode determinar o que põe em risco os valores que vagamente discerne como seus.

Dados esses efeitos da ascendente tendência da racionalização, o indivíduo faz "o melhor que pode". Entrosa suas aspirações e seu trabalho com a situação em que está, e da qual não pode encontrar saída. No devido tempo, não procura saída: adapta-se. Aquela parte de sua vida que sobra do trabalho, ele a usa para jogar, para consumir, para "distrair-se". Não obstante, essa esfera de consumo também está sendo racionalizada. Alienado da produção, do trabalho, também está alienado do consumo, do ócio autêntico. Essa adaptação do indivíduo e seus efeitos sobre seu ambiente e o eu resultam não apenas na perda de sua possibilidade e, com o tempo, de sua capacidade e vontade de raciocinar: também lhe afetam as possibilidades e sua capacidade de agir como homem livre. Na verdade, nem o valor da liberdade nem o da razão, ao que parece lhe são conhecidos.

Esses homens adaptados não são necessàriamente destituídos de inteligência, mesmo depois de terem vivido, trabalhado e agido nessas circunstâncias, durante algum tempo. Karl

Mannheim deixou claro esse aspecto, falando da "auto-racionalização" que se refere à forma pela qual o indivíduo, colhido nos segmentos limitados das grandes organizações racionais, passa a regular sistemàticamente seus impulsos e suas aspirações, seu modo de vida e de pensamento, em rigorosa concordância com "as regras e regulamentos da organização". A organização racional é, assim, alienadora: os princípios orientadores da conduta e da reflexão, e com o tempo também da emoção, não estão centralizados na consciência individual do homem da Reforma, ou na razão independente do homem cartesiano. Os princípios orientadores são, na verdade, alheios e em contradição a tudo o que se tem compreendido historicamente como individualidade. Não será demais dizer que no desenvolvimento extremo, a possibilidade de razão que tem a maioria dos homens é destruída, à medida que a racionalidade aumenta e sua localização, seu controle, passa do indivíduo para a organização em grande' escala. Há, então, racionalidade sem razão. Essa racionalidade não está de acordo com a liberdade, sendo, antes, a sua destruidora.

Não é de espantar que a individualidade ideal se tenha tornado discutível: em nossa época, o que está em jogo é a natureza mesma do homem, a imagem que temos de seus limites e possibilidades como homem. A. história não concluiu ainda sua exploração dos limites e sentidos da "natureza humana". Não conhecemos a profundidade que pode ter a transformação psicológica do homem, da Idade Moderna até a época contemporânea. Mas devemos indagar, numa forma final: entre os homens contemporâneos, chegará a predominar, ou até mesmo a florescer, o que podemos chamar de Robô Alegre?

Sabemos, decerto, que o homem pode ser transformado num robô, por meios químicos e psiquiátricos, pela coação permanente e pelo controle do ambiente. Mas também pelas pressões ocasionais e pelas sequencias de circunstâncias não-planificadas. Mas poderá ser levado a querer transformar-se num robô alegre e voluntário? Poderá ser feliz nessa condição, e quais são as qualidades e os sentidos dessa felicidade? Já não basta supor apenas, como uma metafísica da natureza humana, que nas profundezas do homem-como-homem há uma necessidade de liberdade e uma vontade de razão. Devemos indagar: o que, na natureza do homem, o que, na condição humana de hoje, o que em cada uma das

variedades da estrutura social, nos leva a acreditar na ascendência do robô alegre? E o que se contrapõe ao seu aparecimento?

O advento do homem alienado, e todos os temas que estilo por trás desse advento, afeta agora a. totalidade de nossa vida intelectual séria e provocam nosso mal-estar intelectual imediato. E um dos grandes temas da condição humana na época contemporânea, e de todos os estudos dignos do nome. Não conheço ideia, tema ou problema que seja tão profundo na tradição clássica - e tão envolvido na possível omissão da ciência social contemporânea.

Foi o que Karl Marx discerniu, tão brilhantemente, em seus primeiros ensaios sobre a alienação; é a principal preocupação de Georg Simmel em seu justamente famoso ensaio sobre "A Metrópole"; Graham Wallas tinha consciência dele em seu trabalho sobre a Grande Sociedade. Está na concepção de Fromm sobre o "autômato". O medo que esse tipo de homem se torne ascendente está presente em muitos dos usos recentes de concepções sociológicas clássicas como "status e contrato", "comunidade e sociedade". E o sentido essencial de noções como a "preocupação com os outros" de Riesman e a "ética social" de Whyte. E decerto, mais popularmente, o triunfo - se assim podemos chamá-lo - de tal homem é o sentido fundamental do 1984 de George.Orwell.

No lado positivo - um lado bastante interessado, hoje em dia - os sentidos mais amplos do "id" de Freud, o "Freiheit" de Marx, o "Eu" de George Mead, a "espontaneidade" de Karen Horney, estão no uso dessas concepções contra triunfo do homem alienado. Tais sentidos procuram encontrar algum centro no homem-como-homem que lhes permita acreditar que, no fim, ele não pode ser transformado numa criatura alheia, que não pode tornar-se finalmente essa criatura - alheia à natureza, à sociedade, ao eu. O grito de "comunidade" é uma tentativa, errônea ao que me parece, de afirmar as condições que eliminariam a probabilidade desse homem, e porque chegaram a acreditar que os psiquiatras, peja sua prática, produzem esses homens alienados e auto-racionalizados, muitos pensadores humanistas rejeitam tais tentativas de adaptação. Atrás de tudo isso - e de muitas outras preocupações e pensamentos tradicionais e correntes,

entre os estudiosos sensíveis e sensatos que se ocupam do homem - está o fato simples e decisivo de que o homem alienado é a antítese da imagem ocidental do homem livre. A sociedade na qual esse homem, esse robô alegre,floresce, é a antítese da sociedade livre - ou, no sentido direto e literal da palavra, de uma sociedade democrática. O advento desse homem nos leva a considerar a liberdade como uma preocupação, como uma questão e - esperemos - um problema para os cientistas sociais. Como uma preocupação do' indivíduo - e de cujos termos e valores têm uma consciência difícil - é conhecida como "alienação". Como uma questão de públicos - de termos e valores aos quais eles se mostram em sua maior parte indiferentes - é nada menos do que a questão da sociedade democrática, como realidade e como aspiração.

E exatamente porque essa questão e essa preocupação não são hoje amplamente reconhecidas, e por isso não existem, de fato, como preocupações e questões explícitas, que o constrangimento e a indiferença de que são indícios têm tal profundidade e amplitude de sentido e efeito. E essa uma das principais partes do problema da liberdade, hoje, visto em seu contexto político, e um dos principais aspectos da transformação intelectual que a formulação do problema da liberdade proporciona aos cientistas sociais contemporâneos.

Não é apenas paradoxal dizer que os valores da liberdade e razão estão por trás da ausência de perturbações, do sentimento constrangido de mal-estar e alienação. De forma semelhante, a questão a que as modernas ameaças à liberdade e razão levam mais tipicamente é, acima ele tudo, a ausência de formulações explícitas - à apatia, ao invés dos problemas explicitamente definidos como tal.

As questões e perturbações não foram esclarecidas porque as principais qualidades e capacidade do homem, necessárias para esclarecê-las, são a própria liberdade e razão que estão ameaçadas e em processo de redução. N em as perturbações nem as questões foram formuladas seriamente como problemas dos tipos de ciência social que critico neste livro, A promessa da ciência social clássica, em grande parte, é que tal formulação ocorrera,

4.

As perturbações e questões provocadas pelas crises da razão e liberdade não podem, naturalmente, ser formuladas como um grande problema, nem podem ser enfrentadas, e muito menos resolvidas, tratando cada um deles microscopicamente, como uma série de questões de pequena escala, ou de perturbações limitadas a uma dispersão de ambientes. São problemas estruturais, e para formulá-los é necessário que trabalhemos nos termos clássicos da biografia humana e na história de épocas. Sàmente nesses termos podem ser traçadas as ligações de estrutura e ambientes estabelecidas por esses valores, e realizada a sua análise causal. A crise da individualidade e a crise do processo de criação da história; o papel da razão na vida individual livre e no processo de criação da história - na reformulação e esclarecimento desses problemas, está na promessa das Ciências Sociais.

A promessa moral e intelectual da ciência social é a de que a liberdade e a razão continuarão como os valores aceitos, e que serão usadas ele forma séria, coerente e com imaginação, na formulação dos problemas. Mas esta é também a promessa política do que se chama, de forma bastante imprecisa, de cultura ocidental. Dentro das Ciências Sociais, as crises políticas e intelectuais de nosso tempo coincidem: o trabalho sério em qualquer esfera é também o trabalho em outra. As tradições políticas do liberalismo clássico e do socialismo clássico, juntas, exaurem nossas principais tradições políticas. O colapso dessas tradições como ideologias esteve ligado ao declínio da individualidade livre e ao declínio da razão nas questões humanas. Qualquer reformulação política contemporânea das metas liberal e socialista deve incluir, como fundamental, a ideia de uma sociedade na qual todos os homens se transformariam em homens de razão substantiva, cujo raciocínio independente teria consequências estruturais para suas sociedades, sua história CO' portanto para suas próprias vidas.

O interesse do cientista social pela estrutura social não se deve a qualquer noção de que o futuro é estruturalmente determinado. Estudamos os limites estruturais da decisão humana numa tentativa de encontrar um ponto de intervenção efetiva, a fim de saber o que pode e deve ser estruturalmente modificado, para que se amplie o papel da decisão

explícita no processo histórico. Nosso interesse na história não se deve a qualquer opinião de que o futuro é inevitável, de que está condicionado pelo passado. O fato de terem os homens vivido em determinados tipos de sociedade no passado não impõe limites exatos ou absolutos aos tipos de sociedade que possam criar no futuro. Estudamos a história' para discernir as alternativas em que a razão e a liberdade humanas podem, hoje, fazer a história. Estudamos as estruturas sociais históricas, em suma, para encontrar nelas as formas pelas quais são e podem ser controladas. Pois 'somente assim conheceremos os limites e o sentido da liberdade humana.

A liberdade não é apenas a oportunidade de fazer o que queremos; nem é apenas a oportunidade de escolher entre alternativas fixas. A liberdade e, em primeiro lugar a possibilidade de reformular as escolhas existentes, discuti-las e então, a oportunidade de escolher. É por isso que a liberdade não pode existir sem um maior papel da razão humana nas questões humanas. Dentro da biografia do indivíduo, e dentro da história de uma sociedade, a tarefa social da razão é formular escolhas, ampliar o alcance das decisões humanas no processo histórico. O futuro das questões humanas não é apenas um conjunto de variáveis a serem previstas. O futuro é o que está por ser decidido - dentro dos limites, sem dúvida, da possibilidade histórica. Mas essa possibilidade não é fixa; em nossa época, os limites parecem realmente muito amplos.

Além disso, o problema da liberdade é o problema de como são tomadas as decisões sobre o futuro das questões humanas, e quem as toma. Organicamente, é o problema de uma maquina justa de decisão. Moralmente, é o problema da responsabilidade política. Intelectualmente, é o problema de quais são hoje as características possíveis das questões humanas. Mas os aspectos mais amplos do problema da liberdade, hoje, relacionam-se não apenas com a natureza da história e a possibilidade estrutural de que as decisões influam no seu curso; relacionam-se também com a natureza do homem e o fato de que o valor da liberdade não se pode basear na "natureza básica do homem". O problema final da liberdade é o do robô alegre, e surge nessa forma, hoje, porque tornou-se evidente que todos os homens não desejam

naturalmente ser livres; que todos os homens não estão dispostos, ou são capazes, conforme o caso, de se empenharem na aquisição da razão que a liberdade exige.

Dentro de que condições os homens desejam ser livres e capazes de agir livremente? Dentro de que condições estão dispostos, e são capazes, de suportar o peso que a liberdade impõe, e vê-los menos como pesos do que como autotransformações empreendidas com satisfação? E no lado negativo: podem os homens ser levados a querer transformar-se em robôs alegres? .

Não devemos, em nossa época, enfrentar a possibilidade de que a mente humana, como realidade social, se possa estar deteriorando qualitativamente e em nível cultural, e não obstante muito não o percebem devido à esmagadora acumulação de recursos técnicos? Não será esse um dos sentidos da racionalidade sem razão? Da alienação humana? Da ausência de qualquer papel livre para a razão nas questões humanas? A acumulação dos recursos técnicos oculta esses sentidos: os que usam tais recursos não os compreendem; seus inventores também não compreendem muito mais. E por isso que não podemos, sem grande ambiguidade, usar a abundância tecnológica como o índice de qualidade humana e progresso cultural.

A formulação de qualquer problema exige que exponhamos os valores em causa e as ameaças que sobre eles pesam. Pois é a ameaça aos valores existentes - como a liberdade e a razão - que constitui a substância moral necessária de todos os problemas significativos da pesquisa social, bem como de todas as questões públicas e perturbações privadas.

Os valores em causa no problema cultural da individualidade estão convenientemente incorporados a tudo o que o ideal do Homem, da Renascença sugere. A ameaça a esse ideal é a ascendência, entre nós, do Robô Alegre.

Os valores compreendidos pelo problema político do processo de criação da história estão incorporados ao ideal prometido do seu processo humano. A ameaça a esse ideal é dupla: de um lado, a influência sobre a história pode sofrer omissão, os homens podem continuar abdicando de sua capacidade consciente de influir nela, e deixar-se levar pela

correnteza. Por outro lado, a história pode realmente ser feita - mas pelos limitados círculos de elite sem responsabilidade efetiva para com os que devem tentar sobreviver às consequências de suas decisões e suas omissões.

Não conheço as respostas à questão da irresponsabilidade política em nossa época, ou à questão cultural e política do Robô Alegre. Mas não está claro que não se encontrará nenhuma resposta enquanto os problemas não sejam pelo menos enfrentados? Não é evidente, que as pessoas que os enfrentem, acima de todas as outras, são os cientistas sociais das sociedades ricas? Que muitos deles não o façam agora é, sem dúvida, a maior omissão humana cometida por homens privilegiados em nossa época.

CAPÍTULO 10

Da Política

NÃo há nenhuma necessidade, para os cientistas sociais, de permitirem que o sentido político de seu trabalho seja modelado pelos "acidentes" do cenário, ou que seu uso seja determinado pelos objetivos de outros homens. Está perfeitamente dentro de seus poderes discutir-lhe os sentidos e decidir quais as suas utilizações, como questão afeta à sua própria política. Em proporções consideráveis e ainda não comprovadas, eles podem influenciar, ou mesmo determinar, essas políticas. Tal determinação exige julgamentos explícitos bem como decisões sobre teoria, método e fato. Como questão de política, são a matéria adequada ao estudioso individual e à fraternidade dos intelectuais. Não será, porém, evidente que os julgamentos morais e políticos implícitos têm maior influência do que as discussões explícitas da política pessoal e profissional? Somente tornando essa influência uma debatida questão de política podem Os homens adquirir plena consciência dela, e com isso procurar controlar-lhe os efeitos sobre o trabalho da ciência social e sobre seu sentido político.

Não há nenhuma forma pela qual qualquer cientista social possa evitar a escolha de valores e considerá-los implícitos ao seu trabalho como um todo. Os problemas, como as questões e as preocupações, relacionam-se com as ameaças aos valores aceitos sem cujo reconhecimento não pode ser formulado claramente. A pesquisa e os cientistas sociais são cada vez mais usados para finalidades burocráticas e ideo-

lógicas. Sendo assim, como indivíduos e profissionais, os estudiosos do homem e da sociedade enfrentam questões· como a consciência dos usos e valores de seu trabalho, de estarem eles sujeitos ao seu próprio controle, de desejarem ou não controlá-los. A forma pela qual solucionam estas questões, ou deixam de respondê-las, determina sua solução para a questão final de se, em seu trabalho como cientistas sociais, são a) moralmente autônomos, b) sujeitos à moralidade dos outros homens, ou c) moralmente ao sabor da corrente. Os chavões com que esses problemas têm sido tratados e quase sempre, tenho certeza, com boas intenções - já não bastam. Os cientistas sociais devem realmente enfrentar essas questões fatídicas. Neste capítulo, vou sugerir alguns pontos que me parece necessário considerar para respondê-las, e· também expor as soluções que passei a considerar, nos últimos anos, como razoáveis.

1.

O cientista social não enfrenta; em sua atividade, a necessidade súbita de escolher valores. Seu trabalho já se faz à base de certos valores, escolhidos entre os que foram criados pela sociedade ocidental Fora dela, a ciência social é um produto importado. E certo que alguns cientistas sociais falam como se os valores selecionados "transcendessem" a sociedade ocidental, ou qualquer outra; falam, ainda, de seus padrões como se fossem. "imanentes" a alguma sociedade existente, como um potencial não-realizado. Mas sem dúvida todos concordarão que os valores inerentes às tradições da ciência social não são transcendentes nem imanentes. São simplesmente valores proclamados por muitos e dentro de limites praticados em pequenos círculos. O que o homem chama de julgamento moral é apenas seu desejo de generalizar, e com isso colocar ao alcance dos outros, os valores que escolheu.

Três ideias políticas predominantes parecem-me inerentes às tradições da ciência social, e certamente fazem parte de sua promessa intelectual. A primeira é, simplesmente, o valor da verdade, da realidade. A própria ciência social, ao determinar os fatos, adquire um sentido político. Num mundo de absurdos amplamente transmitidos, qualquer afirmação de fato é de significação política e moral: Todos os cientistas.

sociais, pelo fato de existirem, estão envolvidos na luta entre o esclarecimento e o obscurantismo. Num mundo como o nosso, praticar a ciência social é, em primeiro lugar, praticar a política da verdade.

Mas a política da verdade não é uma formulação adequada dos valores que guiam a nossa empresa. A verdade de nossas descobertas, a exatidão de nossas investigações _ quando vistas em seu cenário social - podem ser ou não relevantes para as questões humanas. Se o são, e como o são, é em si um segundo valor, que em suma é o valor do papel da razão nas questões humanas. Juntamente com isso temos um terceiro valor - a liberdade humana, com toda a ambiguidade de seu sentido. Tanto liberdade como razão, já declarei, são centrais para a civilização do mundo ocidental; ambas são prontamente proclamadas como ideais. Mas em qualquer aplicação, como critérios e objetivos, levam a muito desacordo. É por isso que uma de nossas tarefas intelectuais, como cientistas sociais, é esclarecer o ideal da liberdade e o ideal da razão. .

Para que a razão humana desempenhe um papel maior e mais explícito no processo de criação da história, os cientistas sociais devem, sem dúvida, estar entre seus principais agentes. Pois em seu trabalho, eles representam o uso da razão na compreensão das questões humanas; é disso que se ocupam. Se desejam trabalhar e portanto agir de forma escolhida conscientemente, devem primeiro localizar-se dentro da vida intelectual e da estrutura sócio-histórica de sua época. Dentro dos domínios sociais da inteligência, devem localizar-se; e devem relacionar esses domínios, por sua vez, com a estrutura da sociedade histórica. Não é este o lugar para empreender tal trabalho: aqui, desejo apenas distinguir, brevemente, três papéis políticos nos termos dos quais o cientista social, como homem da razão, pode conceber-se.

Grande parte da ciência social, especialmente, talvez, a Sociologia, encerra o temor do rei-filósofo. De Augusto Comte a Karl Mannheim, encontramos a defesa e a tentativa de justificação do maior poder para o "homem de conhecimento". Numa afirmação mais específica, a entronização da razão significa decreto, a entronização do "homem da razão”. Essa ideia do papel da razão nas questões humanas

muito tem contribuído para· que os cientistas sociais mantenham uma aceitação realmente muito geral da razão como valor social. Desejaram evitar a tolice dessa ideia, quando examinada juntamente com a realidade do poder. Ela também se choca com muitas das versões da democracia, pois envolve uma aristocracia, mesmo que seja do talento, ao invés do nascimento ou riqueza. Mas a ideia bastante tola de que ele se deve tornar um rei-filósofo é apenas um dos papéis públicos que o cientista social pode tentar desempenhar.

A qualidade da política depende muito das qualidades intelectuais daqueles que participam dela. Fosse rei o "filósofo", eu me sentiria tentado a abandonar seu reino; mas, quando os reis não têm nenhuma "filosofia", não serão incapazes de um governo responsável?

O segundo papel, e hoje o mais comum, é torna-se conselheiro do rei. Os usos burocráticos a que me referi são uma forma habitual disso. O cientista social individual tende a envolver-se nas muitas tendências da sociedade moderna que fazem do indivíduo uma parte de uma burocracia funcionalmente racional, e a mergulhar em sua máquina especializada, de forma a não se preocupar explicitamente com a estrutura da sociedade pós-moderna. Nesse papel, como já vimos à própria ciência social tende a tornar-se uma máquina funcionalmente racional; o cientista social individual tende a perder sua autonomia moral e sua racionalidade substantiva, e o papel da razão nas questões humanas tende a tornar-se simplesmente um refinamento de técnicas para usos administrativos e manipulativos.

Mas esta é uma das piores formas do papel de conselheiro de reis; ele não precisa assumir a forma e o sentido do estilo burocrático, creio eu. E um papel difícil de ser desempenhado de modo a conservar a integridade moral e intelectual e, portanto, a liberdade de trabalho nas tarefas da ciência social. E fácil aos consultores se imaginarem filósofos, e aos seus clientes se imaginarem governantes esclarecidos. Mesmo que fossem filósofos, aqueles a que servem podem não ser esclarecíveis. É essa uma das razões pelas quais impressiona-me tanto a lealdade de alguns consultores aos déspotas não-esclarecidos a que servem. É uma lealdade que

não parece imposta pela incompetência despótica nem pela idiotice dogmática.

Não afirmo que o papel de conselheiro não possa ser desempenhado bem; na verdade, sei que isso é possível, e há homens que o estão fazendo. Se fosse maior o número desses homens, as tarefas políticas e intelectuais dos cientistas sociais que escolhem o terceiro papel se tornaria muito menos pesada, pois ela se confunde com esta.

A terceira forma pela qual o cientista social pode tentar realizar o valor da razão e seu papel nas questões humanas é também conhecida, e por ele mesmo praticada. É continuar independente, fazer o próprio trabalho, escolher seus próprios problemas, mas dirigir esse, trabalho aos reis bem como aos "públicos". Essa concepção nos leva a imaginar a Ciência social como uma espécie de aparelho de informação pública preocupado com as questões públicas e as inquietações privadas, e com as tendências estruturais de nosso tempo que as sublinham ambas - e imaginar os cientistas sociais individuais como membros racionais de uma associação autocontrolada, a que damos o nome de Ciências Sociais.

Assumindo essa função, que explicarei mais detalhadamente num momento, estamos procurando agir baseados no valor da razão; supondo que podemos não ser totalmente ineficientes, estamos adotando uma teoria de criação da história; estamos supondo que o "homem" é livre e que pelas suas iniciativas racionais pode influir no curso da história. Não pretendo debater os valores da liberdade e razão, mas apenas discutir dentro de que teoria da história eles podem ser realizáveis.

2.

Os homens são livres para fazer a história, mas alguns homens são muito mais livres do que outros. Essa liberdade exige o acesso aos meios de decisão e de poder pelos quais a história pode ser feita hoje. Nem sempre, porém, ela assim é feita; no que se segue, estarei falando apenas do período contemporâneo, no qual os meios do poder de fazer a história se ampliaram e centralizaram muito. E com referência a

esse período afirmo que se os homens não fazem história, tendem cada vez mais a se tornarem instrumento dos que a fazem, e também meros objetos do processo de criação da historia.

As proporções da influência de qualquer decisão explícita na própria história são, em si, um problema histórico. Dependem muito dos meios do poder existentes em qualquer momento numa determinada sociedade. Em algumas sociedades os numerosos atos de numerosos homens modificam seus ambientes, e com isso gradualmente modificam a própria estrutura. Tais modificações são o curso da história; a história é um acaso, embora no total "os homens a façam". Assim, numerosos produtores e numerosos consumidores, por dezenas d.e milhares de decisões por minuto, podem modelar e remodelar a economia de mercado livre. Talvez essa fosse a principal limitação que Marx tinha em mente ao escrever no Dezoito de Brumário: "Os homens fazem a sua própria história, más não a fazem tal como querem; não a fazem em circunstâncias que tenham escolhido por si mesmos...”

O destino, ou "inevitabilidade", está relacionado, com acontecimentos da história que escapam ao controle de qualquer círculo ou grupo de homens que tenham três características: 1) bastante compacto para ser identificável, 2) bastante poderoso para decidir com consequência, e 3) em condições de prever as consequências, e por isso ser responsável por elas. Os acontecimentos, segundo esta concepção, são o sumário e os resultados não-intelectuais de numerosas decisões de numerosos homens. Cada uma de suas decisões é reduzida em suas consequências. Não há elo entre a intenção de um homem e o resultado sumário das numerosas decisões.· Os acontecimentos fogem às decisões humanas: a história é feita à revelia dos homens.

Assim concebido, o destino não é um fato universal; não é inerente à natureza da história ou à natureza do homem. O destino é um aspecto de um tipo de estrutura social historicamente específico. Numa sociedade na qual a arma final é o fuzil, na qual a unidade econômica típica é a fazenda familiar e a pequena loja, na qual o Estado nacional ainda não existe ou é apenas uma distante moldura, na qual a comunicação se faz verbalmente, em boletins ou pelo púlpito _ nessa sociedade, a história é realmente um destino.

Mas consideremos agora a principal chave para nossa condição: não será, numa palavra, a grande ampliação e a centralização decisiva de todos os meios de poder e decisão, o que equivale a dizer todos os meios de fazer a história? Na sociedade industrial moderna, as facilidades da produção econômica estão desenvolvidas e centralizadas - sendo os camponeses e artesãos substituídos pelas empresas privadas e pelas indústrias governamentais. No moderno Estado-nação, os meios de violência e administração política sofrem evolução semelhante - os reis controlam os nobres e os cavaleiros autônomos são substituídos pelos exércitos permanentes, e hoje por temíveis máquinas militares. O auge pós-moderno de todas essas três evoluções - 'na economia, na política e na violência - está ocorrendo hoje, da forma mais dramática, nos Estados Unidos e União Soviética. Em nossa época, os meios internacionais, bem como os nacionais, de fazer a história estão sendo centralizados. Não será claro, portanto, que o âmbito e possibilidade de agência humana consciente no processo de criação da história sejam agora excepcionais? As elites de poder encarregadas desses meios fazem hoje a historia- na verdade, "em circunstâncias que não escolheram"- mas em comparação com outros homens e outras épocas, essas circunstâncias certamente não parecem ser esmagadoras.

Sem dúvida, esse é o paradoxo da nossa situação imediata; os fatos sobre os meios mais novos de fazer historiam são um indicia de que os homens não estão necessariamente a mercê do destino, que os homens podem agora fazer a historias esse fato se torna irônico frente a outro - o de que hoje as ideologias que oferecem aos homens a esperança de fazer a história declinaram e entraram em colapso nas sociedades ocidentais. Esse colapso é também o das expectativas do Iluminismo, de que a razão e liberdade viriam a predominar como principais forças na história humana. E atrás disso há também a omissão intelectual e política da comunidade intelectual.

Onde está a lntelligentsia que prossiga no grande discurso do mundo ocidental, e cujo trabalho, como intelectuais, seja influentes entre os partidos e públicos, e relevantes para as grandes decisões de nossa época?· Onde estão os meios

de comunicação em massa, abertos a tais homens? Quem, entre os que estão encarregados do Estado bipartidário e de suas ferozes máquinas militares, está alerta ao que ocorre no mundo do conhecimento, da razão e da sensibilidade? Por que está o intelecto livre tão divorciado das decisões de poder? Por que predomina entre os homens do poder, hoje, uma ignorância tão alta e irresponsável?

Nos Estados Unidos, hoje, intelectuais, artistas, sacerdotes, professores e cientistas estão travando uma guerra fria na qual fazem eco e complicam ainda mais a confusão oficialmente difundida. Não criam exigências de políticas alternativas frente aos públicos. Não tentam colocar um conteúdo responsável na política dos Estados Unidos. Ajudam a. esvaziar a política e a mantê-la ôca. O que deve ser chamado de omissão cristã do clero é parte dessa lamentável condição moral, tal como a captura dos cientistas pelas Máquinas de Ciência nacionalistas. A mentira jornalística, transformada em rotina, também é parte dela; e o mesmo ocorre com grande parte da trivialidade pretensiosa que passa por ciência social.

3.

Não espero (nem minha argumentação, no todo, o exige) que esta opinião seja aceita por todos os cientistas sociais. O que mais desejo dizer aqui é que, tendo aceitado os valores da razão e liberdade, é uma das principais tarefas de qualquer cientista social determinar os limites da liberdade e o papel da razão na história.

Ao assumir essa terceira posição, o cientista social não se vê como ser autônomo, "fora da sociedade". Em comum com a maioria das outras pessoas, ele sente que permanece fora das grandes decisões que fazem a história deste período. Ao mesmo tempo, sabe que está entre os que sofrem muitas das consequências de tais decisões. E essa uma das principais razões pelas quais ele se torna, na medida em que tem consciência do que faz um homem explicitamente político. Ninguém está "fora da sociedade"; a questão é saber o lugar que se ocupa dentro dela.

O cientista social habitualmente vive em circunstâncias médias, tanto de classe como de status e poder. Pelas suas

atividades nesses ambientes, com frequência não dispõe de posição melhor do que a pessoa comum, para resolver problemas estruturais, pois sua solução jamais poderá ser apenas intelectual ou privada. Sua exposição adequada não se pode confinar aos ambientes abertos à vontade dos cientistas sociais; nem o podem suas soluções, o que significa, decerto, que constituem problemas de poder social, político e econômico. Mas o cientista social não é apenas um "homem comum·'. É sua tarefa mesma transcender intelectualmente os ambientes em que vive, e isso ele o faz ao examinar a ordem econômica da Inglaterra do século XIX ou a hierarquia de status na América do século XX, as instituições militares da Roma Imperial ou a estrutura política da União Soviética.

Na medida em que os valores da liberdade e· razão lhe interessam um de seus temas de estudo relaciona-se com as possibilidades objetivas existentes para determinados tipos de homens, em determinados tipos de estrutura social, de se tornarem livres e racionais, como indivíduos. Outro de seus temas relaciona-se com as possibilidades, se houver de homens de posições diferentes em diferentes tipos de sociedade transcenderem, primeiro, pela sua razão e experiência, seus ambientes didáticos; e segundo, em virtude de seu poder, agirem com consequência para a estrutura de sua sociedade e de seus períodos. São esses os problemas do papel da razão na histona.

Ao examiná-los, é fácil ver que nas sociedades modernas alguns homens têm o poder de agir com grande relevância estrutural, e têm plena consciência de seus atos; outros têm o mesmo poder, mas não a consciência de seu alcance efetivo. E há muitos que não podem transcender seus ambientes diários através da consciência da estrutura, ou efetuar uma modificação estrutural por qualquer dos meios de ação à sua disposição.

Assim, como cientistas sociais, temos de precisar nossa posição. Pela natureza de nosso trabalho, temos consciência da estrutura social e da mecânica histórica de seus movimentos. Mas é evidente que não temos acesso aos principais meios de poder que hoje existem e pelos quais é possível influenciar essa mecânica. Temos, porém, um "meio de poder", frequentemente frágil, e é ele que proporciona uma chave para nosso papel político e para o sentido político de nosso trabalho.

Creio que o cientista, ao aceitar os ideais de 'liberdade e razão, aceita como tarefa política o dirigir seu trabalho a cada um dos outros três tipos de homens que classifiquei em termos de poder e conhecimento.

Aos que têm poder e consciência dele, o cientista social atribui diferentes medidas de responsabilidade pelas consequências estruturais que, através de seu trabalho, passa a considerar como influenciadas decisivamente pelas suas decisões e falta de decisões.

Aqueles cujos atos têm tais consequências, mas que não parecem delas conscientes dirige tudo o que descobriu, nesse sentido. Procura educar e em seguida, atribuir, novamente, responsabilidades.

Aos que não dispõem regularmente de tal poder, e cuja consciência se limita aos seus ambientes diários, revela, pe10 seu trabalho, o sentido que as tendências e decisões estruturais têm para tais ambientes, e as formas pelas quais as preocupações estão ligadas às questões públicas; no curso de tais esforços, expõe o que descobriu emrelação aos atos dos mais poderosos. São essas as suas principais tarefas educativas, e suas principais tarefas públicas quando se dirige a qualquer público maior. Examinemos; agora, alguns dos problemas e tarefas impostos por esse terceiro papel.

4.

A despeito do alcance de sua consciência, o cientista social é habitualmente professor, e essa ocupação Ç1etermina, em grande parte, o que ele pode fazer. Como professor, dirige-se a alunos e ocasionalmente, com discursos e artigos, os públicos de maior escala e posição mais estratégica. Ao analisarmos qual pode ser seu papel público, acompanhemos de perto esses fatos simples de poder, ou se preferirem, os fatos de sua impotência.

Na medida em que se preocupa com a educação liberal, ou seja, a educação libertadora, seu papel tem dois objetivos: o que deve fazer para o indivíduo é transformar suas preocupações pessoais em questões e problemas sociais, abertos à razão - sua meta é ajudar o indivíduo a tomar-se um homem auto-educado, que sàmente então seria racional e livre. O que deve fazer para a sociedade é combater todas as

forças que estão destruindo os púb1icos autênticos e criando uma sociedade de massas - ou para dar a esse objetivo um caráter positivo, podemos dizer que sua meta é ajudar a construir e fortalecer públicos autocultivadores. Sàmente então poderia a' sociedade ser razoável e livre.

São objetivos bastante amplos, e deve explicá-los de forma levemente indireta. Ocupamo-nos de habilidades e valores. Entre as "habilidades", porém, há as menos relevantes e as mais relevantes para as tarefas da libertação. Não creio que habilidades e valores possam ser tão fàcilmente separados quando o supomos em nossa busca de "habilidades neutras". E uma questão de grau, tendo as habilidades num extremo e os valores no outro. Mas nos graus médios dessa escala, há o que chamarei de sensibilidades, e são estas que mais nos interessam. Treinar alguém para operar um torno ou ensinar a ler e escrever é, em grande parte, um treinamento de habilidade. Ajudar alguém a decidir o que realmente deseja de sua vida, ou debater com ele os modos de vida estoica, cristã e humanista, é uma cultivação, ou uma educação de valores.

Juntamente com a habilidade e valor, devemos colocar a sensibilidade que inclui a - ambos, e mais: inclui uma espécie de terapia no velho senso de esclarecer o conhecimento que te temos nós mesmos. Inclui o cultivo daquela capacidade de controvérsia consigo mesmo, a que chamamos de pensamento e que, quando realizada com os outros, recebe o nome de debate. O educador deve começar com o que interessa ao indivíduo mais profundamente, mesmo que pareça trivial e barato. Deve usar materiais e proceder de modo a permitir ao estudante adquirir crescente visão racional de tais preocupações, e de outras que adquirirá no processo de sua educação. E o educador deve tentar desenvolver homens e mulheres que podem, e que por si mesmos o farão, continuar o que ele iniciou: o produto final de qualquer educação libertadora é simplesmente o homem auto-educador, autocultivador. Em suma, o indivíduo livre e racional.

Uma sociedade na qual predominem tais pessoas é, no principal sentido da palavra, democrática. Ela também pode ser definida como a sociedade que tem públicos genuínos, ao invés de massas. Por isso, entendo o seguinte:

Tenham ou não consciência delas, os homens numa sociedade de massas é colhida pelas preocupações pessoais que não podem transformar em questões sociais. Não compreendem o jogo dessas preocupações de seus ambientes com os problemas de estrutura social. O homem que pode conhecer, num público autêntico, é capaz de fazer exatamente isso. Compreende que suas preocupações pessoais são, com frequência, também problemas partilhados por outros, e o que é mais importante, passíveis de solução não por uma pessoa, mas sàmente pelas modificações da estrutura dos grupos onde viva e por vezes da estrutura de toda a sociedade. Os homens nas massas têm preocupações, mas não dispõem, habitualmente, de consciência de seu verdadeiro sentido e fonte; os homens dos públicos enfrentam questões, e habitualmente têm consciência de seus termos públicos.

A tarefa política do cientista social - como a de qualquer educador liberal - é traduzir continuamente as preocupações pessoais em questões públicas, e estas em termos de seu sentido humano para uma variedade de pessoas. 11: sua tarefa evidenciar em seu trabalho - e, como educador, também em sua vida - esse tipo de imaginação sociológica. E é seu objetivo cultivar tais hábitos intelectuais entre os homens publicamente expostos a ele. Perseguir tais fins é proteger a razão e a individualização, e fazer deles os valores predominantes de uma sociedade democrática.

O leitor bem pode estar, agora, dizendo para si mesmo: "Bem, chegou a hora. Ele vai formular um ideal tão elevado que em termos dele tudo o mais parecerá baixo." O fato de que se possa imaginar isso mostra a falta de seriedade com que a palavra democracia é hoje vista, e a indiferença de muitos observadores ao alheamento a qualquer sentido simples da palavra. A democracia é, decerto, uma ideia complicada, sobre a qual há muito desacordo legítimo. Mas, sem dúvida, não é tão complicada ou ambígua que não possa ser usada pelas pessoas que desejam pensar juntas.

O que entendo por democracia como ideal, já procurou demonstrar. Em essência, democracia significa que todas as pessoas vitalmente atingidas por qualquer decisão que os homens tomem, devem ter voz ativa nessa decisão. Isso, por sua vez, significa que todo o poder de tomar decisões

deve ser legitimado publicamente, e que os responsáveis por elas o sejam também publicamente. Nenhum desses três pontos pode predominar ao que me parece, a menos que predominem dentro de uma sociedade os tipos de públicos e de indivíduos que descrevi. Outras considerações correlatas tornam-se, com isso, evidentes.

A estrutura social dos Estados Unidos não é totalmente democrática. Consideremos isso como um ponto sobre o qual há um mínimo de acordo. Não conheço nenhuma sociedade que seja totalmente democrática - ela continua sendo um ideal. Os Estados Unidos de hoje são geralmente democráticos na forma e na retórica. Na substância e na prática, frequentemente são não-democráticos, e em muitas áreas institucionais isso é evidente. A economia das grandes empresas não é administrada como uma espécie de conselho municipal, nem como um conjunto de poderes responsáveis perante os que são seriamente atingidos por suas atividades. As máquinas militares e, cada vez mais, o Estado político, estão nas mesmas condições. Não desejo dar a impressão de ser otimista sobre 'as possibilidades de que muitos cientistas sociais possam, ou queiram desempenhar um papel democrático público ou - mesmo que muitos o façam - sobre as possibilidades de que isso resulte, necessàriamente, numa reabilitação dos públicos. Estou, apenas, delineando um papel que me parece aberto e que, na verdade, é praticado por alguns cientistas sociais. Ocorre ser ele também um papel de acordo com as opiniões liberais e socialistas do papel da razão nas questões humanas. [57]

---

[57] Gostaria de lembrar ao leitor, de passagem, que, à parte seu contexto e uso burocrático presentes, o estilo do empirismo abstrato (e a inibição metodológica que provoca) não se equaciona bem ao papel político democrático que estou descrevendo. Os que praticam esse estilo como sua única atividade, e que o concebem como "o trabalho real da ciência social", e que vivem em seus ethos, não podem desempenhar um papel educativo libertador. Esse papel exige que os indivíduos e os públicos recebam um crédito de confiança para a sua capacidade de raciocinar, e a ampliação, pela crítica, estudo e prática individual, do âmbito dessa capacidade, e ainda a melhoria de sua qualidade. Exige que sejam estimulados, na frase de' George Orwell, a "sair da baleia", ou na expressão americana, "tornarem-se seus próprios homens". Dizer-lhes que podem "realmente" conhecer a realidade social apenas dependendo de uma forma necessàriamente burocrática de pesquisa é colocar um tabu,

Minha opinião é a de que o papel político da ciência social - o que pode ser ele, e como é desempenhado, e com que eficiência - é relevante na medida em que a democracia predomina.

Se tomarmos o terceiro papel da razão, o papel autônomo, estaremos tentando agir de modo democrático numa sociedade que não é totalmente democrática. Mas estaremos agindo como se estivéssemos numa sociedade totalmente democrática, e com isso, estaremos procurando remover o "como se". Estaremos tentando tornar a sociedade mais democrática. Esse papel, afirmo, é o único pelo qual podemos, como cientistas sociais, tentar fazer isto. Pelo menos, não conheço nenhum outro modo pelo qual possamos tentar ajudar a construir uma estrutura democrática. E por isso, o problema das Ciências Sociais como um dos principais veículos da razão nas questões humanas é, na verdade, um dos grandes problemas da democracia, hoje.

5.

Quais as possibilidades de êxito? Dada à estrutura política em que devemos agir hoje, não creio ser muito provável que os cientistas sociais se transformem nos veículos efetivos da razão. Para que os homens do conhecimento desempenhem esse papel estratégico, devem estar presentes certas condições. 'Os homens fazem sua própria história,

_____

em nome da Ciência, sobre seus esforços de se tornarem homens independentes e pensadores substantivos. É solapar a confiança do artesão individual em sua própria capacidade de conhecer a realidade. ·É, na verdade, estimular os homens a-fixar suas crenças sociais em referência à autoridade de um aparato estranho, que naturalmente está de acordo e é reforçado pela burocratização da razão, em nossa época. A Industrialização da vida acadêmica e a fragmentação dos problemas da ciência social não podem resultar num papel educativo libertador para os cientistas sociais. Pois o que essas escolas de pensamento tomam separadamente, tendem a conservar separado, em peças reduzidas sobre as quais pretendem estar muito seguros. Mas tudo o que poderiam ter certeza, nesse caso, é de que se trata de fragmentos abstratos, quando é precisamente a tarefa da educação liberal, e o papel político da ciência social, e sua promessa intelectual, permitir aos homens transcenderem a tais ambientes fragmentados e abstratos: tornarem-se conscientes das estruturas históricas e de seu próprio lugar nelas.

disse Marx, mas não a fazem em condições por eles escolhidas. Então, quais são as condições que nós exigimos para desempenha r esse papel efetivamente? O necessário são os partidos, movimentos e públicos que tenham duas características: 1) que dentro deles se debatam realmente ideias e alternativas da vida social, e 2) que tenham uma possibilidade de influir, realmente, nas decisões de consequências estruturais. Sàmente se existissem tais organizações, poderíamos ser realistas e esperançosos em relação ao papel da razão nas questões humanas, que estou procurando delinear. Essa situação, incidentalmente, me parece ser uma das condições essenciais de qualquer sociedade plenamente democrática.

Nessa sociedade, os cientistas sociais em seu papel político provàvelmente "falariam em favor" e "contra" vários movimentos, camadas e interesses, ao invés de se dirigirem a um público frequentemente vago e - receio - cada vez menor. Suas ideias, em suma, estariam em competição, e isso (tanto o processo em si como seus resultados, em qualquer momento) seria politicamente relevante. Se tomarmos seriamente a ideia da democracia, se tomarmos o papel democrático da razão nas questões humanas seriamente, nossa participação nessa competição não nos perturbará, de forma alguma. Sem dúvida, não podemos supor que todas as definições da realidade social, e muito menos todas as exposições de modos e meios políticos, e muito menos todas as sugestões de objetivos, resultem numa doutrina unificada, livre de debates. [58]

Na ausência de partidos, movimentos e públicos semelhantes, vivemos numa sociedade que é democrática principalmente em suas formas legais e em suas expectativas formais. Não devemos reduzir o valor enorme e a oportunidade considerável que essas circunstanciam criam. Devemos aprender seu valor pela sua ausência no mundo soviético, e pelo tipo de luta que os intelectuais daquele mundo enfrentam. Deveríamos também aprender que, embora muitos intelectuais sejam fisicamente esmagados, aqui muitos se esmagam moral-

---

[58] A ideia desse monopólio na esfera das ideias sociais é uma das noções autoritárias que jazem sob a visão do "Método" dos cientistas como administradores da razão, e que se disfarçam tão mal nos "valores sagrados" dos grandes teóricos. Mais claramente, está incorporada aos slogans tecnocráticos que analisei no capítulo 5.

mente. O fato de que a democracia nos Estados Unidos seja tão formal não nos deve levar a concluir que se a razão desempenhar qualquer papel livre na criação democrática da história, um de seus principais veículos deve ser, sem dúvida, as Ciências Sociais. A ausência de partidos, movimentos e públicos democráticos não significam que os cientistas sociais como educadores não devam procurar fazer de suas instituições educativas uma moldura, dentro da qual possa existir esse público libertador de indivíduos, pelo menos de forma inicial, e dentro da qual suas discussões possam ser estimuladas e mantidas. Nem significa que não devam tentar cultivar os públicos, em seus papéis menos acadêmicos.

Fazer isso, decerto, é arriscar-se à "perturbação", ou o que é mais sério, a enfrentar uma indiferença mortal. Exige que apresentemos deliberadamente teorias e fatos controversos, e estimulemos ativamente a controvérsia. Na' ausência do debate político amplo, aberto e informado, as pessoas não podem ter contato com as realidades efetivas de seu mundo, nem com as realidades de si mesmas. Hoje em dia, especialmente, parece-me que o papel que venho descrevendo exige nada menos do que a apresentação de definições contraditórias da própria realidade. O que habitualmente se denomina de "propaganda", especialmente de tipo nacionalista, consiste não só de opiniões sôbre vários tópicos e questões. E uma promulgação, como observou Paul Kecskemeti, de definições oficiais da realidade.

Nossa vida pública baseia-se, com frequência, nessas definições oficiais, bem como em mitos, mentiras e noções mentecaptas. Quando muitas políticas - debatidas e não-debatidas - se baseiam em definições inadequadas e desorientadoras da realidade, então os que se empenham em definir a realidade mais adequadamente ficam sujeitos a influências perturbadoras. ~ por isso que os tipos de públicos que descrevi, bem como os homens de individualidade são, pela sua existência mesma em tal sociedade, radicais. Não obstante, o papel da mente, do estudo, do intelecto, da razão, das ideias, é definir a realidade adequadamente e de forma publicamente relevante. O papel educativo e político da ciência social numa democracia é ajudar a cultivar e manter públicos e indivíduos que sejam capazes de desenvolver: de viver com e de agir segundo as definições adequadas das realidades pessoal e social.

O papel da razão, que venho delineando, não significa que devamos bater com a cabeça na parede, tomar o próximo avião para o local onde ocorre uma crise no momento, candidatar-nos ao Congresso, comprar um jornal, morar entre os pobres, subir num caixote' para discursar. Tudo isso é, com frequência, admirável, e posso imaginar as ocasiões em que eu mesmo julgo impossível não cometer tais atos. Mas se o cientista social os aceitar como sua atividade normal, estará apenas abdicando de seu papel, para evidenciar, pelos seus atos, uma descrença na promessa da ciência social e no papel da razão nas questões humanas. Esse papel exige apenas que o cientista social prossiga no trabalho da ciência social, e evite fomentar a burocratização da razão e do discernimento.

N em todo cientista social aceita as opiniões que tenho sobre esses assuntos, e não desejo que aceite. Creio que uma das tarefas do cientista social é determinar suas próprias convicções sobre a natureza da transformação histórica e o lugar, se houver, do homem livre e racional nessa transformação. Somente então poderá chegar a conhecer seu próprio papel intelectual e político dentro das sociedades que estuda, e com. isso descobrir exatamente o que pensa dos valores da liberdade e da razão, que são, tão profundamente, parte da tradição e da promessa da ciência social.

Se os homens, individualmente, e os pequenos grupos, não tiverem liberdade para agir com consequência histórica e ao mesmo tempo não forem bastante razoáveis para ver essas consequências; se a estrutura das sociedades modernas, ou de qualquer uma delas, é hoje tal que a história seja realmente um acaso cego, e não possa ser modificada com os meios existentes, e com o conhecimento que possa ser adquirido - então, o único papel autônomo da ciência social é comentar e compreender; a ideia da responsabilidade dos poderosos se torna tolice, e os valores da liberdade e razão só são realizáveis nos meios excepcionais de certas vidas privadas e privilegiadas.

Mas é demasiado "se". E embora haja muitas razões para desacordo sobre os graus de liberdade e as escalas de consequências, não creio haver indícios suficientes de que esse desacordo deva levar ao abandono dos valores da liberdade e razão, como orientação do trabalho da ciência social.

As tentativas de evitar questões perturbadoras como as que vêm discutindo são, hoje em dia, defendidas pelo slogan de que a ciência social "não tem de salvar o mundo". Por vezes, essa é a fuga de um modesto professor, por vezes o desprezo cínico de um especialista em relação a todas as questões importantes; por vezes, é a desilusão de esperanças da juventude; com frequência, é uma atitude de homens que buscam revestir-se do prestígio do Cientista, visto como um intelecto puro e desmaterializado. Mas por vezes, ainda, baseia-se numa análise judiciosa “dos fatos do poder”.

Devido a tais fatos, não creio que a ciência social "salve o mundo", embora nada veja de errado em "tentar salvá-lo" - frase que uso no sentido de evitar-se a guerra e a redisposição das questões humanas de acordo com os ideais da liberdade e da razão humana. O conhecimento que tenho me leva as estimativas bastante pessimistas das possibilidades. Mesmo assim, ainda devemos indagar: se houver uma saída para a crise de nosso período, por meio do intelecto, não caberá ao cientista social formulá-la? O que representamos - embora isso nem sempre seja claro - é o homem consciente da humanidade. É no nível da consciência humana que, virtualmente, todas as soluções dos grandes problemas devem estar.

Recorrer aos poderosos, à base do conhecimento de que hoje dispomos, é utópico, no sentido depreciativo da expressão. Nossas relações com eles mais provàvelmente serão as que considerarem úteis, o que equivale a dizer que nos tornamos técnicos que aceitam seus problemas e objetivos, ou ideólogos promovendo seu prestígio e autoridade. Para ser mais do que isso, no que se relaciona com nosso papel político, devemos em primeiro lugar reconsiderar a natureza de nosso esforço coletivo como cientistas sociais. Não é absolutamente utópico para o cientista social fazer aos seus colegas um apelo para que empreendam essa reconsideração. Qualquer cientista social que tenha consciência do que busca, tem de enfrentar o grande dilema moral que considerei implícito, neste capítulo - a diferença entre aquilo pelo que os homens se interessam e aquilo que é do seu interesse.

Se adotarmos a opinião democrática simples de que o objeto do interesse dos homens é tudo o que nos deve preocupar, estaremos aceitando os valores inculcados, por vezes

acidentalmente e outras deliberadamente pelos interesses existentes. Esses valores são, quase sempre, os únicos que os homens tiveram oportunidade de desenvolver. São antes hábitos inconscientemente adquiridos do que escolhas.

Se aceitarmos a opinião dogmática segundo a qual aquilo que é do interesse dos homens, querem eles se interessem ou não por isso, é que nos deve preocupar moralmente, então correremos o risco de violar os valores democráticos. Podemos tornar-nos manipula dores ou coatores, ou ambos ao invés de persuasores, dentro de uma sociedade na qual os homens estão tentando raciocinar juntos e na qual o valor da razão é tido em alta estima.

O que estou sugerindo é que, dirigindo-nos às questões e preocupações, e formulando-as como problemas da ciência social, temos a melhor oportunidade, ao que me parece a única, de tornar a razão democràticamente relevante para as questões humanas numa sociedade livre, e com isso compreender os valores clássicos que sublinham a promessa de nossos estudos.

APÊNDICE

Do Artesanato Intelectual

PARA o cientista social individual, que se sente parte da tradição clássica, a ciência social é como um ofício. Como homem que se ocupa de problemas de substância, está entre os que fàcilmente se impacientam pelas cansativas e complicadas discussões de método-e-teoria-em-geral, que lhe interrompe, em grande parte, os estudos adequados. E muito melhor, o acredita ter uma exposição, feita por um estudioso, de como está realizando seu trabalho do que uma dúzia de "codificações de procedimento" por consequência. Somente pela conversação na qual os pensadores experimentados trocam informações sobre suas formas práticas de trabalho, serão possíveis transmitir ao estudante iniciante um senso útil de método e teoria. Creio, portanto, que devo expor, com algum detalhe, como realizo meu ofício. É uma declaração pessoal necessária, mas escrita com a esperança de que outros especialmente os que iniciam um trabalho independente, a tornarão menos pessoal, pelo fato de sua própria experiência.

1.

É melhor começar, creio, lembrando aos principiantes que os pensadores mais admiráveis dentro da comunidade intelectual que escolheram não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram a ambos demasiados a sério para permitir

tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra. É claro que tal divisão é a convenção predominante entre os homens em geral, oriunda, suponho, do vazio do trabalho que os homens em geral hoje executam. Mas o estudante terá reconhecido que, como intelectual, tem a oportunidade excepcional de estabelecer um modo de vida que estimule os hábitos do bom trabalho. A erudição é uma escolha de como viver e ao mesmo tempo uma escolha de carreira; quer o saiba ou não, o trabalhador intelectual forma seu próprio eu â medida que se aproxima da perfeição de seu ofício; para realizar sua potencialidade, e as oportunidades que lhe surgem, ele constrói um caráter que tem, como essência, as qualidades do bom trabalhador.

Isso significa que deve aprender a usar a experiência de sua vida no seu trabalho continuamente. N esse sentido, o artesanato é o centro de si mesmo, e o estudante está pessoalmente envolvido em todo o produto intelectual de que 'se ocupe. Dizer que pode "ter experiência" significa que seu passado influi e afeta o presente, e que define a sua capacidade de experiência futura. Como cientista social, ele terá de controlar essa interinfluência bastante complexa, saber o que experimenta e isolá-lo; sàmente dessa forma pode esperar usá-la corno guia e prova de suas reflexões, e no processo se modelará como artesão intelectual. Mas como fazer isso? Uma resposta é: deve-se organizar um arquivo, o que suponho ser a forma do sociólogo dizer: mantenha um diário. Muitos escritores criadores mantêm diários; a necessidade· de reflexão sistemática exige que o sociólogo o mantenha.

No arquivo que vou descrever unem-se a experiência pessoal e as atividades profissionais, os estudos em elaboração e os estudos planejados. Nesse arquivo o estudioso, como artesão intelectual, tentará juntar o que está fazendo intelectualmente e o que está experimentando como pessoa. Não terá medo de usar sua experiência e relacioná-la diretamente com os vários trabalhos em desenvolvimento. Servindo como controle para evitar repetições de trabalho, o arquivo também conservará suas energias. Estimulará a captura dos "pensamentos marginais": várias ideias que podem ser subprodutos da vida diária, trechos de conversa ouvidos na rua ou, ainda, sonhos. Uma vez anotados, podem levar a um raciocínio mais sistemático, bem como emprestam uma relevância intelectual com a experiência mais direta.

Os leitores terão observado como os pensadores bem realizados tratam com cuidado a sua mente, como observam de perto seu desenvolvimento e como organizam suas experiências. A razão pela qual valorizam suas menores experiências é que, no curso de uma vida, o homem moderno tem uma experiência pessoal tão reduzida, embora a experiência seja tão importante como fonte de trabalho intelectual original. Acredito que poder ser, ao mesmo tempo, confiante e cético, em relação à sua experiência, é a marca do trabalhador maduro. Essa confiança ambígua é indispensável para a originalidade de qualquer empreendimento intelectual, e o arquivo é uma das formas pelas quais podemos desenvolver e justificar essa confiança.

Mantendo um arquivo adequado, e com isso desenvolvendo hábitos de auto-reflexão, aprendemos a manter nosso mundo interior desperto. Sempre que experimentamos forte sensação sobre acontecimentos ou ideias, devemos procurar não deixá-las fugir, e ao invés disso formulá-las para nossos arquivos, e com isso estaremos elaborando suas implicações, mostrando a nós mesmos como esses sentimentos ou ideias são tolos, ou como poderão ser articulados de forma produtiva. O arquivo também nos ajuda a formular o hábito de escrever. Não podemos "manter desembaraçada a mão" se não escrevemos alguma coisa pelo menos toda semana. Desenvolvendo o arquivo, podemo-nos experimentar como escritor e, as-sim, como se diz, desenvolver nossa capacidade de expressão. Manter um arquivo é empenhar-se na experiência controlada.

Uma das piores coisas que ocorrem aos cientistas sociais é só sentirem a necessidade de escrever seus "planos" numa ocasião: quando vão pedir dinheiro para uma pesquisa específica, ou um "projeto". É como solicitação de fundos que a maioria dos "planejamentos" é feita, ou pelo menos cuidadosamente posta no papel. Por mais generalizado que seja o hábito, parece-me muito prejudicial: assemelha-se de certa forma aos processos do vendedor, e dentro das expectativas existentes é quase certo que resultará em pretensões dolorosas. O projeto provàvelmente será "apresentado", formulado de modo arbitrário muito antes do devido tempo. Com frequência, é' algo de artificial, preparado com o objetivo de conseguir dinheiro para finalidades posteriores, por

mais elogiosas, bem como para a pesquisa planejada. O cientista, social deve rever periodicamente o "estado de meus problemas e planos". Um jovem, ao início de seu trabalho independente, deve refletir sobre isso, mas não podemos esperar que ele - que também não deve esperar - vá muito longe, e certamente não se deve comprometer rigidamente com o plano. Deve limitar-se quase que apenas a preparar sua tese, que infelizmente é considerada, com frequência, seu primeiro trabalho independente de alguma extensão. t quando estamos a meio caminho do tempo que temos à nossa frente para trabalhar, ou a um terço dele, que essa revisão provàvelmente será mais proveitosa - e talvez mesmo de interesse para os outros.

Qualquer cientista social que esteja bem adiantado em seu caminho deve ter, a qualquer momento, tantos planos, ou seja, ideias, que sua indagação será sempre: "a qual deles me devo dedicar, em seguida?" E deverá manter um arquivo especial para seu tema principal, que ele escreve é reescreve para si mesmo, e talvez para debate com amigos. De tempos em tempos, deve revê-lo cuidadosamente e com objetivo, e por vezes, também, quando está despreocupado.

Um processo semelhante é um dos meios indispensáveis pelo qual a realização intelectual é orientada e mantida sob controle. Um intercâmbio difundido e informal dessas revisões do "estado de meus problemas" entre os cientistas sociais é, creio eu, a única base para uma exposição adequada dos "principais problemas da ciência social". t improvável que em qualquer comunidade intelectual livre haja, e certamente não deve haver, uma série "monolítica" de problemas. Nessa comunidade, se florescesse de modo vigoroso, haveria interlúdios de discussão, entre as pessoas, sobre o trabalho futuro. Três tipos de interlúdios sobre problemas, métodos, teoria - surgiram do trabalho dos cientistas sociais, e levariam de volta, novamente, a ele; seriam modelados pelo trabalho em andamento e, até certo ponto, constituir-se-iam em guias de tal trabalho. t nesses interlúdios que uma associação profissional encontra sua razão de ser, E para eles, também, é necessário o arquivo.

Sob vários tópicos em nosso arquivo, há ideias, notas pessoais, excertos de livros, itens bibliográficos e delineamentos

de projetos. E, suponho uma questão de hábito arbitrário, mas creio que o estudioso verificará a conveniência de isolar todos esses itens num arquivo principal de "projetos", com muitas subdivisões. Os tópicos, decerto, se modificam, e por vezes com bastante frequência. Assim, por exemplo, o estudante que se prepara para o exame preliminar, escreve uma tese, e ao mesmo tempo faz exercícios, deve organizar seus arquivos segundo essas três áreas de atividade. Mas depois de um ano, aproximadamente, de trabalho de formatura, começará a reorganizar todo o seu arquivo, em relação com o principal projeto de sua tese. Então, à medida que prosseguir seu trabalho, observará que nenhum projeto jamais o domina, ou impõe as categorias principais na qual é organizado. Na verdade, o uso do arquivo estimula a expansão das categorias que usamos em nosso raciocínio. E a forma pela qual essas categorias se modificam, desaparecendo algumas e surgindo outras - é um índice do nosso progresso e vigor intelectual. Finalmente, os arquivos serão dispostos de acordo com vários projetos mais ambiciosos, tendo muitos subprojetos que se modificam de ano para ano.

Tudo isso exige notas. Teremos de adquirir o hábito de tomar grande número delas, de qualquer livro interessante que leiamos - embora, devo dizer, possamos obter coisas melhores de nós mesmos, quando lemos livros realmente maus. O primeiro passo na tradução da experiência, seja a dos escritos de outros homens, ou de nossa própria vida, na esfera intelectual, é dar-lhe forma. Dar, simplesmente, nome a uma experiência nos convida a explicá-la: a simples tomada de nota de um livro é quase sempre um estímulo à reflexão. Ao mesmo tempo, essa nota é uma grande ajuda para compreendermos o que lemos.

Nossas notas poderão vir a ser de dois tipos: ao ler certos livros muito importantes, tentamos aprender a estrutura da argumentação do autor, e tomamos notas nesse sentido; com mais frequência, porém, e depois de alguns anos de trabalho independente, ao invés de ler livros inteiros, com frequência lemos partes de muitos deles, do ponto de vista de algum tema particular ou tópico em que estejamos interessados, e para os quais temos planos em nosso arquivo. Assim, tomaremos notas que não representam com justiça os livros que lemos. Estamos usando uma determinada ideia,

um determinado fato, para a realização de nossos próprios projetos.

2.

Mas como deve ser usado esse arquivo - que até agora estará parecendo ao leitor mais um tipo curioso de diário "literário" - na produção intelectual? A sua manutenção é uma produção intelectual. É um armazenar crescente de fatos e ideias, desde os mais vagos até os mais preciosos. A primeira coisa que eu fiz, por exemplo, depois de resolver preparar um estudo sobre a elite, foi um rascunho tosco, baseado numa lista dos tipos de pessoas que eu desejava compreender.

Como e por que resolvi escrever esse estudo mostra uma das formas pelas quais as experiências da vida alimentam nosso trabalho intelectual. Não me lembro de quando comecei a me preocupar tecnicamente com a "estratificação", mas creio que deve ter sido ao ler Veblen pela primeira vez. Ele sempre me parecera muito frouxo, vago mesmo, sobre o sentido de "comércio" e "indústria", que são uma espécie de tradução de Marx para o público acadêmico americano. De qualquer modo, escrevi um livro sobre organizações e líderes trabalhistas - uma tarefa politicamente motivada; em seguida, um livro sobre a classe média - uma tarefa motivada principalmente pelo desejo de articular minhas próprias experiências na cidade de Nova York, desde 1945. Amigos sugeriram, então, que eu devia concluir uma trilogia, escrevendo um livro sobre as classes superiores. Creio que já havia pensado na possibilidade, lera Balzac na década de 1940 e me entusiasmara muito com a atribuição, que ele se dera, de "cobrir" todas as principais classes e tipos na sociedade da época em que vivia. Eu escrevera também sobre "A Elite Econômica", e coligira e dispusera estatísticas sobre a carreira dos principais homens da política americana desde a Constituição. Essas duas tarefas foram inspiradas principalmente por um trabalho de seminário sobre a história americana.

Ao escrever esses vários artigos e livros e ao preparar cursos sobre estratificação, houve, naturalmente, um resíduo de ideias e fatos sobre as classes superiores. Especialmente

no estudo da estratificação social, é difícil evitar ir além do assunto imediato, porque a "realidade" de qualquer camada é, em grande parte, suas relações com o resto. Assim, comecei a pensar num livro sobre a elite.

Não obstante, não foi assim que o projeto "realmente" surgiu. O que aconteceu, na verdade, foi 1) que a ideia e o plano saíram de meus arquivos, pois todos os projetos comigo começam e terminam neles, e os livros são simplesmente resultado organizado do trabalho que neles se processa constantemente, 2) depois de algum tempo, todo o conjunto de problemas em causa passou a me dominar.

Depois de preparar meu esboço rudimentar, examinei todo o meu arquivo, não só nas partes que evidentemente tinham relação com o tópico, mas também nas divisões que pareciam irrelevantes. A imaginação é levada, com frequência, a reunir itens até então isolados, descobrindo 'ligações insuspeitadas. Abri novas unidades no arquivo para minha nova série de problemas, o que certamente levou a novas disposições de outras partes suas.

Ao redistribuirmos um sistema de arquivos, verificamos que estamos, por assim dizer, libertando nossa imaginação. Evidentemente, isso ocorre devido à tentativa de combinar várias ideias e notas sobre diferentes tópicos. É uma espécie de lógica da combinação, e o "acaso" por vezes desempenha nela um papel curioso. De forma despreocupada, tentamos empenhar nossos recursos intelectuais, como exemplificado no arquivo, nesses novos temas.

No caso presente, também comecei a usar minhas observações e experiências diárias. Pensei, a princípio, nas experiências que tive em relação aos problemas da elite, e, em seguida, conversei com pessoas que, em minha opinião, poderiam ter tido experiência com tais questões, ou poderiam tê-las examinado. Na realidade, comecei a alterar o caráter de minha rotina, de forma a incluir 1) pessoas que estavam entre as que eu desejava estudar, 2) pessoas em íntimo contato com elas, e 3) pessoas interessadas nelas, habitualmente de modo profissional.

Não conheço a totalidade das condições sociais do trabalho intelectual, mas sem dúvida cercar-se de um grupo de pessoas que ouvem e falam -- e por vezes têm de ser personalidades imaginárias - é uma delas. De qualquer modo,

procurei cercar-me de todo o ambiente relevante - social e intelectual - que julguei pudesse levar-me a pensar dentro das' linhas de meu trabalho. E esse o sentido de minhas observações acima, sobre a fusão da vida pessoal e intelectual.

O bom trabalho na ciência social de hoje não é, e habitualmente não pode ser, feito de uma "pesquisa" empírica claramente delineada. Compõe-se, antes, de muitos estudos bons, que em pontos-chaves encerram observações gerais sobre a forma e a tendência do assunto. Assim, a decisão quais são esses pontos? - não pode ser tomada enquanto o material existente não for retrabalhado e estabelecido formulações gerais hipotéticas.

Entre o "material existente", encontrei nos arquivos três tipos relevantes para meu estudo da elite: várias teorias relacionadas com o tópico; material já utilizado por outros, como comprovação dessas teorias; e material já reunido e em várias fases de centralização acessível, mas ainda não transformado em material teoricamente relevante. Somente depois de concluir meu primeiro esboço de uma teoria, com a ajuda do material existente, posso localizar com eficiência minhas afirmações e sugestões centrais, e planejar pesquisas para confirmá-las - e talvez não tenha de fazer isso, embora saiba, naturalmente, que mais tarde terei de oscilar entre o material existente e a minha própria pesquisa. Qualquer exposição final deve não só "cobrir os dados", na medida em que estes existem e os conheço, mas deve também, de forma positiva ou negativa, levar em conta as teorias existentes. Por vezes esse "levar em conta" uma ideia é feito fàcilmente, pelo simples confronto dela com a realidade que a modifica ou confirma; outras vezes, é necessária uma análise ou qualificação detalhada. Por vezes, posso dispor das teorias existentes sistemàticamente, como uma série de escolhas, e com isso permitir que seu âmbito organize o próprio problema. [59] Por vezes permito que tais teorias só se disponham segundo meu arranjo, em contextos totalmente diferentes. De qual-

---

[59] Ver, por exemplo, Mills, A Nova Classe Média (White Collar) Zahar, 1969, capo 13. Fiz o mesmo, em minhas notas, com Lederer e Gasset vs. "teoristas da elite", como duas reações à doutrina democrática dos séculos XVIII e XIX.

quer modo, no livro sobre a elite, tenho de levar em conta o trabalho de homens como Mosca, Schumpeter, Veblen, Marx, Lasswell, Michel, Weber e Partiu.

Examinando algumas das notas sobre tais autores, vejo que oferecem três tipos de formulação: a) de alguns, aprendemos diretamente pela reformulação sistemática do que o homem diz ou de determinados pontos ou de um todo; b) alguns autores são aceitos ou refutados, dando razões e argumentos; c) outros são usados como fonte de sugestões para nossas próprias elaborações e projetos. Isso· envolve a compreensão de um ponto, e a indagação: como posso colocar isso de forma comprovável, e como posso comprová-lo? Como posso usá-lo como centro do qual elaborar - como uma perspectiva da qual surgem detalhes descritivos como relevantes? E nesse trato das ideias existentes, decerto, que nos sentimos em continuidade com o trabalho anterior. Eis dois excertos de notas preliminares sobre Mosca, que podem ilustrar o que estou procurando descrever:

Além de suas anedotas históricas, Mosca apoia sua tese com esta afirmação: é o poder de organização que permite à minoria governar sempre. Há as minorias organizadas, e elas dominam as coisas e os homens. 80 Mas: por que não considerar também 1) a minoria organizada, 2) a maioria organizada, 3) a minoria desorganizada, 4) a maioria desorganizada. Isso é digno de uma exploração em grande escala. A primeira coisa a ser esclarecida: qual é exatamente o sentido de "organizada"? Creio que Mosca entende por isso: capaz de políticas e ações mais ou menos contínuas e coordenadas. Se assim é, sua tese é certa por definição. Ele diria também, ao que me parece, que uma "maioria organizada" é impossível, porque no final das contas ela se resumiria no fato de que novos lideres novas elites, estariam no alto dessas organizações majoritárias, e ele estaria pronto a escolher esses líderes em sua "A Classe Dominante". Dá-lhes o nome de "minorias diretoras", o que não passa de tolice, frente à sua afirmação mais ampla.

Uma coisa que me ocorre (creio ser a essência dos problemas de definição que Mosca nos apresenta) é esta: do século XIX para o XX, testemunhamos uma passagem das sociedades organizadas como 1 e 4 para uma sociedade estabelecida mais em termos de 3 e 2. Passamos de um Estado de elite para um Estado de organização, no qual a elite já não é tão organizada nem tão unilateralmente pode-

_____

[60] Há também em Mosca afirmações sobre leis psicológicas que supostamente comprovam sua opinião. Observe-se seu uso da palavra "natural". Mas não é um ponto central e, além disso, não vale a pena considerá-lo.

rosa, e a massa é mais organizada e mais poderosa. Parte do poder se faz nas ruas, e em torno dele a totalidade das estruturas sociais e suas "elites" giraram. E que setor da classe dominante é mais organizado do que o bloco agrícola? Não se trata de uma pergunta retórica: posso respondê-la de qualquer das duas formas, desta vez - é uma questão da gradação. Tudo o que quero, no momento, é abrir a questão.

Mosca faz uma observação que me parece excelente e merecedora de desenvolvimento: segundo ele, há sempre na "classe dominante" um grupo de cúpula, e há essa segunda camada, maior, com a qual a) a cúpula está em contato contínuo e imediato, e com a qual b) partilha das ideias e sentimentos, e, portanto, segundo acredita-o, também as políticas (página 430). Conferir para ver se nalguma outra parte do livro estabelece outros pontos de ligação. É esse grupo recrutado em grande parte do segundo nível? Será a cúpula de alguma forma responsável pela segunda camada, ou pelo menos sensível a ela?

Esqueçamos agora Mosca: em outro vocabulário, temos a) à elite por meio da qual entendemos, aqui, o grupo de cúpula; b) os que têm importância, e c) todos os outros. A participação no segundo e terceiro, neste esquema, é definida pelo primeiro, e o segundo pode ser bastante variado em seu volume e composição e relações com a primeira e a terceira. (Qual é, incidentalmente, o alcance das variações 'das relações de a) com b) e c)? Examinar Mosca para sugestões e ampliar esse ponto, considerando-o sistemàticamente.)

Esse esquema pode-me permitir levar em conta, mais claramente, as diferentes elites, que são elites segundo as várias dimensões de estratificação. E, decerto, tomar de forma clara e significativa a distinção de Pareto, entre elites governantes e não governantes de um modo menos formal do que a dele. Certamente, muitas pessoas de alto status estariam pelo menos na segunda. Os grandes ricos, por exemplo. O Grupo ou a Elite se refere ao poder, ou à autoridade conforme o caso. A elite, nesse vocabulário, significaria sempre a elite do poder. As outras pessoas na cúpula seriam as classes superiores, ou os altos círculos.

Assim, de certa forma, talvez, possamos usar isso em relação a dois grandes problemas: a estrutura da elite e as relações conceptuais - mais tarde talvez as substantivas - das teorias de estratificação e elite. (Desenvolver isto.)

Do ponto de vista do poder, é mais fácil selecionar os que contam do que os governantes. Quando tentamos fazer o primeiro, escolhemos os altos níveis como uma espécie de aglomerado frouxo, e somos guiados pela posição. Mas quando tentamos selecionar os segundos, devemos indicar detalhadamente como dispõem do poder e como estão relacionados com os instrumentos sociais através dos quais o poder é exercido. E tratamos mais com pessoas do que posições, ou pelo menos levamos as pessoas em conta.

Ora, o poder nos Estados Unidos envolve mais' do que uma elite. Como podemos julgar as posições relativas dessas várias elites? Depende da questão e das decisões que estiverem sendo

tomadas. Uma elite vê a outra como constituída de pessoas que contam. Há esse reconhecimento mútuo entre as elites, segundo o qual a outra elite conta. De uma forma ou de outra, são pessoas consideradas mutuamente importantes. Projeto: selecionar 3 ou 4 decisões da última década - lançar a bomba atômica, reduzir ou elevar a produção do aço, a greve da GM em 1945 - e traçar em detalhe o pessoal que participou de cada uma delas. Poderia usar as "decisões" e os responsáveis por elas como pretextos de entrevistas.

3.

Chega um momento, no curso de nosso trabalho, em que nos cansamos dos outros livros. Tudo o que desejamos deles estão em nossas notas e resumos; e às margens dessas notas, bem como num arquivo separado, estão às ideias para estudos empíricos.

Não gosto de trabalho empírico, se me for possível evitá-lo. Se não temos pessoal, é uma grande preocupação; se temos então a pessoa se transforma, com frequência, numa preocupação ainda maior.

Na condição intelectual das Ciências Sociais de hoje, há tanto a fazer como "estruturamento" inicial (entendida a palavra como o tipo de trabalho que venho descrevendo) que muita "pesquisa empírica" acaba sendo frágil e desinteressante. Grande parte dela, de fato, é um exercício formal para estudantes que se iniciam, e por vezes uma empresa útil para os que não são capazes de tratar de problemas substantivos mais difíceis da ciência social. Não há mais virtudes na pesquisa empírica do que na leitura, como leitura. O objetivo da pesquisa empírica é solucionar desacordos e dúvidas sobre fatos, e assim tornar mais frutíferas as discussões, dando a todos os lados maior base substantiva. Os fatos disciplinam a razão; mas a razão é a guarda avançada de qualquer campo do conhecimento.

Embora jamais consigamos o dinheiro para realizar muitos dos estudos empíricos que planejamos, é preciso continuar a imaginá-los. Quando planejamos um estudo empírico, mesmo que não o realizemos, ele nos leva à pesquisa de novos dados, que com frequência revelam relevância insuspeitada para nossos problemas. Assim como é tolice imaginar um campo de estudo se a resposta puder ser encontrada numa biblioteca, também é tolice pensar que exaurimos os livros antes de

tê-los traduzido em estudos empíricos adequados, o que significa simplesmente em questões de fato.

Os projetos empíricos necessários ao meu tipo de trabalho devem prometer primeiro, ter relevância para o primeiro esboço, e sobre o qual já escrevi linhas acima. Devemos confirmá-lo em sua forma original ou provocar-lhe a modificação. Ou para colocar isso de forma mais pretensiosa, devem ter implicações para as construções teóricas. Segundo, os projetos devem ser eficientes e claros e, se possível, engenhosos. Por isso entendo que devem prometer proporcionar um grande volume de material em proporção ao tempo e esforço que exigem.

Mas como terá de ser feito isso? O modo mais econômico de formular um problema para resolver o maior número de seus aspectos possível é um só: o raciocínio. Raciocinando, tentamos a) isolar cada questão de fato que perdura; b) fazer as indagações de fato de tal modo que as respostas prometem ajudar-nos a resolver novos problemas, através de novos raciocínios. 81

Para dominar assim os problemas, temos de atentar para quatro estágios; habitualmente, porém, é melhor atravessar todas as quatro várias vezes do que demorar-se demasiado apenas num deles. As fases são: 1) os elementos e definições que acreditamos ter de levar em conta, em função do conhecimento geral do tópico, questão ou área de preocupação, à nossa disposição; 2) as relações lógicas entre essas definições e elementos; a construção desses pequenos modelos preliminares proporciona a melhor oportunidade para a

_____

[61] Talvez eu deva dizer o mesmo numa linguagem mais pretensiosa, a fim de tornar evidente, aos que não o sabem, a importância de tudo isso:

As situações problemáticas têm de ser formuladas com a devida atenção às suas implicações teóricas e conceptuais, e também aos paradigmas da pesquisa empírica e aos modelos de verificação adequados. Tais paradigmas e modelos, por sua vez, devem ser construídos de modo a permitir outras implicações teóricas e conceptuais provocadas pelo seu uso. As implicações teóricas e conceptuais das situações problemáticas devem primeiro, ser plenamente exploradas. Isso exige que o cientista social especifique cada urna dessas implicações e a considere em relação com todas as demais, mas também de forma que se harmonize com os paradigmas da pesquisa empírica e os modelos de verificação.

manifestação da imaginação sociológica; 3) a eliminação de falsas opiniões, devidas a omissões de elementos necessários, definições impróprias ou pouco claras de termos, ou ênfase indevida em alguma parte do processo e de suas extensões lógicas; 4) formulação e reformulação das questões de fato que perdurem.

A terceira fase, incidentalmente, é uma parte muito necessária, embola negligenciada com frequência, de qualquer formulação adequada de um problema. A consciência popular do problema - como uma questão e uma preocupação - deve ser cuidadosamente levada em conta: isso é parte dele. As formulações intelectuais, decerto, devem ser cuidadosamente examinadas e usadas na reformulação que se faz, ou abandonadas.

Antes de decidir quais os estudos empíricos necessários para a tarefa a ser feita, começo a delinear um plano mais amplo, dentro do qual vários estudos em pequena escala começam a despontar. Vejamos, novamente, um exemplo dos arquivos:

Ainda não estou em condições de estudar os altos círculos como um todo, de modo sistemático e empírico. Portanto, exponho definições e processos que formam uma espécie de configuração ideal desse estudo. Posso, então, tentar, primeiro, reunir o material existente que se aproxime dessa configuração; segundo, pensar formas convenientes de reunir material, dentro dos índices existentes, que o satisfaça, em pontos cruciais; e· terceiro, à medida que trabalho fazer pesquisas empíricas mais especifica, de grande escala, que seriam necessárias no fim.

Os altos círculos devem, decerto, ser definidos sistemàticamente em termos de variáveis especificas. Formalmente - essa é aproximadamente a opinião de Pareto - são as pessoas que "têm" a maior parte do que há para ser possuído dentro de qualquer valor ou conjunto de valores. Assim, deve tomar duas decisões: quais as variáveis que tomarei como critério, e que entendo por "a maior parte". Depois de ter decidido as variáveis, devo construir os melhores índices que puder se possível índices quantificáveis, a fim de distribuir a população em termos deles. Somente então poderei começar a decidir o que entendo por "a maior parte". Isso deveria, em parte, ser determinado pela inspeção empírica das várias distribuições, e seus pontos de contato.

Minhas variáveis-chaves deveriam a principio, ser bastante gerais para me proporcionar certa latitude na escolha de índices, embora bastante especifique para convidar à pesquisa de índices empíricos. À medida que avançar, terá de oscilar entre as concepções

e índices, guiado pelo desejo de não perder os sentidos pretendidos, e não obstante ser bem específico quanto a eles. Eis aqui quatro variáveis weberianas com as quais começarei:

I. Classe refere-se às fontes e volume de renda. Necessito, portanto, de distribuições de propriedade e de renda. O material ideal no caso (e é muito escasso, e infelizmente com datas) é uma tabulação combinada da fonte e do volume da renda anual. Assim, sabemos que X por cento da população recebe durante 1936 Y milhões ou mais, e que Z por cento de todo esse dinheiro era oriundo da propriedade, W por cento das retiradas de homens de negócios, Q por cento de salários. Nessa dimensão de classe, posso definir os círculos superiores - os que têm mais - seja como os que recebem determinados volumes de renda durante determinado tempo - ou, como os que constituem os 2% superiores da pirâmide de rendas. Examinar os registros do Tesouro e as relações de grandes contribuintes. Ver se as tabelas da Comissão Econômica Nacional Provisória sobre fontes e volume de renda podem ser atualizadas.

II. Status refere-se à intensidade da deferência recebida. Para isso não existem índices simples ou quantificáveis. Os índices existentes exigem, para sua aplicação, entrevistas pessoais, e são limitados, até agora, aos estudos de comunidades locais, que em sua maioria não têm grande valor. Há ainda o problema de que, ao contrário da classe, o status envolve relações sociais: pelo menos uma pessoa para receber e outra para prestar a deferência.

É fácil confundir publicidade com deferência - ou antes, não sabemos ainda se o volume de publicidade deve ou não ser usado como um índice de posição de status, embora seja o mais fácil de obter. (Por exemplo: em um ou dois dias sucessivos em meados de março de 1952, as seguintes categorias de pessoas foram mencionadas nominalmente no New York Times - ou em páginas escolhidas _ desenvolver isto.)

III. Poder refere-se à realização da vontade, mesmo que outros resistam. Como o status, ainda não foi catalogado em índices; Não creio que possa mantê-lo numa dimensão única, mas terei de falar a) da autoridade formal - definida pelos direitos e poderes de posições em várias instituições, especialmente militar, política e econômica. E b) poderes exercidos informalmente, mas não instituídos formalmente - líderes de grupos de pressão, propagandistas com grande número de veículos à sua disposição etc.

IV. Ocupação refere-se às atividades remuneradas. Novamente, devo escolher qual a característica da ocupação, que tomarei. a) Se usar a renda média das várias ocupações, para classificá-las, estará naturalmente usando a ocupação como um índice, e como a base, da classe. Da mesma forma, b) se usar o status ou o poder tipicamente ligado às diferentes ocupações, então estarei usando as ocupações como índices e bases do poder, da habilidade ou talento. Mas isso não é, de forma alguma, um modo fácil de classificar pessoas. A habilidade - não mais que o status - não é uma coisa homogênea, da qual exista mais ou exista menos. Tentativas para tratá-la dessa forma têm, habitualmente, de ser feitas em termos do tempo ne-

cessário para adquiri-las, e talvez isso deva bastar, embora eu espere encontrar uma solução melhor.

Estes são tipos de problemas que terei de resolver para definir analiticamente e empiricamente os círculos superiores, em termos dessas quatro variáveis-chaves. Para finalidades de planificação, suponho tê-las resolvido satisfatoriamente e ter distribuído à população dentro dos termos de cada uma delas. Teria, então, quatro grupos de pessoas: os que estão na cúpula em classe, status, poder e habilidade. Suponho ainda mais, que tenha isolado os 20/0 do alto de cada distribuição, como um círculo superior. Enfrentarei, então, esta pergunta empiricamente respondível: qual a 'interpenetração entre essas quatro distribuições? Uma gama de possibilidades poder ser localizada dentro deste diagrama simples (+ = 20/0 da cúpula; - = os 980/0 inferiores).

				Classe			
				+ Status		— Status	
				+	—	+	—
Poder	+	habilidade	+	1	2	3	4
			—	5	6	7	8
	—	habilidade	+	9	10	11	12
			—	13	14	15	16

Se eu tivesse o material para encher esse diagrama, ele encerraria os principais dados e muitos problemas importantes para um estudo dos altos círculos. Proporcionaria as chaves de multas questões de definição e substância.

Não tenho os dados, e não poderia obtê-los - o que torna ainda mais importante que especule sobre eles, pois o curso dessa reflexão se for guiada pelo desejo de aproximar-me das necessidades empíricas de uma configuração ideal, atingirei áreas importantes, sabre as quais talvez possa recolher material relevante, como ponto de contato e guia para novas reflexões.

Há ainda dois pontos que devo acrescentar a este modelo geral a fim de torná-lo formalmente completo. As concepções gerais das camadas superiores exigem atenção para a duração e mobilidade. A tarefa, aqui, é determinar posições (l-16) entre as quais há movimento típico de indivíduos e grupos - dentro da presente geração, e entre as duas ou três últimas gerações.

Isso introduz a dimensão temporal da biografia (ou linhas de carreiras) e da história em meu esquema. Não são apenas novas questões empíricas são também relevantes para as definições. Pois a) desejamos deixar aberto se ao classificar ou não as pessoas em termos de qualquer de nossas variáveis-chaves, devemos definir nossas categorias em termos do tempo que elas, ou suas famílias, ocuparam a posição em questão. Por exemplo, posso querer decidir

que os 2% superiores do status - ou pelo menos um importante tipo de status - consistem dos que ali estão pelo menos há duas gerações. Também b) desejo deixar aberta a questão de se devo ou não construir "uma camada", não só em termos de interseção de múltiplas variáveis, mas também em linha com a definição de Weber, da classe social como composta das posições entre as quais há "mobilidade típica e fácil". Assim, as ocupações burocráticas inferiores e os trabalhadores assalariados médios e superiores em certas indústrias parecem formar, nesse sentido, uma camada.

No curso da leitura e da análise das teorias de outros, planejando a pesquisa ideal e manuseando os arquivos, começamos a organizar uma lista de estudos específicos. Alguns deles são demasiado amplos para serem postos em prática, e com o tempo serão abandonados, lamentàvelmente. Outros acabarão constituindo material para um parágrafo, lima seção, uma frase, um capítulo; outros, ainda, se transformarão em temas que permearão todo um livro. Eis, novamente, algumas notas iniciais para vários desses projetos:

1) Uma análise tempo-orçamentário de um dia de -trabalho típico de dez altos diretores de grandes empresas, e o mesmo para dez administradores federais. Essas observações serão combinadas com entrevistas "biográficas" detalhadas. A finalidade é descrever as rotinas e decisões mais' importantes, pelo menos em parte, em termos do tempo' a elas dedicado, e obter uma visão dos fatores relevantes para as decisões tomadas. O processo variará naturalmente com o grau de cooperação obtido, mas idealmente envolverá primeiro, uma entrevista na qual a história da vida e situação presente do homem são esclarecidas; segundo, observações do dia, permanecendo, realmente, a um canto do escritório do entrevistado, e seguindo-o a toda parte; terceiro, uma entrevista mais prolongada naquela noite, ou no dia seguinte, na qual examinaremos a totalidade do dia e analisaremos os processos subjetivos envolvidos no comportamento externo que observamos.

2) Uma análise dos fins de semana da classe superior, nos quais as rotinas serão observadas de perto, seguindo-se entrevistas de análises com o homem e outros membros de sua família, na segunda-feira seguinte.

Para ambas as tarefas, tenho bons contatos e, naturalmente, os bons contatos, se devidamente tratados, levam a outros ainda melhores [acrescentado em 1957: isso mostrou-se um engano].

3) Um estudo da verba de representação de outros privilégios que, juntamente com os salários e outras rendas, formam o padrão e estilo de vida nos altos níveis. A ideia, aqui, é obter algo de concreto sobre a "burocratização do consumo", a transferência das despesas privadas para as contas correntes comerciais.

4) Atualizar o tipo de informação contido em livros como America's Sixty Families, de Lundberg, que se baseou nos impostos pagos em 1923.

5) Reunir e sistematizar, dos registros do Tesouro e outras fontes governamentais, a distribuição dos vários tipos de propriedade privada, pelas quantias.

6) Estudar a carreira dos Presidentes, todos os membros do Gabinete e todos os membros do Supremo Tribunal. Já tenho isso em· cartões IBM, desde o período constitucional até o segundo mandato de Truman, mas desejo ampliar os itens usados e analisá-los de novo.

Há outros "projetos" (35, - aproximadamente) desse tipo (por exemplo, a comparação do volume de dinheiro gasto nas eleições presidenciais de 1896 e 1952, comparação detalhada do Morgan de 1910 e Kaiser de 1950, e algo de concreto sobre as carreiras de "almirantes e generais"). Mas, à medida que avançamos, devemos, decerto, ajustar nosso objetivo ao que é acessível.

Depois de tomadas essas nota começou a ler trabalhos históricos sobre os grupos de cúpula, tomando notas ocasionais (e não arquivadas) e interpretando a leitura. Não temos, realmente, de estudar um tópico no qual estejamos trabalhando; pois como já disse, quando estamos no assunto, ele é encontrado por toda parte. Tornamo-nos sensíveis aos seus temas, vemos e ouvimos referências a eles em toda a nossa experiência, especialmente, acredito, em áreas aparentemente não-correlatas. Até mesmo os meios de comunicação em massa, em particular os maus filmes e os romances baratos, as revistas de fotonovelas e os programas noturnos de rádio, adquirem nova importância para nós.

4.

Mas o leitor pode indagar: como ocorrem as ideias?

Como é a imaginação estimulada a colocar juntos todas as imagens e fatos, a torná-las relevantes e dar sentido a eles? Não creio que tenha, realmente, uma resposta. Posso apenas falar das condições gerais e de algumas técnicas simples que, acredito, aumentaram minhas possibilidades de chegar a alguma coisa de novo.

A imaginação sociológica permita-me lembrar, consiste em grande parte na capacidade de passar de uma perspecti-

va a outra, e no processo estabelecer uma visão adequada de uma sociedade total de seus componentes. E essa Imaginação que distingue o cientista social o simples técnico. Os técnicos adequados podem ser treinados nuns poucos anos. A imaginação sociológica também pode ser cultivada; ela dificilmente ocorre sem um grande volume de trabalho, que com' frequência é de rotina. [62] Não obstante, há uma qualidade inesperada em relação a ela, talvez porque sua essência seja uma combinação de ideias que não supúnhamos combináveis - digamos uma mistura de ideias do Filo, Sofia alemã e da Economia britânica. Há certo estado de 'espírito alegre atrás dessa combinação, bem como um interesse realmente muito grande em ver o sentido do mundo, que falta aos técnicos. Talvez estes sejam demasiado bem treinados, treinados com demasiada precisão. Como ninguém pode ser treinado apenas no que já é conhecido, o treinamento por vezes incapacita-nos de aprender novos modos; leva-nos a rebelar-nos contra o que deveria ser a princípio, espontâneo e desorganizado mesmo. Mas temos de nos apegar a imagens e noções vagas, se forem nossas, e devemos desenvolvê-las, pois quase sempre as ideias originais se apresentam assim, inicialmente.

Há formas definidas, creio, de estimular a imaginação sociológica:

1) No nível mais concreto, a redisposição do arquivo, como já disse, é uma forma de convidar a imaginação. Simplesmente esvaziamos pastas até então desligadas entre si, misturamos seu conteúdo, e lhe damos nova disposição. Procuramos fazê-lo de forma mais ou menos despreocupada. A frequência e a extensão dessa nova arrumação variam com os diferentes problemas que temos, e com a forma pela qual evoluem. Mas a mecânica do processo é apenas essa. Devemos ter em mente, decerto, os vários problemas sobre os quais estamos trabalhando ativamente, mas também procuraremos ser passivamente receptivos a qualquer ligação imprevista e não-planificada.

_____

[62] Ver os excelentes artigos sobre "percepção" e "realização criadora" de Hutchinson, em Study of Internacional Relations. organizado por Patrick Mullahy. N. York. 1949.

2) Uma atitude lúcida em relação às frases e palavras co que as várias questões são definidas libera, com frequência, a imaginação. Procuremos sinônimos para cada um de nossos têrmos-chaves nos dicionários e nos livros técnicos, a fim de conhecer toda li extensão de suas conotações. Esse hábito simples nos levará a aperfeiçoar os termos do problema, e, portanto defini-los com menor m1mero de palavras e maior precisão. Somente conhecendo os vários sentidos dados a cada palavra, podemos escolher exatamente aquelas com as quais desejamos trabalhar. Mas esse interesse nas palavras vai mais longe. Em todo trabalho, especialmente na análise das afirmações te6ricas, tentaremos manter a atenção sobre o nível de generalidades de cada palavra, e com frequência verificaremos ser útil decompor uma afirmação de alto nível em sentidos mais concretos. Quando isso é feito, a afirmação frequentemente se desdobra em dois ou três componentes, cada qual com dimensões diferentes. Também tentaremos elevar o nível de generalidade, afastar os qualificadores específicos e examinar a afirmação ou dedução reformulada mais abstratamente, para ver se a podemos ampliar ou desenvolver. Assim, de cima e de baixo, procuramos conhecer, em busca de um sentido mais claro, todos os aspectos e implicações da ideia.

3) Muitas das noções gerais que encontramos se classificam em tipos, quando sobre elas refletimos. U ma nova classificação é o início habitual de uma evolução proveitosa. A capacidade de estabelecer tipos e em seguida procurar as condições e consequências de cada tipo se tornará, em suma, um procedimento automático. Ao invés de nos contentarmos com as classificações existentes, em particular as ditadas pelo bom senso, devemos buscar os denominadores comuns e fatores de diferenciação dentro e entre elas. Os bons, tipos exigem que os critérios de classificação sejam explícitos e sistemáticos. Para isso, temos de desenvolver o hábito da classificação cruzada.

A técnica dessa classificação não é, decerto, limitada ao material quantitativo; na verdade, é a melhor forma de imaginar e obter novos tipos" bem como criticar e esclarecer outros, mais antigos. Cartas, quadros e diagramas de tipo qualitativo não são apenas formas de evidenciar o trabalho já realizado - são, com frequência, instrumentos autênticos da produção. Esclarecem as "dimensões" dos tipos, que tam-

bém nos ajudam a imaginar e construir. Na verdade, nos últimos quinze anos não creio ter escrito mais de uma dúzia de páginas de esboços sem usar a classificação cruzada - embora, decerto, não se revelem tais diagramas. A maioria deles não revela qualquer utilidade, mas ainda assim teremos aprendido alguma coisa. Quando funcionam, ajudam-nos a pensar com mais clareza e escrever com mais objetividade. Permitem-nos descobrir o pleno alcance e as relações dos termos mesmos com os quais pensamos e os fatos de que nos ocupamos.

Para o sociólogo, a classificação cruzada é o que a diagramação de uma sentença é para o gramático. Sob muitos aspectos, a classificação cruzada é a gramática mesma da imaginação sociológica. Como toda gramática, deve ser controlada, não se lhe permitindo escapar aos seus objetivos.

4) Frequentemente, temos a melhor percepção considerando os extremos - pensando o oposto daquilo que nos preocupa diretamente. Se refletirmos sobre o desespero, pensamos também, então, na tranquilidade; se estudamos o avarento, lembramo-nos do perdulário. A coisa mais difícil no mundo é estudar um objeto: quando procuramos contrastar vários deles, temos melhor percepção dos materiais e podemos então estabelecer as dimensões em que as comparações são feitas. Veremos que oscilar entre a atenção e essas dimensões e os tipos concretos é bastante esclarecedor. Essa técnica é também logicamente sólida, pois sem uma amostra, só pudemos formular suposições sobre as frequências estatísticas: o que podemos fazer é dar o alcance e os principais tipos de alguns fenômenos, e para isso é mais econômico começarmos construindo "tipos polares" que se oponham em várias dimensões. Isso não “quer dizer, naturalmente, que não lutaremos para ganhar e manter um senso de proporção que não busquemos uma chave para as' frequências de determinados tipos. Na verdade, estamos sempre tentando combinar essa busca com a procura de índices para os quais p0deríamos encontrar ou colher estatísticas.

Devemos usar vários pontos de vista - essa a minha ideia central. Perguntaremos por exemplo, como um cientista político que lemos recentemente abordaria tal ponto, ou como o abordariam tal psicólogo experimental, ou tal historiador? Procuramos pensar em termos de vários pontos de vista, e assim deixamos que nossa mente se transforme num prisma

móvel, colhendo luz de tantos ângulos quanto possível. Quanto a isso, escrever diálogos é muito útil.

Muitas vezes nos descobriremos pensando contra alguma coisa, e ao procurar compreender um novo campo intelectual, uma das primeiras coisas a fazer é expor os principais argumentos. Um dos sentidos da expressão "estar a par da literatura" é ser capaz de localizar os adversários e amigos de todo ponto de vista existente. Incidentalmente, não é muito aconselhável nos impregnarmos demasiado da literatura - podemos afogar-nos nela, como Mortimer Adler. Talvez o importante seja saber quando devemos e quando não devemos.

5) O fato de que, em favor da simplicidade, na classificação cruzada, devemos trabalhar primeiro em termos de sim-ou-não, estimula-nos a pensar nos extremos opostos. Isso é geralmente bom, pois a análise qualitativa não pode proporcionar as frequências ou grandezas. Sua técnica e seu objetivo é dar a variedade dos tipos. Para muitas finalidades, não precisamos demais do que isso, embora para outra, decerto, precisemos obter uma ideia mais precisa das proporções em jogo.

A imaginação pode ser libertada, às vezes, invertendo-se deliberadamente o senso de proporção. [63] Se alguma coisa nos parece muito pequena, imaginar que é simplesmente enorme, e indaguemos: que diferença faria isso? E vice-versa, para os fenômenos gigantescos. Que aspectos teriam as aldeias analfabetas, com populações de 30 milhões? Hoje, pelo menos, não penso, nunca, em contar realmente, ou medir, nada, antes de ter jogado com cada um de seus elementos e condições e consequências, num mundo imaginário no qual controle a escala de tudo. E isso que os estatísticos deveriam entender, mas não entendem com sua horrível frasezinha "conhecer o universo de fazer a amostragem".

6) Qualquer que seja o problema de que nos ocupamos, veremos ser útil tentar obter uma percepção comparada do material. A busca de casos comparáveis seja numa civilização e período histórico, ou em vários, nos dá as chaves.

---

[63] Kenneth Burke, analisando Nietzsche, deu a isso o nome de "perspectiva pela incongruência". Ver Burke. Permanence and Change, N. York, 1936.

Jamais deveríamos pensar em descrever uma instituição na América do século XX, sem ter em mente instituições semelhantes em outros tipos de estruturas e períodos. Isso ocorre mesmo que não façamos comparações explícitas. Com o tempo, chegaremos quase automàticamente a orientar historicamente a nossa reflexão. Uma razão disso é que por vezes o objeto de nosso exame é limitado em número: para termos dele uma percepção comparada, temos de colocá-lo dentro de uma moldura histórica. Ou, em outras palavras, a abordagem pelo contraste exige o exame do material histórico. Isso por vezes resulta em aspectos úteis para uma análise de tendências, ou leva a uma tipologia de fases. O material histórico, portanto, será usado devido ao desejo de se obter um alcance 'maior, ou um alcance mais adequado de algum fenômeno - e por isso entendo uma perspectiva que inclua as variações de dimensões conhecidas. Certo conhecimento da história é indispensável ao sociólogo; nem tal conhecimento, não importando o que mais saiba, estará simplesmente inválido.

7) Há, finalmente, um ponto que tem mais relação com ofício de preparar um livro do que com a liberação da imaginação. Esses dois aspectos são, porém, com frequência, um mesmo: a forma pela qual dispomos o material para apresentação sempre afeta o conteúdo de nosso trabalho. Adquiri tal ideia com um grande compilador, Lambert Davis, que depois de ver como a usei, creio que não a aceitaria como filha sua. Essa ideia é a distinção entre o tema e o tópico.

O tópico é um assunto, como “a carreira dos diretores de empresa” ou "o crescente poder dos oficiais militares”, ou o declínio das matronas na sociedade". Habitualmente, a maior parte do que temos a dizer sobre um tópico pode ser fàcilmente colocada num capítulo ou parte de capítulo. Mas a ordem na qual todos os nossos tópicos é disposta nos leva, com frequência, ao reino dos temas.

O tema é uma ideia habitualmente de alguma tendência 'significativa, um conceito importante, uma distinção-chave, com a racionalidade e razão, por exemplo. Ao trabalharmos na construção e um livro, quando chegamos a compreender os, dois ou três ou, segundo o caso, os seis ou sete temas, então saberemos que estamos no alto da tarefa. Re-

conhecermos esses temas porque insistem em serem arrastados para todos os tipos de tópicos e talvez julguemos que se trata de simples repetições. E por vezes o são! E quase certo que estarão, sempre, nos parágrafos mais densos e confusos, mal escritos, de nosso manuscrito.

O que devemos fazer é isolá-los e formulá-los de modo geral, com a maior: clareza e brevidade possível. Então, bem sistemàticamente, devemos estabelecer uma classificação cruzada deles, dentro do âmbito total de nossos tópicos. Isso significa que indagaremos de cada tópico: como é afetado por esses temas? E ainda: qual o sentido se houver de cada um desses temas e desses tópicos?

O tema pode exigir um capítulo ou uma seção, talvez ao ser introduzido inicialmente, ou talvez num sumário final. Em geral, creio que a maioria dos autores - bem como dos pensadores mais sistemáticos - concordarão que em determinada altura todos os temas devem aparecer juntos, em relação mútua. Com frequência, embora nem sempre, é possível fazer isso no início de um livro. Habitualmente, em qualquer livro bem construído, deverá ser feito mais ou menos no fim. E, evidentemente, em todo o livro devemos pelo menos relacionar os temas com cada tópico. ~ mais fácil escrever sobre isso do que fazê-lo, pois a questão nem sempre é tão mecânica quanto aparenta. Mas por vezes é - pelo menos, se os temas estão devidamente isolados e esclarecidos. Mas aí está a questão. Pois aquilo que no contexto do artesanato literário tem o nome de tema, no contexto do trabalho intelectual recebe o nome de ideias.

Podemos verificar, por vezes, que um livro não tem, na realidade, temas. É apenas uma fileira de tópicos, cercados por introduções metodológicas à metodologia, introduções teóricas à teoria. Elas são, na verdade, indispensáveis ao preparo de livros por homens sem ideias. E indispensável também é a falta de inteligibilidade.

5.

Todos concordarão em que os trabalhos devem ser apresentados em linguagem clara e simples, na medida em que o assunto e os pensamentos o permitam. Mas como poderemos notar uma prosa empolada e polissilábica não predomina nas Ciências Sociais. Os que a empregam julgam, creio

eu, estar imitando a "ciência física", e não têm consciência de que tal prosa não é totalmente necessária. Já disse, na verdade e com autoridade, que há "uma crise seria na alfabetização" - crise de que participam os cientistas sociais. [64] Será essa linguagem peculiar provocada pelo fato de estarem sendo debatidas questões, conceitos, métodos sutis e profundos? Se não, quais então as razões daquilo que Malcolm Cowley chamou, apropriadamente, de "soclíngua"? [65] Será ela realmente necessária para um trabalho adequado? Se for, nada se poderá fazer; mas se não for então como evitá-la?

Acredito que essa falta de inteligibilidade fácil habitualmente nada tem a ver com a complexidade do assunto, nem com a profundidade do pensamento. Relaciona-se quase totalmente com certas confusões do autor acadêmico sobre seu próprio status.

Em muitos círculos acadêmicos, hoje, quem tentar escrever de forma simplesmente inteligível é condenado como "simples literato" ou, pior ainda, como "simples jornalista". Talvez o leitor já saiba que tais frases, tal como habitualmente usadas, indicam apenas uma dedução espúria: superficial, porque compreensível. O homem acadêmico na America está procurando levar uma vida intelectual séria num contexto social que, com frequência, parece contrário a ela. Seu prestígio deve compensar muitos dos valores predominantes que sacrificou ao escolher a carreira acadêmica. Seu desejo de prestígio toma-se dependente de sua auto-imagem como "cientista". Ser chamado de "mero jornalista" faz com que se sinta indigno e superficial. É esta situação, creio a razão do vocabulário complicado e da forma prolixa de escrever e falar. É menos difícil aprender tal estilo do que

---

[64] Foi Edmund Wilson, considerado de modo geral como "o melhor crítico no mundo de língua inglesa", que escreveu: "Quanto à minha experiência com artigos de especialistas em Antropologia e Sociologia, levou-me a concluir que a exigência, em minha universidade ideal, de. ter os trabalhos de todos os departamentos submetidos a um professor de língua poderia resultar no revolucionamento desses assuntos - se é que o segundo deles conseguisse, realmente, sobreviver." A Piece of My Mind, N. York, 1956, p. 164.

[65] Malcolm Cowley, "Sociological Habit Patterns in Linguistic: Transmogrification “, The Reporter, 20 de setembro de 1956, pp. 41 e SS.

não aprendê-lo. Tornou-se uma convenção - os que não o empregam, estão sujeitos à desaprovação. Pode ser resultado de um cerrar fileiras acadêmicas dos medíocres, que compreensivelmente excluem aqueles que despertam a atenção das pessoas inteligentes, acadêmicas ou não.

Escrever é pretender a atenção dos leitores. Isso é parte de Qualquer estilo. Escrever é também pretender para si um status pelo menos bastante para ser lido. O jovem acadêmico participa muito de ambas as pretensões, e porque sente que lhe falta uma posição pública, com frequência coloca o status acima da atenção do leitor a que se dirige. Na verdade, na América, até mesmo os mais realizados homens de conhecimento não gozam de muito prestígio entre amplos círculos e públicos. Sob esse aspecto, o caso da Sociologia é um exemplo extremo: em grande parte, os hábitos sociológicos de estilo nasceram na época em que os sociólogos tinham reduzido status, até mesmo entre outros intelectuais. O desejo de prestígio é uma das razões pelas quais os acadêmicos escorregam, com tanta facilidade, para o ininteligível. E esta é, por sua vez, a razão pela qual não alcançam o status desejado. Um círculo verdadeiramente vicioso - mas do qual qualquer intelectual pode sair fàcilmente.

Para superar a prosa acadêmica, temos de superar primeiro a pose acadêmica. E muito menos importante estudar a gramática ê as raízes da língua do que esclarecer nossas respostas a estas três perguntas: 1) Quais, no final das contas, a dificuldade e a complexidade meu assunto? 2) Quando escrevo, que status estou pretendendo para mim mesmo? 3) Para quem procuro escrever?

1) A resposta habitual à primeira pergunta é: não é tão difícil e complexo quanto a forma adotada para apresentá-lo. A prova disso está em toda parte: revela-se pela facilidade com que 95% dos livros de ciência social podem ser traduzidos em linguagem ao alcance de qualquer pessoa medianamente culta. [66]

_____

[66] Para alguns exemplos dessa tradução, ver o capítulo 2. Incidentalmente, o melhor livro que conheço sobre o problema de redação é o de Robert Graves e Alan Hodges, The Reader Over Your

Mas, indagará o leitor não precisamos, por vezes, de termos técnicos?[67] São claro que sim, mas “técnico” não significa necessariamente “difícil”, e sem duvida não significa um jargão. Se os termos técnicos são realmente necessários, e também seu sentido é explicado clara e precisamente, não será difícil usá-los num contexto sente simples, que os apresente significativamente para o leitor.

Há talvez uma objeção: as palavras da linguagem comum estão quase sempre "carregadas" de sentimentos e valores e por isso seria melhor evitá-las em favor de novas palavras ou termos técnicos. Eis minha resposta: é certo que as palavras comuns estão por vezes "carregadas". Mas muitos termos técnicos em uso na ciência social também estão carregados. Escrever com clareza é controlar tais "cargas", dizer exatamente o que queremos, e- de forma que sàmente esse sentido, e apenas ele, será entendido pelos outros. Suponhamos que nosso sentido pretendido está limitado por um círculo de um metro e meio, no centro do qual ficamos nós; suponhamos que o sentido compreendido pelo nosso leitor é outro círculo semelhante, no qual está ele. Os círculos, esperemos se confundem. As proporções em que eles se confundem retratam o êxito com que nos comunicamos. No círculo do leitor, a parte que não se confunde - é a área do sentido não-controlado; ele lhe deu o sentido que quis. Em nosso círculo, a parte que não se confunde - é outra mostra de nosso fracasso: não conseguimos transmiti-la.

_____

Shouder, N. York, 1944. Ver também o excelente debate por Barzun e Graff, The Modern Researcher, op. cit.; G. E. Montague, A Writer's Notes on His Trade, Londres, 1930-1949, e Bonamy Dobrée, Modern 'Prose Style, Oxford, 1934-1950.

[67] Os que compreendem a linguagem matemática muito melhor do que eu digo ser ela precisa econômica, clara. É por isso que desconfio de tantos cientistas sociais que pretendem para a Matemática um lugar central entre os métodos de estudo social, e não obstante escrevem prosa imprecisamente, antieconomicamente e obscuramente. Deveriam tomar uma lição com Paul Lazarsfeld, que acredita muito na Matemática e cuja prosa sempre revela, até mesmo num primeiro esboço, as qualidades matemáticas indicadas. Quando não posso compreender sua Matemática, sei que isso é consequência de minha ignorância; como discordo do que ele escreve em linguagem não-matemática, sei que é porque ele está enganado, pois sempre entendemos precisamente o que ele está dizendo, e portanto exatamente onde se enganou.

A habilidade do autor está em fazer que o círculo de sentido do leitor coincida exatamente com o seu, escrever de tal modo que ambos fiquem no mesmo círculo de sentido controlado.

Meu primeiro ponto, portanto, é o de que a maioria da "soclíngua" não tem relação com qualquer complexidade de assunto ou pensamento. f; usada - creio que quase totalmente - para as pretensões acadêmicas. . Escrever dessa forma é dizer para o leitor (quase sempre inconscientemente, tenho a certeza): "Sei de alguma coisa tão difícil que você só poderá compreendê-la se aprender primeiro minha linguagem difícil. Enquanto isso, você é um mero jornalista, um leigo, ou algum outro tipo subdesenvolvido.”.

2) Para responder à segunda pergunta, devemos distinguir duas formas de apresentar o trabalho de ciência social, segundo a ideia que o autor faz de si mesmo, e a voz com a qual fala. Uma forma nasce da ideia de que ele é um homem que pode gritar murmurar ou rir entre dentes, mas será sempre entendido. É também evidente o tipo de homem que é: confiante ou neurótico, direto ou complicado, é o centro de experiência e pensamento. Descobriu alguma coisa, e nos está falando dela, explicando como a descobriu. É essa a voz existente atrás das melhores exposições.

A outra forma de apresentar o trabalho é a de não usar qualquer voz humana. Essa forma de escrever não é, absolutamente, uma "voz". É um som autônomo, uma prosa fabricada por uma máquina. O fato de estar cheia de jargão não é tão digna de nota quanto seu maneirismo extremado; não é apenas impessoal, é pretensiosamente impessoal. Os boletins governamentais são, por vezes, escritos nesse estilo. As cartas comerciais também. E grande parte da ciência social. Qualquer escrito - com exceção talvez de alguns grandes estilistas - que não seja imaginável como discurso humano é um mal escrito.

3) Mas finalmente há a questão dos que devem ouvir a voz - e refletir nisso também nos leva a pensar nas características do estilo. São muito importantes para qualquer autor ter em mente exatamente quais os públicos a que se dirige - e também o que realmente pensa deles. Não são

questões fáceis: para respondê-las bem são necessárias decisões sobre si mesmo bem como sobre o conhecimento do público leitor. Escrever é pretender ser lido, mas por quem?

Uma resposta foi sugerida por meu colega, Lionel Trilling, que me autorizou a reproduzi-Ia. Devemos supor que nos pediram uma conferência sobre um assunto que conhecemos bem, perante um público de professores e alunos de todos os departamentos de uma importante universidade, bem como várias pessoas interessadas, vindas da cidade próxima. Suponhamos que esse público está à nossa frente, e que tem o direito de saber; suponhamos que estamos dispostos a transmitir-lhe esse conhecimento. E escrevamos.

Há quatro possibilidades simples à disposição do cientista social como autor. Se ele se reconhecer como uma voz e supor que fala para um público como o que descrevi, tentará escrever uma prosa legível. Se considerar-se como uma voz, mas não tiver qualquer consciência do público, poderá cair fàcilmente em elucubrações ininteligíveis. Deveria ter mais cautela. Se considerar-se menos uma voz do que um agente de algum som impessoal, então - se encontrar publica - mais provàvelmente será um culto. Se, sem conhecer sua própria voz, não encontrar nenhum público, mas falar apenas para um registro que ninguém faz, então suponho que teremos de admitir que se trate de um verdadeiro fabricante de prosa padronizada: um som anônimo num grande salão vazio. :r;: um espetáculo aterrorizador, como na novela de Kafka, e realmente deve ser: estamos falando do limite da razão.

A linha entre a profundidade e a verborragia é, com frequência, delicada, perigosa mesmo. Ninguém negará o encanto curioso daqueles que- como no pequeno poema de Whitman - ao início de seus estudos, ficam tão contentes e atemorizados, ao mesmo tempo, com o primeiro passo, que não desejam mais ir além. Em si, a língua constitui um mundo maravilhoso, mas, envolvidos nesse mundo, não devemos tomar a confusão do início com a profundidade dos resultados acabados. Como membros da comunidade acadêmica, devemos ver-nos como representantes de uma linguagem realmente grande, e esperar e exigir de nós mesmos que, ao falar ou escrever, estejamos dando prosseguimento ao discurso do homem civilizado.

Há ainda outro ponto relacionado com a influência mútua entre a escrita e o pensamento. Se escrevermos apenas com referência ao que Hans Reichenbach chamou· de "contexto da descoberta", seremos compreendidos por muito pouca gente; além disso, tenderíamos a ser bem subjetivos em nossa formulação. Para tornar mais objetivo o nosso pensamento, qualquer que seja, devemos trabalhar no contexto da apresentação. Finalmente, apresentamos nosso· pensamento a nós mesmos, o que tem, com frequência, o nome de "pensar claramente". Então, quando sentirmos que o temos em forma, o apresentamos a outros - e verificamos que não o deixamos claro. Estamos, agora, no "contexto da apresentação". Por vezes observamos que, ao tentar apresentar nosso pensamento, o modificamos - não só em suas formas, mas também em seu conteúdo. Surgirão novas ideias à medida que trabalharmos no contexto da apresentação. Em suma, será um novo contexto de descoberta, diferente do original, em nível mais alto, creio, porque mais socialmente objetivo. E novamente não podemos divorciar o que pensamos do que escrevemos. Temos de nos movimentar entre esses dois contextos, e sempre que nos movimentamos é bom saber par onde estamos indo.

6.

Do que eu disse, poderemos compreender que na prática jamais "começamos a trabalhar num projeto": já esta· mos "trabalhando", seja num veio pessoal, nos arquivos, nas notas tomadas aos rascunhos, ou nos empreendimentos dirigidos. Seguindo esse modo de vida e trabalho, haverá sempre muitos tópicos que desejaremos ampliar. Depois de nos decidirmos quais são eles tentaremos usar todo o nosso arquivo, nossas notas de leitura, nossa seleção de pessoas tudo para esse tópico ou tema. Estamos procurando construir um pequeno mundo encerrando todos os elementos-chaves que participam do trabalho a ser executado, colocar cada um deles em seu lugar, de modo sistemático, reajustar continuamente essa estrutura em relação aos fatos que ocorrem em cada uma de suas partes. Viver simplesmente nesse mundo construído é saber o que é necessário: ideias, fatos, ideias, números, ideias.

Assim, descobriremos e descreveremos, fixando os tipos para a ordenação do que descobrimos, focalizando e organizando a experiência, distinguindo os itens por nome. Essa busca de ordem nos levará a procurar padrões e tendências, encontrar relações que possam ser típicas e causais. Procuraremos, em suma, os sentidos das coisas que encontramos das coisas que possam ser interpretadas como mostra visível de algo invisível. Faremos um inventário de tudo o que parece 'envolvido no que estamos procurando compreender. Buscaremos o essencial, e cuidadosa e sistemàticamente relacionaremos esses itens com outros, a fim de formar uma espécie de modelo funcional. E então relacionaremos esse modelo com o que estivermos procurando explicar. Por vezes, é difícil; mas com frequência, não o conseguiremos.

Mas sempre, entre todos os detalhes, estaremos buscando indicadores que possam mostrar a principal tendência, as formas subjacentes e as tendências do âmbito da sociedade em meio do século XX. Pois, no fim, é isso - a variedade humana - que constitui sempre o objeto de nossos escritos.

Pensar é lutar para impor ordem, e ao mesmo tempo abarcar o maior numero possível de aspectos. Não devemos parar de pensar demasiado cedo - ou deixaremos de conhecer tudo o que devemos. Não podemos permitir que continue para sempre, ou nós mesmos explodiremos. É esse dilema, creio que toma a reflexão, nas raras ocasiões em que é mais ou menos bem sucedida, a empresa mais apaixonante de que o ser humano é capaz.

Talvez eu possa resumir melhor o que venho procurando dizer, na forma de alguns preceitos e avisos:

1) Sejamos um bom artesão: evitemos qualquer norma de procedimento rígida. Acima de tudo, busquemos desenvolver e usar a imaginação sociológica. Evitemos o fetichismo do método e da técnica. É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual despretensioso, e devemos tentar sermos, nós mesmos, esse artesão. Que cada homem seja seu próprio metodologista; que cada homem seja seu próprio técnico; que a teoria e o método se tomem novamente parte da prática de um artesanato. Defendemos o primado do intelectual individual; sejamos a' mente que enfrenta, por si mesma, os problemas do homem e sociedade.

2) Evitemos a singularidade bizantina dos Conceitos associados e dissociados, o maneirismo da verborragia. Imponhamos a nós mesmos, e aos outros, a simplicidade das afirmações claras. Só usemos os termos complicados quando acreditarmos firmemente que sua utilização amplia o âmbito de nossas sensibilidades, a precisão de nossas referências, a profundidade de nosso raciocínio. Evitemos usar a ininteligibilidade como meio de fugir aos julgamentos sobre a sociedade - e como meio de fugir aos julgamentos dos leitores sobre nosso trabalho.

3) Façamos as construções trans-históricas que julgarmos necessárias, mas pratiquemos também as minúcias sub-históricas. Estabeleçamos uma teoria bastante formal e modelos do melhor modo possível. Examinemos em detalhe os pequenos fatos e suas relações, e os grandes acontecimentos ímpares também. Mas não sejamos fanáticos: relacionemos todo esse trabalho, continuamente e de perto, com o nível da realidade histórica. Não suponhamos que alguma outra pessoa fará isso para nós, algum dia, nalgum lugar. Tomemos nossa tarefa como definidora dessa realidade; formulemos nossos problemas em seus termos; em seu nível tentemos resolver tais problemas e assim solucionar as questões e preocupações que envolvem. E jamais escrevamos mais de três páginas sem ter em mente pelo menos um exemplo sólido.

4) Não estudemos apenas um ambiente pequeno depois de outro: estudemos as estruturas sociais nas quais os ambientes estão organizados. Em termos desses estudos de estruturas mais amplas, escolhamos os ambientes que precisamos estudar detalhadamente e os examinemos de modo a compreender a influência mútua entre eles e a estrutura. Procedamos de modo semelhante no que se relaciona com o período de tempo. Não sejamos apenas jornalistas, por mais precisos. O jornalismo pode ser uma grande realização intelectual, mas a nossa é maior! Não nos limitemos, portanto, a relatar pesquisas insignificantes em limitados momentos de tempo. Tomemos como nosso âmbito temporal o curso da história e localizemos nele as semanas, anos, épocas que examinamos.

5) Devemos compreender que nosso objetivo é o entendimento comparado e pleno das estruturas sociais que sur-

giram e hoje existem na história mundial. Para realizar esse objetivo, devemos evitar a especialização arbitrária dos departamentos acadêmicos existentes. Especializaremos variadamente nosso trabalho, segundo o tópico e, acima de tudo, segundo o problema significativo. Ao formular e tentar resolver tais problemas, não hesitemos, na verdade procuremos, de forma permanente e imaginativa, valer-nos das perspectivas e material, ideias e métodos, de qualquer e de todos os estudos sensíveis do homem e da sociedade. São nossos estudos; é parte do que somos parte; não deixemos Que nos sejam tirados por aqueles que os encerrariam num jargão estéril e nas pretensões e especialização.

6) Mantenhamos sempre os olhos abertos para a imagem do homem - a noção genérica de sua natureza humana - que pelo nosso trabalho, estamos supondo e considerando implícita. E também para a imagem da história - nossa noção de Gomo a história está sendo feita. Numa palavra, devemos desenvolver e rever continuamente nossas opiniões sobre os problemas de história, de biografia e de estrutura social, nos quais a biografia e a história se cruzam. Mantenhamos nossos olhos abertos para as variedades da individualidade, e para os modelos de transformações de épocas. Devemos usar o que vemos e o que imaginamos como chaves para nosso estudo da variedade humana.

7) Devemos saber que herdamos e estamos levando à frente a tradição da análise social clássica; por isso, busquemos compreender o homem não como um fragmento isolado, não como um campo ou sistema inteligível em si mesmo. Procuremos compreendê-lo como agente histórico e social, e as formas pelas quais sua variedade é complexamente selecionada e intrincadamente formada pelas variedades de sociedades humanas. Antes de concluirmos qualquer trabalho, por mais ocasional, orientemos esse trabalho para a tarefa central e permanente de compreender a estrutura' e a tendência, o condicionamento e os sentidos, de nosso próprio período, o terrível e magnífico mundo da sociedade humana na segunda metade do século XX.

8) Não devemos permitir que as questões públicas, tais como oficialmente formuladas, nem as preocupações, tais como experimentadas privadamente, determinem os problemas que estudamos. Acima de tudo, não devemos abrir mão

de nossa autonomia moral e política, aceitando, pelas condições de alguma outra pessoa, o praticalismo iliberal do ethos burocrático, ou o praticalismo liberal do dispersivo. Muitos problemas pessoais não podem ser resolvidos simplesmente como preocupações, mas devem ser compreendidos em termos de questões públicas - em termos dos problemas de criação do processo histórico. O sentido humano das questões públicas pode ser revelado relacionando-se tais questões com as preocupações pessoais - e com os problemas da vida individual. Os problemas da ciência social, quando formulados adequadamente, devem incluir tanto as preocupações como as questões, a biografia e a história, e o âmbito de suas relações complexas. Dentro desse âmbito, a vida do indivíduo e a evolução das sociedades ocorrem; e dentro desse âmbito a imaginação sociológica tem sua possibilidade de influir na qualidade da vida humana de nossa época.

Agradecimentos

VERSÕES anteriores deste livro foram apresentadas· a um seminário de ciência social, na primavera de 1957, promovido em Copenhague por Henning Friis, Consultor do Socialministrat. Agradeço-lhe, e aos seguintes membros do seminário, pelas suas críticas penetrantes e sugestões bondosas: Kirsten Rudfeld, Bent Andersen, P. H. Kühl, Poul Vidriksen, Knud Erick Svensen, Torben Agersnap, B. V. Elberling.

Capítulo 1: "A Promessa", juntamente com outras partes curtas deste livro, foi apresentado em forma resumida à Associação Americana de Ciência Política, em setembro de 1958, em St. Louis. No capítulo 6, recorri a um ensaio, "Dois Estilos de Pesquisa no Estudo Social Contemporâneo", publicado na Philosophy of Sciences, Vol. XX, n.º 4, outubro de 1953. Uma versão anterior dos cinco primeiros pontos do Apêndice foi publicada no Symposium on Sociological Theory, de L. Gross, Evanston, Peterson, 1959. Os itens 5 e 6 do capítulo 8 foram publicados pela Monthly Review, em outubro de 1958. De forma geral, usei também observações publicadas inicialmente em The Saturday Review, de 1.0 de maio de 1954. Trechos dos capítulos 9 e 10 foram usados em conferência pronunciada na Escola de Economia de Londres, e na Academia Polonesa de Ciências, em Varsóvia, em janeiro, e transmitidas pela BBC em seu Terceiro Programa, em fevereiro de 1959.

Versões posteriores do manuscrito foram criticadas, no todo ou em parte, pelos seguintes colegas, aos quais transfiro qualquer mérito que o livro possa ter, e desejo que houvesse alguma forma mais adequada de agradecer a essa preciosa ajuda:

Harold Barger, Robert Bierstadt, Norman Birnbaum, Herbert Blumer, Tom Bottomore, Lyman' Bryson, Lewis Coser, Arthur K. Davis, Robert Dubin, Si Goode,. Marjorie Fiske, Peter Gay, Llewellyn Gross, Richard Hofstadter, Irving Howe, H. Stuart Hughes, Floyd Hunter, Sylvia Jarrico, David Kettler, Walter Klink, Charles E. Lindblom, Ernst Mannheim, Reece McGee, Ralph Miliband, Barrington Moore J r., David Riesman, Meyer Schapiro, George Rawick, Arnold Rogow e Paul Sweezy.

Agradeço a meus amigos William Miller e Harvey Swados, pelos seus contínuos esforços em me ajudar a escrever com clareza.

C. W. M.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS

DA COMPANHIA GRÁFICA LUX, RUA FREI

CANECA, 224 - RIO DE JANEIRO, PARA A

ZAHAR EDITORES

TEXTOS BÁSICOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Pequenos volumes em que são reunidos, com espírito universitário, textos sociológicos fundamentais, clássicos e modernos, sem distinção de escolas a que eventualmente se filiem os autores selecionados.

SOCIOLOGIA DA BUROCRACIA, organização e introdução de Edmundo Campos, Textos de Weber, Mills, Eisenstadt, Michels, Merton e outros.

SOCIOLOGIA DA ARTE, organização e introdução de Gilherto Velho. Publicados quatro volumes, reunindo textos de Fischer, Duvignaud, LlIkacs, Francastel, Dumazedier, Memmi, Bastide, Wellek, Brecht, Read, e outros.

SOCIOLOGrA DO DESENVOLVIMENTO, organização e introdução de José Carlos Garcia Durant. Textos de Perrollx, Hoselitz, Medina Echevarría, Stavenhagen e outros.

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO, organização e introdução de Antonio Bertelli, Moacir Palmeira e Otávio Guilherme Velho. Textos de Mannheim, Merton e Wright Mills.

() FENÔMENO UHBANO, organização e introdução de Otávio Guilherme Velho. Textos de Simmel, Weher, Wirth e outros.

DIALÉTICA E CIÊNCIAS SOCIAIS, organização e introdução de Wanderley Guilherme dos Santos. Textos de Althllsser, Ossowski, JOfa e Le Ny.

DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E EDUCAÇÃO,

organização e introdução de Luiz Pereira. Textos de Baran, SChllltz, Myint e outros.

SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE, organização e introdução de Sulamita de Britto. Quatro volumes reunindo textos de Marx, GrinJer, Mannheim, Rosenmayr, Lipset, Mead, Trotski, Goodman, Octavio Ianni, Gláucio Gil Soares e numerosos outros.

ESTHUTUHA DE CLASSES E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL, organização e introdução de Antonio Bertelli, Moacir Palmeira e Otávio Guilherme Velho. Textos de Lllkacs, Weber, Sorokin, Gurvitch e outros.

SOCIOLOGIA RUHAL, organização e introdução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Textos de Mendras, Gurvitch, Courtin e Rose.

ZAHAR EDITORES

a cultura a serviço do progresso social

RIO DE JANEIRO

A cultura a serviço do progresso social

Distribuidores exclusivos:
LIVRARIAS EDITÔRAS REUNIDAS

LIVRARIA LER

Rio de Janeiro: Rua México, 31-A
São Paulo: Praça da República, 71